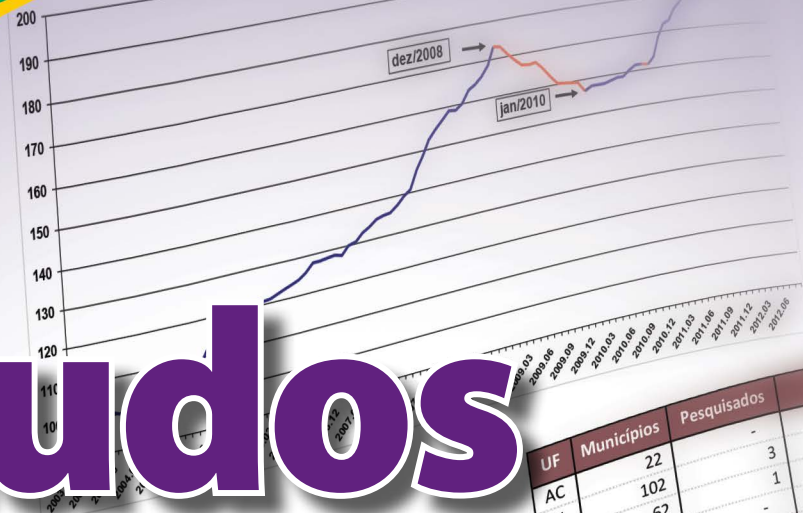
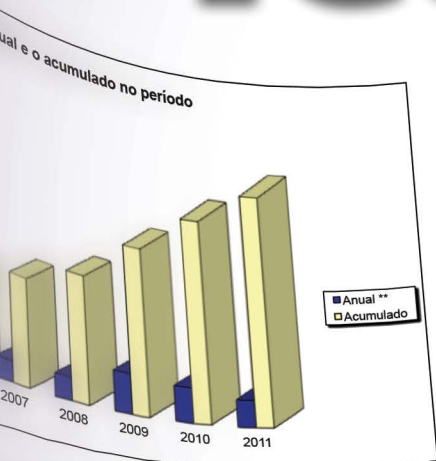


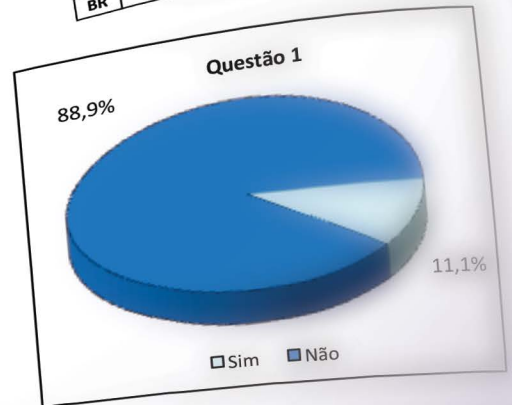
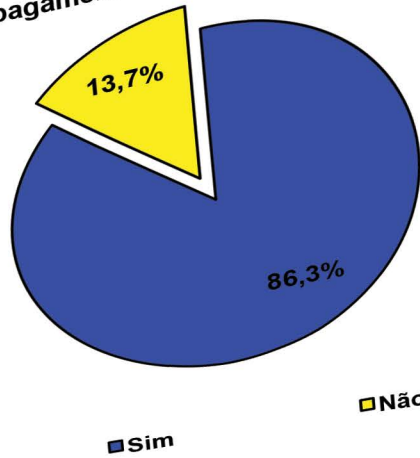
Estudos Técnicos



UF	Municípios	Pesquisados	%
		-	0,0%
AC	22	3	2,9%
AL	102	1	1,6%
AM	62	-	0,0%
AP	16	11	2,6%
	417	5	2,7%
	184	4	5,1%
	78	4	7,3%
	246	18	1,8%
	217	4	6,2%
	853	53	11,5%
MG	78	9	3,5%
MS	141	5	5,6%
MT	143	8	1,3%
PA	223	3	6,0%
PB	184	11	0,4%
PE	224	1	5,5%
PI	399	22	0,0%
PR	92	-	5,4%
RJ	167	9	23,1%
RN	52	12	0,0%
RO	15	75	15,1%
RR	496	23	7,8%
RS	293	3	4,0%
SC	75	33	5,1%
SE	645	9	6,5%
SP	139	322	5,8%
TO			
BR	5 563		



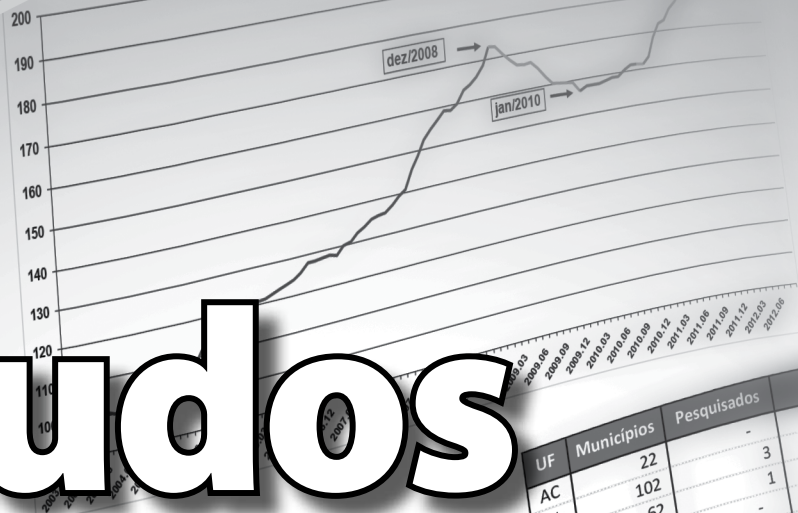
O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º Salário?



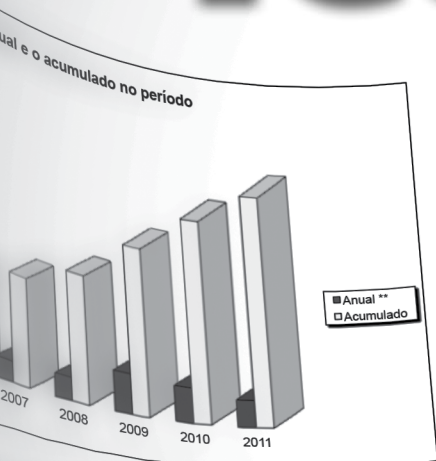
IBGE	Município	UF	Óbitos p/Residênc por Ano do Óbito segundo Município			
			2006	2007	2008	2009
						2010
10001	Alta Floresta d'Oeste/RO	RO	119	64	138	112
10037	Alto Alegre dos Parecis/RO	RO	20	35	30	45
10040	Alto Paraíso/RO	RO	52	54	68	75
10034	Alvorada do Oeste/RO	RO	65	56	86	
10002	Ariquemes/RO	RO	28	102	83	
10045	Buritis/RO	RO	11	18		
10003	Cabixi/RO	RO	370	269		
10060	Cacaulândia/RO	RO	24			
10004	Cacoal/RO	RO	65			
110070	Campo Novo de Rondônia/RO	RO				
110080	Candeias do Jamari/RO	RO				
110090	Castanheiras/RO					
110005	Cerejeiras/RO					
110092	Chupinguaia/RO					



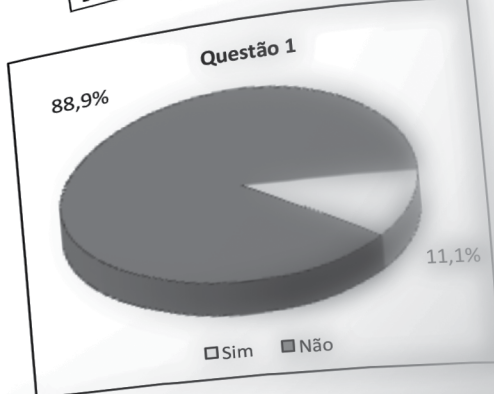
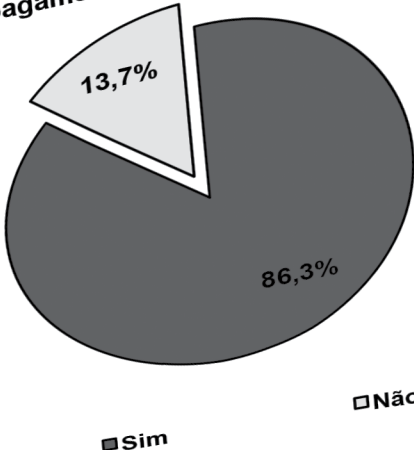
Estudos Técnicos



UF	Municípios	Pesquisados	%
AC	22	3	0,0%
AL	102	1	2,9%
AM	62	-	1,6%
AP	16	11	0,0%
	417	5	2,6%
	184	4	2,7%
	78	4	5,1%
	246	18	7,3%
	217	4	1,8%
	853	53	6,2%
MG	78	9	11,5%
MS	141	5	3,5%
MT	143	8	5,6%
PA	223	3	1,3%
PB	184	11	6,0%
PE	224	1	0,4%
PI	399	22	5,5%
PR	92	-	0,0%
RJ	167	9	5,4%
RN	52	12	23,1%
RO	15	-	0,0%
RR	496	75	15,1%
RS	293	23	7,8%
SC	75	3	4,0%
SE	645	33	5,1%
SP	139	9	6,5%
TO		322	5,8%
BR	5 563		



O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º Salário?



Município	UF	2006	2007	2008	2009	2010
10001 Alta Floresta d'Oeste/RO	RO	119	64	138		
10037 Alto Alegre dos Parecis/RO	RO	20	35	30	112	
10040 Alto Paraíso/RO	RO	52	54	68	45	
10034 Alvorada do Oeste/RO	RO	65	56	86	75	
10002 Ariquemes/RO	RO	394	289	433		
10002 Buritis/RO	RO	80	102	83		
10045 Cabixi/RO	RO	28	18			
10003 Cacaúlândia/RO	RO	11	12			
10060 Cacoal/RO	RO	370	269			
10004 Campo Novo de Rondônia/RO	RO	24				
110070 Candeias do Jamari/RO	RO	65				
110080 Castanheiras/RO						
110090 Cerejeiras/RO						
110005 Chupinguaia/RO						

Créditos da Publicação

Diretoria-Executiva:

Elena Pacita Lois Garrido

Gustavo de Lima Cezário

Textos e pesquisa:

André Amorim Alencar, Eduardo Stranz,

Guilherme Oliveira, Hilton Leal,

João Krebs, Mariana Barreto,

Mauro Junior e Rosângela Ribeiro

Colaboração:

Assessoria de Comunicação

Assessoria Parlamentar

CAM – Central de Atendimento aos Municípios

Coordenação do Departamento Técnico

Departamento Jurídico

Design Gráfico:

Themaz Comunicação Ltda

Revisão técnica:

Eduardo Stranz

Ficha Catalográfica

Confederação Nacional de Municípios – CNM

Estudos Técnicos CNM / Confederação Nacional de Municípios – Brasília: CNM, 2013.

252 páginas. Volume 5.

ISBN 978-85-99129-80-7

1. Finanças Municipais. 2. Gestão Municipal. 3. Programas Sociais. 4. Desenvolvimento Social. I. Título: Estudos Técnicos CNM: Volume 5.

Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Copyright © 2013. Confederação Nacional de Municípios.

Impresso no Brasil.

Estudos Técnicos



NOMINATA

CONSELHO DIRETOR

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Presidente	Paulo Roberto Ziulkoski	Mariana Pimentel/RS – FAMURS
1º Vice-Presidente	Humberto Rezende Pereira	Terenos/MS – ASSOMASUL
2º Vice-Presidente	Douglas Gleen Warmling	Siderópolis/SC – FECAM
3º Vice-Presidente	Laerte Gomes	Alvorada d'Oeste/RO – AROM
4º Vice-Presidente	Ângelo José Roncalli de Freitas	São Gonçalo do Pará/MG – AMM
1º Secretário	Jair Aguiar Souto	Manaquiri/AM – AAM
2º Secretário	Rubens Germano Costa	Picuí/PB – FAMUP
1º Tesoureiro	Joarez Lima Henrichs	Barracão/PR – AMP
2º Tesoureiro	Glademir Aroldi	Saldanha Marinho/RS – FAMURS

CONSELHO FISCAL

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Titular	Renilde Bulhões Barros	Santana do Ipanema/AL – AMA
Titular	Francisco de Macedo Neto	Bocaina/PI – APPM
Titular	Antonio da Cruz Fiulgueira Júnior	Itapecuru Mirim/MA – FAMEM
1º Suplente	Jocelito Krug	Chapadão do Sul/MS – ASSOMASUL
2º Suplente	Vago	
3º Suplente	Jadiel Cordeiro Braga	São Caetano/PE – AMUPE

CONSELHO DE REPRESENTANTES REGIONAIS

CARGO	NOME	REPRESENTAÇÃO
Titular Região Norte	Helder Zahluth Barbalho	Ananindeua/PA – FAMEP
Suplente Região Norte	Manoel Silvino Gomes Neto	Tocantina/TO – ATM
Titular Região Sul	Adair José Trott	Cerro Largo/RS – FAMURS
Suplente Região Sul	Daiçon Maciel da Silva	Santo Antônio da Patrulha/RS – FAMURS
Titular Região Sudeste	Élbio Trevisan	Cesário Lange/SP – APM
Suplente Região Sudeste	Gilson Antonio de Sales Amaro	Santa Teresa/ES – AMUNES
Titular Região Nordeste	Eliene Leite Araújo Brasileiro	General Sampaio/CE – APRECE
Suplente Região Nordeste	Ivanildo Araujo de Albuquerque Filho	Timbaúba dos Batistas/RN – FEMURN
Titular Região Centro Oeste	Meraldo Figueiredo Sá	Acorizal/MT – AMM-MT
Suplente Região Centro Oeste	Gilmar Alves da Silva	Quirinópolis/GO – FGM

Prezado(a) Gestor(a),

A CNM publica, anualmente, na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a compilação de alguns de seus estudos técnicos com o objetivo de criar um canal sólido de aprendizagem sobre a realidade dos Municípios brasileiros. Este material tem sido compartilhado de forma sistemática desde 2008 e é a base da discussão e das mudanças de grandes temas nacionais.

Mais importante do que números, está o entendimento da realidade do Brasil, que passa, obrigatoriamente, pela análise dos fatores objetivos de cada região de nosso País e pela análise do impacto das políticas nacionais, principalmente, das que alteram a distribuição de recursos.

Os Estudos Técnicos da CNM têm servido não só como instrumento de denúncia e pressão frente ao governo federal e ao Congresso Nacional quanto à sobrecarga de responsabilidades que estão sendo passadas aos Municípios sem as correspondentes transferências de recursos, mas também têm servido como um mecanismo de alerta, de aprendizagem e de melhoria da gestão municipal.

Em 2013, apresentamos o Estudos Técnicos - Volume 5, que traz um material de leitura obrigatória aos prefeitos, gestores, pesquisadores e estudiosos da realidade dos Municípios brasileiros no ano de 2012 em que se encerrou um ciclo de mandatos de prefeitos, em que o Congresso Nacional discutiu temas de grande interesse aos municípios e ano que trouxe imensos desafios a toda a sociedade brasileira.

Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM

Sumário

Mortes causadas pelo uso de substâncias psicotrópicas no Brasil	9
As mortes e as internações por acidentes de trânsito no Brasil de 2000 a 2010: o crescimento da frota brasileira de veículos e suas conseqüências	45
Os Municípios brasileiros como protagonistas no enfrentamento ao crack	72
IRFS – Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros – Ed. 2010.....	115
Impacto do aumento do Piso Nacional do Magistério.....	136
Novos pisos salariais ameaçam a Saúde Pública	141
Impacto do aumento do salário mínimo nas contas municipais	145
Cenário financeiro dos Municípios brasileiros em final de mandato	147
As desonerações do IPI e da CIDE.....	153
Sinal vermelho – FPM já está em novo ciclo de redução	157
FPM - Balanço do final do ano de 2012	159
Pesquisa sobre o pagamento do 13º Salário pelos municípios brasileiros em 2012	162
Pesquisa sobre a Situação Financeira dos Municípios em final de mandato	172
Entenda a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais)	179
A importância da nova lei de redistribuição dos royalties de petróleo - Discussões STF	189
Considerações sobre a derrubada do veto presidencial a Lei dos Royalties	199
Avaliação do projeto alternativo do Dep. Carlos Zaratini (PT/SP) sobre royalties	202
Mapeamento dos restos a pagar da União inscritos em 2012 e relativos a transferências a Municípios	205
Pesquisa sobre o andamento das despesas referentes aos restos a pagar da União não processados com possibilidade de terem sido cancelados pela STN em 31 de julho de 2012	214
Série Eleições Municipais - Candidatos a reeleição	218
Série Eleições Municipais - Candidatos que foram prefeitos.....	221
Série Eleições Municipais - Estudo sobre os resultados das eleições municipais em 2012.....	230
Pesquisa da CNM mostra que 383 prefeitos já perderam o mandato.....	234
Mapeamento das alterações dos números de vereadores nas Câmaras Municipais em razão da EC 58/2008	237

1

Mortes causadas pelo uso de substâncias psicotrópicas no Brasil

Apresentação

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) é uma entidade municipalista com 31 anos de existência, que vem prestando assessoria técnica aos municípios brasileiros e lutando por sua autonomia. Constituída a partir dos anseios dos dirigentes das federações, associações estaduais e microrregionais de municípios que almejavam uma entidade representativa com abrangência, principalmente em nível nacional, para defender os interesses institucionais do ente municipal e que propugnasse pelo seu fortalecimento.

A missão da CNM é lutar pelo fortalecimento da autonomia municipal e do movimento municipalista, contribuindo com soluções políticas e técnicas para a excelência na gestão e na qualidade de vida da população.

Além de prestar assistência político institucional e técnica aos municípios, a CNM trabalha com atividades dirigidas ao desenvolvimento tecnológico e social. Oferece ainda, aplicativos e soluções para áreas específicas garantindo a qualidade das informações para auxiliar no processo da administração pública municipal.

Em seus estudos técnicos, a CNM busca subsidiar todos os municípios brasileiros com informações confiáveis e atualizadas, de forma a conscientizar e incentivar os gestores municipais a criarem políticas públicas adequadas à realidade local e reorganizarem a máquina administrativa de forma responsável.

O presente estudo traz uma análise dos dados existentes sobre mortes causadas pelo uso e abuso de drogas nos Estados e municípios brasileiros. Este trabalho, além de informar aos gestores sobre a situação de tal problema social em seu município, também busca incentiva-los a tomarem medidas inovadoras para o enfrentamento dos problemas causados pelo tráfico e uso de drogas.

A inovação deste trabalho é o cálculo das taxas de mortalidade bruta por município e pelo conjunto de municípios com ocorrências em determinado Estado, assim podemos analisar aonde estão localizadas no território brasileiro os locais que tem as maiores incidências destes tipos de óbitos.

Com isso a CNM através de seu Observatório do Crack e outras drogas pretende contribuir para o debate em torno da problemática das drogas no nosso País, apresentando os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) desta maneira.

Resumo

O presente Estudo Técnico apresenta a quantidade de falecimentos causados pelo uso de substâncias psicoativas de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID) na sua versão 10, Grupo V, da base de dados do DATASUS do SIM que coleta e consolida os óbitos no território brasileiro pelo local da ocorrência e pelo local de residência do indivíduo. Todas as nossas análises e estatísticas foram realizadas levando em conta o local de residência.

Constatamos que de 2006 até 2010, ano que possui ainda dados preliminares*, faleceram em nosso País 40.692 pessoas pelo uso destas substâncias lícitas e ilícitas, a grande maioria dos óbitos foram causadas pelo uso do álcool (34.573, 84,9% do total), em segundo lugar pelo Fumo (4.625, 11,3%), em terceiro por uso de mais de uma substância psicoativa (480, 1,18%) e pelo uso de cocaína (354, 0,8%), as outras drogas foram responsáveis por 1,6% dos falecimentos.

Ocorreram em média mais de 8 mil óbitos por ano neste período ocasionado pelo uso destas substâncias, número que já pode ser considerado importante e que acreditamos ainda estar subestimado devido a complexidade do registro no SIM, de acordo com o descrito no capítulo seguinte deste trabalho, o que torna preocupante estes números registrados.

O cálculo das taxas brutas de mortalidade para cada 1000 habitantes das quatro substâncias selecionadas por nós, indicam que no período de 2006 até 2010, o Estado que obteve a maior taxa de óbitos pelo uso de álcool foi Minas Gerais com 0,082 óbitos para cada 1000 habitantes, seguido do Estado do Ceará com 0,077 para cada 1000 habitantes, em terceiro lugar o Estado de Sergipe com 0,073 para cada 1000 habitantes.

As mortes causadas pelo fumo têm no Estado do Rio Grande do Sul a maior taxa, 0,036 para cada 1000 habitantes, seguido do Estado do Piauí com 0,033 para cada 1000 habitantes e em terceiro lugar o Estado do Rio Grande do Norte com 0,033 para cada 1000 habitantes.

Estas duas drogas lícitas o álcool e o Fumo foram responsáveis pelo falecimento de 39.198 pessoas entre 2006 até 2010.

Entre as substâncias ilícitas, as outras substâncias psicoativas tiveram a maior taxa no Estado do Mato Grosso com uma taxa de 0,018 mortes para cada 1000 habitantes, em seguida estão os Estados do Rio Grande do Sul e Sergipe, com 0,010 mortes para cada 1000 habitantes.

A cocaína teve a maior taxa no Estado do Piauí com 0,020 para cada 1000 habitantes, em segundo lugar esta o Estado do Pará com 0,017 para cada 1000 habitantes e em terceiro o Estado da Paraíba com 0,012 para cada 1000 habitantes.

Em relação à faixa etária destes óbitos, os ocasionados pelo uso do álcool indicam que as pessoas entre 40 e 49 anos são as principais vítimas com 10.641 óbitos, seguidos das pessoas entre 50 e 59 anos com 8.503 falecimentos, a terceira faixa etária mais afetada é a que fica entre 30 a 39 anos com 6.187 mortes, podemos constatar que as principais vítimas do uso desta droga lícita se situa nas idades de 30 a 59 anos, responsáveis por 73,3% dos casos no período.

Quanto ao fumo, à faixa etária predominante é a que fica acima de 80 anos, com 1.045 falecimentos, seguido da faixa etária de 60 a 69 anos com 927 mortes e em terceiro a faixa entre 70 a 79 com 875 óbitos, podemos constatar que os malefícios causados pelo uso freqüente do fumo acabam vitimando pessoas acima dos 60 anos de idade.

A cocaína ocasiona os óbitos predominantemente na faixa etária dos 20 aos 29 anos com 88 mortes, seguido da faixa de 30 a 39 anos com 79 falecimentos e a terceira faixa de idade entre 40 a 49 anos com 60 óbitos, podemos ver que as pessoas entre 20 a 49 anos são as que mais sofrem com problemas relacionados à cocaína.

As substâncias psicoativas tem sua maior incidência na faixa etária de 30 a 39 anos com 164 mortes, seguido da faixa etária dos 20 aos 29 anos com 127 óbitos e em terceiro lugar a faixa etária 40 a 49 anos com 101 falecimentos, da mesma maneira que a cocaína são as pessoas adultas acima de 20 anos e até 49 que acabam morrendo pelo uso destas substâncias.

Quanto à distribuição pelo sexo das pessoas que morreram no período analisado, vemos que pelo uso do álcool das 34.573, 31.118 foram do sexo masculino, em relação ao fumo das 4.625 mortes, os homens permanecem no topo da lista com 3.250 mortes, pelo uso da cocaína das 354 mortes, 257 foram de homens e das substâncias psicoativas das 480 mortes, 396 foram de homens.

Apresentaremos os 50 municípios do País com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo uso de álcool, fumo, substâncias psicoativas e cocaína para cada 1.000 habitantes no período de 2006 a 2010.

Quanto às mortes relacionadas ao álcool temos o Estado de Minas Gerais com 23 municípios, o Estado do Paraná com 9 municípios, São Paulo com 5 Municípios, Rio Grande do Norte com 4 municípios, seguidos pelos Estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Referente ao fumo temos o Rio Grande do Sul com 17 municípios, Minas Gerais com 7 municípios, Santa Catarina com 6 municípios, e Rio Grande do Norte com 4 municípios, Goiás com 3 municípios, Piauí e São Paulo, Paraíba e Paraná com 2 municípios e com 1 município os Estados de Espírito Santo, Mato Grosso e Sergipe.

As substâncias psicoativas aparecem em 11 municípios no Estado do Rio Grande do Sul, Minas Gerais em 8, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo aparecem com 5 municípios, 4 municípios no Mato Grosso, 3 em Santa Catarina e 1 município nos Estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.

A presença da cocaína aparece no Estado de Minas Gerais com 16 municípios, Bahia com 4 municípios, Pernambuco e Santa Catarina com 3 municípios cada um. Os Estados do Rio Grande do Norte, Goiás, Pará, Paraíba, Piauí, Sergipe e São Paulo possuem 2 municípios e com 1 município temos os Estados de Alagoas, Amazonas e Rio de Janeiro.

Introdução

Os dados analisados neste estudo são provenientes do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS que foi desenvolvido com o intuito de informatizar as atividades do Sistema Único de Saúde – SUS, dentro de diretrizes tecnológicas adequadas. Integrante da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, conforme Decreto Nº 7.530 de 21 de julho de 2011 que trata da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde. ¹

Dentre as competências do DATASUS estão:

I – fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização do SUS, direcionadas à manutenção e ao desenvolvimento do sistema de informações em saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde;

II – desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde;

III – manter o acervo das bases de dados necessários ao sistema de informações em saúde e aos sistemas internos de gestão institucional;

IV – assegurar aos gestores do SUS e aos órgãos congêneres o acesso aos serviços de tecnologia da informação e bases de dados mantidos pelo Ministério da Saúde;

V – definir programas de cooperação tecnológica com entidades de pesquisa e ensino para prospecção e transferência de tecnologia e metodologia no segmento de tecnologia da informação em saúde;

VI – apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na informatização das atividades do SUS.

1.1 Sistemas nacionais de informação em saúde

Abrangendo o assunto de interesse que neste estudo trata da morte pelo uso e abuso de substâncias psicotrópicas/psicoativas, nos anos de 2006 a 2009 e preliminar de 2010, mostraremos os principais sistemas nacionais de informação em saúde nessa temática: o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS), o Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA-SUS).

Os sistemas acima descritos são diferentes em termos de cobertura, abrangência, qualidade e agilidade, entre outras peculiaridades, pois foram criados em anos diferentes e por distintas instâncias federais responsáveis pela saúde. ^{2,3}

Originário no Ministério da Saúde, o SIM sempre teve a epidemiologia na base de sua constituição, pois o órgão responsável por esse sistema é o Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI).

No Ministério da Previdência e Assistência Social, foi originado o SIH inicialmente como Sistema de Assistência Médico-Hospitalar da Previdência Social (SAMHPS). Sua ideologia majoritariamente contábil é que norteia a definição das inúmeras variáveis que contempla ⁴. O mesmo pode-se dizer do SIA, que mantém muito do enfoque. Atualmente, ambos os sistemas são de responsabilidade da Secretaria de Assistência à Saúde (SAS) do Ministério da Saúde.

Como nosso foco de investigação são os óbitos advindos do uso e abuso de psicoativos, utilizaremos como principal fonte de dados o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), pois o mesmo possui informações mais detalhadas a respeito da temática a ser analisada e também é o sistema oficial de mortalidade utilizado no País.

1.2 Sistema de Informações sobre Mortalidade

O Sistema de Informações sobre Mortalidade foi criado pelo DATASUS para a obtenção regular de dados sobre mortalidade no País. A partir da criação do SIM foi possível a captação de dados sobre mortalidade, de forma abrangente, para subsidiar as diversas esferas de gestão na saúde pública. Com base nessas informações é possível realizar análises de situação, planejamento e avaliação das ações e programas na área.

Os dados são coletados pelas Secretarias Municipais de Saúde, por meio de busca ativa nas Unidades Notificadoras. Depois de devidamente processados, revistos e corrigidos, são consolidados em bases de dados estaduais, pelas Secretarias Estaduais de Saúde. Essas bases são remetidas à Coordenação Geral de Análise de Informações em Saúde (CGAIS), que as consolida, constituindo uma base de dados de abrangência nacional.

O documento padrão que alimenta o SIM é a Declaração de óbito (DO) documento utilizado pelos cartórios para a emissão da certidão de óbito, essa declaração é composta por nove blocos e sessenta e duas variáveis que apontam causa e local do óbito.

O preenchimento da DO é de responsabilidade do médico conforme estabelecido pelos Conselhos Federal e Estadual de Medicina. O que restringe as informações é que geralmente esses profissionais dão mais importância ao preenchimento do bloco ligado à sua função, apresentado apenas informações sobre tipo de óbito e o local da ocorrência.

As Secretarias Municipais de Saúde são consideradas a ligação na etapa do processamento de dados para a alimentação do SIM, e são nas Unidades Notificadoras que elas conseguem as informações necessárias. São consideradas como Unidades os estabelecimentos de saúde (para os

óbitos hospitalares), institutos médico-legais (para os óbitos por violência), serviços de verificação de óbitos (para óbitos naturais sem assistência médica), cartório do registro civil (para falecimentos ocorridos em localidades sem médico) e os próprios médicos, que deverão seguir as determinações dos conselhos federal e regionais de medicina sobre o assunto.

2 O Uso e o Abuso de Drogas Psicotrópicas

Droga é toda e qualquer substância, natural ou sintética que, introduzida no organismo pode modificar suas funções. Essas podem ser absorvidas de várias formas: por injeção, inalação e também por via oral e estão classificadas em três categorias: perturbadoras, depressoras e estimulantes das atividades mentais.

As drogas perturbadoras são aquelas que agem modificando qualitativamente a atividade cerebral, levando o usuário à alteração de sua percepção. Exemplo: LSD (sintetizadas a partir do ácido lisérgico), a maconha e o haxixe (produto e subproduto extraídos da planta *Cannabis sativa*), e chás como de cogumelo e de Lírio.

Já as depressoras diminuem a atividade cerebral, deixando os estímulos nervosos mais lentos. Exemplo: tranquilizantes produzidos por indústrias farmacêuticas (antidepressivos, soníferos e ansiolíticos), ópio, morfina, heroína e álcool.

No caso de drogas estimulantes estão substâncias que aumentam a atividade cerebral e sob seu efeito os usuários sentem-se com muita energia e disposição, pois o uso afasta a fome e o sono. Exemplo: cocaína, crack, merla, cafeína, e tabaco.

O uso abusivo dessas substâncias pode causar sérios danos ao sistema nervoso, podendo ocasionar situações e levar ao óbito.

Em relação aos usuários, esses podem ser classificados da seguinte forma:

Usuário experimental, ocasional, habitual, dependente, de abuso e crônico ⁵.

É a atual dinâmica do tráfico e consumo de drogas que chama a atenção em relação ao número de óbitos em decorrência do uso de álcool e substâncias psicoativas, dados esses disponibilizados no Sistema de Informações sobre Mortalidade. Um estudo da Confederação Nacional de Municípios realizado em novembro de 2010 já apontava que 98% das cidades pesquisadas já sabiam da existência do crack em suas cidades. Com isso, podemos inferir que há uma dificuldade quanto à emissão dos laudos, no que se refere à ausência de um alinhamento conceitual quanto à causa da morte.

Outro fator é a operacionalização desse Sistema, que é composto pelo preenchimento e coleta da Declaração de Óbito (DO) feita no estabelecimento de saúde, documento esse de entrada do sistema nos Estados e Municípios. Essa DO passa pelas instâncias municipal e estadual, até ser consolidada pelo Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi), na Base Nacional do SIM, o que pode resultar em um processo lento e burocrático.

3 Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Apesar de ser o único sistema que possui informações detalhadas a respeito da temática a ser analisada, mortes causadas pelo uso de substâncias psicotrópicas no Brasil, sendo também o sistema oficial de mortalidade utilizado no País, ele ainda é relativamente novo, datado de 1991, tendo apenas 20 anos de existência.

O foco do estudo está concentrado em analisar os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, relacionados à Classificação Internacional de Doenças (CID) código 10 e suas categorias, no caso, o número de óbitos referente ao uso de álcool, opiáceos, canabinóides, sedativos hipnóticos, cocaína, estimulante cafeína, alucinógenos, fumo, solventes voláteis e substâncias psicoativas.

Segundo a base de dados, faleceram de 2006 até 2010*, 40.692 pessoas em todas as categorias da CID código 10, uma média de 8.138 pessoas por ano.

Tabela 1: Total de óbitos CID 10 – Capítulo V

Número total de óbitos CID 10 - Capítulo V					
2006	2007	2008	2009	*2010	Total
7.572	8.229	8.482	8.098	8.311	40.692

Para a realização deste estudo vamos apresentar as estatísticas dos óbitos do o álcool, o fumo, a cocaína e as substâncias psicoativas, pois são as que aparecem no SIM com o maior número de óbitos.

Tabela 2: F10 – Transtornos mentais e ou comportamentais devido ao uso de álcool

UF	Álcool					
	2006	2007	2008	2009	*2010	Total
AC	26	29	22	24	16	117
AL	123	114	127	105	130	599
AM	39	48	63	53	55	258
AP	4	3	4	10	5	26
BA	451	485	557	503	465	2.461
CE	543	541	551	603	644	2.882
DF	106	99	108	108	127	548
ES	212	251	210	182	205	1.060
GO	251	249	232	196	214	1.142
MA	148	170	170	157	124	769
MG	1.004	1.064	1.146	1.104	1.061	5.379
MS	75	82	127	90	109	483
MT	133	106	129	119	117	604
PA	68	65	74	71	67	345
PB	127	126	147	133	145	678
PE	397	414	409	369	369	1.958
PI	136	164	139	152	136	727
PR	408	420	504	489	517	2.338
RJ	441	483	481	405	416	2.226
RN	133	133	120	134	121	641
RO	15	22	32	19	19	107
RR	7	5	9	11	4	36
RS	351	426	460	391	409	2.037
SC	132	164	162	186	186	830
SE	105	132	128	161	136	662
SP	1.120	1.087	1.114	984	979	5.284
TO	72	61	88	75	80	376
BR	6.627	6.943	7.313	6.834	6.856	34.573

Fonte: Datasus/MS

Os dados do SIM apontam que os transtornos mentais comportamentais devido ao uso de álcool apresentam o maior número de óbitos, em relação aos demais.

Esse tipo de transtorno levou a óbito 6.627 pessoas no Brasil no ano de 2006, e em 4 anos essa marca não foi alterada. Já em 2010 o total de óbitos em consequência do abuso do álcool chegou a um total de 6.856 pessoas, e vale ressaltar que essa análise ainda é preliminar.

O uso abusivo do álcool levou a óbito 1.120 pessoas no Estado de São Paulo no ano de 2006, a princípio o número parece pequeno em relação à quantidade de habitantes 41.586.892, mas esse foi o Estado com o maior número de mortes devido ao consumo de álcool em todo o País.

Nos anos seguintes o Estado manteve uma média em relação à quantidade de óbitos (1.056,8) o que pode apontar uma ineficiência na gestão da política de saúde, pois há ainda no Brasil muito preconceito em relação ao dependente de álcool e falta de capacitação técnica para lidar com esse tipo de demanda.

No ano de 2010 o SIM registrou uma queda de 14% nos óbitos por consumo de álcool em São Paulo, chegando a um total de 979 pessoas.

Já o Estado com o menor número de mortes em decorrência de transtornos mentais comportamentais devido ao uso de álcool foi o Amapá, Estado com 684.301 habitantes. No ano de 2006 foram apenas 4 óbitos, já em 2009 apresentou um pequeno crescimento, chegando a 10 óbitos, e em 2010 caiu novamente, fechando com 5 mortes devido ao uso abusivo de álcool.

Tabela 3: F17 – Transtornos mentais e ou comportamentais devido ao uso de fumo

UF	Fumo					
	2006	2007	2008	2009	*2010	Total
AC	2	1	3	-	-	6
AL	19	18	31	18	28	114
AM	-	2	4	8	4	18
AP	-	-	-	-	-	-
BA	38	48	61	60	49	256
CE	64	75	120	165	149	573
DF	-	-	-	7	3	10
ES	21	25	27	14	20	107
GO	14	21	35	13	33	116
MA	16	18	26	21	24	105
MG	70	82	99	91	117	459
MS	1	6	8	7	14	36
MT	10	13	21	15	15	74
PA	8	4	15	17	29	73
PB	19	12	44	46	38	159
PE	52	57	45	58	69	281
PI	24	22	29	27	28	130
PR	50	39	41	51	61	242
RJ	46	49	68	79	105	347
RN	16	17	15	16	23	87
RO	1	4	3	5	1	14
RR	-	-	1	1	-	2
RS	45	74	91	73	97	380
SC	28	37	46	50	60	221
SE	30	37	44	36	29	176
SP	104	115	126	150	118	613
TO	5	4	4	7	6	26
BR	683	780	1.007	1.035	1.120	4.625

Fonte: Datasus/MS

No Brasil os transtornos mentais comportamentais devido ao fumo aparecem em segundo lugar no Sistema de Informações sobre Mortalidade na CID 10.

No ano de 2006 o SIM registrou 683 mortes em consequência do fumo, e esse número continuou crescendo até 2010 (dados preliminares), apresentando um aumento de 64% (1120) em relação a 2006.

Em primeiro lugar no Brasil temos novamente o Estado de São Paulo com o maior número de óbitos em decorrência do fumo no ano de 2006, chegando a 683 óbitos.

Apenas no ano de 2010 o Estado apresentou uma queda em relação aos anos de 2008 e 2009, com um total de 118 óbitos.

O único Estado da federação que não apresentou óbitos em decorrência de transtornos mentais comportamentais devido ao uso do fumo no ano de 2006 a 2010 foi o Amapá.

Tabela 4: F19 – Transtornos mentais e ou comportamentais devido ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas

UF	Substâncias Psicoativas					
	2006	2007	2008	2009	*2010	Total
AC	-	-	1	1	3	5
AL	-	-	-	1	-	1
AM	-	-	-	1	1	2
AP	-	-	-	-	-	-
BA	2	3	2	2	8	17
CE	2	2	-	2	3	9
DF	-	-	-	-	-	-
ES	5	8	-	5	4	22
GO	-	1	-	4	3	8
MA	3	2	1	5	2	13
MG	9	8	4	19	16	56
MS	2	-	2	1	1	6
MT	3	4	5	2	3	17
PA	1	-	2	3	1	7
PB	2	-	-	1	-	3
PE	3	1	-	1	2	7
PI	4	2	3	1	1	11
PR	3	8	8	16	22	57
RJ	3	7	6	7	8	31
RN	1	1	1	1	1	5
RO	1	-	1	-	1	3
RR	-	-	-	-	-	-
RS	8	18	17	12	35	90
SC	1	7	3	5	9	25
SE	-	-	1	1	-	2
SP	15	8	8	17	31	79
TO	-	1	1	-	2	4
BR	68	81	66	108	157	480

Fonte: Datasus/MS

Os dados do SIM apontam que no ano de 2006 vieram a óbito 68 pessoas no País devido ao uso de substâncias psicoativas. As mortes causadas por transtornos mentais comportamentais relacionados ao uso dessas substâncias psicoativas estão em 3º lugar no SIM CID 10, e aumentaram gradativamente nos anos seguintes. Tanto que no ano de 2010 houve um aumento de 131% (157 óbitos) em relação ao ano de 2006.

O Estado com o maior número de mortes em decorrência do uso de substâncias psicoativas no ano de 2006 novamente foi São Paulo com um total de 15 registros.

No ano seguinte, essa liderança foi assumida pelo Estado do Rio Grande do Sul, apresentando um total de 18 óbitos. Os dados preliminares de 2010 mostram que esse Estado já atingiu um crescimento de 94% (35) em relação ao total de óbitos do ano de 2007.

Dois Estados da federação, Amapá e Roraima, e o Distrito federal não apresentam, segundo o SIM, óbitos em nenhum dos períodos estudados.

Tabela 5: F14 – Transtornos mentais e ou comportamentais devido ao uso de cocaína

UF	Cocaína					
	2006	2007	2008	2009	*2010	Total
AC	2	-	-	-	-	2
AL	1	-	-	-	5	6
AM	-	1	-	-	1	2
AP	-	-	-	-	-	-
BA	3	5	1	2	1	12
CE	1	3	1	1	5	11
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	2	7	5	3	17
GO	1	1	-	1	4	7
MA	2	-	1	-	1	4
MG	12	9	28	34	51	134
MS	-	-	-	1	1	2
MT	-	-	-	-	3	3
PA	-	-	1	-	1	2
PB	1	-	-	1	2	4
PE	5	3	3	-	2	13
PI	-	2	1	1	-	4
PR	4	2	3	5	9	23
RJ	-	2	2	7	2	13
RN	2	-	2	-	3	7
RO	1	-	1	-	1	3
RR	-	-	-	-	-	-
RS	3	6	4	10	10	33
SC	4	-	1	4	4	13
SE	1	-	1	1	1	4
SP	5	4	4	8	14	35
TO	-	-	-	-	-	-
BR	48	40	61	81	124	354

Fonte: Datasus/MS

Os transtornos mentais comportamentais advindos do uso da cocaína levaram a óbito no Brasil 48 pessoas no ano de 2006, e no ano de 2010 matou 124.

O Estado de Minas Gerais é o que apresenta o maior número de mortes em decorrência do uso da cocaína, chegando a um total de 12 óbitos, número esse que aumentou em 325% (51) no ano de 2010.

Uso de substâncias como cocaína e crack, geralmente vem acompanhadas de situações de vulnerabilidade como a baixa auto-estima, relações sociais enfraquecidas, curiosidade, falta de informação, e deficiência em oportunidades de desenvolvimento.

4 Taxa média de óbitos por transtornos mentais comportamentais devido ao uso de álcool, por Estado

A prevalência mundial do consumo de substâncias psicoativas está aumentando, e o álcool geralmente é um dos principais problemas de saúde pública⁶.

A Confederação Nacional de Municípios calculou a Taxa de Mortalidade Bruta por tipo de ocorrência dos óbitos classificados no capítulo V da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), versão 10, para cada 1.000 habitantes, através da seguinte Fórmula:

$$\frac{\text{Numero de óbitos de residentes classificados no capítulo V – CID10} \times 1.000}{\text{População total residente}}$$

Após procedemos ao cálculo da média aritmética simples destas taxas por município e pelo conjunto dos municípios com casos em cada Estado.

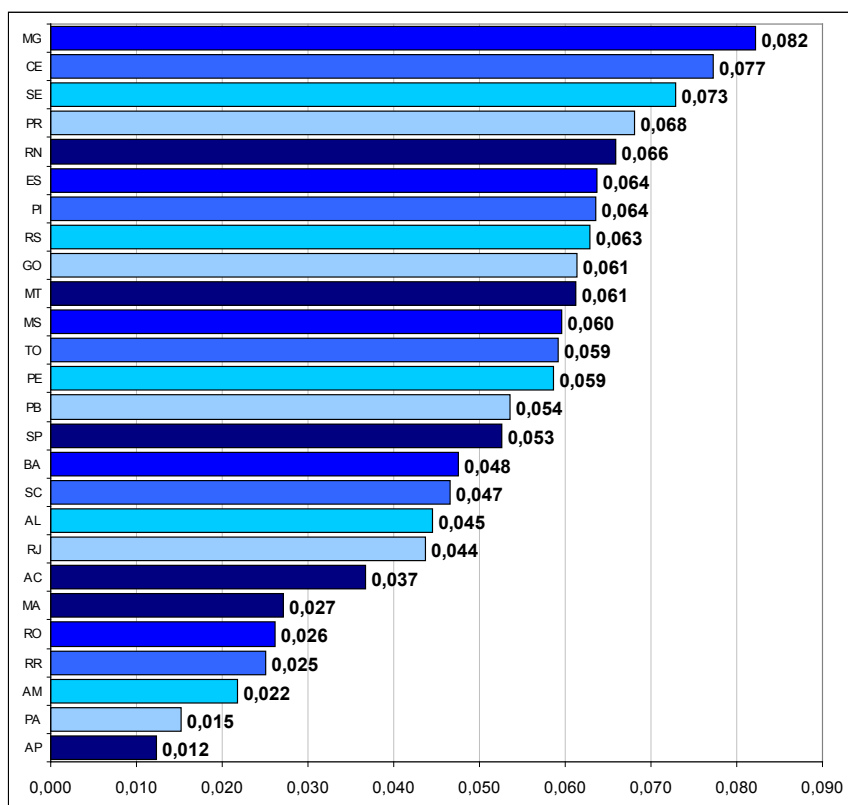
Os Estados com as maiores médias de taxa de mortalidade por transtornos mentais comportamentais devido ao uso álcool são: Minas Gerais em primeiro lugar, Estado com 853 municípios e um total de 19.595.309 habitantes (segundo o censo de 2010 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para o ano de 2011)⁷, onde 718 (84,2%) registraram ocorrência de óbitos por uso de álcool, chegando a uma média da taxa de mortalidade de 0, 082 óbitos para cada mil habitantes.

Em segundo lugar aparece o Estado do Ceará, com 8.448.055 habitantes, e com ocorrências em 179 (97,3%) municípios dos 184 que compõem o Estado, o a média da taxa de mortalidade é de 0, 077 para cada mil habitantes.

Em seguida temos o Estado de Sergipe composto por 75 municípios e com um total de 2.068.031 habitantes, onde 71 municípios (94,7%) registraram no Sistema de Informações sobre Mortalidade, óbitos por transtornos mentais comportamentais devido ao uso de álcool, isso representa uma média de 0, 073 mortes para cada mil habitantes.

O Estado com a menor média da taxa de mortalidade resultante do uso de álcool é o Amapá, onde 6 (37,5%) municípios dos 16 existentes no Estado registraram mortes com essa causa, ou seja, uma média de 0.012 óbitos para cada mil habitantes, sendo que a população total do Estado é de 668.689 habitantes.

Gráfico 1: demonstrativo da taxa de mortalidade para cada 1.000 habitantes decorrente do uso de álcool por Unidade Federativa



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Cálculo da Taxa e gráfico de elaboração da CNM

4.1 Óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool, classificados por sexo e idade da população

O uso contínuo e prolongado do álcool causou nos anos de 2006 a 2010 o total de 34.558 mortes, deste número a faixa etária de 40 a 49 anos foi a mais afetada e o sexo masculino foi mais representativo, com 9.541 pessoas. Do mesmo modo, nesta mesma faixa etária encontra-se o sexo feminino com 1.100 mortes causadas pelo uso dessa substância.

Logo em seguida a faixa etária sobe para os indivíduos com idades entre 50 e 59 anos com o total de 8.503 representantes dos quais, 7.698 são do sexo masculino e 805 do sexo feminino.

A faixa etária entre 15 e 19 anos foi bem menos significativa se comparada as demais idades, mas mesmo assim, temos o total de 90 mortes, com 73 pessoas do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Entretanto, o uso de álcool por pessoas nesta idade está mais associado à morte do que o uso de todas as demais substâncias psicoativas aqui citadas.

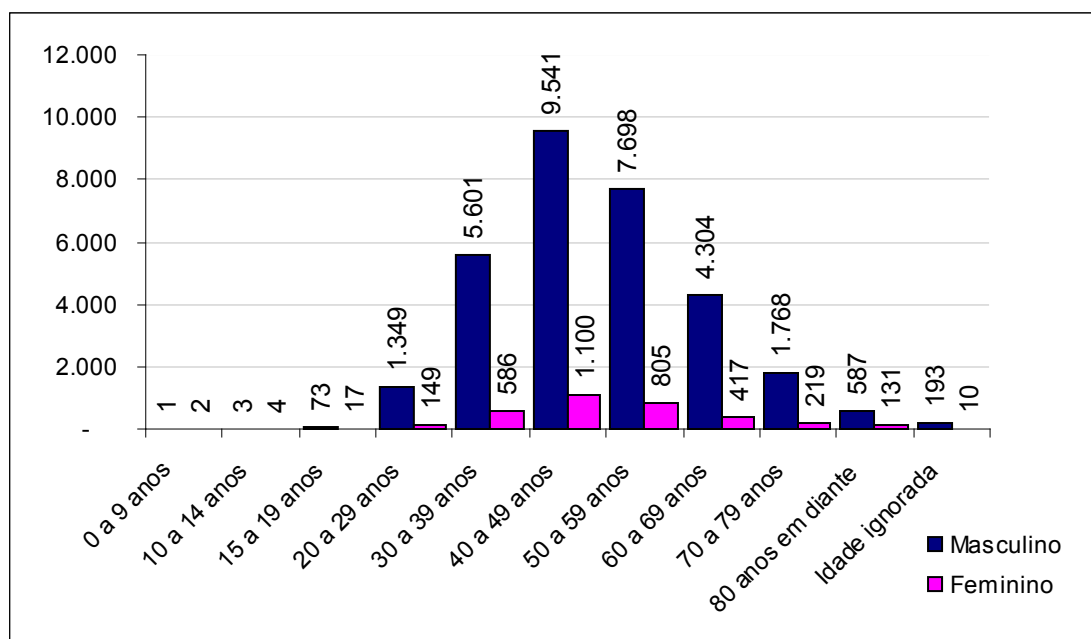
A experimentação da bebida alcoólica inicia cedo, um dos fatores coadjuvantes pode ser inferido pelo fato de que esta droga é lícita em nosso País e, embora sua venda a menores de idade

seja proibida, a realidade está longe de ser essa, já que não temos um sistema de fiscalização ativo nos inúmeros locais de venda deste tipo de substância.

Ressaltamos que o uso de álcool dentre as categorias aqui citadas (tabaco, cocaína e outras substâncias psicoativas) possui o número mais elevado de mortes relacionado ao seu consumo. Como a classificação usada não abrange qual foi o tipo da morte, podemos relacionar aqui, nos baseando em outros estudos, que a violência e os acidentes de trânsito corroboram para que este número seja elevado.

Muitas teorias buscam explicar o comportamento de beber. Muito da expectativa positiva do álcool eclode do convívio social, da interatividade com o meio ou mesmo para se inserir em um certo grupo de amigos. Outros pontos envolvem a uso pela própria família, pelos companheiros, pela cultura regional e também pelos fatores do próprio indivíduo.

Gráfico 2: demonstrativo da quantidade de óbitos decorrente do uso de álcool distribuído por faixa etária e sexo da população



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Gráfico de elaboração da CNM.

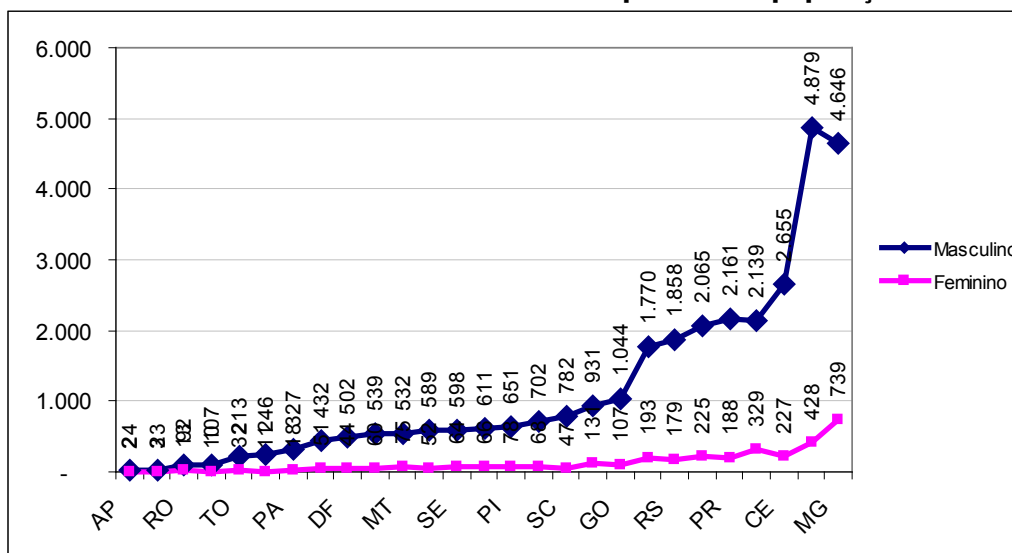
4.2 Totais de óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool, classificados por sexo

O gráfico, em síntese, mostra que morre um número significativamente maior de homens devido ao abuso do álcool do que mulheres. Do ano de 2006 até 2009, incluindo os dados preliminares de 2010, o total de óbitos foi de 34.573, sendo que os masculinos chegaram à marca dos 31.118 (90,00%) em todo o Brasil, enquanto o número de óbitos femininos chegou a 3.440 (9,94%), e 15 (0,04%) registros tiveram o sexo ignorado.

O Estado da federação com o maior número de óbitos masculinos em consequência ao uso do álcool é São Paulo, superando a marca dos 4.000, já em relação aos óbitos femininos temos Minas Gerais à frente com um total de 739 óbitos, um número 6 vezes menor.

Os menores números de óbitos por transtornos mentais comportamentais devido ao uso do álcool estão nos Estado do Amapá, com um total de óbitos masculinos de 24 e feminino 2, seguido por Roraima, com 23 óbitos masculinos e 3 femininos, registrados no SIM.

Gráfico 3: demonstrativo da quantidade de óbitos decorrente do uso de álcool distribuído por sexo da população



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Gráfico de elaboração da CNM.

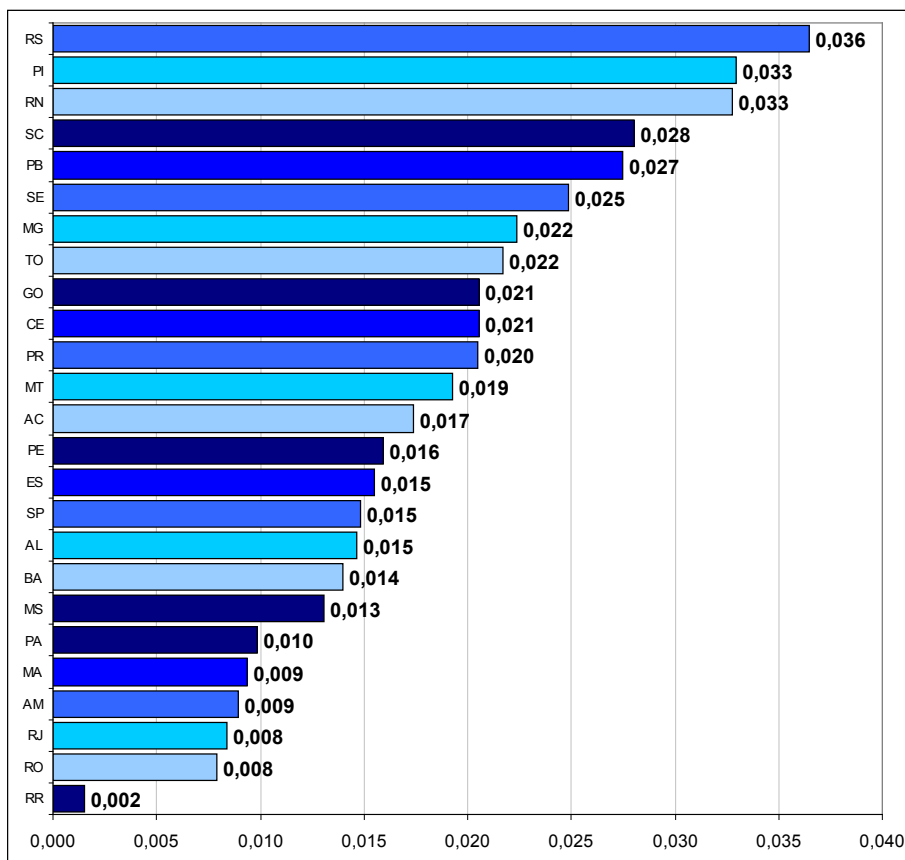
5 Média de óbitos por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso do fumo, por Estado

O Rio Grande do Sul possui o número mais expressivo de mortes causadas pelo cigarro. O Estado é composto por 496 Municípios com uma população de 10.695.532 habitantes⁷, dos quais 151 Municípios constataram óbitos pelo uso do fumo, chegando a 30,4% episódios, o que representa para cada mil habitantes 0,036 mortes.

Em segundo lugar temos empatados os Estados do Piauí com 3.119.015 habitantes⁷ e o Rio Grande do Norte com 3.168.133 habitantes⁷. O primeiro possui 224 Municípios, com um total de 66 que relataram a taxa de 0,033 mortes por uso do fumo. Já o segundo possui 167 Municípios, dos quais 35 possuem relatos, assim como no Piauí, de 0,033 mortes para cada mil habitantes.

Roraima é o Estado com a menor taxa de óbitos causados pelo uso do cigarro (0,002), onde apenas 1 Município dos 15 existentes relatou essa situação, ressaltamos aqui que este Estado é menos populoso se compararmos aos citados a cima, com apenas 451.227 habitantes⁷.

Gráfico 4 : demonstrativo da taxa de mortalidade para cada 1.000 habitantes decorrente do uso de fumo por Unidade Federativa



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Cálculo da Taxa e gráfico de elaboração da CNM.

5.1 Óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de fumo, classificados por sexo e idade da população

O uso contínuo e prolongado do tabaco levou a óbito no Brasil entre o ano de 2006 e 2010 um total de 4.625 pessoas, dentre essas 3.250 (70,27%) eram do sexo masculino e 1.375 (29,72%) do sexo feminino.

De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, pode se perceber que o tabagismo é um fator de risco considerável para diversos tipos de doenças, dentre elas vários tipos de câncer e doenças cardiovasculares⁹.

Essas informações permitem uma avaliação da dependência do tabaco na saúde da população e quais os efeitos dos programas de apoio aos fumantes, bem como é útil para o planejamento de novas ações de controle ao tabagismo.

Podemos afirmar que o maior número de óbitos em decorrência do fumo está concentrado na faixa etária acima dos 80 anos de idade, 1.045 (idosos), sendo a grande maioria das mortes de

peças do sexo masculino nessa faixa etária, um total de 627 óbitos, em relação às mulheres os óbitos também se concentram a partir dos 80 anos de idade, chegando a um total de 418 óbitos.

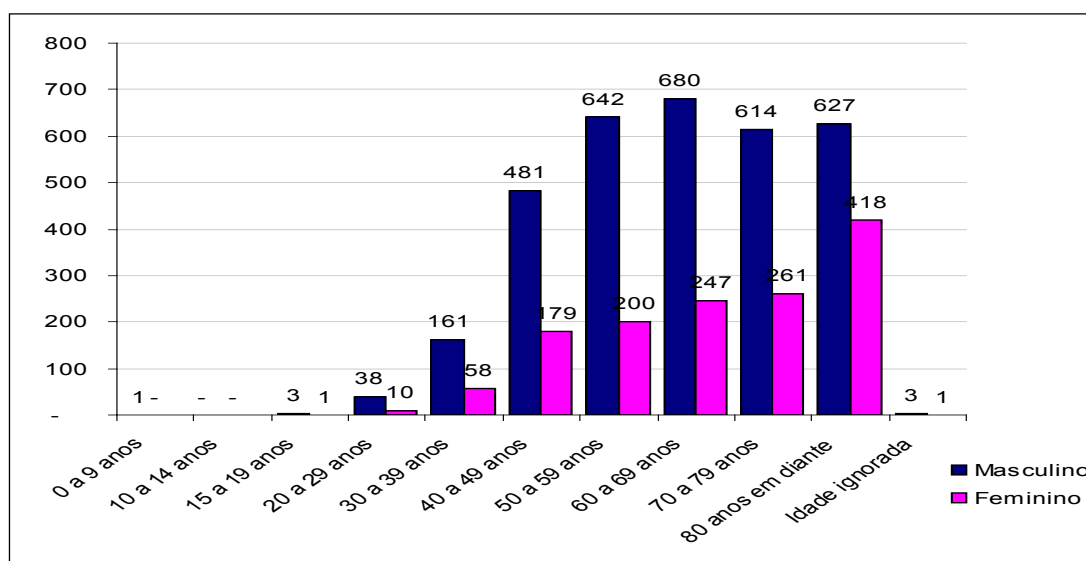
A partir dessas informações podemos perceber que o uso do tabaco começa cedo, o SIM aponta 1 óbito entre 0 e 9 anos de idade, sexo masculino.

É possível perceber também que o hábito de fumar perpassa pela maioria das faixas etárias, adolescentes, jovens, adultos e idosos vem morrendo por conta do uso do tabaco.

Os dados do SIM apontam que adultos e idosos (40 anos a 80 anos) são as principais vítimas do tabaco, dentro desse grupo de risco o maior número de óbitos ainda se concentra no sexo masculino, com um total de 3.044 mortes, já em relação ao sexo feminino esse número é duas vezes menor, um total de 1.305 óbitos em consequência do tabagismo.

Uma constatação como essa pode contribuir significativamente para uma avaliação quanto ao acesso ao sistema único de saúde – SUS, no caso das ações de apoio ao tabagista.

Gráfico 5: demonstrativo da quantidade de óbitos decorrente do uso de fumo distribuído por sexo e faixa etária da população



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Gráfico de elaboração da CNM.

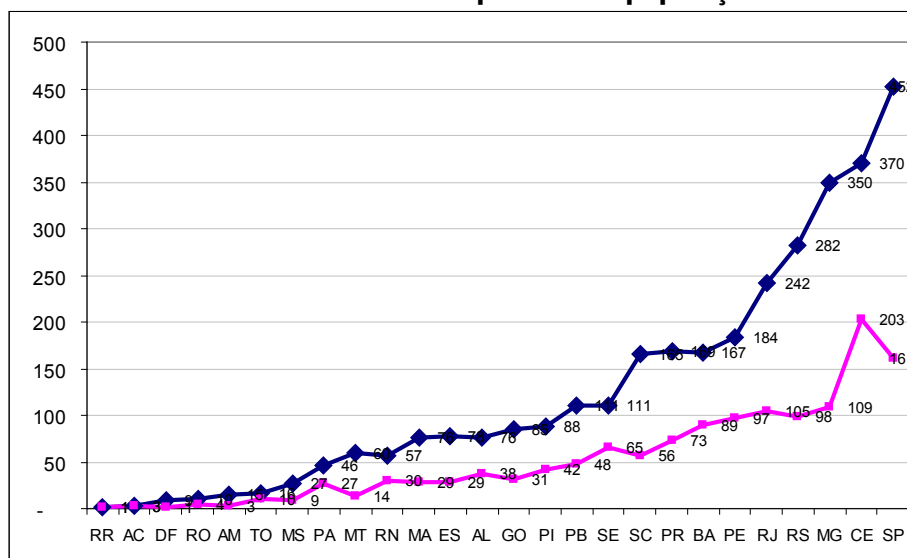
5.2 Óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de fumo, classificados por sexo

Dentro do período pesquisado o total de óbitos foi de 4.625, sendo que desses 3.250 (70,27%) óbitos são masculinos, já em relação às mulheres esse número cai 2,36 vezes e fecha em 1.375 (29,72%) mortes, o que comprova que os homens também são as principais vítimas do tabagismo.

São Paulo é o Estado com o maior número de óbitos masculinos atribuídos ao uso do tabaco, com um total de 452 mortes, e o Ceará é o Estado que concentra o maior número de óbitos femininos, 203 mortes.

O Estado do Amapá foi o único a não registrar óbitos em decorrência do fumo, em ambos os sexos nos períodos pesquisados.

Gráfico 6 : demonstrativo da quantidade de óbitos decorrente do uso de fumo distribuído por sexo da população



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Gráfico de elaboração da CNM.

6 Média de óbitos por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas, por Estado

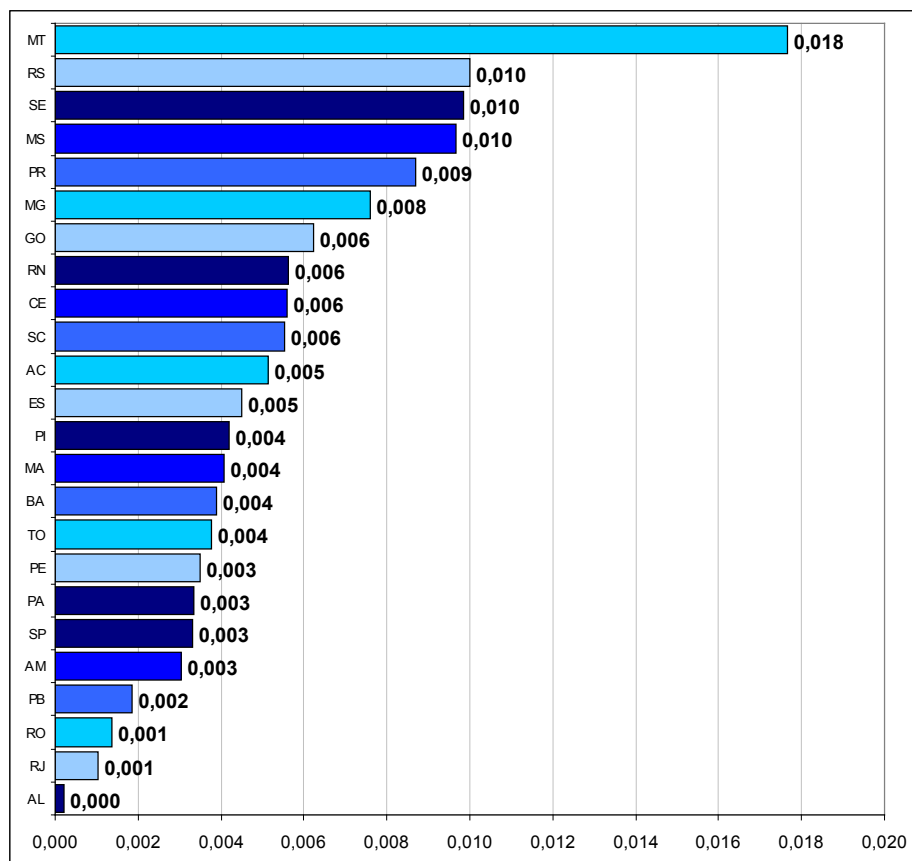
Esta categoria é utilizada quando se sabe que duas ou mais substâncias psicoativas estão envolvidas, não sendo possível, entretanto, identificar qual substância contribuiu mais para os transtornos⁸.

Com uma população⁷ de 3.033.991 habitantes, o Estado do Mato Grosso está em primeira posição em relação aos óbitos causados pelo uso de substâncias psicoativas com uma taxa de 0,018 mortes para cada mil habitantes. Esse número chama a atenção principalmente por apenas 9 dos 141 Municípios terem composto esse cadastro.

Em seguida estão os Estados do Rio Grande do Sul e Sergipe, empatados no quesito taxa de mortalidade referente ao uso de substâncias psicoativas, para cada mil habitantes a média é de 0,010. Enfatizamos que a população do Rio Grande do Sul é de 10.695.532 habitantes⁷, e que a população de Sergipe corresponde apenas 19,33% da população gaúcha.

Com nenhum registro de morte está o Estado de Alagoas, composto por 3.120.922 habitantes⁶ e 102 Municípios.

Gráfico 7: demonstrativo da taxa de mortalidade para cada 1.000 habitantes decorrente do uso de substâncias psicoativas por Unidade Federativa



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Cálculo da Taxa e gráfico de elaboração da CNM.

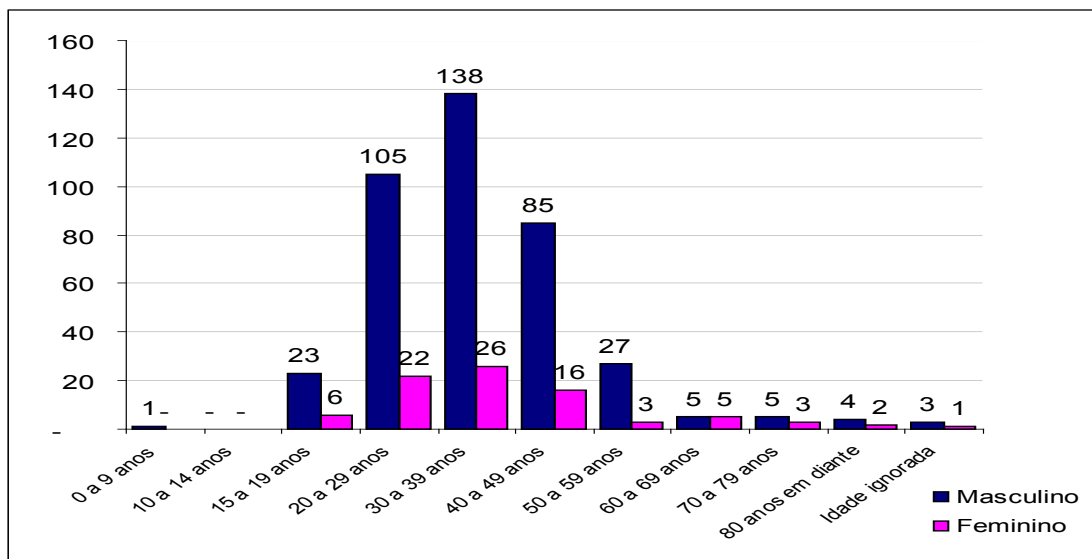
6.1 Óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas, classificados por sexo e faixa etária da população

O uso contínuo de outras substâncias psicoativas levou a óbito 480 homens e mulheres no período do ano de 2006 a 2010, desses 396 eram homens e 84 eram mulheres.

A maioria dos óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas está concentrada nas faixas etárias que vão dos 20 a 39 anos de idade (jovens e adultos), tanto para homens quanto para mulheres.

Foram registrados no SIM 243 mortes, sexo masculino, por uso de outras substâncias psicoativas, em relação as mulheres esse número cai significativamente, chegando a um total de 48 óbitos, um número 4 vezes menor, mas não menos relevante.

Gráfico 8: demonstrativo da quantidade de óbitos decorrente do uso de outras substâncias psicoativas distribuído por sexo e faixa etária da população



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Gráfico de elaboração da CNM.

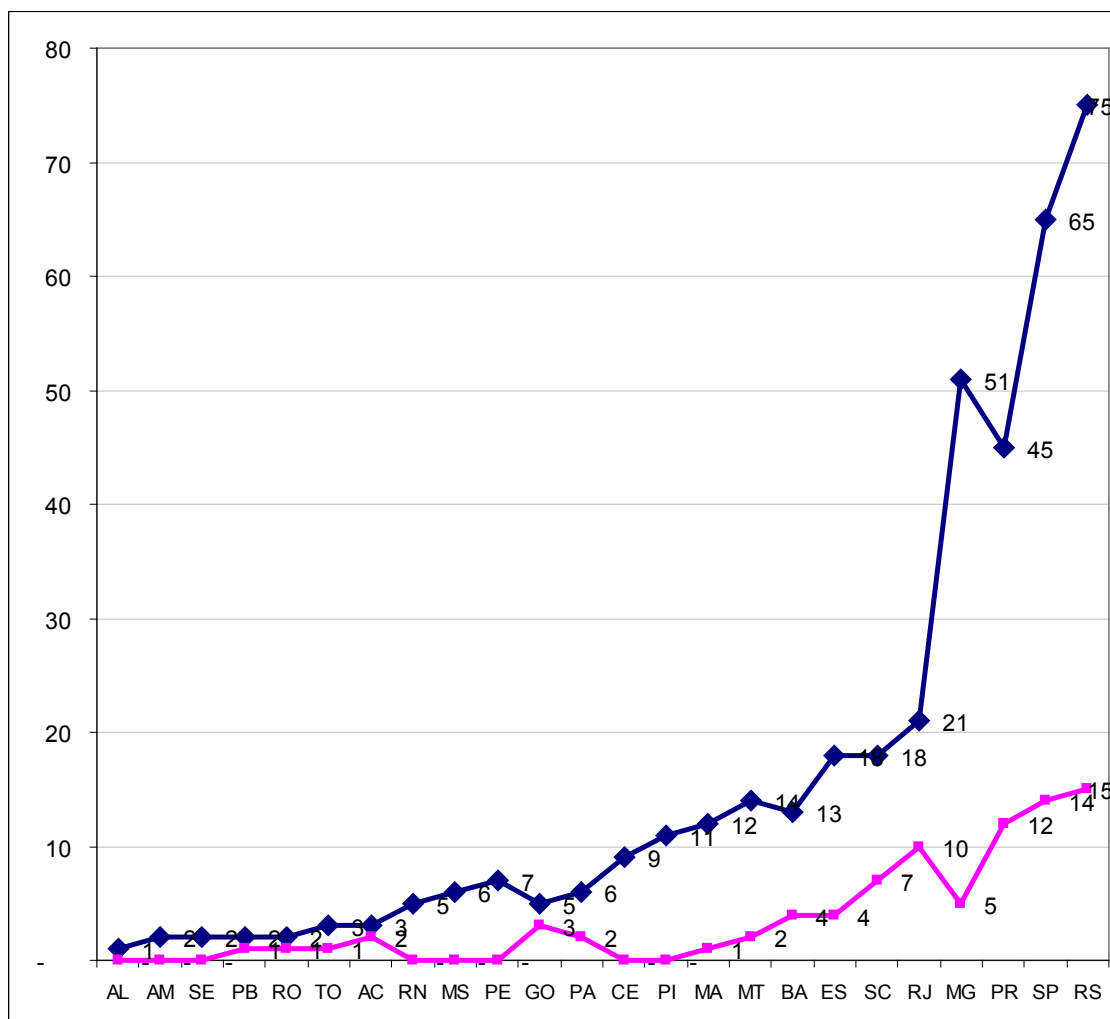
6.2 Óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas, classificados por sexo da população.

Outras substâncias psicoativas levaram a óbito 480 pessoas no País, no período pesquisado, 396 (76,87%) eram homens e 84 (17,50%) mulheres.

O Estado do Rio Grande do Sul é o líder em óbitos masculinos por conta de outras substâncias psicoativas, um total de 75 mortes, e segue na liderança também em relação aos óbitos femininos, fechando com 15 mortes.

Amapá, Roraima e Distrito federal também não registraram no Sistema de Informações sobre Mortalidade óbitos conseqüentes do uso de outras substâncias psicoativas no período pesquisado.

Gráfico 9: demonstrativo da quantidade de óbitos decorrente do uso de outras substâncias psicoativas distribuído por sexo da população



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Gráfico de elaboração da CNM.

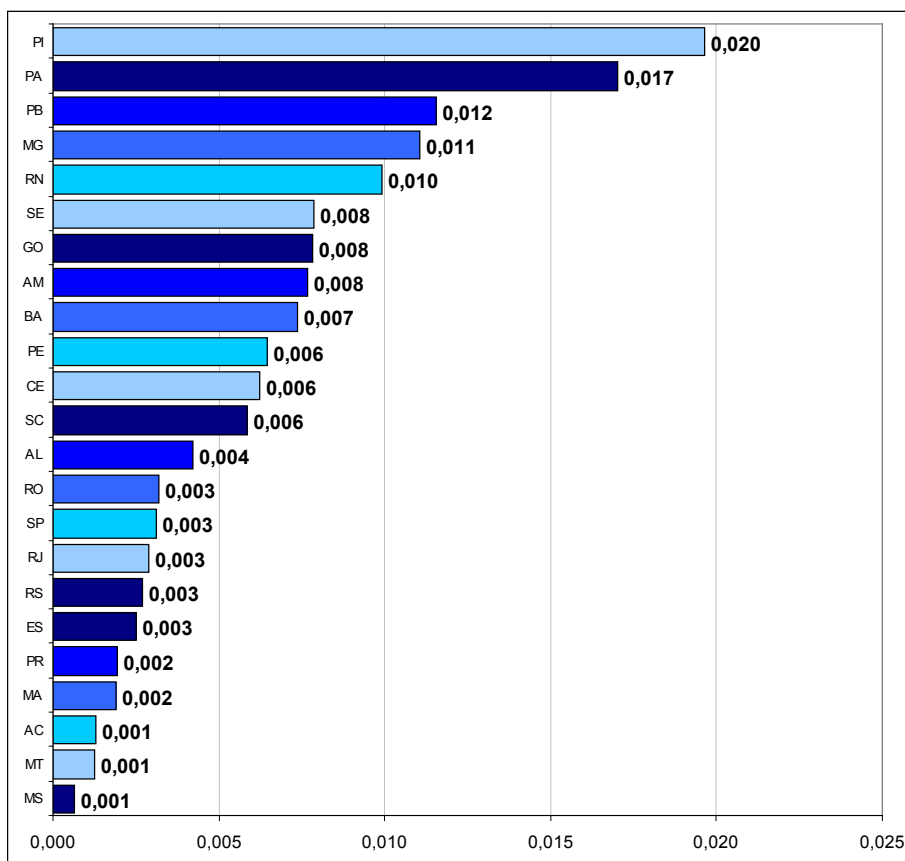
7 Média de óbitos por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de cocaína, por Estado

Em relação aos óbitos por transtornos mentais comportamentais devido ao uso de cocaína, o Estado que se destaca por ter o maior número de registros é o Piauí, com ocorrências em 4 (1,8%) municípios dos 224 existentes no Estado.

A taxa média de mortalidade foi de 0,020 para cada mil habitantes, sendo que o total de habitantes é de 3.119.015 segundo o último censo do IBGE.

Em segundo lugar nós temos o Estado do Pará, com uma taxa média de mortalidade de 0,017 onde a população total é de 7.588.078, isso corresponde a 1,4% dos municípios do Estado (2).

Gráfico 10: demonstrativo da taxa de mortalidade para cada 1.000 habitantes decorrente do uso de cocaína por Unidade Federativa.



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Cálculo da Taxa e gráfico de elaboração da CNM.

7.1 Óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de cocaína, classificados por sexo e faixa etária da população

A utilização de cocaína causou a morte de 354 pessoas, entre anos de 2006 e 2010. A faixa etária de maior representatividade foi entre 20 e 29 anos seguida por 30 e 39 anos, com uma diferença mínima e o sexo masculino teve uma predominância maior.

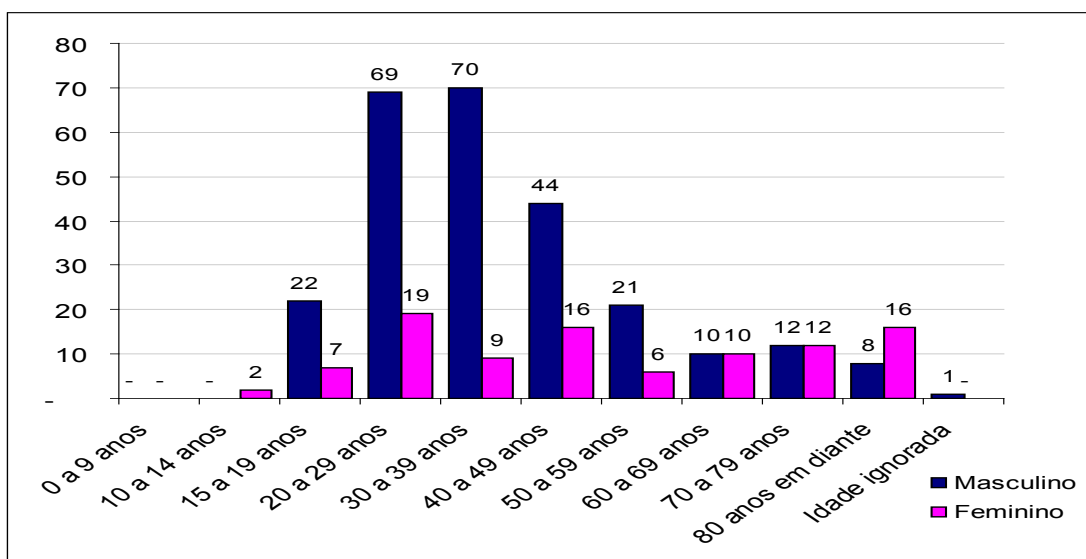
As mulheres com idades entre 20 e 29 anos morreram devido ao uso da cocaína, mas o que chama a atenção é que entre as faixas etárias de 50 a 59 anos e acima de 80 anos possuem 16 óbitos relacionados ao consumo deste produto. Mesmo sendo um número pouco representativo, há possibilidades de que estes números sejam subestimados ou mesmo pouco documentados. O fato é que essa classe de drogas é limitada a pequenos grupos de idosos que, talvez, já usavam drogas há muito tempo.

O uso desta droga tem atrativos característicos, pois produz sensações de prazer, energia, confiança e poder. No início ela faz com que o funcionamento mental melhore e o relacionamento social aparentemente se torne mais adaptado, entretanto, os aspectos positivos são apenas ilusórios.

Com o uso contínuo o ânimo e a sensação de prazer são cada vez menos duradouros. A ação da droga diminui seus efeitos, então se instalam Estados de profunda ansiedade e paranóia. Que podem chegar à psicose tóxica.

A cocaína pode ser fatal, às vezes de forma imprevisível. Existe uma minoria extremamente sensível ao seu uso, mas o mais comum é que as mortes pelo uso se dêem pela indução de arritmias cardíacas ou mesmo por overdose.

Gráfico 11: demonstrativo da quantidade de óbitos decorrente do uso de cocaína distribuído por sexo e faixa etária da população



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Gráfico de elaboração da CNM.

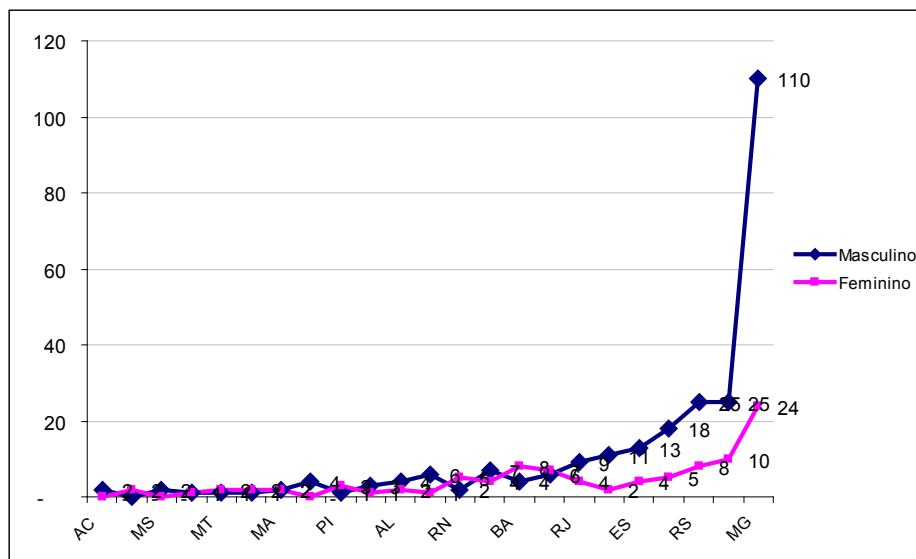
7.2 Óbitos causados por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de cocaína, classificados por sexo da população.

Os registros do SIM apontam um total de 354 óbitos em consequência do uso da cocaína, dentro desse total, 257 (72,59%) são homens e 97 (27,40%) são mulheres, pode-se concluir que aqui os homens continuam sendo as principais vítimas.

O Estado de Minas Gerais é o líder na quantidade de óbitos por transtorno mental comportamental devido o uso da cocaína em ambos os sexos, os óbitos masculinos fecharam com um total de 110 e os femininos em 24.

Amapá, Roraima, Tocantins e o Distrito Federal foram os únicos Estados da federação a não registrar óbitos consequentes do uso da cocaína no período pesquisado.

Gráfico 12: demonstrativo da quantidade de óbitos decorrente do uso de cocaína distribuído sexo da população



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM – Ministério da Saúde/MS. Gráfico de elaboração da CNM

Relação dos 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo uso de álcool para cada 1.000 habitantes no período de 2006 a 2010*

O álcool é uma substância que causa a dependência chamada popularmente de alcoolismo. O abuso de álcool é diferente do alcoolismo porque não inclui uma vontade incontrolável de beber, perda do controle ou dependência física, mas seu uso exagerado pode contribuir para o surgimento da doença.

Os dados do SIM mostram que os 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo uso do álcool, estão concentrados no Estado de Minas Gerais, onde 23 municípios se destacam, logo atrás temos o Estado do Paraná com 9 municípios, e em terceiro lugar aparece o Estado de São Paulo com 5 Municípios, outros Estados também se destacam como o do Rio Grande do Norte com 4 municípios, seguidos pelos Estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Esclarecemos aqui que essas taxas são calculadas pelo número de habitantes, portanto, os Municípios de menor porte onde houve uma única morte, por exemplo, a taxa tende a ser maior, essa regra é aplicada a todas as drogas lícitas e ilícitas citadas abaixo.

Os municípios com as maiores médias da taxa de mortalidade são Serra da Saudade/MG com uma média de 1,138 óbitos para cada 1000 habitantes, logo em seguida temos o município de Crisólita, também do Estado de Minas Gerais, com uma média de 0,351 mortes, em terceiro lugar aparece Nova Brasilândia no Estado do Mato Grosso com uma taxa média de mortalidade por uso do álcool de 0,337. Em quarto lugar está São João do Pacuí novamente um município do Estado de Minas Gerais, apresentando uma taxa média de 0,336 óbitos, e em quinto lugar está Cedro do Abaeté/MG.

A questão do alcoolismo está ligada aos costumes da sociedade, logo o consumo do álcool torna-se normal, comum, sociável, o problema é que esse consumo pode crescer em proporções diferentes dos serviços de saúde disponíveis para o usuário.

Município	UF	População em		Ordem
		2010	Média da Taxa 2006 a 2010	
Serra da Saudade/MG	MG	815	1,138	1
Crisólita/MG	MG	6.040	0,351	2
Nova Brasilândia/MT	MT	4.593	0,337	3
São João do Pacuí/MG	MG	4.066	0,336	4
Cedro do Abaeté/MG	MG	1.212	0,330	5
Tesouro/MT	MT	3.437	0,316	6
São José das Palmeiras/PR	PR	3.831	0,304	7
Antônio Olinto/PR	PR	7.351	0,294	8
Taboleiro Grande/RN	RN	2.317	0,288	9
Cacique Doble/RS	RS	4.865	0,286	10
Sebastião Barros/PI	PI	3.559	0,285	11
Areias/SP	SP	3.693	0,272	12
Martins/RN	RN	8.228	0,272	13
Estrela do Indaiá/MG	MG	3.515	0,272	14
Japaraíba/MG	MG	3.950	0,265	15
Inajá/PR	PR	2.988	0,265	16
Santa Rita de Ibitipoca/MG	MG	3.583	0,264	17
Iguaraçu/PR	PR	3.992	0,261	18
Dores do Turvo/MG	MG	4.439	0,258	19
Leandro Ferreira/MG	MG	3.205	0,255	20
São Gonçalo do Rio Preto/MG	MG	3.039	0,254	21
Cruz Machado/PR	PR	18.043	0,250	22
Borá/SP	SP	805	0,248	23
Rio Espera/MG	MG	6.078	0,245	24
Santana da Vargem/MG	MG	7.239	0,244	25
Itambaracá/PR	PR	6.759	0,240	26
Novo Machado/RS	RS	3.927	0,240	27
Itacuruba/PE	PE	4.369	0,239	28
Dores do Indaiá/MG	MG	13.781	0,239	29
Carmésia/MG	MG	2.460	0,237	30
Ribeirão do Pinhal/PR	PR	13.522	0,235	31
Salto do Itararé/PR	PR	5.178	0,235	32
Carnaubal/CE	CE	16.746	0,231	33
Biquinhas/MG	MG	2.634	0,229	34
Moema/MG	MG	7.028	0,226	35
São Tomé/PR	PR	5.349	0,225	36
Juti/MS	MS	5.900	0,223	37
Romaria/MG	MG	3.601	0,221	38
Janduís/RN	RN	5.350	0,221	39
Damolândia/GO	GO	2.747	0,221	40
Itaipé/MG	MG	11.798	0,218	41
Paraguaçu/MG	MG	20.241	0,218	42
Carmo da Mata/MG	MG	10.927	0,216	43
Lutécia/SP	SP	2.703	0,215	44
Paineiras/MG	MG	4.631	0,214	45
Joaquim Felício/MG	MG	4.305	0,214	46
Gonzaga/MG	MG	5.919	0,214	47
Bertópolis/MG	MG	4.498	0,214	48
Hulha Negra/RS	RS	6.048	0,213	49
São Francisco/SP	SP	2.793	0,212	50

Relação dos 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo fumo para cada 1.000 habitantes no período de 2006 a 2010

Apesar de ser uma das principais causas de morte evitável no mundo, o fumo aparece em segundo lugar nas causas de óbito no capítulo V do SIM na categoria CID 10. O uso do cigarro apresenta uma dinâmica diferenciada, pois muitos de seus usuários começam a fumar na adolescência, e o fato do cigarro conter diversas substâncias que causam dependência complementa esse diferencial.

Em relação aos Estados com as maiores médias da taxa de mortalidade devido o uso do tabaco nós temos o Rio Grande do Sul com 17 municípios, Minas Gerais com 7 municípios, em terceiro lugar aparece Santa Catarina com 6 municípios, não muito distante dessa realidade temos Rio Grande do Norte com 4 municípios na lista dos 50 com as maiores médias da taxa de mortalidade.

Outros Estados também aparecem nessa lista, como Goiás com 3 municípios, Piauí e São Paulo, Paraíba e Paraná com 2 municípios e com 1 município os Estados de Espírito Santo, Mato Grosso e Sergipe.

É possível observar que dos 50 primeiros municípios que lideram as médias das taxas de mortalidade devido o uso do tabaco o Estado do Rio Grande do Sul se destaca ao ocupar os 3 primeiros lugares, com os municípios de Caseiros apresentando uma média da taxa de mortalidade de 0,328 óbitos para cada 1000 habitantes (população de 3.007 habitantes segundo CENSO de 2010), logo atrás temos São Valério do Sul com 2.647 habitantes e uma média da taxa de mortalidade de 0,224 óbitos.

Ocupando o terceiro e quarto lugares temos São João da Urtiga, também do Estado do Rio Grande do Sul, com uma média da taxa de mortalidade de 0,202 óbitos, e Itaóca em São Paulo com uma média da taxa de mortalidade de 0,196.

O uso do tabaco está consolidado na vida cotidiana, na rotina das pessoas, tem ligações com aspectos psicológicos e sociais da vida dos indivíduos, o que torna a superação do vício algo mais difícil.

Município	UF	População em		Média da Taxa 2006 a 2010	Ordem
		2010			
Caseiros/RS	RS	3.007		0,328	1
São Valério do Sul/RS	RS	2.647		0,224	2
São João da Urtiga/RS	RS	4.726		0,202	3
Itaóca/SP	SP	3.228		0,196	4
Paim Filho/RS	RS	4.243		0,180	5
Mormaço/RS	RS	2.749		0,154	6
Leandro Ferreira/MG	MG	3.205		0,134	7
Trabiju/SP	SP	1.544		0,132	8
Lindóia do Sul/SC	SC	4.642		0,132	9
Linha Nova/RS	RS	1.624		0,131	10
Engenho Velho/RS	RS	1.530		0,126	11
Buriti dos Lopes/PI	PI	19.074		0,124	12
Coronel Pilar/RS	RS	1.725		0,120	13
Maximiliano de Almeida/RS	RS	4.907		0,119	14
Gentil/RS	RS	1.677		0,119	15
Viçosa/RN	RN	1.618		0,119	16
São João do Itaperiú/SC	SC	3.438		0,118	17
Seritinga/MG	MG	1.790		0,114	18
Altair/SP	SP	3.814		0,114	19
Pedro Teixeira/MG	MG	1.789		0,112	20
Campo Grande/RN	RN	9.289		0,109	21
Luzerna/SC	SC	5.599		0,108	22
Cajazeiras/PB	PB	58.437		0,104	23
Mucurici/ES	ES	5.672		0,104	24
Vanini/RS	RS	1.984		0,104	25
Caraúbas/RN	RN	19.582		0,102	26
Balneário Barra do Sul/SC	SC	8.423		0,101	27
Poço das Antas/RS	RS	2.017		0,101	28
Conceição da Barra de Minas/MG	MG	3.961		0,098	29
Alto Bela Vista/SC	SC	2.005		0,096	30
Lambari d'Oeste/MT	MT	5.438		0,096	31
Vila Maria/RS	RS	4.221		0,096	32
Porto Vera Cruz/RS	RS	1.852		0,096	33
Ouro Verde de Goiás/GO	GO	4.040		0,095	34
Aloândia/GO	GO	2.044		0,094	35
Itatiba do Sul/RS	RS	4.171		0,092	36
São Sebastião do Rio Verde/MG	MG	2.110		0,092	37
Socorro do Piauí/PI	PI	4.528		0,091	38
Dores do Turvo/MG	MG	4.439		0,090	39
Buriti de Goiás/GO	GO	2.561		0,089	40
Guaporema/PR	PR	2.218		0,089	41
Paraíso do Norte/PR	PR	11.781		0,087	42
Taboleiro Grande/RN	RN	2.317		0,086	43
Catolé do Rocha/PB	PB	28.766		0,086	44
Ibiaçá/RS	RS	4.710		0,084	45
Carira/SE	SE	19.990		0,082	46
Itapuca/RS	RS	2.337		0,081	47
São Gonçalo do Gurguéia/PI	PI	2.825		0,081	48
Palmeira/SC	SC	2.376		0,081	49
Rio Doce/MG	MG	2.468		0,081	50

Relação dos 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo uso de substâncias psicoativas para cada 1.000 habitantes no período de 2006 a 2010

A dependência de substâncias psicoativas é uma síndrome médica bem definida internacionalmente, cujo diagnóstico é realizado pela presença de uma variedade de sintomas que indicam que o indivíduo consumidor apresenta uma série de prejuízos e comprometimentos devido ao seu consumo. É considerada uma doença crônica quando essa acompanha o indivíduo por toda sua vida.

Esta categoria é utilizada no SIM quando a identidade exata de alguma ou mesmo de todas as substâncias psicoativas consumidas é incerta ou desconhecida, desde que muitos usuários de múltiplas drogas freqüentemente não sabem pormenores daquilo que consomem.

Dentre os 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade pelo uso de substâncias psicoativas, 11 são do Estado do Rio Grande do Sul, Minas Gerais aparece com 8, os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo aparecem com 5 municípios cada um, em seguida temos 4 municípios no Mato Grosso, 3 em Santa Catarina e 1 município nos Estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.

O município de Lajeado do Bugre no Rio Grande do Sul aparece como primeiro da lista na taxa de óbitos pelo uso de substâncias psicoativas com 0,080 mortes para cada 1000 habitantes, em seguida temos Indiavaí no Mato Grosso com 0,076 mortes a cada 1000 habitantes, em terceiro lugar aparece Prado Ferreira com 0,060 falecimentos e em quarta posição temos o município de Ipiacú em Minas Gerais com 0,046 óbitos para cada 1000 habitantes.

Município	UF	População em		Média da Taxa	Ordem
		2010	2006 a 2010		
Lajeado do Bugre/RS	RS	2.487	0,080	1	
Indiavaí/MT	MT	2.407	0,076	2	
Prado Ferreira/PR	PR	3.434	0,060	3	
Ipiaçu/MG	MG	4.106	0,046	4	
São Tomé/PR	PR	5.349	0,036	5	
Palmares do Sul/RS	RS	10.971	0,036	6	
Alto Paraguai/MT	MT	9.951	0,035	7	
São Nicolau/RS	RS	5.727	0,034	8	
Engenheiro Navarro/MG	MG	7.125	0,028	9	
Ouro/SC	SC	7.371	0,027	10	
Paverama/RS	RS	8.047	0,026	11	
Cachoeira Alta/GO	GO	10.539	0,024	12	
Rio Novo/MG	MG	8.715	0,023	13	
Frei Inocência/MG	MG	8.924	0,022	14	
Águia Branca/ES	ES	9.517	0,022	15	
Balsa Nova/PR	PR	11.294	0,018	16	
Cristais/MG	MG	11.301	0,018	17	
Pantano Grande/RS	RS	9.895	0,017	18	
Antas/BA	BA	17.078	0,017	19	
Malhador/SE	SE	12.056	0,017	20	
Eldorado/MS	MS	11.680	0,016	21	
Senador Pompeu/CE	CE	26.494	0,016	22	
Peabiru/PR	PR	13.622	0,015	23	
Itapetim/PE	PE	13.882	0,014	24	
Portão/RS	RS	30.881	0,014	25	
Água Clara/MS	MS	14.429	0,014	26	
Arroio dos Ratos/RS	RS	13.608	0,014	27	
Brasnorte/MT	MT	15.280	0,014	28	
Tabatinga/SP	SP	14.686	0,014	29	
Garopaba/SC	SC	18.144	0,013	30	
Colina/SP	SP	17.373	0,012	31	
Imbé/RS	RS	17.667	0,011	32	
São Domingos do Prata/MG	MG	17.352	0,011	33	
Três Barras/SC	SC	18.131	0,011	34	
Plácido de Castro/AC	AC	17.203	0,011	35	
Arroio Grande/RS	RS	18.469	0,011	36	
Nova Xavantina/MT	MT	19.475	0,011	37	
Ivoti/RS	RS	19.877	0,010	38	
Monte Sião/MG	MG	21.203	0,010	39	
Miracema do Tocantins/TO	TO	20.692	0,010	40	
Jandaia do Sul/PR	PR	20.283	0,010	41	
São Marcos/RS	RS	20.105	0,010	42	
Aparecida do Taboado/MS	MS	22.305	0,010	43	
Ivinhema/MS	MS	22.355	0,009	44	
Teodoro Sampaio/SP	SP	21.389	0,009	45	
Alcântara/MA	MA	21.852	0,009	46	
Dracena/SP	SP	43.263	0,009	47	
Belo Oriente/MG	MG	23.397	0,009	48	
Bela Vista/MS	MS	23.175	0,008	49	
Itararé/SP	SP	47.939	0,008	50	

Relação dos 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo uso de cocaína para cada 1.000 habitantes no período de 2006 a 2010

Extraída das folhas de uma planta encontrada exclusivamente na América do Sul, a cocaína é uma substância natural, que pode chegar até o consumidor sob variadas formas: em forma de um sal, mais conhecido como “pó”, que também é solúvel em água para uso intravenoso ou sob a forma de base, que pode ser transformada em crack ou merla.

O uso de cocaína por via intravenosa foi quase extinto no Brasil, pois foi substituído pelo crack, que provoca efeito semelhante, sendo tão potente quanto a cocaína injetada. A forma de uso do crack também favoreceu sua disseminação, já que não necessita de seringa — basta um cachimbo, na maioria das vezes improvisado, como, por exemplo, uma lata de alumínio furada.

Como forma impura da cocaína, o crack teve seu uso disseminado nos últimos 10 anos também pelo fato de ser um produto mais barato, de fácil acesso e com um poder de viciar muito rápido.

Dentre os 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade pelo uso de cocaína o Estado de Minas Gerais representa o maior número com 16 municípios, em seguida temos os Estado da Bahia com 4 municípios, e empatados os Estados de Pernambuco e Santa Catarina com 3 municípios cada um. Os Estados do Rio Grande do Norte, assim como Goiás, Pará, Paraíba, Piauí, Sergipe e São Paulo possuem 2 municípios com as maiores taxas de mortalidade devido ao uso da cocaína e com 1 município temos os Estados de Alagoas, Amazonas e Rio de Janeiro.

Embora o Estado do Piauí tenha apenas 2 municípios nesta listagem, a cidade de Jurema possui o maior número de falecimentos com 0,046 para cada 1000 habitantes, com uma diferença mínima aparece o Estado de Minas Gerais com o município de Espírito Santo do Dourado com 0,045 mortes para cada 1000 habitantes.

Município	UF	População em		Ordem
		2010	Média da Taxa 2006 a 2010	
Jurema/PI	PI	4.517	0,046	1
Espírito Santo do Dourado/MG	MG	4.429	0,045	2
Ressaquinha/MG	MG	4.686	0,044	3
Brás Pires/MG	MG	4.650	0,043	4
Massapê do Piauí/PI	PI	6.222	0,030	5
Galiléia/MG	MG	6.966	0,029	6
Magalhães Barata/PA	PA	8.115	0,025	7
Pintópolis/MG	MG	7.215	0,025	8
Riacho dos Cavalos/PB	PB	8.314	0,024	9
Estrela d'Oeste/SP	SP	8.208	0,023	10
Marcionílio Souza/BA	BA	10.508	0,023	11
Terra Nova/PE	PE	9.256	0,022	12
Balneário Arroio do Silva/SC	SC	9.590	0,021	13
Montividiu/GO	GO	10.576	0,020	14
Caetanópolis/MG	MG	10.227	0,020	15
São Domingos/SE	SE	10.257	0,019	16
Afonso Bezerra/RN	RN	10.879	0,018	17
Catunda/CE	CE	9.951	0,018	18
Chapada Gaúcha/MG	MG	10.792	0,018	19
Poçoão/PE	PE	11.242	0,016	20
Mozarlândia/GO	GO	13.403	0,015	21
Pendências/RN	RN	13.436	0,015	22
Santana do Matos/RN	RN	13.798	0,014	23
Fortim/CE	CE	14.851	0,013	24
Papagaios/MG	MG	14.171	0,013	25
Filadélfia/BA	BA	16.749	0,013	26
Anori/AM	AM	16.289	0,012	27
Três Barras/SC	SC	18.131	0,011	28
Jacupiranga/SP	SP	17.196	0,011	29
Barra Velha/SC	SC	22.403	0,010	30
Manga/MG	MG	19.846	0,010	31
Camanducaia/MG	MG	21.074	0,010	32
Itajuípe/BA	BA	21.094	0,010	33
Pedra/PE	PE	20.950	0,010	34
Capivari de Baixo/SC	SC	21.689	0,010	35
Joaquim Gomes/AL	AL	22.581	0,009	36
Santa Maria do Pará/PA	PA	23.033	0,009	37
Paraopeba/MG	MG	22.571	0,009	38
Abaeté/MG	MG	22.700	0,009	39
Ibiá/MG	MG	23.265	0,009	40
Santo Estêvão/BA	BA	47.901	0,009	41
Raul Soares/MG	MG	23.818	0,008	42
Miguel Pereira/RJ	RJ	24.647	0,008	43
Belo Horizonte/MG	MG	2.375.444	0,008	44
Trairi/CE	CE	51.432	0,008	45
Tamboril/CE	CE	25.455	0,008	46
Porto da Folha/SE	SE	27.124	0,007	47
Cajazeiras/PB	PB	58.437	0,007	48
Pedro Leopoldo/MG	MG	58.696	0,007	49
Toritama/PE	PE	35.631	0,007	50

Conclusão

Verificamos que a maioria das mortes são causadas pelo uso das respectivas substâncias: álcool, tabaco, substâncias psicoativas e cocaína.

O maior número de mortes causadas no Brasil é pelo uso do álcool com 34.573 pessoas e os Estados com maior incidência são Minas Gerais, São Paulo e Ceará.

Em segundo lugar temos o consumo do tabaco que levou a morte no período de 2006 a 2010 um total de 4.625 pessoas. Os Estados de São Paulo, Ceará e Minas Gerais estão no topo da lista segundo informações do SIM em relação ao óbito de fumantes.

Na terceira posição temos o uso de substâncias psicoativas, que englobam o uso concomitante e mais de um tipo de droga. Aqui temos o total 480 óbitos ocorridos entre 2006 e 2010, e os Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná são os que apresentam os dados mais expressivos.

Em último lugar temos as mortes causadas pelo uso de cocaína, totalizando 354 indivíduos. Os Estados, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), que apresentam o maior número de falecimentos registrados pelo uso da cocaína são Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Os óbitos causados decorrente do uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas citadas nesse estudo afetam em uma maior quantidade o sexo masculino.

Mostramos neste estudo também a relação dos 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo uso de álcool para cada 1.000 habitantes no período de 2006 a 2010, e os dados mostram que no Estado de Minas Gerais, 23 municípios se destacam, os Estado do Paraná com 9 municípios, em terceiro lugar aparece o Estado de São Paulo com 5 Municípios. Outros Estados também se destacam como o do Rio Grande do Norte com 4 municípios, seguidos pelos Estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Referente à relação dos 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo fumo temos o Rio Grande do Sul com 17 municípios, Minas Gerais com 7 municípios, em terceiro lugar aparece Santa Catarina com 6 municípios, e Rio Grande do Norte com 4 municípios.

Outros Estados também aparecem nessa lista, como Goiás com 3 municípios, Piauí e São Paulo, Paraíba e Paraná com 2 municípios e com 1 município os Estados de Espírito Santo, Mato Grosso e Sergipe.

Concernente a relação dos 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo uso de substâncias psicoativas, 11 são do Estado do Rio Grande do Sul, Minas Gerais aparece com 8, os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo aparecem com 5 municípios cada um, em seguida temos 4 municípios no Mato Grosso, 3 em Santa Catarina e 1 município nos Estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.

Relativo aos 50 municípios com as maiores taxas de mortalidade bruta pelo uso de cocaína para cada 1.000 habitantes no período de 2006 a 2010 o Estado de Minas Gerais representa o maior número com 16 municípios, em seguida temos os Estado da Bahia com 4 municípios, e empatados os Estados de Pernambuco e Santa Catarina com 3 municípios cada um. Os Estados do Rio Grande do Norte, assim como Goiás, Pará, Paraíba, Piauí, Sergipe e São Paulo possuem 2 municípios com as maiores taxas de mortalidade devido ao uso da cocaína e com 1 município temos os Estados de Alagoas, Amazonas e Rio de Janeiro.

O Sistema de Informações sobre Mortalidade é uma ferramenta nova, e os critérios de preenchimento da declaração de óbitos, documento que serve para alimentar o SIM, é extenso, o que acaba por contribuir com uma demora no processamento dessas informações e conseqüentemente na disponibilização delas.

Outro fato que pode ser analisado é a questão da fidelidade da informação, a extensão da declaração de óbito faz com que os médicos preencham apenas parte dela, causa e local do óbito com isso a causa do óbito muitas das vezes pode não ser declarada de forma fiel, pois há ainda um preconceito latente em relação à questão das drogas no Brasil, uma vez que essa não é tratada como questão de saúde pública, observando fatores psicossociais que contribuem para o uso dessas substâncias.

Concluimos também que o SIM é um sistema complexo, são várias etapas até sua conclusão, porém esse é a forma mais utilizada no País e a única que fornece informações acerca do tema da mortalidade relacionada ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

Bibliografia

<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php> acessado em 01/12/2011;

Carvalho DM. Grandes sistemas nacionais de informação em saúde: revisão e discussão da situação atual. *Inf Epidem SUS*. 1997; 4: 7-46.

Ministério da Saúde. Sistemas de informação em saúde e a vigilância epidemiológica. In: *Guia de Vigilância Epidemiológica*. Brasília: FUNASA; 1998.

Moraes IHS. *Informações em saúde: da prática fragmentada ao exercício da cidadania*. São Paulo. Rio de Janeiro: Hucitec. Abrasco; 1994.

<http://www.brasilecola.com/biologia/a-classificacao-das-drogas.htm>. Acessado em 2/12/2011.

Soldera M, Dalgarrondo P, Côrrea Filho HR, Silva CAM. Uso de drogas psicotrópicas por estudantes: prevalência e fatores sociais associados. *Rev.Saúde Pública* 2004; 38(2):277-283.

<http://www.ibge.com.br>. Acessado em 09/12/2011.

<http://www.fassinra.com.br>. Acessado em 09/12/2011.

<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v17n1/v17n1a05.pdf>. Acessado em 12/12/2011.

2

As mortes e as internações por acidentes de trânsito no Brasil de 2000 a 2010: o crescimento da frota brasileira de veículos e suas conseqüências

Apresentação

A Confederação Nacional de Municípios – CNM é uma entidade civil, sem fins lucrativos e de representação dos municípios brasileiros, lutando por sua autonomia e valorização há mais de 30 anos. O objetivo maior da CNM é consolidar o movimento municipalista, fortalecer a autonomia dos Municípios e se consolidar como Entidade de referência mundial na representação municipal, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem a excelência na gestão e na qualidade de vida da população.

Entre as ações voltadas ao fortalecimento da gestão municipal está a produção de pesquisas e estudos técnicos nas diversas áreas de atuação dos Municípios e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas voltadas à modernização da gestão e à inclusão digital dos Municípios.

Com a realização de estudos técnicos em diversas temáticas, a Confederação Nacional de Municípios pretende subsidiar os gestores municipais com informações técnicas úteis, atualizadas e de fácil compreensão, de forma a subsidiar a criação de políticas públicas adequadas à realidade local e reorganizarem a máquina administrativa de forma responsável.

O presente estudo traz uma atualização detalhada dos dados sobre mortes no trânsito brasileiro até 2010, com uma análise técnica direcionada aos focos mais críticos do problema. Além disso, avança na interpretação do fenômeno da acidentalidade, levando em conta os fatores sociais, políticos e econômicos. Também interpreta o atual cenário e as perspectivas para reversão do atual quadro de acidentalidade.

Este trabalho vem para informar aos gestores sobre a situação deste problema social no país e para incentivá-los a tomarem medidas práticas passíveis de auxiliar na redução das mortes no trânsito brasileiro.

Introdução

Segundo a Organização Mundial de Saúde, países de rendas baixas e médias têm maiores taxas de mortes por acidentes de trânsito do que países de alta renda. Mais de 90% das mortes nas estradas do mundo todo ocorrem nos países mais pobres, que têm apenas 48% da frota mundial de veículos¹.

No final de 2009, a CNM lançou seu primeiro estudo sobre a mortalidade no trânsito brasileiro², com a finalidade de investigar a fundo esse panorama no país. Usando como fonte a base de dados de óbitos por acidentes de transportes terrestres do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Ministério da Saúde, constatou-se que as fatalidades em acidentes de trânsito (AT) no Brasil são alarmantes e crescentes. A quantidade de óbitos em 2007 havia chegado a 37.407, o que significa uma média de 102 mortes por AT ao dia e uma taxa de 19,8 mortes a cada 100 mil habitantes. Constatou-se também que essas fatalidades estavam crescendo a cada ano, chegando a um aumento de 30% de 2000 a 2007.

A análise mostrou que Santa Catarina possuía a maior taxa média (2005 a 2007) de mortes a cada 100 mil/ hab. do país (33,1). Mato Grosso do Sul (30,4), Paraná (29,8), Mato Grosso (29,6) e Roraima (29,6) apresentaram também altos coeficientes. A maior parte dos Municípios com as maiores taxas do país eram de Santa Catarina. O mapeamento das mortes por AT nas capitais mostrou que as de menor porte populacional eram as que possuíam as maiores taxas. Boa Vista/RR ficou em primeiro lugar (34,2), seguida por Palmas/TO (31,4) e Campo Grande/MS (29,6). Capitais de Estados mais desenvolvidos apresentaram taxas bem menores: São Paulo (14,6), Porto Alegre (13,3) e Rio de Janeiro (14,4). As capitais do Nordeste lideraram com as menores taxas: Natal (8,5) e Salvador (10,6). Por outro lado, quando o cálculo da razão é feito segundo a frota de veículos locais, muitos Estados do Nordeste passaram para os primeiros lugares do *ranking*.

Quanto ao perfil das vítimas, observou-se que a maioria das vítimas fatais eram homens jovens de cidades de pequeno e médio porte. Em todos os anos analisados, cerca de 80% das mortes foram do sexo masculino, em sua maioria na faixa etária de 20 a 39 anos. As mulheres se envolveram 4,5 vezes menos em acidentes de trânsito com mortes do que os homens, mostrando o quanto são mais responsáveis e cuidadosas ao volante. Em todos os anos analisados, uma média de 30% das mortes foi por atropelamentos de pedestres. Os acidentes envolvendo motos já estavam sinalizando uma trajetória ascendente, saltando de 9% do total de mortes em 2000 para 22% em 2007. Esse dado já refletia o aumento da frota de motos nas ruas do país, fato que continua a se repetir, como veremos adiante.

1 Global status report on road safety: time for action. Geneva, World Health Organization, 2009 (www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2009).

2 O Estudo "Mapeamentos das Mortes por Acidentes de Trânsito no Brasil", lançado pela CNM em dezembro de 2009, pode ser acessado em: http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=97&Itemid=4

Em comparação aos países desenvolvidos, constatou-se neste último estudo que, proporcionalmente à população, o trânsito brasileiro estava matando 2,5 vezes mais do que o norte americano (EUA) e 3,7 vezes mais do que o europeu (União Européia). Em 2008, enquanto os Estados Unidos obtiveram uma taxa de 12,5 mortes a cada 100 mil habitantes, o Brasil obteve uma taxa aproximada de 30,1, sendo que a frota de carros norte americana é o triplo da brasileira.

O relatório mais recente lançado pelo International Traffic Safety Data and Analysis Group (IRTAD) mostra que muitos países estão reduzindo as fatalidades no trânsito a cada ano, caminho que não vem sendo seguido pelo Brasil. Com taxas atualizadas até 2009, constatou-se reduções impressionantes em muitos países que se empenham no tratamento da questão. Em países da Europa, da Oceania e da América do Norte, as taxas de mortes no trânsito eram muito altas na década de 70, muito parecidas com as do Brasil na atualidade. Como exemplo, podemos citar a Austrália, que em 1970 tinha uma taxa de 30,4 mortes a cada 100 mil habitantes, e em 2009 já reduziu para 6,8. Reduções drásticas também se apresentaram na Áustria (de 34,5 para 7,6), Bélgica (de 31,8 para 8,9), França (de 32,6 para 6,8), Eslovênia (de 35,8 para 8,4), Estados Unidos (de 25,8 para 11,1), entre outros³.

No presente estudo, que traz também os dados definitivos de 2008 a 2010, constatamos que o Brasil continua seguindo um caminho inverso aos países exemplificados acima. Em 1971, a taxa de mortes por AT em nosso país era de 11,1 a cada 100 mil habitantes (dado do DENATRAN), sendo que em 2010 passou para 22,5. A taxa nacional está seguindo um caminho preocupante, não demonstra sinais de queda⁴.

Ano	População	Óbitos por AT	Taxa a cada 100 mil/hab
2000	169.799.170	28.995	17,1
2001	172.381.455	30.524	17,7
2002	174.632.960	32.753	18,8
2003	176.871.437	33.139	18,7
2004	181.586.030	35.105	19,3
2005	184.184.264	35.994	19,5
2006	186.770.560	36.367	19,5
2007	189.335.191	37.407	19,8
2008	189.612.814	38.273	20,2
2009	191.481.045	37.594	19,6
2010	190.755.799	42.844	22,5

Fonte: IBGE/Censos demográficos (1991, 2000 e 2010), contagem populacional (1996) e projeções e estimativas demográficas MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (elaboração CNM)

Mais preocupante ainda vem sendo a evolução dos acidentes de moto no Brasil. A partir de 2007, a quantidade de mortes por acidentes de moto começou a ultrapassar a quantidade de mortes

3 IRTAD Road Safety 2010. Annual Report. International Transport Forum. (www.irtad.net)

4 A taxa de 2009 não pode ser considerada, pois a população brasileira foi super estimada pelo IBGE neste ano.

por acidentes de carro, mesmo sendo a frota de motos três vezes menor. A frota de motos quadruplicou no período de 2000 a 2010, fator que potencializou enormemente a quantidade de acidentes com mortes e a quantidade de internações em hospitais. O número de mortes em acidentes com carros cresceu 72% de 2000 a 2010, enquanto a frota cresceu 76%. Já o número de mortes em acidentes com motos cresceu 339% no mesmo período, com um aumento de frota de 293%.

É interessante ponderar que na última década a população brasileira cresceu 11%, a frota de automóveis cresceu 86% e a frota de motos cresceu 257%. As taxas de mortes por acidentes com automóveis e com motos segundo a população mostram como o risco de óbito por AT vem aumentando em ambos os tipos de acidentes. No entanto, a taxa de mortes por AT com motocicleta tem um crescimento progressivo e mais acentuado, passando de 1,5 mortes a cada 100 mil habitantes em 2000, para 5,7 em 2010.

As taxas de mortes segundo a frota de motocicletas são maiores do que as de acidentes com automóveis em todas as unidades da federação, com quadros mais alarmantes concentrados no Nordeste. Sergipe apresentou uma taxa de 17,2 mortes a cada 10 mil motocicletas; Piauí (16,0), Maranhão (10,3), Pernambuco (10,0), Rio Grande do Norte (9,4). As menores taxas são do Amapá (1,2), Acre (1,9), Rio Grande do Sul (3,9) e Minas Gerais (4,1).

Uma questão que não pode ser deixada de lado é a relativa à morte de pedestres. Em 2000, 30% das mortes por AT foram de pedestres (atropelamentos), 18% de vítimas ocupantes de automóveis, 9% de ocupantes de motocicletas e 3% de ciclistas. Ou seja, quando se fala em mortes no trânsito, devemos levar em consideração que a maioria delas se trata de pedestres atropelados e não de acidentes com automóveis. No entanto, essa proporção de atropelamentos vem caindo a cada ano e sendo ultrapassada pelas mortes por acidentes com motos. Em 2000, morreram 8.696 pessoas em decorrência de atropelamentos e 2.465 em decorrência de acidentes com motocicleta.

Já em 2010, esse quadro claramente se inverte, morrendo 9.944 pedestres e 10.825 motociclistas. É importante frisar que as mortes por atropelamentos não diminuíram, mas sim as mortes de motociclistas que cresceram em demasia. Em capitais como Belém e Rio de Janeiro, mais de 50% das vítimas fatais em acidentes de trânsito em 2010 foram pedestres. Manaus, Fortaleza, Salvador e São Paulo também registram altos índices de pedestres mortos no trânsito, ultrapassando as mortes por acidentes de carro e moto.

O presente estudo também traz uma análise das internações por acidentes de trânsito de 2000 a 2010. Os dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS/ MS mostram que foram realizadas no Brasil, em 2011, 153.631 internações de vítimas de acidentes de trânsito, maior quantidade desde 2000. Os anos de 2010 e 2011 tiveram um aumento mais intenso de internações. Consequentemente, as taxas aumentaram bastante, chegando a 79,9 internações por AT a cada 100 mil habitantes em 2011.

Metodologia

Os números referentes às mortes por acidentes por transportes terrestres utilizados neste estudo foram consolidados com base no banco de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do SUS (Datasus), Ministério da Saúde (MS). Essa base online atualmente informa todos os tipos de mortes por causas externas ocorridas no País a partir de 1979.

Esse Sistema de Informações sobre Mortalidade é administrado pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde, em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de saúde. Ele é constituído com base em dados enviados pelas secretarias de saúde municipais e estaduais, que informam sobre os atestados de óbitos registrados nos cartórios de seus respectivos municípios. A alimentação do sistema é constante, mas os dados só são divulgados pelo Ministério da Saúde anualmente, com dois anos de defasagem. Atualmente, o sistema informa dados das mortes ocorridas até 2010. Esses números de 2010 já são os definitivos.

Trata-se de uma das bases mais avançadas da América Latina no assunto, porém também se deve levar em consideração uma margem de sub-registro ainda não identificada claramente. Esse sub-registro de mortes, não só em acidentes de trânsito, se deve à ocorrência de inúmeros sepultamentos sem que se lavre e registre o atestado de óbito, documento essencial para a formação do banco de dados do Ministério da Saúde.

Os dados referentes às mortes por acidentes por transportes terrestres usados neste estudo se referem aos óbitos por causas externas da Categoria V01 a V89 da Classificação Internacional de Doenças – CID 10. Para o levantamento das mortes por acidentes de moto foi utilizada a Categoria CID 10 – V20 a V29. Os dados referentes às frotas de veículos foram retirados do site oficial do DENATRAN. Nos números totais das frotas de motos do país não foram computadas as “motonetas”.

Para se expor o risco de morte em acidentes de trânsito no Brasil e nas unidades da federação calculou-se taxas segundo a população (internações) e segundo a frota de veículos (óbitos). Tem havido um debate internacional sobre qual medida é mais apropriada como indicador do nível do problema. Afirma-se que os profissionais de saúde preferem usar a taxa segundo a população, pois assim é possível comparar com outras taxas relacionadas a outras causas de morte como doenças e homicídios. A taxa segundo a população também é um indicador útil para comparar riscos entre países com nível similar de motorização.

Alguns países mais desenvolvidos em suas análises calculam as fatalidades segundo a distância percorrida pelos veículos. Esse é considerado o indicador mais objetivo para descrever o risco nas estradas, porém ainda não é usado no Brasil. A maioria dos países também adota a taxa de mortes a cada 10.000 veículos, usada no presente estudo, uma alternativa quando a distância

percorrida pelos veículos é desconhecida. Esse indicador requer estatísticas confiáveis sobre o número de veículos registrados. Em alguns países, veículos danificados com perda total não são sistematicamente removidos das bases de dados, prejudicando sua precisão. No Brasil, além disso, é possível também que exista uma quantidade razoável de carros e motos não registradas, o que prejudica parcialmente a precisão da taxa. Porém, como tem havido um crescimento acentuado das frotas, esse indicador está sendo útil para mostrar o quanto os acidentes aumentam à medida que há uma maior circulação deste tipo de veículo nas ruas do país.

1. Legislação e políticas públicas para o trânsito

No dia 02 de março de 2010, a Assembléia Geral das Nações Unidas lançou o período de 2011 a 2020 como a “Década de Ações para a Segurança no Trânsito”. A resolução recomenda aos países membro da ONU a elaborarem um plano diretor para guiar as ações sobre segurança no trânsito no decênio, com a meta de estabilizar e reduzir em até 50% os acidentes de trânsito em todo o mundo.

A ação surgiu com base em dados da Organização Mundial de Saúde, que estimou cerca de 1,3 milhões de mortes por acidente de trânsito em 178 países no ano de 2009. Segundo ainda a OMS, no mundo, os acidentes de trânsito representam 1ª causa de morte na faixa de 15 a 29 anos. Os custos dos acidentes de trânsito já foram estimados em 1 a 2% dos PIB dos países, e nos países de baixa e média renda o trânsito responde pela sobrecarga de prontos-socorros, cerca de metade da ocupação dos centros cirúrgicos e entre 30% a 86% das hospitalizações (com uma média de 20 dias de internação).

Existe uma grande preocupação em relação ao aumento dos índices de motorização dos países pobres e emergentes, sem equivalente investimento na segurança viária. Este quadro é exatamente o que vem ocorrendo no Brasil, e com o apoio maciço do governo, ao reduzir impostos para que a população adquira mais veículos. O investimento na melhoria do transporte público ainda é baixo.

Como resposta à resolução da ONU, os Ministérios da Saúde e das Cidades lançaram, em maio de 2011, o Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Pacto pela Vida. A meta é estabilizar e reduzir o número de mortes e lesões em acidentes de transporte terrestre nos próximos dez anos. Tais ministérios assumiram que o Brasil está vivendo uma epidemia de acidentes de motocicleta, com uma explosão nos atendimentos hospitalares e nos gastos com internações por acidentes de moto, que dobraram entre 2007 e 2010. Em 2010, foram 150 mil internações por cau-

sa de acidentes. Uma das propostas do MS é fixar metas para redução do número de acidentes nos estados⁵.

Todavia, esse propósito não pode ser perseguido isoladamente, sem levar em conta o cenário brasileiro e suas condições políticas, econômicas e sociais. Em primeiro lugar, é preciso que a redução do nível de acidentalidade seja uma prioridade de Estado, perseguida pelos três níveis de governo. Avulta a necessidade de legislação adequada e o esforço estatal na fiscalização, sinalização e educação de trânsito.

Percebendo o quadro dramático de mortes no trânsito, o legislador ofereceu ao país o novo Código de Trânsito Brasileiro – CTB, aprovado em 1997 e em vigor desde janeiro de 1998. O CTB nasceu, após cerca de 3 anos de debates com a sociedade, como instrumento capaz de reverter o quadro negativo da acidentalidade. Estabeleceu sanções pecuniárias como forma de fazer doer o bolso dos infratores. Instituiu penas restritivas ao direito de dirigir com os institutos da suspensão e cassação da habilitação. E foi mais além: na tentativa de desestimular os infratores contumazes criou um capítulo só para crimes de trânsito.

Após quase 15 anos de vigência do CTB verifica-se que o quadro de acidentes não se modificou positivamente. Primeiro porque a lei vem revelando falhas e lacunas imensas. Segundo porque as medidas complementares, como investimento em infraestrutura viária, educação e fiscalização de trânsito são ineficientes. Ou seja, para o Estado, trânsito não é prioridade. E a lei, por si só, não opera milagres.

O aspecto legal tem no CTB uma norma enciclopédica que trouxe overdoses de direitos e obrigações quase impossíveis de serem implementadas. A norma restou banalizada. A gama de infrações de trânsito é enorme e os infratores, quando autuados, têm à disposição amplo direito de defesa em processos administrativos que se arrastam anos. Boa parte das penalidades sequer é aplicada por falta de estrutura dos órgãos de trânsito para dar celeridade aos processos. E as penas restritivas do direito de dirigir muitas vezes deixam de ser aplicadas devido à prescrição. Nos casos em que os processos são concluídos, os infratores deixam de pagar as multas, preferindo circular com os veículos sem licenciamento, apostando na ineficiência da fiscalização. Os DETRANs estimam que cerca de 40% dos veículos em circulação estão em situação irregular. Incluem-se aí veículos não licenciados e condutores com direito de dirigir suspenso. O sistema falho acaba empurrando

5 AÇÕES E COMPROMISSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 1. Aprimoramento e Integração das bases de dados dos vários setores (Segurança Pública, Saúde, Transporte/Trânsito e outros) para a produção de análises de tendências e cenários, monitoramento de indicadores e identificação de pontos críticos (áreas quentes) de ocorrências das lesões e mortes no trânsito; 2. Vigilância dos fatores de risco e proteção relacionados às ocorrências das lesões e mortes no trânsito; 3. Prevenção de violências e acidentes por meio da Rede Nacional de Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde; 4. Implementação da Rede de Atenção às Urgências com priorização nas vítimas do trânsito (ênfase em motociclistas); 5. Apoio aos Estados e Municípios nas ações educativas, preventivas e de promoção à saúde em articulação com outros setores governamentais e com a sociedade civil, a exemplo do Projeto de Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito e do Projeto Vida no Trânsito; 6. Advocacy na implementação de leis protetoras da vida e na implementação de espaços seguros e saudáveis; 7. Desenvolvimento de estudos e pesquisas e a capacitação de recursos humanos, dentre outras ações voltadas para a vigilância e prevenção das lesões e mortes no trânsito. http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=37121

do as pessoas para uma situação de clandestinidade. Os maus condutores não veem motivos para respeitar as normas de trânsito, apostando na letargia do Estado, e os bons acabam se contagiando com os maus exemplos.

De outro lado, o DENATRAN, como órgão executivo máximo de trânsito, não encontra respaldo oficial para desenvolver programas efetivos de combate aos acidentes. O órgão deveria ser transformado em autarquia, com quadro de pessoal e orçamento compatível com sua responsabilidade.

Hoje o DENATRAN é um departamento vinculado ao Ministério das Cidades, sem orçamento compatível e sem quadro de pessoal próprio. Inadmissível que um país continental, com um sistema viário gigantesco e onde morrem milhares de pessoas por ano vítimas de acidentes, não tenha sequer um órgão de trânsito federal com pessoal próprio e capacitado. As campanhas de educação de trânsito são tímidas e sazonais. Na verdade, há omissão do Governo Federal com relação ao trânsito, já que não aplica as receitas do FUNSET e do Seguro Obrigatório como determina a lei. Os recursos do trânsito têm engordado o caixa do Tesouro com o objetivo de gerar superávit fiscal.

O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET é um fundo destinado à segurança e educação de trânsito. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece que 5% do valor das multas de trânsito deve ser depositado mensalmente na conta do FUNSET, cuja gestão é do Denatran. A arrecadação é superior a R\$ 1 bilhão por ano, e quase nada é destinado à sua finalidade. Já o Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores) foi criado em 1974 para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social. Um dos objetivos do Seguro DPVAT é contribuir com a manutenção da saúde pública e com a política nacional de trânsito. Do total arrecadado pelo Seguro DPVAT, 45% são destinados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, e 5% ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, para aplicação em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Em 2011, a arrecadação bruta do DPVAT foi de cerca de R\$ 7 bilhões. Pouco desse valor chegou a seu destino. Mas o desvio de finalidade dos recursos contingenciados é uma prática que se estende aos estados. A maioria dos governos estaduais utiliza os recursos arrecadados pelos DETRANS para cobrir despesas gerais, numa clara afronta às normas legais.

Em termos de mobilidade, portanto, o país vive uma contradição. De um lado o Governo Federal desenvolve programas de estímulo ao transporte coletivo, com a participação social na definição das políticas locais e regionais, e propaga a necessidade do transporte sustentável, com a disseminação de veículos não motorizados. De outro, estimula a aquisição de veículos automotores para o transporte individual, através da isenção de impostos e subsídios ao financiamento, em função da dependência da indústria automobilística para garantir emprego e gerar receita.

Tais políticas não são excludentes, mas verifica-se um descompasso entre as duas alternativas de transporte e a real capacidade das cidades em absorver os veículos em circulação. Com tantos automóveis circulando, os órgãos de trânsito são pressionados a dotarem suas vias de condições mínimas de trafegabilidade. Assim, forma-se um círculo vicioso onde as cidades acabam sendo condicionadas a oferecerem espaço para os automóveis. Elas tornam-se reféns de uma forma perigosa e poluente de transporte. Falta espaço para ciclovias e passeios de pedestres. As pessoas acabam abandonando gradativamente o transporte coletivo e as vias públicas ficam cada vez mais conflagradas. O fenômeno da acidentalidade, portanto, deve levar em conta essa realidade.

Quanto aos municípios, a gama de responsabilidades atribuídas pelo CTB deixa de ser potencializada pela falta de recursos. No trânsito também fica retratada a injustiça que impera nas demais áreas quanto à distribuição de encargos e recursos entre os três níveis de governo. Enquanto os estados ficam com a receita da formação dos condutores, registro e licenciamento de veículos e multas, aos municípios toca apenas a receita das multas por parada, circulação e estacionamento. Tal receita sequer cobre os custos administrativos e de fiscalização dos órgãos de trânsito. No Brasil, 1.271 municípios já estão integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, representando 23% do total. Todavia, deve-se registrar que nesses municípios se concentram mais de 80% da população e da frota de veículos do país.

1.2 O fenômeno da acidentalidade

Três elementos sempre estão presentes em um acidente de trânsito: o veículo, o condutor e a via pública. Juntos ou isoladamente, eles respondem pela gravidade de forma proporcional às suas condições. A avaliação é relevante à medida que verificamos deficiências visíveis nesses três elementos.

O condutor

O fator humano, seu comportamento e seus hábitos na direção guardam relação direta com os níveis de acidente. Por isso, a formação de condutores tem relevância. Além de ensinar a dirigir, o processo deve ensinar lições de cidadania para os condutores. É no trânsito que as relações acontecem de maneira intensa e também perigosas. Por isso é preciso que as pessoas, mais do que dirigir, saibam se relacionar. Nesse sentido, o quadro é pouco alentador. Não existem programas de educação consistentes capazes de alicerçar nas pessoas valores compatíveis com a convivência racional no trânsito. E no aspecto prático, a quantidade de aulas de direção, que totalizam apenas 20 horas, é insuficiente na opinião de todos os especialistas consultados. Na maioria dos países desenvolvidos, a prática de direção é bem superior. Além disso, os órgãos de trânsito não têm a obrigatoriedade de ministrar aulas em rodovias, limitando-se aos percursos em vias municipais e no perímetro urbano, e a maioria dos condutores não faz aula em condição de chuva.

De outro lado, até o mês de maio de 2010, quando entrou em vigor a Resolução Nº 147 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), os condutores não aprendiam a dirigir à noite. Somente a partir daí a norma passou a exigir que 20% das aulas práticas de direção veicular sejam ministradas no período noturno. Dessa forma, das 20 horas/aula exigidas para obtenção da habilitação, quatro devem ser realizadas à noite. A situação pode melhorar a partir de 2013 quando será obrigatório o uso do Simulador de Direção Veicular em todos os Centros de Formação de Condutores (Auto Escolas) do país, para habilitação na categoria “B”. As Auto Escolas terão até o dia 30 de junho de 2013 para se adequar às normas estipuladas para o uso do equipamento. O objetivo é utilizar a tecnologia para qualificar a formação de novos condutores e ter mais segurança no trânsito.

Com relação à habilitação para dirigir veículos das categorias A (motocicletas) e ACC (ciclomotores), a situação é ainda mais grave. Além de insuficientes, as aulas práticas não simulam situação real a ser enfrentada pelo condutor. Os testes de direção geralmente são feitos em pistas fechadas, sem contato com o ambiente do dia a dia do trânsito no convívio com todos os tipos de veículo. Os riscos nesse caso são bem maiores e justificam o alto índice de acidentalidade envolvendo motociclistas.

A disseminação em todo o país dos serviços de transporte de passageiros e entrega de mercadorias, os chamados mototaxistas e motofretistas, também tem significado nas estatísticas dos acidentes. Os cursos de formação obrigatória para essas categorias foram regulamentados apenas em 2010. E alguns itens de segurança serão exigidos apenas a partir de 2013.

O veículo

À medida que o trânsito vai ficando conflagrado, com o aumento da frota circulante e a ampliação dos limites de velocidade, aumentam também os riscos de acidente e sua severidade. Assim, é de se exigir que a composição dos veículos evolua nos itens de segurança. A evolução, todavia, não acompanha a real necessidade. O aperfeiçoamento técnico dos veículos é sempre lento, postergado pela questão econômica e o poder aquisitivo dos consumidores. Os veículos mais seguros são também mais caros. Foi assim com as barras de aço laterais e o cinto de segurança de três pontos, implantados e exigidos para a frota de forma gradual e hoje obrigatório para todos os veículos.

Já o uso do equipamento suplementar de segurança passiva – Air Bag, na parte frontal dos veículos novos saídos de fábrica, apenas em janeiro de 2011 esse item começou a ser obrigatório e apenas para 10% da frota. Chegou a 30% em janeiro de 2012 e deverá atingir toda a frota de veículos novos apenas em 2014. Outro item importante de segurança – o sistema de antitravamento de rodas – ABS, passou a ser obrigatório para os veículos novos somente a partir de 2010, e obedece a um cronograma gradual com a implantação inicial para 8% da frota em 2010 e chegando a 100% apenas em 2014.

Outro fator a ser considerado em relação aos veículos envolve o transporte de cargas. Ele é feito basicamente por caminhões de grande porte que disputam espaço nas rodovias com os automóveis de passeio, motos e bicicletas. O modal de transporte de carga sobre rodas é privilegiado em detrimento do modal ferroviário, abandonado no país há décadas. Os acidentes são mais severos quando envolvem caminhões e veículos de menor porte. Além disso, a fiscalização é deficiente e não existem balanças para controlar o peso transportado. Já com relação ao transporte de passageiros, somente agora, às vésperas da Copa do Mundo, começam a ser implantados projetos que utilizam veículos leves sobre trilhos (os VLTs) que substituirão gradativamente os ônibus articulados que circulam sobre rodas em corredores. Os VLTs são mais seguros e menos poluentes.

De outro lado, a falta de prioridade com a segurança dos veículos fica ainda mais evidenciada com a falta de regulamentação da inspeção de segurança veicular prevista no Código de Trânsito Brasileiro. Assim, os itens de suspensão, freios, pneus e de iluminação deixam de ser verificados periodicamente, pondo em risco os condutores, passageiros e pedestres. Boa parte da frota brasileira é antiga e certamente estaria fora de circulação caso a inspeção veicular fosse exigida.

A via pública

De 2000 a 2010 a frota brasileira de veículos quase duplicou, mas nosso sistema viário pouco mudou. Natural, portanto, o inchaço das vias públicas. Os órgãos de trânsito além de não ampliarem as suas vias, mal conseguem mantê-las em condições de trafegabilidade. Pior ainda é que as vias parecem ser concebidas apenas para automóveis. Falta estrutura para comportar o transporte de carga, motocicletas e os veículos de propulsão humana, de modo a dividirem o espaço em condições plenas de segurança.

Nos perímetros urbanos temos um quadro em que as obras de infraestrutura não acompanham a demanda da mobilidade. Falta planejamento para a expansão habitacional e industrial, e os polos de atração de tráfego são autorizados sem áreas de estacionamento adequadas.

Nas rodovias, o quadro também é pouco alentador. A malha concedida e mantida através de pedágio reclama por maiores investimentos. Já as rodovias sob o domínio do poder público se encontram em situação crítica e em completo abandono. Muitas sequer têm acostamento e iluminação adequada. E a sinalização viária também é ineficiente nesses locais, aumentando os riscos de acidentes.

2. A evolução da frota de veículos no Brasil

Segundo os dados de setembro de 2012 do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), o Brasil registra uma frota motorizada de 74,6 milhões de veículos, sendo que 42 milhões são de

automóveis e 16,5 milhões são de motos (Tabela 1). Somando as motos, motonetas e ciclomotores existem 19,6 milhões de unidades em circulação, o que representa 26,3% da frota nacional. Os automóveis consistem em 56% da frota total. A proporção entre automóveis e motos varia em diferentes regiões do país. No norte e nordeste existe uma proporção muito maior de motos, chegando a ultrapassar os carros em algumas localidades, como veremos adiante.

Tabela 1 – Quantidade e percentual de veículos, por tipo. Brasil – SET/2012

	AUTOMÓVEL	MOTOCICLETA	CAMINHONETE	MOTONETA	CAMINHÃO	CAMIONETA	REBOQUE
	41.931.596	16.598.024	5.108.016	2.947.043	2.354.052	2.225.955	936.917
	56,14	22,22	6,84	3,95	3,15	2,98	1,25
TOTAL	ÔNIBUS	CAMINHÃO TRATOR	UTILITÁRIO	MICROÔNIBUS	CICLOMOTOR	TRATOR RODAS	TRICICLO
74.689.706	508.175	481.307	388.243	313.667	122.909	26.667	18.005
100%	0,6804	0,6444	0,5198	0,4200	0,1646	0,0357	0,0241
	SIDE-CAR	CHASSI PLATAFORMA	TRATOR ESTEIRA	QUADRICICLO	BONDE	SEMI-REBOQUE	OUTROS
	8.504	3.033	199	154	68	708.231	8.941
	0,0114	0,0041	0,0003	0,0002	0,0001	0,9482	0,0120

Fonte: Ministério das Cidades, DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, RENAVAL – Registro Nacional de Veículos Automotores

Na última década, considerando de 2002 a 2012, a população brasileira cresceu 11% (de 174 para 193 milhões)⁶, a frota de automóveis cresceu 86% (de 22,4 para 41,3 milhões) e a frota de motos cresceu 257% (de 4,6 para 16,5 milhões). Em média, a cada ano, quase dois milhões de novos carros e 1,2 milhões de novas motos surgem nas ruas do país.

As vendas foram incrementadas principalmente a partir de 2008, quando o governo passou a utilizar a política de redução do IPI para o setor automobilístico. Com o objetivo de conter o desaquecimento da economia desencadeado pela crise financeira internacional de 2008, o Governo Federal decidiu reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos veículos zero quilômetro, por meio da Medida Provisória nº 451/08. Tal medida de desoneração tributária adotada diante da crise foi eficaz para o combate ao desemprego na indústria automotiva nacional⁷. No entanto, essa medida vem sendo continuamente aplicada no país, e o aumento desenfreado da frota de veículos em circulação está trazendo conseqüências negativas para o meio ambiente, o bem estar e a segurança da população brasileira.

Esse crescimento exponencial das frotas traz conseqüências imediatas, principalmente nas grandes metrópoles. Grandes cidades vêm registrando recorde histórico de congestionamentos, atribuídos ao excesso de veículos e a acidentes. Além dos altos índices de congestionamentos e de acidentes de trânsito, a poluição do ar e sonora decorrente da enorme frota é outro problema que também vem sendo intensificado.

6 A população brasileira de 2012 é uma estimativa do IBGE lançada em julho deste ano.

7 FRANZOI, Fabrisia. O impacto da redução do IPI dos veículos automotores, em virtude da crise financeira. Revista Direito. UNIDAVI. N. 2, Junho 2012. Disponível em: <http://www.revistadireito.unidavi.edu.br/>. Acesso em: 01, novembro, 2012.

Outro dado que merece ser considerado é que, conforme a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – ABRACICLO, 80% dos proprietários de motos pertencem às classes econômicas C, D e E. A preterição dessa forma de transporte pelos integrantes das classes A e B revela que eles buscam conforto e a segurança, optando pela aquisição de automóveis para seus deslocamentos, embora saibam que poderão enfrentar congestionamentos.

2.1 Aumento da frota X mortes no trânsito

Na tabela 2 trazemos a evolução das frotas de automóveis e de motos de 2000 a 2010, juntamente com o número e a taxa de mortes em acidentes de trânsito a cada ano para cada tipo de veículo. É interessante notar que, a partir de 2007, a quantidade de mortes por acidentes de moto começou a ultrapassar a quantidade de mortes por acidentes de carro, mesmo sendo a frota de motos praticamente três vezes menor. Tal fato ocorreu porque a frota de motos quadruplicou no período, fator que potencializou enormemente a quantidade de acidentes com mortes.

Segundo a tabela abaixo, o número de mortes em acidentes com carros cresceu 72% de 2000 a 2010, enquanto a frota cresceu 76%. Já o número de mortes em acidentes com motos cresceu 339% no mesmo período, com um aumento de frota de 293%.

A análise das taxas mostra que as mortes por acidentes com carros segundo a frota seguem relativamente estáveis no período, com pico em 2004, quando houve 2,9 mortes a cada 10.000 carros registrados. No entanto, esta estabilidade advém do fato de que, em números absolutos, vemos claramente que as mortes aumentam progressivamente na medida em que aumenta a quantidade de automóveis nas ruas. Quanto mais carros, mais mortes. Quanto mais motos, muito mais mortes. Este fato permitiu que as taxas segundo frotas permanecessem relativamente estáveis.

As taxas de mortes por acidentes com motos segundo a frota seguiram uma reta ascendente até 2006, quando 9 a cada 10.000 motos tiveram acidentes fatais. Isso mostra que os acidentes aumentaram numa proporção maior do que a frota.

Esses números alarmantes mostram que, em média, **29 pessoas morreram em acidentes de moto por dia no Brasil em 2010.**

A tabela 3 também traz as taxas de mortes por acidentes com automóveis e com motos separadamente, porém segundo a população. Como a população brasileira não aumenta na mesma proporção das frotas e das mortes, vê-se claramente como o risco de óbito por AT vem aumentando em ambos os tipos de acidentes. No entanto, a taxa de mortes por AT com motocicleta tem um crescimento progressivo e maior, passando de 1,5 mortes a cada 100 mil habitantes em 2000, para 5,7 em 2010.

Tabela 2 – Evolução da taxa de mortes por acidentes com automóveis e motocicletas segundo a frota (a cada 10 mil veículos). Brasil. 2000 a 2010

ANO	Frota Automóveis	Óbitos	Taxa	Frota Motocicletas	Óbitos	Taxa
2000	19.972.690	5.266	2,6	3.550.177	2.465	6,9
2001	21.236.011	5.847	2,8	4.025.556	3.100	7,7
2002	22.486.611	6.290	2,8	4.646.440	3.744	8,1
2003	23.669.032	6.402	2,7	5.332.056	4.271	8,0
2004	24.936.451	7.188	2,9	6.079.361	5.042	8,3
2005	26.309.256	7.035	2,7	6.934.150	5.974	8,6
2006	27.868.564	7.639	2,7	7.989.925	7.162	9,0
2007	29.851.610	7.982	2,7	9.410.110	8.078	8,6
2008	32.054.684	8.120	2,5	11.045.686	8.898	8,1
2009	34.536.667	8.133	2,4	12.415.764	9.268	7,5
2010	37.188.341	9.059	2,4	13.950.448	10.825	7,8

Fonte: DENATRAN, MS/SVS/DASIS (elaboração CNM)

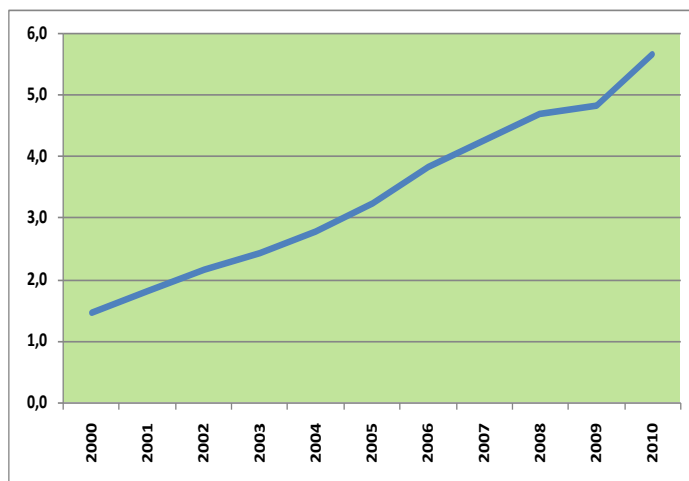
Tabela 3 – Evolução da taxa de mortes por acidentes com automóveis e motocicletas segundo a população (a cada 100 mil habitantes). Brasil. 2000 a 2010

Ano	População	Óbitos Automóveis	Taxa	Óbitos Motocicletas	Taxas
2000	169.799.170	5.266	3,1	2.465	1,5
2001	172.381.455	5.847	3,4	3.100	1,8
2002	174.632.960	6.290	3,6	3.744	2,1
2003	176.871.437	6.402	3,6	4.271	2,4
2004	181.586.030	7.188	4,0	5.042	2,8
2005	184.184.264	7.035	3,8	5.974	3,2
2006	186.770.560	7.639	4,1	7.162	3,8
2007	189.335.191	7.982	4,2	8.078	4,3
2008	189.612.814	8.120	4,3	8.898	4,7
2009	191.481.045	8.133	4,2	9.268	4,8
2010	190.755.799	9.059	4,7	10.825	5,7

Fonte: DENATRAN, MS/SVS/DASIS (elaboração CNM)

IBGE/Censos demográficos (1991, 2000 e 2010), contagem populacional (1996) e projeções e estimativas demográficas

Gráfico 1 – Evolução da taxa de mortes por acidentes com motocicletas. Brasil. 2000 a 2010



Fonte: DENATRAN, MS/SVS/DASIS (elaboração CNM)

Um estudo do IPEA de 2003 mostrou que existe uma variação do grau de severidade dos acidentes por tipo de veículo. Dentre os acidentes com carros, entre 6 e 7% eram com vítimas. Já quanto às motos acidentadas, este número variou entre 61 e 82% (dados de 2001). Isto ressalta a gravidade dos acidentes com motocicletas, o que evidencia a necessidade de formulação de políticas específicas para os motociclistas⁸.

Como o aumento das frotas continua a ser incentivado no país, seguindo um caminho oposto dos países que decidiram lutar contra as mortes no trânsito de forma responsável, o estudo afirma que é urgente a necessidade de adoção de políticas específicas para a formação e treinamento dos motociclistas, definição de requisitos específicos para serviços de entrega, reforço das campanhas educativas e das ações de fiscalização. Está claro que a incidência de acidentes com vítimas nas ocorrências envolvendo motos é muito maior e sabendo-se que há crescimento acelerado da frota de motocicletas e uma tendência a utilizar intensamente serviços de entregas por meio das mesmas, sobretudo nas grandes cidades, este problema tende a agravar-se a cada ano.

Outro estudo⁹ que acompanhou 84 pacientes que foram internados no Hospital das Clínicas de São Paulo entre maio e novembro do ano passado mostrou também que a frota de motos cresce no Brasil e com ela o número de vítimas do trânsito com sequelas gravíssimas. A pesquisa mostra que seis meses depois do acidente, 82% dos pacientes acidentados que não sofreram óbito ainda não tinham voltado a trabalhar, nem retomado atividades simples do dia-a-dia. Em média, os pacientes ficaram 18 dias no hospital, fizeram mais de duas cirurgias e custaram R\$ 35 mil ao SUS cada um.

A pesquisa também constatou que o perfil dos acidentados por moto em São Paulo está mudando. Há cinco anos, mais da metade das vítimas de moto em São Paulo eram motoboys. Hoje, 67% das vítimas são trabalhadores, que usam a moto como meio de transporte. O alto índice de acidentados por moto está sendo considerado uma epidemia devido aos altos custos com a área da saúde, previdência, entre outros custos sociais.

2.2 Frotas de veículos e mortes no trânsito por Região e Unidade da Federação em 2010

A desagregação das frotas, das mortes e das taxas segundo frotas por Região e por Unidade da Federação mostra alguma heterogeneidade do quadro em foco nas diferentes localidades do país. Foi necessário utilizar a frota de 2010, uma vez que os dados sobre mortes estão disponíveis somente até este ano.

8 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas. Brasília, maio de 2003.

9 <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/06/23-pessoas-morrem-em-acidentes-de-moto-por-dia-no-brasil.html>

Uma primeira análise apenas sobre as frotas mostra uma distribuição diferenciada da proporção entre carros e motos nas diferentes regiões do país. Nas regiões Norte e Centro Oeste vê-se que, em 2010, a frota de motos era maior que a frota de carros. Na região Nordeste, a frota de motos já estava quase em paridade com a frota de carros. Situação diferente prevalece no Sul e Sudeste, onde a frota de carros é três vezes maior que a frota de motos. Tal quadro mostra que a prevalência de motos em circulação está diretamente ligada com o desenvolvimento econômico da região. A população das regiões mais pobres do país utiliza muito mais as motocicletas como meio de transporte do que das regiões mais desenvolvidas.

A análise das mortes em decorrência de acidentes com automóveis e com motocicletas mostra primeiramente que em todos os estados do país a taxa de óbitos por acidentes com motos segundo a frota registrada sempre é maior do que as taxas referentes aos acidentes com automóveis.

O maior risco de morte com automóvel aparece no Tocantins, que apresentou, em 2010, uma taxa de 11,3 mortes para cada 10.000 automóveis. Em seguida vem o Maranhão, com uma taxa de 8,1, e a Bahia com 7,6. As menores taxas são as do Amapá (0,2), Acre (0,6), Alagoas (0,8). Estados mais desenvolvidos também apresentam taxas mais baixas: São Paulo (1,2), Rio de Janeiro (1,2) e Rio Grande do Sul (1,7).

Em relação às mortes em decorrência de acidentes com motos, o quadro mostra que nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, as mesmas ultrapassaram as mortes com automóveis. Na região Norte chega a ser o dobro. Nas regiões Sudeste e Sul, os números estão muito próximos, mas as mortes por acidentes com automóveis ainda estava levemente superiores.

As taxa de mortes segundo a frota de motocicletas são maiores do que as de acidentes com automóveis em todas as Unidades da Federação, com quadros mais alarmantes concentrados no Nordeste. Sergipe apresentou uma taxa de 17,2 mortes a cada 10 mil motocicletas; Piauí (16,0), Maranhão (10,3), Pernambuco (10,0), Rio Grande do Norte (9,4). As menores taxas ficaram com o Amapá (1,2), Acre (1,9), Rio Grande do Sul (3,9) e Minas Gerais (4,1).

Conforme o DENATRAN, em alguns desses estados o número de motocicletas licenciadas é bem superior ao de habilitações concedidas na categoria A, o que revela que muitos condutores não estão habilitados. Sem passar por práticas de direção e noções básicas de comportamento no trânsito, essas pessoas integram um grupo de alto risco e estão mais sujeitas a acidentes.

Tabela 4 – Frota e taxas de mortes por acidentes de automóveis e motocicletas por Região e Unidade da Federação. 2010

Regiões e UFs	2010					
	AUTOMÓVEL	Óbitos	Taxa a cada 10 mil veíc.	MOTOCICLETA	Óbitos	Taxa a cada 10 mil veíc.
Norte	1.021.800	435	4,3	1.280.811	860	6,7
Acre	50.881	3	0,6	74.349	14	1,9
Amapá	51.847	1	0,2	42.565	5	1,2
Amazonas	262.257	64	2,4	152.355	92	6,0
Pará	345.789	126	3,6	447.086	401	9,0
Rondônia	152.911	81	5,3	308.601	140	4,5
Roraima	41.218	28	6,8	61.401	57	9,3
Tocantins	116.897	132	11,3	194.454	151	7,8
Nordeste	4.104.100	2.003	4,9	3.823.637	3.685	9,6
Alagoas	210.119	17	0,8	146.874	124	8,4
Bahia	1.079.158	815	7,6	789.732	521	6,6
Ceará	674.303	196	2,9	782.939	701	9,0
Maranhão	248.685	201	8,1	431.891	443	10,3
Paraíba	315.236	86	2,7	284.451	220	7,7
Pernambuco	850.633	314	3,7	631.163	634	10,0
Piauí	185.101	109	5,9	316.749	508	16,0
Rio Grande do Norte	335.705	130	3,9	283.571	266	9,4
Sergipe	205.160	135	6,6	156.267	268	17,2
Sudeste	21.092.487	3.673	1,7	6.725.318	3.307	4,9
Espírito Santo	653.018	319	4,9	351.752	315	9,0
Minas Gerais	3.922.908	1.417	3,6	1.848.568	754	4,1
Rio de Janeiro	3.181.686	390	1,2	672.018	558	8,3
São Paulo	13.334.875	1.547	1,2	3.852.980	1.680	4,4
Sul	8.020.795	1.905	2,4	2.856.136	1.698	5,9
Paraná	3.072.415	883	2,9	1.063.033	761	7,2
Rio Grande do Sul	2.966.251	491	1,7	955.994	376	3,9
Santa Catarina	1.982.129	531	2,7	837.109	561	6,7
Centro-Oeste	2.949.159	1.043	3,5	1.709.017	1.275	7,5
Distrito Federal	924.103	180	1,9	135.691	121	8,9
Goiás	1.170.400	397	3,4	753.998	510	6,8
Mato Grosso	407.567	272	6,7	499.356	385	7,7
Mato Grosso do Sul	447.089	194	4,3	319.972	259	8,1
Brasil	37.188.341	9.059	2,4	16.394.919	10.825	6,6

Fonte: DENATRAN, MS/SVS/DASIS (elaboração CNM)

3. **Proporção dos tipos de acidentes de trânsito de 2000 a 2010**

Esse tipo de comparação entre a proporção dos tipos de acidentes em relação ao total nacional nos permite observar com clareza quais os tipos de acidentes de trânsito que ganham mais espaço a cada ano. Os tipos de acidentes dividem-se em atropelamentos, acidentes com automóveis, com motocicletas, com ciclistas, com veículos pesados como caminhões e ônibus, entre outros menos comuns como acidentes com triciclos, trens, bondes etc.

Nota-se que no ano de 2000, 30% das mortes em AT foram de pedestres (atropelamentos), 18% de vítimas ocupantes de automóveis, 9% de ocupantes de motocicletas e 3% de ciclistas. Ou

seja, quando se fala em mortes no trânsito, devemos levar em consideração que a maioria delas se trata de pedestres atropelados e não de acidentes com automóveis.

No entanto, a tabela abaixo mostra claramente que essa proporção de atropelamentos vem caindo a cada ano e sendo ultrapassada pelas mortes por acidentes com motos. A partir de 2009, a proporção se inverteu, sendo que 23% das mortes por AT foram por atropelamentos e 25% por acidentes de moto. Os acidentes com motos tomaram muito mais espaço devido ao aumento desenfreado das frotas. Os acidentes com motos passaram de 9% do total em 2000 para 25% em 2010.

Em 2000, morreram 8.696 pessoas em decorrência de atropelamentos e 2.465 em decorrência de acidentes com motocicleta. Já em 2010, esse quadro claramente se inverte, morrendo 9.944 pedestres e 10.825 motociclistas. É importante frisar que as mortes por atropelamentos não diminuíram, mas sim as mortes de motociclistas que cresceram em demasia.

Tabela 5 – Proporção dos tipos de acidentes de trânsito. Brasil. 2000 a 2010.

Ano	Atropelamento	%	Acid. c/ Ciclista	%	Acid. c/ Moto	%	Acid. c/ Carro	%	Caminhonete, Transp. Pesado, ônibus e outros	%	Total
2000	8.696	30	789	3	2.465	9	5.266	18	11.779	41	28.995
2001	9.720	32	1.008	3	3.100	10	5.847	19	10.849	36	30.524
2002	9.947	30	1.240	4	3.744	11	6.290	19	11.532	35	32.753
2003	9.991	30	1.263	4	4.271	13	6.402	19	11.212	34	33.139
2004	10.166	29	1.389	4	5.042	14	7.188	20	11.320	32	35.105
2005	10.320	29	1.523	4	5.974	17	7.035	20	11.142	31	35.994
2006	10.147	28	1.668	5	7.162	20	7.639	21	9.751	27	36.367
2007	9.657	26	1.649	4	8.078	22	7.982	21	10.041	27	37.407
2008	9.474	25	1.615	4	8.898	23	8.120	21	10.166	27	38.273
2009	8.799	23	1.573	4	9.268	25	8.133	22	9.821	26	37.594
2010	9.944	23	1.513	4	10.825	25	9.059	21	11.503	27	42.844

Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (elaboração CNM)

3.1 Os acidentes com motocicletas

A fim de analisar de forma mais aprofundada o perfil dos acidentes de moto fizemos o levantamento sobre os tipos de colisões mais comuns que ocorrem entre os motociclistas. Segundo a base de dados do Ministério da Saúde de 2010, existe uma larga gama de acidentes sem causa identificada (36,3%), ou seja, não especificado no atestado de óbito. Dentre os identificados, os mais comuns são as colisões com carros, ônibus e pickups (19,3%). As colisões com ônibus também são frequentes (13,7%).

Tabela 6 – Tipo de acidente de moto. Brasil. 2010

Tipo de Acidente	Óbitos	%
Colisão com pedestre ou animal	256	2,4
Colisão com bicicleta	55	0,5
Colisão com moto ou triciclo	637	5,9
Colisão com carro, pickup ou caminhão	2.090	19,3
Colisão com ônibus	1.481	13,7
Colisão com trem	5	0,0
Colisão com outro veículo não motorizado	39	0,4
Colisão com objeto fixo parado	953	8,8
Sem colisão	1.378	12,7
Outro acidente não especificado	3.931	36,3
Total	10.825	100

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (elaboração CNM)

Os dados com as características das pessoas que sofrem fatalidades no trânsito devido ao uso de motos se repetem todos os anos, formando um perfil padrão. A grande maioria das vítimas são homens (89,2%) e estão na faixa etária de 20 a 29 anos (40,3%). Interessante notar que 66% das vítimas são solteiras, o que denota maior cuidado das pessoas casadas no uso de motocicletas.

Há um predomínio de vítimas pardas (48,4%) e pretas (4,7%), que ultrapassa as vítimas brancas (43%). E a maioria possui até o ensino médio (26,9%).

Tabela 7 – Faixa etária, sexo, cor/raça, estado civil e escolaridade das vítimas fatais de acidente de moto. Brasil. 2010.

Faixa Etária	Óbitos	%	Sexo	Óbitos	%	Estado Civil	Óbitos	%	Escolaridade	Óbitos	%
Menor 1 ano	9	0,1	Masc	9.651	89,2	Solteiro	7.126	65,8	Nenhuma	299	2,8
1 a 4 anos	15	0,1	Fem	1.174	10,8	Casado	2.447	22,6	1 a 3 anos	1.287	11,9
5 a 9 anos	23	0,2	Total	10.825	100	Viúvo	136	1,3	4 a 7 anos	2.910	26,9
10 a 14 anos	109	1,0			Separado	386	3,6	8 a 11 anos	2.553	23,6	
15 a 19 anos	1.353	12,5	Cor/raça	Óbitos	%	Outro	67	0,6	12 anos e mais	804	7,4
20 a 29 anos	4.362	40,3	Branca	4.658	43,0	Ignorado	663	6,1	Ignorado	2.972	27,5
30 a 39 anos	2.424	22,4	Preta	506	4,7	Total	10.825	100,0	Total	10.825	100,0
40 a 49 anos	1.402	13,0	Amarela	22	0,2						
50 a 59 anos	673	6,2	Parda	5.242	48,4						
60 a 69 anos	305	2,8	Indígena	10	0,1						
70 a 79 anos	103	1,0	Ignorado	387	3,6						
80 anos e mais	36	0,3	Total	10.825	100						
Idade ignorada	11	0,1									
Total	10.825	100									

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (elaboração CNM)

A desagregação das vítimas por sexo mostra que entre os homens prevalecem as características gerais acima. Entre as mulheres, aparecem alguns diferenciais. Na categoria faixa etária, o percentual de mulheres de 15 a 19 anos vítimas de acidentes de motos é maior do que dos homens. Há também um predomínio maior de mulheres brancas dentre as vítimas e o nível de escolaridade é maior, sendo mais acentuado na faixa de 8 a 11 anos de estudo.

Tabela 8 – Faixa etária, sexo, cor/raça, estado civil e escolaridade das vítimas fatais de acidente de moto do sexo feminino. Brasil. 2012.

Faixa Etária	Óbitos	%	Cor/raça	Óbitos	%	Estado Civil	Óbitos	%	Escolaridade	Óbitos	%
Menor 1 ano	3	0,3	Branca	587	50,0	Solteiro	750	63,9	Nenhuma	24	2,0
1 a 4 anos	7	0,6	Preta	36	3,1	Casado	259	22,1	1 a 3 anos	104	8,9
5 a 9 anos	11	0,9	Amarela	4	0,3	Viúvo	36	3,1	4 a 7 anos	279	23,8
10 a 14 anos	36	3,1	Parda	508	43,3	Separado	55	4,7	8 a 11 anos	303	25,8
15 a 19 anos	236	20,1	Ignorado	39	3,3	Outro	9	0,8	12 anos e mais	157	13,4
20 a 29 anos	419	35,7	Total	1.174	100	Ignorado	65	5,5	Ignorado	307	26,1
30 a 39 anos	240	20,4				Total	1.174	100	Total	1.174	100,0
40 a 49 anos	124	10,6									
50 a 59 anos	52	4,4									
60 a 69 anos	30	2,6									
70 a 79 anos	10	0,9									
80 anos e mais	5	0,4									
Idade ignorada	1	0,1									
Total	1.174	100									

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (elaboração CNM)

3.2 Os acidentes com pedestres

As estatísticas mostram que os pedestres são as maiores vítimas dos acidentes de trânsito. Apenas em 2010, foram 9.944 pedestres mortos por atropelamento no Brasil.

Uma análise da proporção dos tipos de vítimas por AT nas capitais mostrou que em Belém e no Rio de Janeiro, mais de 50% das vítimas fatais em acidentes de trânsito em 2010 foram pedestres. Como é possível ver na Tabela 9, em Belém, no ano de 2010, os pedestres chegaram a 80% das vítimas fatais por AT. Manaus, Fortaleza, Salvador e São Paulo também registram altos índices de pedestres mortos no trânsito, ultrapassando as mortes por acidentes de carro e moto.

No geral, nas maiores capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, entre outras (ver tabela abaixo) prevalecem as mortes de pedestres, com proporção bem acima das mortes em acidentes com ocupantes de motocicletas e automóveis. Já nas capitais menores, como Porto Velho, Boa Vista, Palmas, Teresina, Aracaju, Campo Grande, Cuiabá e Goiânia, prevalecem as mortes por acidentes com motocicletas, sendo que os índices de atropelamentos com mortes são bem menores.

Tabela 9 – Proporção dos tipos de vítimas fatais de acidentes de trânsito. Capitais. 2010

Capital	Pedestre traumatizado	%	Ciclista traumatizado	%	Motociclista traumatizado	%	Ocupante automovel e caminhonete traumatizado	%	Ocupante Transp. pesado e Ônibus	%	Outros acidentes	%	Total
Porto Velho	25	14	3	2	27	15	2	1	0	0,0	120	67,8	177
Rio Branco	1	1	-	-	-	-	2	2	0	0,0	85	96,6	88
Manaus	140	41	3	1	49	14	41	12	6	1,7	105	30,5	344
Boa Vista	7	7	13	12	43	41	21	20	0	0,0	21	20,0	105
Belém	152	80	1	1	16	8	8	4	4	2,1	9	4,7	190
Macapá	1	1	-	-	2	2	0	0	0	0,0	78	96,3	81
Palmas	5	7	1	1	21	29	12	17	1	1,4	32	44,4	72
São Luís	57	35	5	3	35	22	31	19	3	1,9	31	19,1	162
Teresina	56	22	24	9	110	43	40	16	6	2,3	22	8,5	258
Fortaleza	175	43	3	1	70	17	43	11	0	0,0	115	28,3	406
Natal	23	23	3	3	15	15	28	29	1	1,0	28	28,6	98
João Pessoa	44	31	4	3	25	17	21	15	1	0,7	48	33,6	143
Recife	93	37	5	2	56	22	25	10	4	1,6	71	28,0	254
Maceió	30	17	2	1	11	6	2	1	0	0,0	134	74,9	179
Aracaju	25	16	12	8	50	32	52	34	3	1,9	12	7,8	154
Salvador	130	42	1	0	63	20	54	17	6	1,9	55	17,8	309
Belo Horizonte	160	35	12	3	92	20	120	26	9	2,0	66	14,4	459
Vitória	20	35	2	4	9	16	19	33	0	0,0	7	12,3	57
Rio de Janeiro	459	51	33	4	172	19	108	12	13	1,4	118	13,1	903
São Paulo	630	41	49	3	444	29	256	16	22	1,4	154	9,9	1555
Curitiba	99	32	15	5	68	22	72	23	13	4,2	43	13,9	310
Florianópolis	23	26	1	1	22	25	17	19	0	0,0	26	29,2	89
Porto Alegre	71	38	8	4	35	19	57	30	2	1,1	16	8,5	189
Campo Grande	29	13	13	6	78	35	67	30	6	2,7	31	13,8	224
Cuiabá	38	20	3	2	58	31	52	28	3	1,6	32	17,2	186
Goiânia	84	21	9	2	99	24	46	11	8	2,0	159	39,3	405
Brasília	174	31	21	4	121	22	186	34	10	1,8	43	7,7	555
Total	2751	35	246	3	1791	23	1382	17	121	1,5	1661	20,9	7952

Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Com relação aos veículos envolvidos nos atropelamentos em 2010, percebe-se que os dados em nível nacional relatam que a maioria das colisões de pedestres foi com caminhões e ônibus (26,1%), seguido de carros e motos (9,5%).

A base de dados do Ministério da Saúde não informa a situação do atropelamento (atravessando a rua, parados ou andando na pista ou sobre a calçada), mas estatísticas de Secretarias de Transportes Municipais mostram que a grande maioria morre atravessando a rua.

A análise do perfil dos pedestres mortos por atropelamento em 2010 mostra que:

- 36,9% dos mortos tinham entre 30 e 49 anos e 36% tinham mais de 60 anos;
- a maioria das vítimas de atropelamento foram homens (75%);
- quase a metade eram solteiros (48,9%) e pardos (47,2%)
- com menor escolaridade (4 a 7 anos de estudo – 26%).

Tabela 10 – Tipos de atropelamentos e perfil das vítimas. Brasil. 2010

Tipo de acidente	Óbitos	%	Sexo	Óbitos	%	Estado civil	Óbitos	%	Faixa Etária	Óbitos	%
Colisão com veículo a pedal	60	0,6	Masc	7448	74,9	Solteiro	4863	48,9	Menor 1 ano	24	0,2
Colisão com carros e motos	941	9,5	Fem	2488	25,0	Casado	2594	26,1	1 a 4 anos	201	2,0
Colisão com pickup ou caminhão	1.725	17,3	Ign	8	0,08	Viúvo	788	7,9	5 a 9 anos	238	2,4
Colisão c/ veic. transporte pesado/ônibus	880	8,8				Separado	503	5,1	10 a 14 anos	248	2,5
Colisão com trem	173	1,7				Outro	44	0,4	15 a 19 anos	428	4,3
Colisão com veículo não motorizado	32	0,3				Ignorado	1152	11,6	20 a 29 anos	1304	13,1
Outro tipo de acidente não especificado	6.133	61,7							30 a 39 anos	1437	14,5
Total	9.944	100,0							40 a 49 anos	1487	15,0
									50 a 59 anos	1476	14,8
									60 a 69 anos	1191	12,0
									70 a 79 anos	1096	11,0
									80 anos e mais	599	6,0
									Idade ignorada	215	2,2

Cor/raça	Óbitos	%
Branca	4085	41,1
Preta	662	6,7
Amarela	29	0,3
Parada	4693	47,2
Indígena	30	0,3
Ignorado	445	4,5

Escolaridade	Óbitos	%
Nenhuma	807	8,1
1 a 3 anos	1736	17,5
4 a 7 anos	2585	26,0
8 a 11 anos	1353	13,6
12 anos e mais	376	3,8
Ignorado	3087	31,0

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (elaboração CNM)

Como se percebe, o nível de acidentes com atropelamento de pedestres é alarmante. Os órgãos de trânsito precisam ficar atentos a esse fenômeno e desenvolver esforços capazes de alterar o quadro. A solução é complexa e não passa somente pela conscientização dos condutores de veículos. Envolve, também, o comportamento dos pedestres. Ocorre que muitos pedestres envolvidos em acidentes nunca dirigiram um veículo. Tampouco tiveram contato com as regras de trânsito, repassadas apenas a quem pretende obter uma habilitação. Essa é uma falha do sistema, que esquece justamente da maior vítima.

Se considerarmos que a maioria das vítimas é atropelada por ônibus e caminhões, não há que se culpar somente os condutores de automóveis e a velocidade que empreendem. Os caminhões não são os veículos mais velozes e os ônibus andam em corredores, principalmente nos grandes centros urbanos. A verdade é que os pedestres andam distraídos e são ludibriados por uma sinalização ineficiente. Muitos desconhecem até os critérios a serem obedecidos nas faixas de segurança. Por isso é preciso que os órgãos de trânsito estabeleçam mecanismos de maior alcance com relação às regras a serem seguidas nas vias públicas. E tais regras devem alcançar os pedestres e ciclistas que nunca chegaram a uma Auto Escola.

Alguns municípios possuem campanhas de segurança dos pedestres. Em São Paulo, existe o Programa de Proteção ao Pedestre, da Secretaria Municipal de Transportes – SMT, que visa criar uma cultura de respeito ao pedestre, resgatando valores de proteção aos mesmos, como forma de ampliar sua segurança e reduzir os índices de acidentalidade por atropelamentos¹⁰.

Segundo a SMT de São Paulo, o perfil dos atropelamentos no país e na cidade de São Paulo evidencia a necessidade de reformular o tratamento que é dado ao pedestre no trânsito. Por este motivo, assumem que “cabe ao Poder Público provocar uma nova circunstância que possibilite à população reconhecer que existem outras formas de conduta com melhores resultados do que aquelas que estão sendo praticadas no cotidiano de nossa cidade”.

¹⁰ <http://www.cetsp.com.br/consultas/zona-de-maxima-protacao-ao-pedestre-zmpp/objetivo-do-programa.aspx>

3.3 Os acidentes com ciclistas

Os ciclistas e os motociclistas são considerados um grupo vulnerável no trânsito, além dos pedestres. A bicicleta, assim como as motos, é um meio de transporte cada vez mais presente nas ruas e que precisa ser respeitada pelos motoristas e conduzida com responsabilidade, de forma a reduzir os acidentes e as fatalidades.

Em 2010, foram registradas 1.513 mortes de ciclistas no país, sendo 246 nas capitais (16%). Os dados nacionais mostram que de 2006 a 2010 houve uma leve redução nas mortes de ciclistas (de 1.668 para 1.513), uma excelente notícia diante do aumento extraordinário de mortes por acidentes com motocicletas. Esses números podem ser atribuídos à implantação e ciclovias e ciclo faixas em algumas cidades.

As principais vítimas dos acidentes com bicicletas são os próprios ciclistas, em sua maioria em colisões com caminhões (28,9%) ou ônibus (17,1%), segundo dados nacionais de 2010. Apenas 9,7% das vítimas fatais foram mulheres, o menor percentual dentre os tipos de acidentes analisados aqui. Dentre as vítimas em geral, predominam as pessoas brancas (46,5%), na faixa etária de 40 a 59 anos, e com escolaridade de 4 a 7 anos (28,7%).

Esse perfil básico dos ciclistas vítimas fatais por AT mostra que esse grupo possui características diferenciadas do grupo de pedestres e motociclistas. Dentre os ciclistas morre uma proporção maior de vítimas do sexo masculino, casadas e brancas.

Assim como ocorre com os pedestres, boa parte dos ciclistas também não tem contato com as regras de trânsito. Não há autoescolas para eles, que precisam disputar espaço com os veículos automotores em condições de desvantagem. Verdade que em alguns centros urbanos começaram a ser implantadas ciclovias e ciclofaixas, o que pode explicar a leve redução dos acidentes nessa categoria.

Tabela 11 – Tipos de acidentes com ciclistas e perfil das vítimas. Brasil. 2010

Tipo de acidente	Óbitos	%	Sexo	Óbitos	%	Estado civil	Óbitos	%	Faixa Etária	Óbitos	%
Colisão com pedestre ou animal	8	0,5	Masc	1.366	90,3	Solteiro	769	50,8	Menor 1 ano	1	0,1
Colisão com outro veículo a pedal	6	0,4	Fem	147	9,7	Casado	496	32,8	1 a 4 anos	6	0,4
Colisão com carros ou motos	204	13,5				Viúvo	66	4,4	5 a 9 anos	21	1,4
Colisão com pickup ou caminhão	438	28,9	Cor/raça	Óbitos	%	Separado	74	4,9	10 a 14 anos	71	4,7
Colisão c/ veíc. de transporte pesado/ ônibus	259	17,1	Branca	704	46,5	Outro	3	0,2	15 a 19 anos	87	5,8
Colisão c/ trem ou outro veículo ferroviário	3	0,2	Preta	97	6,4	Ignorado	105	6,9	20 a 29 anos	206	13,6
Colisão com outro veículo não motorizado	1	0,1	Amarela	3	0,2				30 a 39 anos	248	16,4
Colisão com objeto fixo ou parado	34	2,2	Parda	661	43,7	Escolaridade	Óbitos	%	40 a 49 anos	263	17,4
Acidente de transporte sem colisão	203	13,4	Índigena	6	0,4	Nenhuma	117	7,7	50 a 59 anos	267	17,6
Acidente de transporte não especificado	357	23,6	Ignorado	42	2,8	1 a 3 anos	310	20,5	60 a 69 anos	200	13,2
Total	1.513	100,0				4 a 7 anos	434	28,7	70 a 79 anos	102	6,7
						8 a 11 anos	169	11,2	80 anos e mais	35	2,3
						12 anos e mais	41	2,7	Idade ignorada	6	0,4
						Ignorado	442	29,2			

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (elaboração CNM)

4. Internações por Acidentes de Trânsito no Sistema Único de Saúde

Esse capítulo traz uma visão geral da evolução da quantidade e das taxas de internações no SUS em decorrência de acidentes de trânsito no período de 2000 a 2011.

Assim como as mortes, as internações por ferimentos graves também aumentam a cada ano, sobrecarregando os cofres públicos. Isso mostra que a política governamental de incentivo da compra de veículos também acaba onerando o próprio governo, que gasta centenas de milhões de reais por ano com o tratamento público de vítimas não fatais. Muitas dessas vítimas sobrecarregam também o sistema previdenciário nacional, pois, devido aos ferimentos graves, permanecem afastadas do trabalho por longos períodos de tempo e precisam receber o auxílio do INSS.

Segundo a tabela abaixo, com dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS/ MS, foram realizadas no Brasil, em 2011, 153.631 internações de vítimas de acidentes de trânsito, maior quantidade no período analisado. Os números oscilam, mas mostram que nos anos de 2010 e 2011 houve um aumento mais intenso de internações. É necessário frisar que ocorrem também as internações por meio de seguros de saúde particulares, números que não estão computados nessa base de dados do Ministério da Saúde.

As taxas segundo a população aumentaram bastante em 2010 e 2011, chegando a 79,9 internações por AT a cada 100 mil habitantes em 2011, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 12 – Taxa de internações por acidentes de trânsito. Brasil. 2000 a 2011.

Ano	População	Internações (AT)	Taxa
2000	169.799.170	119.585	70,4
2001	172.381.455	114.181	66,2
2002	174.632.960	112.007	64,1
2003	176.871.437	109.696	62,0
2004	181.586.030	112.520	62,0
2005	184.184.264	118.667	64,4
2006	186.770.560	120.977	64,8
2007	189.335.191	118.511	62,6
2008	189.612.814	95.162	50,2
2009	191.481.045	123.503	64,5
2010	190.755.799	146.066	76,6
2011	192.376.496	153.631	79,9

Fonte: IBGE/Censos demográficos (1991, 2000 e 2010), contagem populacional (1996) e projeções e estimativas demográficas Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) (Elaboração CNM)

Conclusão

O acidente de trânsito não pode ser considerado fatalidade. Trata-se de um fenômeno previsível e que pode ser evitado. O desafio dos governos é de trabalhar para reverter o quadro atual, com a adoção de medidas sérias e profundas. O estudo da CNM sobre “As mortes e as internações por acidentes de trânsito no Brasil de 2000 a 2010: o crescimento da frota brasileira de veículos e suas conseqüências” retrata a realidade de nosso trânsito e o fenômeno da acidentalidade visto por vários ângulos. Mas além de apresentar os números frios da realidade brasileira, procurou criar elementos motivadores de reflexão e de alerta. Além disso, ousou interpretar as causas e apontar sugestões que deem alento às aspirações por um trânsito civilizado, onde todos vivam em paz.

Ficou claro que a rigidez da lei não é suficiente para inibir a sanha suicida do trânsito. É preciso que os órgãos de trânsito invistam pesados na prevenção do acidente, olhando para uma área que nem de longe faz parte das prioridades. É preciso que a fiscalização seja mais rigorosa e que os condutores sejam mais bem preparados. É preciso que o sistema de transporte valorize efetivamente modais alternativos, seguros e menos poluentes, onde de incluem os veículos sobre trilhos. O transporte coletivo público precisa ter mais qualidade para as pessoas utilizarem-se dele por opção e não por necessidade. O planejamento urbano deve levar em conta os polos atrativos de tráfego, prevendo lugares para estacionamento e parada dos veículos. E as cidades precisam investir maciçamente em ciclovias como forma de humanizar trânsito. Relevante, todavia, é o que preconizou o Código de Trânsito Brasileiro ao atribuir à educação grande peso para alterar comportamentos e tornar o trânsito mais humano. Todavia, decorridos 15 anos de sua vigência, verifica-se que o Código

alcançou esse objetivo. O número de acidentes só faz aumentar e as mortes continuam em escala crescente. Mortes banais, diga-se de passagem.

Por que o processo educativo não logra êxito? Qual a falha: falta de prioridade ou falta de metodologia? Qual a estratégia para definição de um processo pedagógico capaz de alterar comportamentos e alicerçar valores compatíveis com a convivência entre pessoas e máquina no espaço público? Achar respostas para essas perguntas é um grande desafio. Com efeito, os especialistas em trânsito entendem que o fracasso do Sistema Nacional de Trânsito está na incapacidade do Estado em educar o cidadão. E entendem que o desafio é ainda maior à medida que não se educa só para o trânsito, mas para a cidadania. Assim, é preciso que se encontre a melhor alternativa para o processo ensino-aprendizagem. Ocorre que as autoridades divergem sobre a melhor forma. Uns defendem a educação de trânsito de forma transversal, outros propõem a criação de uma disciplina específica. Há, ainda, os que defendem uma nova disciplina nos moldes da extinta Educação Moral e Cívica, em que o trânsito dividiria a atenção com outras áreas, dentro de um processo de educação para a cidadania (educação de trânsito, ambiental, sexual, econômica etc.).

Em comum, todos têm uma certeza: somente com educação conseguiremos vencer a guerra do trânsito. O que falta, então, é encontrar a melhor forma de educar.

Brasília, 19 de novembro de 2012.

Confederação Nacional de Municípios
Área de Estudos Técnicos e de Trânsito e Mobilidade

Bibliografia

Confederação Nacional de Municípios. *Mapeamentos das Mortes por Acidentes de Trânsito no Brasil*. Brasília, Dezembro de 2009.

Disponível em:

http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=97&Itemid=4

FRANZOI, Fabrisia. *O impacto da redução do IPI dos veículos automotores, em virtude da crise financeira*. Revista Direito. UNIDAVI. Nº 2, Junho 2012.

Disponível em: <http://www.revistadireito.unidavi.edu.br/>. Acesso em: 01, novembro, 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas*. Brasília, maio de 2003.

IRTAD. Road Safety 2010. Annual Report. International Transport Forum.

Disponível em: www.irtad.net. Acesso em: 15, outubro, 2012.

World Health Organization. *Global status report on road safety: time for action*. Geneva, 2009.

Disponível em: www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2009. Acesso em: 10, outubro, 2012.

3

Os Municípios brasileiros como protagonistas no enfrentamento ao crack

Apresentação

A CNM dando seguimento à pesquisa anterior, realizada em novembro de 2011, a qual identificou entre os Municípios pesquisados, que 89,4% enfrentam problemas com a circulação de drogas em seu território, apresenta uma série de informações sobre a questão das drogas no Brasil, obtidas por meio do sistema de informações Observatório do Crack.

Disponibilizaremos a seguir informações que retratam o consumo e circulação de crack e outras drogas em nosso país, nível de consumo, problemas que a existência da droga acarreta nos Municípios, áreas mais afetadas, estrutura da rede de atenção ao dependente químico, número de usuários atendidos pela rede municipal de saúde e assistência social. Bem como o financiamento das ações de prevenção, tratamento e reinserção social, realizadas pelos gestores municipais e o financiamento da União para o plano de enfrentamento ao crack e outras drogas.

Outro diferencial desse novo estudo é um capítulo dedicado a análise do Plano “Crack é possível vencer” do Governo Federal, onde abordaremos as propostas e eixos de atuação, correlacionando com o que os Municípios estão desenvolvendo.

Este estudo será dividido em tópicos: introdução, análise de dados, Observatório do Crack e outras drogas e financiamento das ações pelos entes federados.

A droga

O crescimento do consumo de crack no Brasil denota uma marcante transformação nos hábitos dos usuários. Durante o período de 1960 até o início dos anos 1990, houve crescente proliferação do consumo de maconha e outras drogas químicas como o Ácido Lisérgico – LSD e anfetaminas variadas. Mas a repressão sobre a oferta dessas drogas no mercado estimulou o aparecimento de novos produtos obtidos por outros processos.

Assim surgiu o crack, oferecido ao usuário por um preço final bem mais acessível que a cocaína, mas com um poder devastador muito mais intenso, causando prejuízos não só ao usuário, pois seus efeitos nocivos atingem todos os setores sociais.

É sabido que o uso de crack altera quimicamente a parte do cérebro responsável pelo chamado “sistema de recompensa”. O uso da droga estimula um neurotransmissor químico conhecido como dopamina, que tem por função gerenciar um mecanismo de respostas químicas do corpo ao prazer. Naturalmente, a dopamina é liberada por células do sistema nervoso durante atividades prazerosas como comer ou fazer sexo.

Em usuários do crack, a dopamina permanece estimulando as células, criando intensa sensação de euforia, que dura de 5 a 15 minutos. Após esse curto período, o usuário se deprime e desanima.

Isso gera desejo de recuperar a sensação de prazer, induzindo-o a buscar mais crack, na esperança de alcançar o prazer novamente. E esse ciclo é contínuo. Entretanto, depois de utilizar a droga durante certo tempo o usuário torna-se mais resistente ao seu efeito, e isso o leva a buscar mais consumo para satisfazer suas necessidades. O vício se estabelece rapidamente, mas evidentemente sua intensidade depende de cada organismo, para se instalar. Não há um tempo específico para isso; sabe-se, contudo, que o vício físico está relacionado ao vício psicológico.

A tragédia da dependência ao crack é notada pelos efeitos degradantes que se manifestam quando usuários tentam parar de usar a droga. Os sintomas mais visíveis da abstinência são: depressão profunda, ansiedade, necessidade intensa de conseguir a droga, irritabilidade, agitação, exaustão intensa, comportamento agressivo, ruptura dos sistemas de autocontrole e perda de discernimento.

A droga na sociedade

O problema do aumento do consumo de drogas na sociedade contemporânea é marcante. Revela desajustes de adaptação, de segmentos sociais, a padrões comportamentais baseados em sistemas de controle social historicamente consolidados. E capazes de manter grupos sociais vinculados a pautas de comportamento previamente determinadas por instituições legitimadas pelo Estado e pela Sociedade como a família, a escola e outras.

Esse modelo sofreu forte impacto de setores sociais contestadores, que não concordavam com as regras e as pautas comportamentais impostas pelas instituições, a partir dos movimentos de contestação social dos anos 1960 em diante. Movimentos libertários e outros fatores contribuíram bastante para o aumento do consumo de drogas coletivamente. A indústria do narcotráfico experimentou significativo crescimento. Esse fenômeno obrigou governos de vários países a fazerem grandes esforços para conter o tráfico e o expansivo consumo, sobretudo entre jovens.

Introdução

A questão do uso de crack é uma situação que se apresenta como mais um desafio para a gestão municipal. Uma realidade muito dinâmica, que vem afetando todos os segmentos da sociedade, trazendo com ela uma larga variedade de conseqüências sociais e econômicas para os gestores municipais e a sociedade.

Diante da necessidade da coleta de dados sobre como está a realidade nos Municípios brasileiros, a Confederação Nacional de Municípios apresenta este estudo com informações que podem contribuir para o enfrentamento ao consumo e circulação de crack e outras drogas nos Municípios, uma vez que são necessárias ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde dos usuários e seu círculo social, assim como repressão à circulação de drogas.

Estratégias específicas estão sendo desenvolvidas pelos gestores municipais, em sua maioria com recursos próprios, realidade que vem se mostrando insuficiente para atender a uma situação crescente.

Para buscar uma solução se faz necessária a participação da União e Estados, com ações intersectorializadas e integradas, almejando a implementação de uma política que contemple a realidade dos Municípios brasileiros.

Nossa expectativa é de que trabalhando em conjunto possamos alcançar resultados positivos perante esse problema que preocupa nossa população.

O Observatório do Crack

Em dezembro de 2010 foi realizada uma pesquisa por meio da Central de Atendimento da Confederação Nacional de Municípios sobre a situação do crack nos Municípios brasileiros, revelando que 98% das cidades brasileiras pesquisadas enfrentavam problemas com a presença do crack e outras drogas. A partir dessa demanda apresentada pelos Municípios, nasceu a idéia da criação do Observatório do Crack.

Com aceitação muito elevada por parte dos Municípios, implantamos uma maneira prática, rápida e segura de desenvolvermos uma segunda etapa da pesquisa, onde os gestores (as) municipais receberam um login e uma senha de acesso à pesquisa que agora, tornava-se online. Com isso, agilizamos nosso tempo e colocamos à disposição as informações praticamente em tempo real no portal.

O Observatório do Crack passou a ter uma visão prospectiva e inovadora com objetivos de oferecer informações aos prefeitos (as) e à sociedade civil sobre como está organizado o poder público para o enfrentamento ao crack e outras drogas, qual a participação da União, dos Estados e dos Municípios no auxílio às vítimas dessa catástrofe social e de que forma a rede de atenção aos usuários de drogas está estruturada no Brasil.

O compromisso social da CNM é realizado a partir da socialização das informações repassadas ao , buscando promover um debate sobre a questão com quem está na linha de frente ao problema: os Municípios brasileiros.

A construção e o fortalecimento desse projeto só se torna possível com a participação ativa dos Municípios, que se dá de forma constante com a atualização de informações no próprio portal Observatório do Crack.

Objetivos do Observatório do Crack

- Acompanhar a evolução do tema sobre a toxicodependência em todos os Municípios brasileiros retratando a realidade corrente, as ações desenvolvidas, os investimentos realizados e os resultados obtidos;
- Disponibilizar aos gestores uma ferramenta de acompanhamento da situação atual e das ações intersetoriais desenvolvidas pela esfera municipal, estadual e federal;
- Subsidiar a formulação de uma Nova Política Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, bem como servir de base para a realização de outras investigações pertinentes ao tema;
- Nortear as ações municipais, integrando uma rede de contatos para a troca de experiências entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada;
- Apresentar as “boas práticas”, que são modelos de projetos que vem sendo desenvolvidos com sucesso nos Municípios brasileiros e apresenta-los no portal do “Observatório do crack”, com o intuito de que haja uma troca de conhecimento e uma possível reprodução dos mesmos em outras localidades;
- Construir um sistema de informação que permita aos gestores e a sociedade civil organizada pesquisar a rede de assistência ao usuário de drogas em cada Município brasileiro.

Resultados da coleta de dados do Sistema de Informações “Observatório do Crack”

Apresentaremos a seguir um conjunto de informações coletadas diretamente nos Municípios sobre o problema do crack e outras drogas, bem como suas consequências.

A CNM optou por fazer a divulgação de alguns dados da pesquisa com amostras diferentes, pois realizamos uma parte da pesquisa via nossa Central de Atendimento, que entrevistou mais 3.900 cidades do País. Após essa etapa, disponibilizamos uma senha de acesso e um *login* para cada prefeito brasileiro preencher o restante do formulário, onde tivemos o acesso de aproximadamente 2.200 gestores. Em virtude disso, algumas questões terão um número de Municípios diferentes.

Metodologicamente, cremos que tais diferenças não comprometem os resultados, já que o sistema é dinâmico e a cada dia novas informações são preenchidas pelos gestores. Como a abrangência é nacional, temos respostas de todos os Estados e Municípios com portes populacionais diferenciados.

A CNM optou por divulgar as 18 questões que compõe esse último questionário, atualizando algumas informações que foram divulgadas na ocasião do último estudo em 2011, e apresentando a sociedade novas informações.

A distribuição da pesquisa

UF	Municípios (A)	Pesquisados (B)	% B / A
AC	22	17	77,3%
AL	102	85	83,3%
AM	62	47	75,8%
AP	16	12	75,0%
BA	417	353	84,7%
CE	184	153	83,2%
ES	78	68	87,2%
GO	246	222	90,2%
MA	217	174	80,2%
MG	853	805	94,4%
MS	78	78	100,0%
MT	141	126	89,4%
PA	143	103	72,0%
PB	223	190	85,2%
PE	184	155	84,2%
PI	224	168	75,0%
PR	399	379	95,0%
RJ	92	22	23,9%
RN	167	138	82,6%
RO	52	39	75,0%
RR	15	11	73,3%
RS	496	481	97,0%
SC	293	284	96,9%
SE	75	65	86,7%
SP	645	608	94,3%
TO	139	124	89,2%
Total	5.563	4.907	88,2%

Resultados da pesquisa

1 O seu Município enfrenta problemas com a circulação de drogas?

4.404	Sim
488	Não
15	Não responderam
<hr/>	
4.907	Total

Dentre os Municípios pesquisados 89,7% relataram enfrentar problemas com a circulação de drogas. Apenas 9,9% mencionaram que não enfrentam problemas relacionados a circulação de drogas e 0,4% não souberam informar. Os dados apontam que a problemática das drogas encontra-se presente na grande maioria dos Municípios, informações estas que vem afirmar o que a CNM divulgou em estudos realizados nos anos de 2010 e 2011.

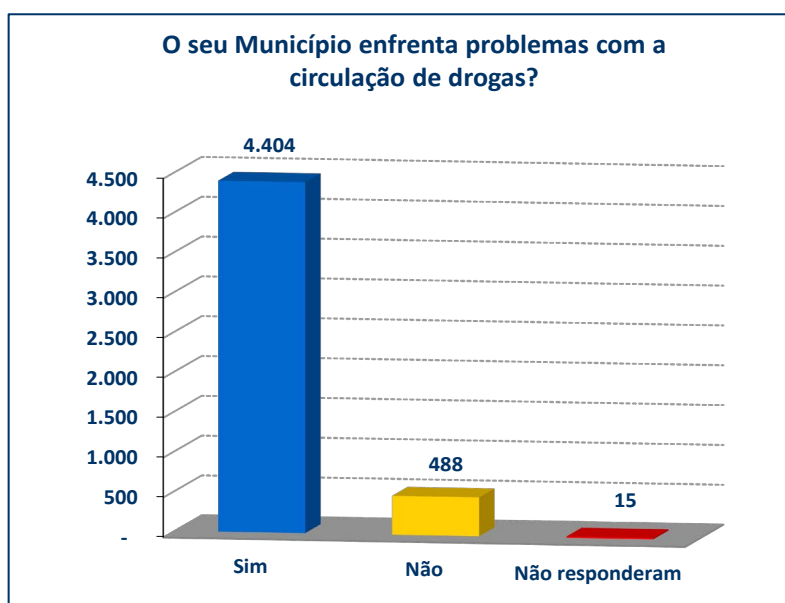


Figura 1: dados sobre a circulação de drogas nos Municípios brasileiros

1.1 Caso sim, Qual?

272	Crack
957	Outras drogas
3.076	Ambos
99	Não responderam
<hr/>	
4.404	Total

Em relação ao tipo de droga circulante, 6,2% apontaram que o crack é a droga predominante, 21,7% indicaram que são outras drogas, e a grande maioria 69,8% – afirma que há existência de crack e outras drogas circulando em seus Municípios. Não souberam responder a esta questão 2,2% dos entrevistados.

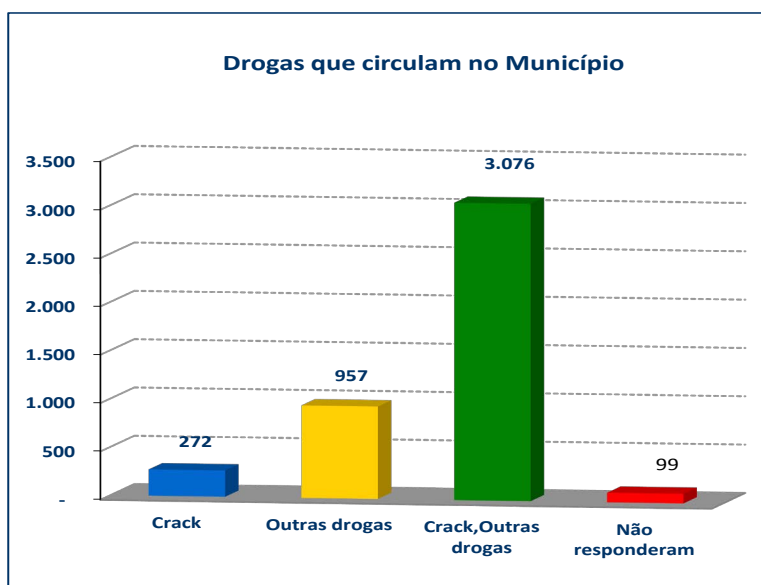


Figura 2: dados sobre o tipo de drogas que circulam nos Municípios brasileiros

2 Seu município enfrenta problemas relacionados ao consumo de drogas?

4.600	Sim
261	Não
46	Não responderam
<hr/>	
4.907	Total

Referente ao consumo de drogas, 93,7% dos Municípios pesquisados indicaram que existem problemas, somente 5,3% disseram não haver problemas e não souberam responder a esta questão 0,9% dos Municípios. Estas informações demonstram que o consumo de drogas está disseminado desde os grandes centros urbanos até as pequenas cidades, incluindo municípios que possuem grande área rural, por meio dos dados obtidos esse é o panorama que a CNM conseguiu traçar.

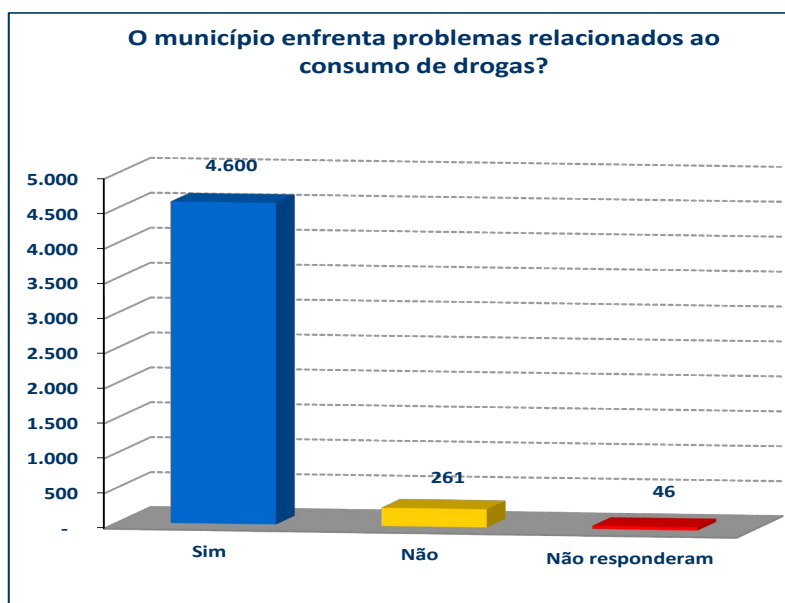


Figura 3: dados sobre o consumo de drogas nos Municípios brasileiros

2.1 Caso sim, Qual?					
Problema x Nível	Baixo	Médio	Alto	Não responderam	Total
<i>Crack</i>	1.202	1.987	1.131	42	4.362
<i>Outras drogas</i>	1.149	2.103	1.220	51	4.523

Citado por 88,9% dos municípios pesquisados o consumo de crack é um problema crescente no País, já o consumo de outras drogas, que é o somatório de mais de um tipo de entorpecente, representa 92,2%.

Uma das questões de grande relevância neste estudo está relacionada ao nível de consumo de crack nos Municípios, classificado em alto, médio ou baixo, pelos próprios gestores a partir da análise da sua realidade. Os munícipes apontaram que o consumo de crack em nível baixo é de 27,6%, em nível médio 45,6% e alto chegou a um total de 25,9%.

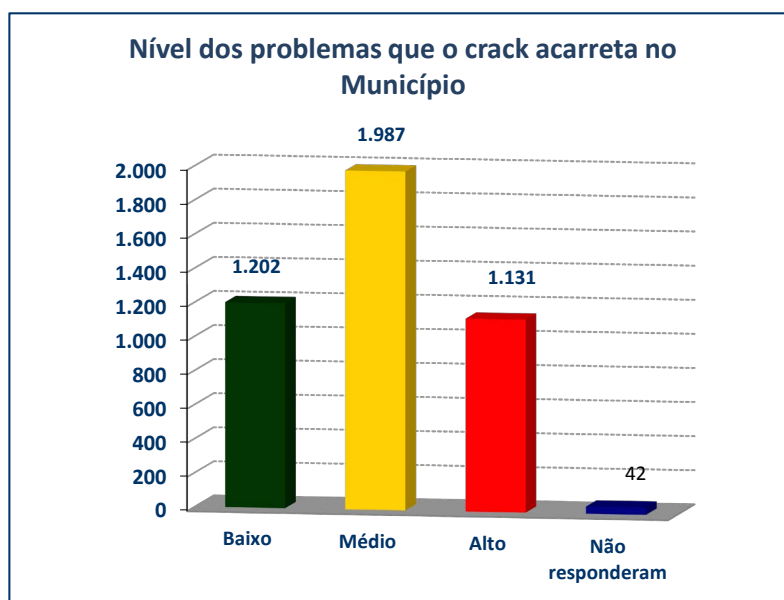


Figura 4: dados sobre o nível de consumo de crack nos Municípios brasileiros

Em relação às outras drogas, há uma pequena alteração, onde 25,4% dos Municípios indicaram que o nível de problemas é baixo, 46,5% indicaram que é médio e 27% indicaram que o problema é alto.

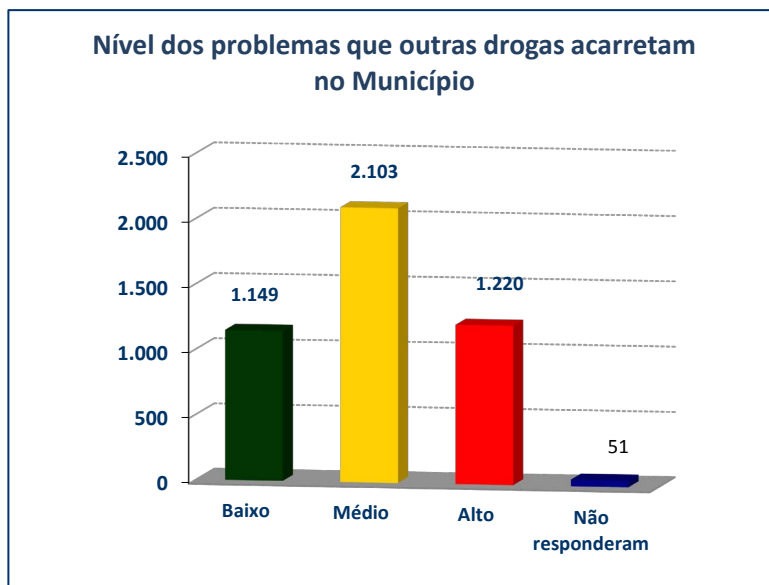


Figura 5: dados sobre o nível de consumo de outras drogas nos Municípios brasileiros

3 O Município possui Conselho Municipal Antidrogas – COMAD?

650 Sim

4.109 Não

148 Não responderam

4.907

O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD é um órgão colegiado de caráter consultivo, articulador, deliberativo e normativo das questões sobre drogas no âmbito do Município, tem o papel de coordenar, desenvolver e estimular a maior participação possível dos movimentos comunitários.

Percebemos que 13,2% dos municípios pesquisados possuem esse conselho, um total de 83,7% não disponibiliza essa ferramenta e 3% não responderam a esta questão.

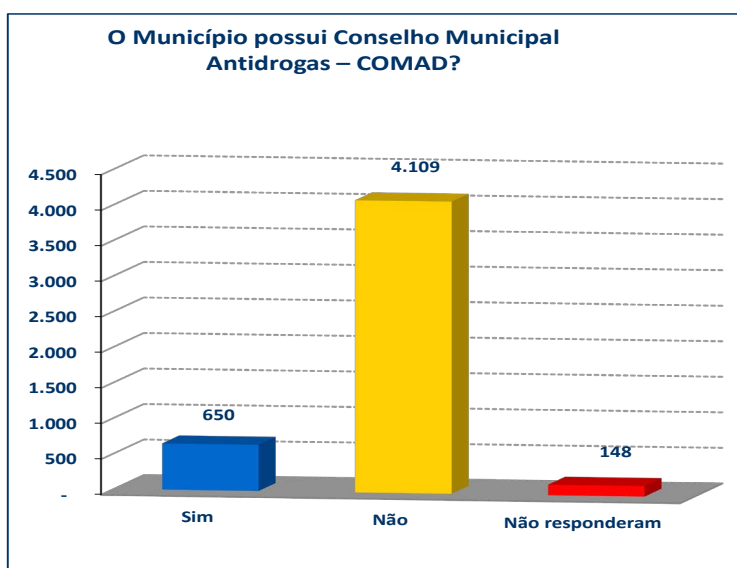


Figura 6: dados sobre a existência do Comad nos Municípios brasileiros

4 O Município possui Centro de Referência de Assistência Social - CRAS?

2.159 Sim

117 Não

2.276

O Centro de Referência de Assistência Social – Cras é uma unidade pública estatal descentralizada que é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica, responsável também por desenvolver ações de prevenção nas áreas de maior vulnerabilidade e risco social.

Nesta questão 94,9% (2.159) Municípios afirmam ofertar esse serviço à população, sendo que existem hoje ativos um total de 2.343, pois pode haver mais de um Cras por localidade, de acordo com o porte do Município. Um percentual de 5,1%, afirma não possuir esse equipamento em sua localidade.

Em pesquisa realizada pela CNM verificamos que o Município gasta 148% a mais do que recebe de repasse dos Governos Federal e estadual para manter o Cras funcionando.

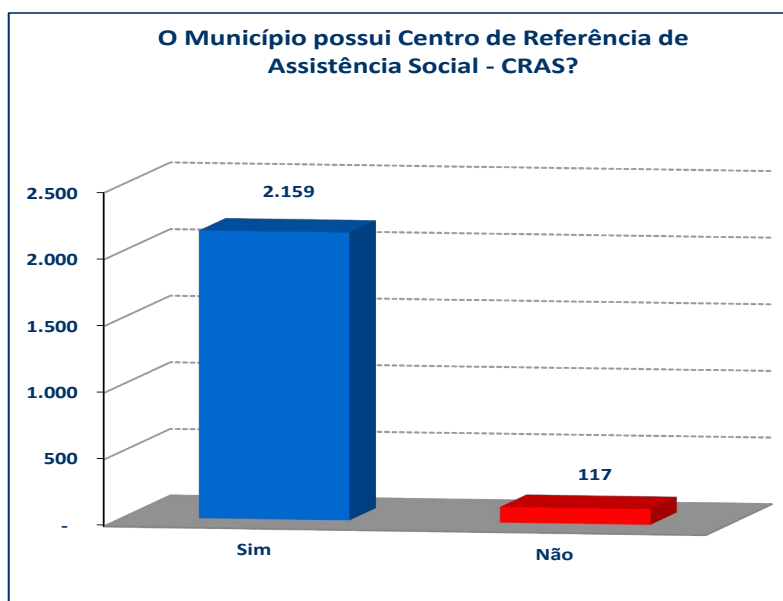


Figura 7: dados sobre a existência do Cras nos Municípios brasileiros

5 O Município possui Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS?

712 Sim

1.484 Não

2.196

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS compõe a rede de serviços socioassistenciais, dentro da estrutura do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, na modalidade de proteção social especial (média e alta complexidade), para atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.

O atendimento é personalizado e continuado, pois exige intervenções especializadas, onde há trabalhos de conversação e encaminhamentos para a rede de proteção social e o sistema de garantia de direitos. O que nos aponta a relevância dessa unidade para atenção aos usuários de droga.

Em nossas respostas temos 32,4% (712) que asseguram este serviço, sendo 630 centros ativos, já 67,6% ainda não conseguem dispor para a população um equipamento como o Creas.

Em pesquisa realizada pela CNM averiguamos que o Município gasta 115% a mais do que recebe de repasse dos Governos Federal e estadual para manter o Creas funcionando.

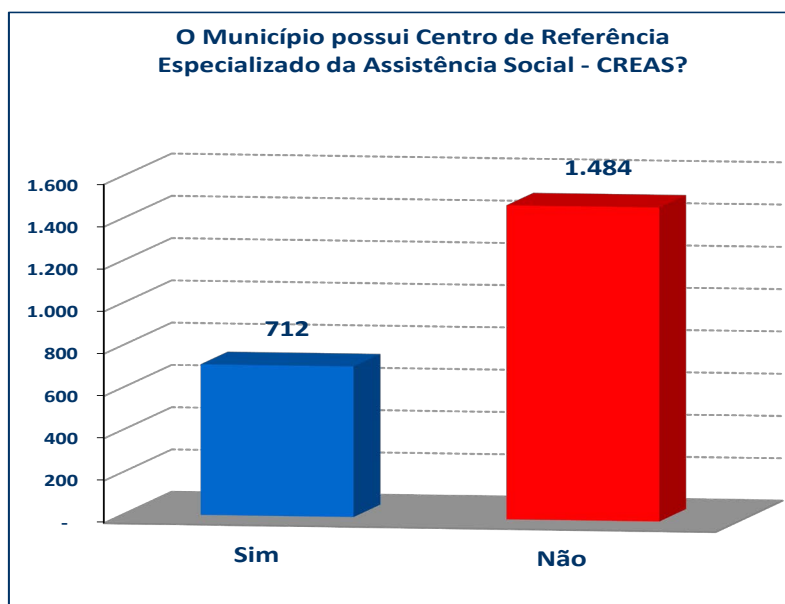


Figura 8: dados sobre a existência do Creas nos Municípios brasileiros

6 O Município possui Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS POP?

39	Sim
2.094	Não
<hr/>	
2.133	

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social para a População em Situação de Rua – Creas-POP assegura atendimento e atividades para o desenvolvimento de sociabilidade, fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares e construção de novos projetos de vida além de atendimento psicossocial.

Com um número pouco expressivo, apenas 1,8% (39) citaram ter este equipamento a serviço da comunidade, dos quais 24 estão ativos. Já os Municípios que afirmam não possuir o Creas-PoP chegaram a um total de 98,2%, isso indica que a atenção especial de alta complexidade está incompleta, o que afeta diretamente projetos com usuários de crack e outras drogas.

Queremos, entretanto, ressaltar que esta carência não é definitivamente falta de articulação do Município, mas sim, que existem obstáculos para a implementação dessa unidade, uma delas é que por ter a população inferior a 250 mil habitantes, o município fica impossibilitado de disponibilizar os serviços dessa unidade. Ou seja, o problema existe tanto em grandes como pequenos centros, mas a estrutura organizativa imposta pelo Governo Federal impossibilita que o trabalho seja ofertado.

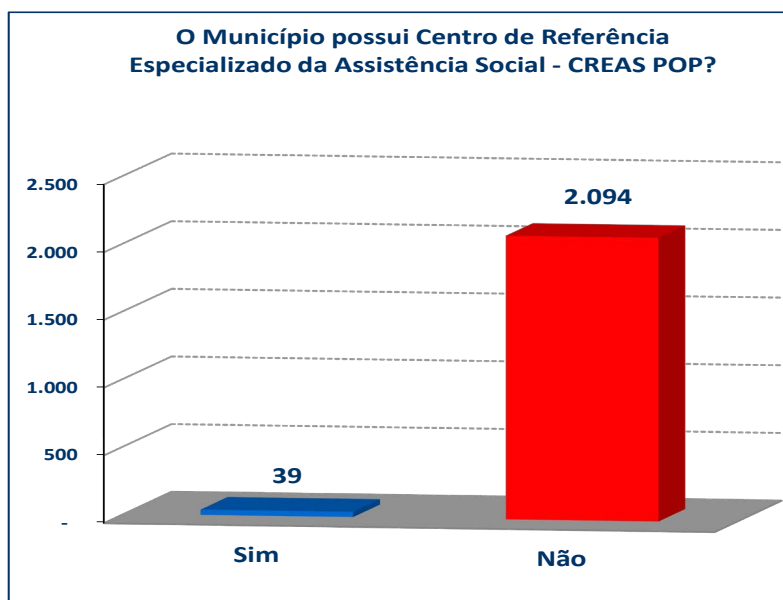


Figura 9: dados sobre a existência do Creas – POP nos Municípios brasileiros

7 O Município possui Centro de Atenção Psicossocial - CAPS?

489 Sim

1.681 Não

2.170

Com valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira, o Centro de Atenção Psicossocial – Caps objetiva oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários de drogas pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Dentre os Municípios 22,5% (489) oferecem este serviço, com um total de 508 ativos, pois de acordo com o número populacional do Município, ele pode dispor mais de uma unidade à população. Em relação aos pesquisados que não possuem em sua localidade esse equipamento temos um total de 77,5%.

A falta de prestação de serviços que este tipo de equipamento realiza gera uma lacuna no atendimento aos usuários de drogas bem como de toda sua rede social. Ressaltamos, todavia, que a CNM realizou uma pesquisa para levantar os custos reais para se manter um Caps funcionando no Município, e chegamos a números reveladores.

O repasse do Governo Federal para a manutenção deste estabelecimento é de R\$20 mil por mês, enquanto ele custa aos cofres municipais R\$ 32 mil mensais, o que significa 62,5% a mais de financiamento que o gestor tem complementar para que possa disponibilizar o serviço à sociedade, ou seja, o gasto para Município é muito expressivo.

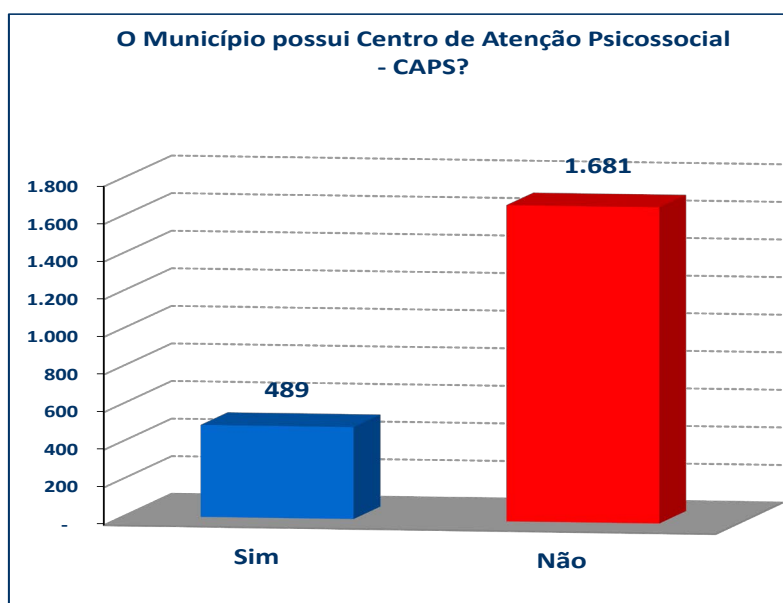


Figura 10: dados sobre a existência do Caps nos Municípios brasileiros

8 O Município possui Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF?

537 Sim

1.570 Não

2.107

Com relação ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Nasf, estrutura estratégica para a prevenção e o acompanhamento de dependentes químicos, uma vez que seu papel é justamente fortalecer o programa Saúde da Família e contribuir para o desenvolvimento de ações conjuntas, tivemos 25,5% (537) dos entrevistados que afirmam disponibilizar este serviço, sendo 509 ativos. Porém, a grande maioria dos municípios pesquisados, 74,5% ainda não dispõe desse serviço.

Esse número expressivo de Municípios que não dispõe do Nasf ressalta o quão difícil é para manter um programa como este funcionando.

Uma pesquisa realizada pela CNM constatou que o Município precisa completar em 100% o financiamento para que o Nasf seja ofertado à população já que o repasse do Governo Federal ao mês fica em R\$ 20 mil e o custo para o gestor é de R\$ 40 mil mensais.

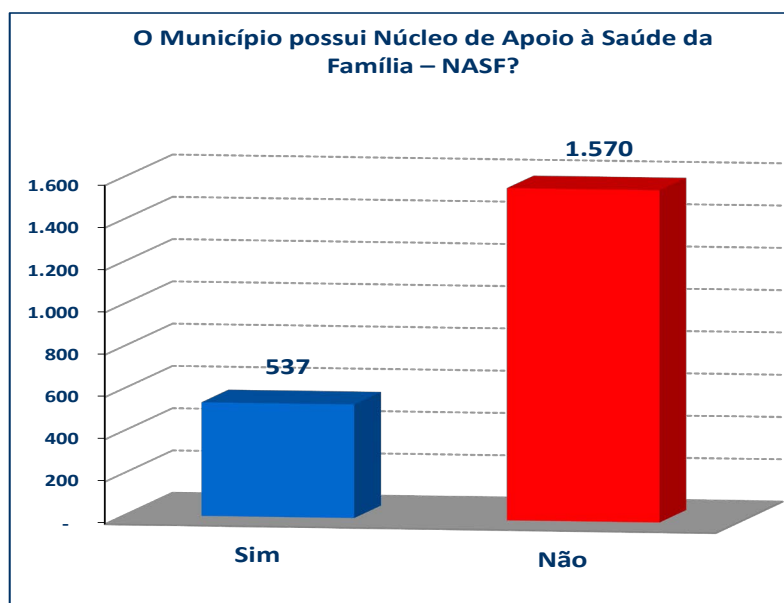


Figura 11: dados sobre a existência do Nasf nos Municípios brasileiros

9 O Município possui Conselho Tutelar?

2.155 Sim

30 Não

2.185

Outro meio muito importante para o envolvimento da sociedade civil nesse processo de enfrentamento ao consumo e circulação de drogas é o Conselho Tutelar, uma vez que seu papel é articular e fiscalizar a rede de atenção à criança e ao adolescente, envolvendo setores como o da educação, saúde, assistência social, família e o governo nesse processo.

Nossa pesquisa informa que a maioria dos Municípios pesquisados 98,6% (2.155) desenvolvem este trabalho, sendo que o número de ativos é de 2.208, pois o Município pode dispor mais de um conselho dependendo de seu tamanho populacional . Apenas 1,4% ainda não possui esse conselho.

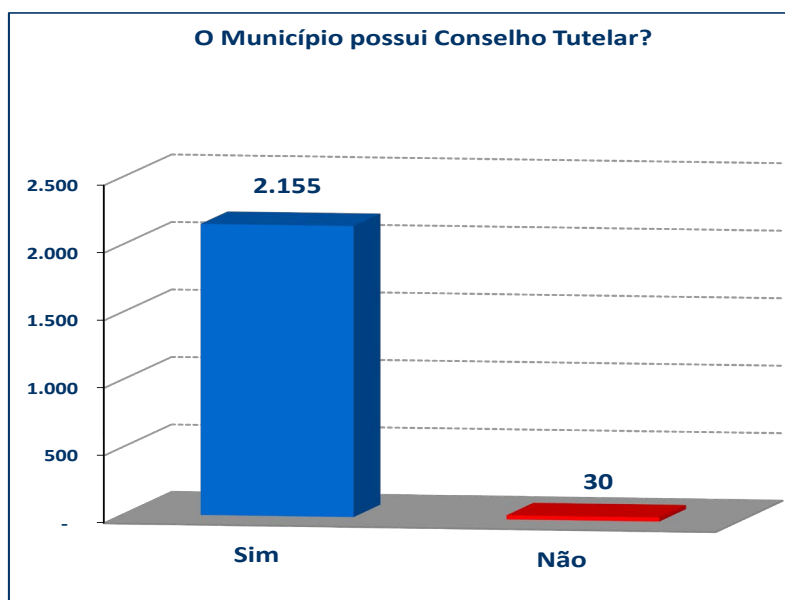


Figura 12: dados sobre a existência do Nasf nos Municípios brasileiros

10 O Município possui outras instituições que integram a rede de assistência?

652	Sim
1.260	Não
<hr/>	
1.912	

É sabido que o papel da sociedade civil organizada é primordial e estratégico na luta contra o consumo e circulação de drogas, muitas instituições conveniadas ao governo ou não, conseguem desempenhar a função de rede de apoio ao dependente químico, entendendo a necessidade de se respeitar as particularidades e especificidades das demandas geradas por essa realidade. E diante disso a CNM solicitou aos gestores municipais que nos informasse se contam com esse apoio.

Dos Municípios que afirmaram possuir outros equipamentos de apoio ao usuário e seus familiares chegamos a marca de 34,1% que contam com o auxílio de igrejas, terceiro setor (ONGs), instituições filantrópicas e privadas. No entanto, 65,9% afirmam não contar com nenhuma outra rede de apoio.

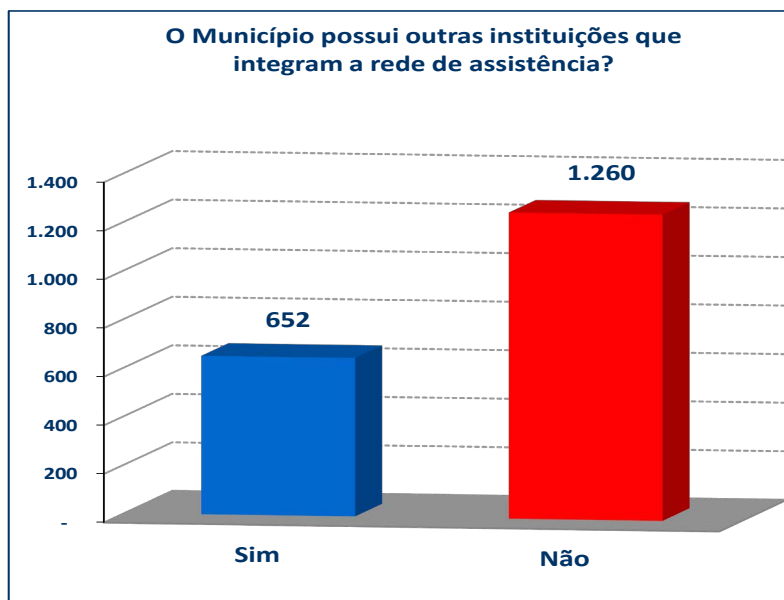


Figura 13: dados sobre a existência de outras instituições que integram a rede de assistência nos Municípios brasileiros

11 Quais são as áreas atingidas pelo crack?

Área	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Saúde	63,4%	61,1%	67,1%	68,3%	67,6%	65,5%
Segurança	50,8%	43,4%	49,1%	46,8%	47,0%	46,9%
Assist. Social	63,4%	59,8%	57,5%	59,6%	66,6%	59,8%
Educação	39,3%	39,1%	39,5%	40,9%	47,4%	40,4%
Outros	21,3%	13,2%	13,2%	12,2%	15,7%	13,7%

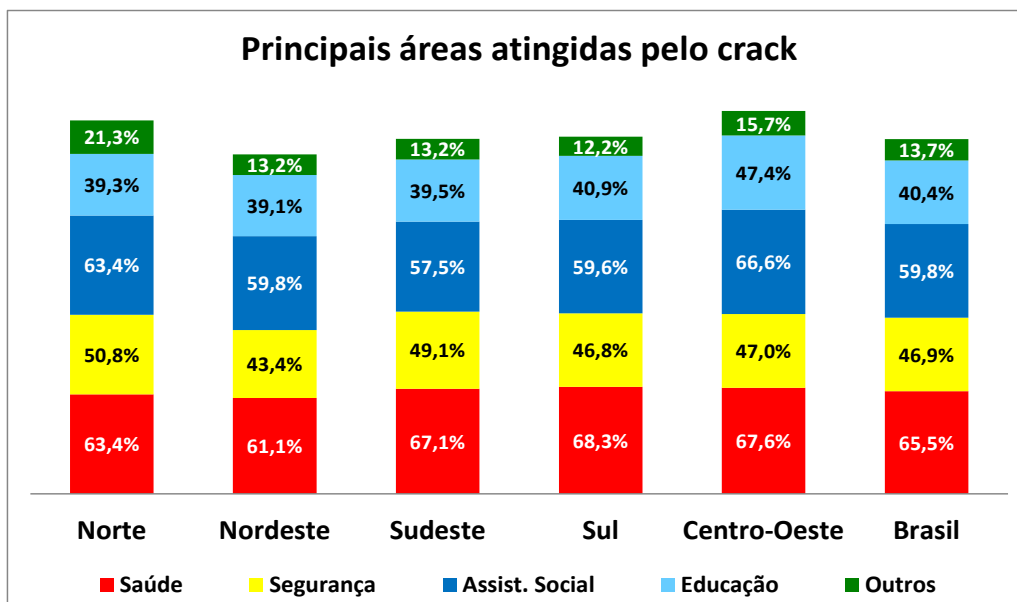


Figura 14: dados sobre a as áreas mais atingidas pelo crack nos Municípios brasileiros

As situações geradas pelo consumo e circulação das drogas são as mais variadas e complexas, diante do exposto pelos entrevistados conseguimos perceber que algumas áreas da sociedade são mais afetadas, pois tem ligação direta com as políticas sociais que atendem crianças e adolescentes, jovens e adultos. São elas:

Saúde

Os gestores percebem que o setor da saúde continua sendo o mais afetado por essas situações complexas que a adicção apresenta, conforme já constatado em nosso estudo anterior (novembro de 2011). Neste estudo a área da saúde chegou a um percentual de 65,5%.

As dificuldades relatadas pelos gestores são referentes a falta de estrutura da rede de saúde para o tratamento clínico dos dependentes químicos. Temos dentre os inúmeros relatos a ausência de ambulatórios especializados, onde são tratadas as demandas como crises de abstinência, início de overdoses e desintoxicação, isso segundo os gestores municipais se dá pela da carência de recursos financeiros.

Outro apontamento muito comum entre os Municípios pesquisados é a ausência dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, unidades de saúde que tem o papel estraté-

gico no “Plano Crack é Possível Vencer”, isto ocorre, pois Municípios de pequeno porte não conseguem pactuar o nível de gestão de média complexidade do Sistema Único de Saúde – SUS. Esta alusão vem acompanhada de inúmeros relatos da insuficiência de profissionais especializados na área da dependência química.

Os poucos profissionais que atendem essa demanda nos Municípios relatam a necessidade da criação de unidades de tratamento que sejam específicas para crianças e adolescentes separadas dos adultos. Outra informação comum é a falta da política de redução de danos, pois ao fazer uso de determinados tipos de drogas alguns usuários acabam contraindo doenças.

Assistência social

Em seguida apresentamos a área da assistência social como uma das mais demandadas com um total de 59,8%, uma vez que esta é responsável por acompanhar usuários e seus familiares na perspectiva da reinserção social. Também temos depoimentos de situações de vulnerabilidade social, que segundo os entrevistados são situações de abandono familiar, profissional (perda do emprego devido ao vício), casos de prostituição e gravidez na adolescência.

Há ausência de programas específicos para usuários de drogas e seu círculo familiar, bem como de recursos para implantação destes programas, carência de profissionais especializados e até mesmo de material informativo para ações de prevenção.

Segurança

Em terceiro lugar aparece a área da segurança com 46,9%. Um número significativo de situações problemáticas decorrentes da existência das drogas nos Municípios fica provado por meio dos relatos que citam o tráfico e o consumo de drogas diretamente ligados a diversos tipos de violência (física, psicológica, patrimonial, entre outras).

Outra questão é a falta de policiamento (agentes masculinos e femininos), o que ocasiona (na visão dos Municípios) casos de óbitos decorrentes do tráfico, bem como o aumento de furtos, roubos, vandalismo, como comprovado também no estudo anterior.

Educação

A área da educação aparece em 4º lugar com 40,4%. Foram-nos relatadas questões como o vandalismo nas escolas, a falta de treinamento para os professores, déficit de atenção ocasionada pelo consumo de drogas, alteração de comportamento (agressividade), baixo rendimento e evasão escolar.

Problemas comuns

Alguns temas são citados como problemas que os Municípios têm em comum, como a necessidade real de articulação entre as áreas citadas acima, falta de atividades e ações de reinserção social para os dependentes químicos e as verbas são ditas insuficientes para tratar a questão da drogadição no País.

Existe um enigmático paradoxo ao redor do problema relacionado as drogas, onde atitudes passivas, tímidas e paliativas por parte do Governo geram consequências para a sociedade como a insegurança, a criminalidade, e atropelos morais e sociais.

Pode-se perceber que a questão do consumo de crack e outras drogas continua sendo tratada de forma paliativa e emergencial, nota-se também que essa ainda não é compreendida como uma questão de saúde pública por parte do Governo Federal, de onde deveriam vir os incentivos financeiros e políticos para uma abordagem integral da questão, dando aos Municípios o suporte necessário para o enfrentamento da questão.

12 O Município possui usuários identificados?

2.342	Sim
2.375	Não
190	Não responderam
<hr/>	
4.907	

Em relação aos usuários, a CNM questionou se os munícipes conseguiam identificar a existência de usuários de drogas, 47,7% afirma que conseguem perceber o consumo de drogas e 48,4% ainda não conseguem identificar essa realidade, diante disso a CNM conseguiu junto aos municípios identificar uma média de 84.205 usuários.

Essa realidade corrobora com os argumentos expostos pelos gestores municipais a respeito da falta de capacitação profissional, o que poderia auxiliar no processo de busca ativa de usuários de drogas e ações de prevenção, isto aliado à estruturação de uma rede que oferte serviços integralizados, onde diversos profissionais tenham condições de analisar e perceber situações de risco social.

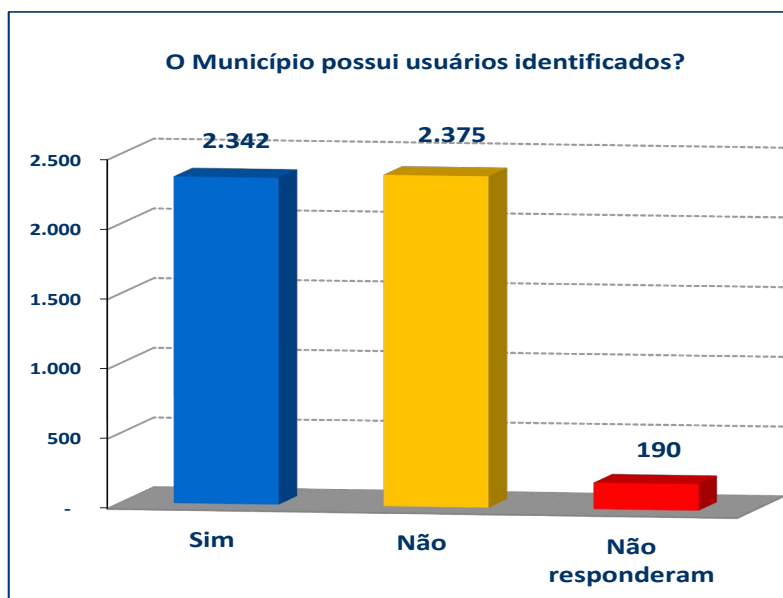


Figura 15: dados sobre a existência de usuários identificados nos Municípios brasileiros

13 Os usuários são cadastrados?

497	Sim
4.185	Não
225	Não responderam
<hr/>	
4.907	

Em relação ao cadastramento destes usuários na rede de saúde e assistência social, apenas 10,1% conseguem atender os dependentes químicos de alguma forma, e 85,3% ainda não conseguem realizar nenhum tipo de abordagem/acolhimento aos usuários de drogas.

Em relação ao expressivo número de Municípios que noticia não ter usuários cadastrados, é necessário salientar que isso ocorre em função de uma fragilidade muito grande no processo de estruturação da rede de proteção e atenção ao dependente químico, onde as condicionalidades impostas pela União para adesão ao Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e a distribuição de responsabilidades na gestão desses sistemas suscitam a impossibilidade para o gestor dispor unidades de atendimento aos usuários.

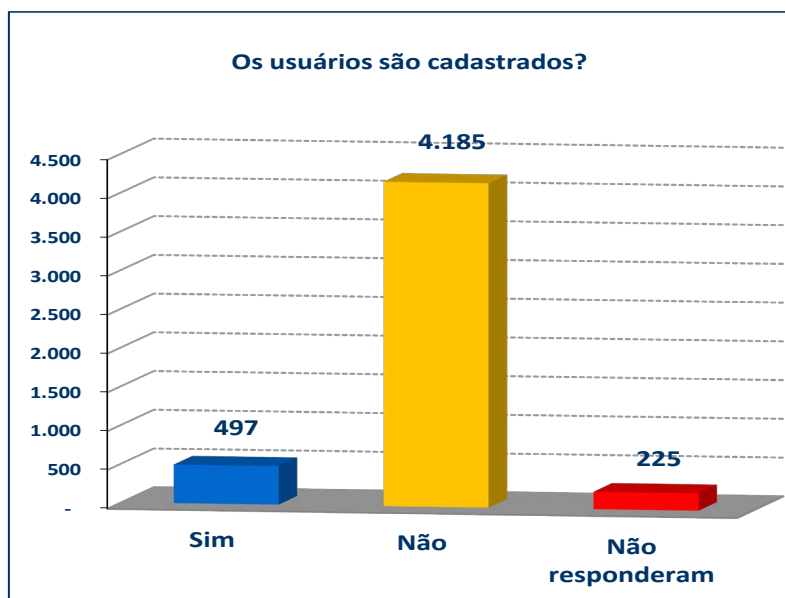


Figura 16: dados sobre a existência de usuários cadastrados na rede de assistência dos Municípios brasileiros

Os municípios que conseguem realizar algum tipo de atendimento traçaram para a CNM um pequeno perfil desses usuários, indicando qual a faixa etária e a etapa do tratamento na qual se encontram:

14 Quantos usuários o Município possui por faixa etária?								
Faixa - Anos	Internados	Tratamento	Acompanhamento	Curados Acompanhados	Abandono do Tratamento	Reinserção Social	Reinserção Profissional	Óbitos
Até 9	3	8	5	1	1	1	1	1
De 10 a 14	74	238	249	17	104	34	11	6
De 15 a 19	606	1.489	1.377	128	948	90	82	66
De 20 a 29	849	5.021	924	199	851	126	199	84
De 30 a 39	431	1.022	501	93	827	74	98	23
De 40 a 49	229	735	374	42	406	29	32	17
De 50 a 59	78	423	214	17	303	16	10	8
De 60 a 69	16	212	140	9	122	12	8	7
De 70 a 79	1	21	10	5	2	4	1	1
De 80 em diante	1	4	1	1	1	1	1	2
Total	2.288	9.173	3.795	512	3.565	387	443	215
							Total Geral	20.378

A CNM solicitou aos gestores que preenchessem um quadro de etapas de tratamento e faixa etária dos usuários que são atendidos na rede de assistência do Município. Estas informações nos permitem acompanhar o cenário gerado pelo consumo de crack, se há crescimento ou não no número de usuários, e qual a faixa etária considerada a mais vulnerável.

Acreditamos que estes dados podem contribuir de forma significativa para a criação de políticas públicas que atendam as particularidades de cada demanda, seja o público jovem, adulto ou idoso, assim os governos municipal, estadual e federal podem criar estratégias bem definidas para a prevenção ao uso de drogas.

Atualmente, segundo os entrevistados, apenas 11,2% dos dependentes químicos tiveram acesso a internação, e a maioria 37,1% está dentro da faixa etária que vai dos 20 aos 29 anos (jovens).

Dos usuários que a pequena rede municipal de saúde e assistência consegue atender, foi possível perceber que a maioria deles encontra-se em tratamento, cerca de 45%, e a faixa etária que concentra o maior número de dependentes em tratamento vai dos 20 aos 29 anos (jovens), o que representa 54,7% do total de usuários nessa etapa.

Em relação ao acompanhamento, identificamos que apenas 18,6% encontram-se nesta etapa e que a idade de maior incidência vai dos 15 aos 18 anos (adolescência), isto representa 36,2%, o que sugere que este intervalo de idade requer uma atenção muito grande da família e da escola, para que situações de risco sejam evitadas.

As informações sobre a etapa do tratamento na qual os usuários são considerados “curados”, apenas 2,5% estão neste estágio do tratamento, sendo a faixa etária mais representativa dos 20 aos 29 anos, o que representa 38,8%.

Neste quadro a situação de abandono do tratamento, chegou a 17,4%, onde a maioria dos dependentes químicos que desistiram de seus tratamentos se concentram na faixa etária que vai dos 15 aos 19 anos, isso representa 26,5%. As situações de desequilíbrio emocional, abstinência e risco social de um modo geral contribuem para a dificuldade da conclusão do tratamento.

A CNM entende o processo de reinserção social como uma das etapas mais importantes do tratamento do usuário, é justamente nesta fase que as relações sócio-familiares são restabelecidas, trata-se de um momento decisivo para se evitar recaídas. De acordo com os dados obtidos apenas 1,8% conseguiu chegar nesta fase do tratamento, com faixa etária que compreende dos 20 aos 29 anos.

Isto nos faz perceber a importância da rede de assistência social, pois esta exerce um papel estratégico no desenvolvimento de ações de inclusão e acompanhamento, podendo incluir a rede social do usuário nesse processo.

Complementando o processo de reinserção social, nós temos a reinserção profissional dos dependentes químicos, etapa mais avançada do tratamento, onde apenas 2,1% encontram-se nesta fase, e que a faixa etária vai dos 20 a 29 anos.

Mais uma vez percebemos as dificuldades de montar uma rede de atenção ao usuário de drogas, e que esta integre todas as demandas impostas pela questão da drogadição, ou seja, disponibilizar ao dependente químico mecanismos de desenvolvimento/fortalecimento social e profissional

requer investimentos financeiros muito altos, uma vez que nenhuma ação do plano de enfrentamento ao crack prevê profissionalização de dependentes químicos em tratamento, logo estima-se que o Município que desejar disponibilizar ao usuário esta oportunidade de continuidade do seu tratamento, terá que fazê-la com recurso próprio.

Com as informações repassadas pelos gestores concluímos que 1% dos usuários de drogas veio a óbito, sendo a faixa etária de maior incidência dos 20 aos 29 anos, isto pode ocorrer devido à fragilidade e falta de acesso à rede de atenção, onde lacunas nos mecanismos de busca ativa, acolhimento, tratamento e reinserção social são insuficientes para a situação que se apresenta no Brasil.

Esses números nos remetem à realidade apresentada pelos gestores quando denunciam a falta de cooperação entre a União e os Estados para com os Municípios, relatando a falta de recursos para desenvolver programas e ações de prevenção, tratamento, reinserção social e combate ao tráfico, bem como a própria capacitação dos profissionais para trabalhar com essa demanda.

E estruturar essa rede de forma integral e multiprofissional se tornou um desafio para os municípios, pois a demanda é real, prioritária e emergente.

15 O seu Município realiza alguma ação de enfrentamento ao crack e outras drogas?

2.424	Sim
1.807	Não
676	Não responderam
<hr/>	
4.907	

Diante desse cenário percebemos que alguns gestores estão assumindo o protagonismo na execução de ações que visam atender a demanda de alguma forma, e chegamos a um total de 49,4% de municípios realizando alguma atividade, e 36,8% que ainda não realizam nenhuma ação.

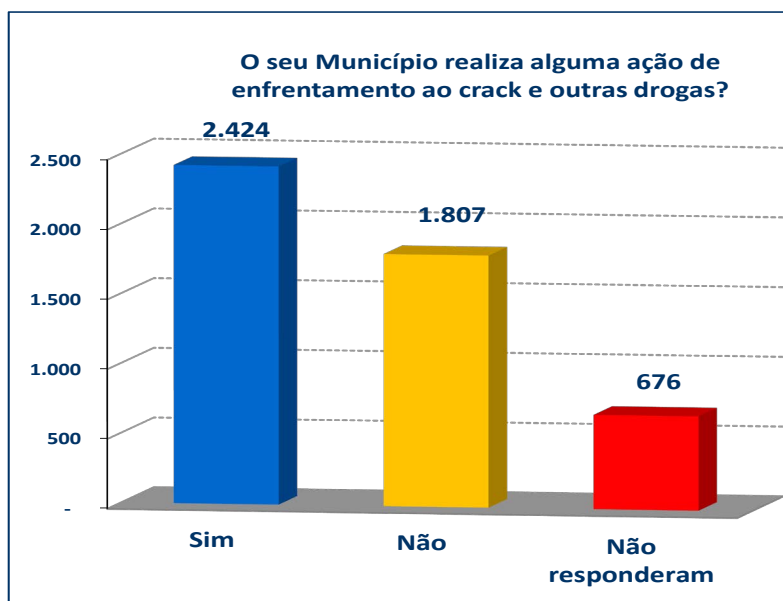


Figura 17: dados o desenvolvimento de ações de enfrentamento ao crack e outras drogas nos Municípios brasileiros

16 Qual o alcance das ações?

937 Municipal

55 Regional

9 Estadual

1.001

O plano nacional de enfrentamento ao crack sugere que essas ações sejam intersetoriais, o que se apresenta como mais um desafio à gestão municipal, e que sejam realizadas, também, em conjunto com os Estados e a União, porém o que visualizamos a partir dos depoimentos é que a maioria das ações são de abrangência Municipal, 93,6%, e que 5,5% são de alcance regional, e apenas 0,9% são realizadas em conjunto com os Estados.

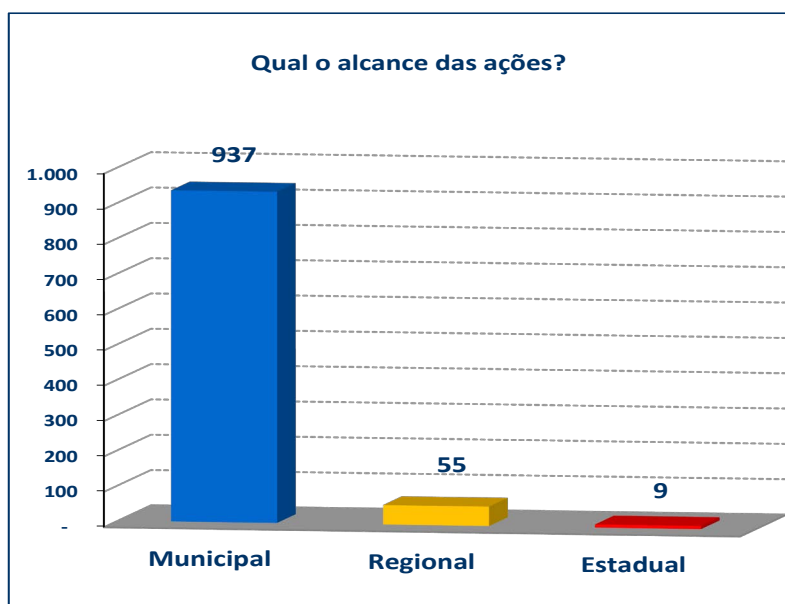


Figura 18: dados sobre o alcance das ações de enfrentamento ao crack e outras drogas nos Municípios brasileiros

17 Qual a forma de financiamento das ações?

1.548.555,09	Federal
209.081,00	Estadual
2.972.534,57	Municipal
178.820,00	Outros

Em relação ao financiamento, o que pode-se analisar é que a maior parte dos investimentos ainda está sendo feita pelos Municípios, somando um total de R\$ 2.972.534,57, em seguida temos os investimentos federais com o montante de R\$ 1.548.555,09, logo atrás o financiamento específico do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack com o valor de R\$ 354.345,39 e por fim o repasse estadual chegou ao valor de R\$ 209.081,00.

Alguns municípios contam com doações de entidades não governamentais, sociedade civil, entre outros e esse valor chegou a um total de R\$ 178.820,00.

18 Qual o custo real mensal das ações para o município?

2.561.039	Recursos humanos (remunerações, gratificações e encargos)
421.402	Manutenção com estrutura física (reforma, água, energia, limpeza)
435.929	Manutenção com as ações e serviços (insumos, material expediente)
302.961	Aquisição e manutenção de equipamentos
40.681.541	Educação em saúde (palestras, impressos)
229.627	Capacitação de recursos humanos
436.358	Medicação e insumos

A respeito do custo real dessas ações, a manutenção da equipe, manutenção com estrutura física, as ações e serviços, manutenção de equipamentos, educação em saúde, capacitação de recursos humanos, medicação e insumos e o valor informado chegou à R\$ 2,5 milhões.

Plano “Crack é possível vencer”

A proposta desse novo Plano, lançado em 7 de dezembro de 2011, é reorganizar a rede de atenção a dependentes químicos, criando consultórios de rua, enfermarias especializadas em álcool e drogas, unidades de acolhimento adulto/infantil, bem como reforçar e fortalecer os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas 24 horas (CAPSad). As instituições da sociedade civil que desenvolvem trabalhos de atenção a dependentes químicos também serão contempladas, para que isso se torne realidade o Governo Federal diz que irá investir R\$4 bilhões até o ano de 2014.

Tabela 1- Valores que serão investidos pelo Ministério da Saúde por estado até 2014

Estado	Valor (R\$ milhões)
Acre	18.468
Alagoas	28.836
Amazonas	32.922
Amapá	9.018
Bahia	96.717
Ceará	87.174
Distrito Federal	48.669
Espírito Santo	37.407
Goiás	45.564
Maranhão	34.278
Minas Gerais	157.260
Mato Grosso do Sul	18.594
Mato Grosso	26.892
Pará	58.359
Paraíba	36.966
Rio Grande do Sul	116.811
Pernambuco	79.734
Piauí	21.543
Paraná	102.735
Rio de Janeiro	246.657
Rio Grande do Norte	35.388
Rondônia	11.613
Roraima	8.127
Santa Catarina	47.559
Sergipe	12.660
São Paulo	569.013
Tocantins	8.061
Total Brasil	1.997.025

Fonte: Portal da Saúde/MS

Dos 26 estados da federação apenas 4 fizeram adesão ao Plano “Crack é possível vencer”, contudo, a proposta do Governo Federal é que até junho de 2012 mais 4 estados façam adesão.

Segundo o plano, até 2014 o Ministério da Saúde pretende repassar recursos para que estados e Municípios criem 2.462 leitos que serão usados para atendimentos e internações de curta duração. Para estimular a criação destes espaços o valor da diária que era de R\$ 57,00 passaria para R\$ 200,00. Ao todo, deveriam ser investidos R\$ 670,6 milhões.

As ações do plano têm como eixos centrais: cuidado, autoridade e prevenção.

Na área do **cuidado** (saúde/assistência social) o plano orienta que se tenha uma determinada estrutura para o dependente químico, logo, o Município que apresentar esta demanda deverá ter disponível à população as seguintes unidades de atenção ao usuário:

- Enfermarias especializadas nos hospitais do Sistema Único de Saúde;
- Consultórios de rua (nos locais em que há maior incidência de consumo de crack, serão criados 308 consultórios);
- Centros de Referência Especializado de Assistência Social – Creas (deveriam ser investidos R\$ 45 milhões por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome);
- Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas 24 horas (CAPSad), 7 dias por semana. A proposta é que até 2014 sejam criadas apenas 175 unidades para a demanda de todo o País. Cada um dos centros oferecerá tratamento continuado para até 400 pessoas por mês;
- Unidades de Acolhimento, em regime residencial;
- Apoio as instituições da sociedade civil.

Segue a relação das unidades de atenção aos dependentes químicos que devem ser criadas até 2014 segundo o novo “Plano de Enfrentamento ao Crack”.

Tabela 2- Serviços que serão implantados ou qualificados por estado até 2014

ENFERMARIAS ESPECIALIZADAS EM ÁLCOOL E DROGAS			
UF	Novos leitos	Quantidade de leitos que será qualificada	Total
AC	9	2	11
AL	42	-	42
AM	68	-	68
AP	2	14	16
BA	142	49	191
CE	112	20	132
DF	71	23	94
ES	59	12	71
GO	35	61	96
MA	64	4	68
MG	218	75	293
MS	1	38	39
MT	36	-	36
PA	55	56	111
PB	42	2	44
PE	104	43	147
PI	22	12	34
PR	130	42	172
RJ	427	71	498
RN	42	2	44
RO	3	15	18
RR	3	11	14
RS	44	121	165
SC	59	31	90
SE	5	20	25
SP	660	413	1.073
TO	7	5	12
Total	2.462	1.142	3.604

Fonte: Portal da Saúde/MS

UNIDADES DE ACOLHIMENTO

UF	Adulto		Infanto – Juvenil	
	Existente	Novos	Existente	Novo
AC	-		2 -	1
AL	3		6	1
AM	-		9 -	4
AP	-		2 -	1
BA	-		18 -	8
CE	1		15	1
DF	-		13 -	5
ES	2		8	1
GO	-		11	2
MA	-		6 -	3
MG	3		31	3
MS	1		4 -	1
MT	-		4 -	2
PA	-		11	1
PB	1		6	1
PE	1		16 -	7
PI	-		4	1
PR	3		19 -	9
RJ	-		57	6
RN	-		5	1
RO	-		2 -	1
RR	-		1 -	1
RS	2		18 -	8
SC	-		7 -	3
SE	2		3 -	1
SP	2		124	4
TO	-		1 -	1
TOTAL	22	430	22	166

Fonte: Portal da Saúde/MS

CONSULTÓRIOS NA RUA		
UF	Novos	Total
AL	1	5
BA	16	20
CE	8	11
ES	6	9
GO	5	11
MA	1	2
MG	10	18
MS	2	4
MT	1	3
PA	11	13
PB	2	5
PE	7	11
PI	1	2
PR	17	20
RJ	27	35
RN	1	3
RR	1	1
RS	13	19
SC	8	12
SE	2	2
SP	75	93
TO	1	1
Total	216	308

Fonte: Portal da Saúde/MS

CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA ÁLCOOL E DROGAS

UF	Existente	Novos	Qualificados
AC	1	1	1
AL	2	1	2
AM	0	1	0
AP	2	0	1
BA	16	1	6
CE	17	0	10
DF	3	0	3
ES	3	1	1
GO	4	1	2
MA	6	0	3
MG	20	6	9
MS	4	0	2
MT	5	1	3
PA	6	2	2
PB	8	0	6
PE	12	1	6
PI	4	0	3
PR	22	0	9
RJ	18	6	8
RN	7	1	5
RO	1	0	1
RR	1	0	1
RS	24	4	14
SC	11	1	4
SE	4	0	1
SP	66	13	30
TO	1	0	1
Total	268	41	134

Fonte: Portal da Saúde/MS

A adesão ao plano significa assumir responsabilidades no desenvolvimento das ações estabelecidas no decreto 7.637 de dezembro de 2011, que institui o “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack”.

Observa-se que o plano determina que a responsabilidade de estruturar a rede de atenção ao dependente químico é dos estados e Municípios, estes deverão articular instâncias de gestão e acompanhamento da execução do plano e garantir a atuação nas áreas da saúde, assistência social, educação e segurança pública.

Vale ressaltar que o plano não faz menção as equipes que irão compor o quadro de pessoal destas unidades, fica subentendido que serão custeadas com recurso próprio do Município, e dada à complexidade da demanda se faz necessário um quadro multiprofissional, o que acarreta em mais investimento por parte do Município.

Outro fator que impede os Municípios de aderirem ao “Plano de Enfrentamento ao Crack” é a condicionalidade ao número de habitantes.

Citamos como exemplo a criação de Unidades de Acolhimento para dependentes de crack, álcool e outras drogas determinada pela Portaria 121/2012 do Ministério da Saúde publicada em 26 de janeiro, no Diário Oficial da União (DOU), onde somente Municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes – apenas 132 – poderiam solicitar o auxílio financeiro ao Ministério da Saúde para implantar a modalidade adulto. E, para a modalidade infanto-juvenil, somente os que tiverem população igual ou superior a 100 mil habitantes, ou seja, apenas 285 Municípios.

A conclusão é que 94,9% (5.278) dos Municípios não têm condições de disponibilizar serviços especializados às pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

No eixo de **Autoridade** o plano prevê que as ações policiais se concentrem em duas frentes: nas fronteiras e nas áreas de maior consumo de drogas.

É importante lembrar que as ações de prevenção e tratamento só terão êxito caso as ações de segurança pública sejam efetivadas, reforçando que esta área é competência da União e dos Estados.

Vale salientar também que as ações do “Plano de Enfrentamento ao Crack” deverão ser executadas de forma descentralizada e integrada, unindo esforços entre a União, os Estados, e Municípios, observadas a intersetorialidade, a interdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social, o que se apresenta como um verdadeiro desafio político para os municípios.

Esse novo plano prevê a implementação de policiamento nas áreas de concentração de uso de drogas, bem como a instalação de equipamentos eletrônicos que darão subsídio no processo de monitoramento das áreas de risco.

Existe ainda a proposta de intensificação das ações de inteligência e investigação a fim de identificar e prender traficantes, bem como, desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. Segundo este novo plano o contingente das Polícias Federal e Rodoviária

Federal será reforçado com contratação de mais 2 mil novos policiais.

Devido à multiplicidade de fatores vinculados ao problema da droga na sociedade, sobretudo sua associação com a violência e o tráfico, os sistemas de segurança pública precisam agir de forma conjunta, tanto com suas estruturas internas, órgãos que formam os sistemas de segurança pública, como com os demais entes que prestam serviços preventivos e complementares aos problemas sociais gerados pelo tráfico e consumo de drogas.

Somente com ações integradas será viável o enfrentamento a rede do narcotráfico. Isto requer ações coordenadas de forma a atingir desde a gestão municipal, passando pelos governos estadual e federal, transcendendo limites geográficos e jurisdicionais. Para tanto, é necessário um grande esforço de coordenação e gerenciamento, além de investimentos em tecnologia e capacitação profissional. Tudo isso demanda aplicação de recursos, nem sempre disponíveis em montante compatível às necessidades.

A questão dos Municípios de fronteira precisa ser resolvida com competência, de forma a evitar que o País continue sendo rota internacional da droga e grande consumidor interno, o que causa inúmeros problemas sociais.

O eixo da **prevenção** vem estruturado em algumas áreas: escola, comunidade e comunicação com a população. O Programa de Prevenção do Uso de Drogas na Escola tem a proposta de capacitar 210 mil educadores e 3,3 mil policiais militares do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) para prevenção ao uso de drogas em 42 mil escolas públicas. Já o Programa de Prevenção na Comunidade prevê capacitação de 170 mil líderes comunitários até 2014.

Basicamente as ações deste eixo se concentram na realização de campanhas informativas e orientações na perspectiva da prevenção sobre o uso de crack e de outras drogas.

Diante do exposto apresentaremos agora um balanço do que foi realmente investido até o presente momento.

Execução orçamentária dos Programas de Combate as Drogas e ao Crack do Governo Federal

As informações obtidas junto aos Municípios nos retratam que os problemas relacionados ao consumo de drogas e mais fortemente ao crack acarretam enormes prejuízos sociais e econômicos à sociedade.

A Confederação Nacional de Municípios pesquisou a execução orçamentária do Governo Federal nos anos de 2011 até o mês de maio de 2012 dos “Programas sobre Drogas e Crack”, e os resultados são bastante desanimadores. Após o anúncio de um novo Plano de Combate ao Crack em dezembro de 2011, muito pouco foi efetivamente executado.

Estes programas estão separados em dois órgãos, a Presidência da República e o Ministério da Justiça, sendo que as ações descritas são estipuladas pelo Sistema Nacional de Políticas Anti-drogas – Sisnad do Governo Federal.

Execução Orçamentária dos Programas de Drogas e Crack do OGU de 2011

Órgão	Execução Orçamentária	Total em R\$	% sobre liquidado
MINISTERIO DA JUSTICA	Liquidado (Favorecido)	16.848.948,94	
	Pago	5.315.253,96	31,5%
	RP Pago	0,00	
	Total Pago	5.315.253,96	
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Liquidado (Favorecido)	288.090,38	
	Pago	235.838,12	81,9%
	RP Pago	55.520.866,25	
	Total Pago	55.756.704,37	
Total Liquidado (Favorecido)		17.137.039,32	
Total Pago		5.551.092,08	
Total RP Pago		55.520.866,25	
Total Pago		61.071.958,33	

Fonte: SIAFI - SIGA Brasil - Elaboração CNM

Conforme tabela acima verificamos que em 2011 foram pagos pelo Orçamento Geral da União – OGU o total de R\$ 61,07 milhões, sendo que destes R\$ 55,5 milhões são de restos a pagar de anos anteriores. Do total liquidado neste ano R\$ 17,137 milhões foram efetivamente pagos R\$ 5,551 milhões o que representa 32,4%.

Execução Orçamentária do OGU das Ações dos Programas sobre Drogas de 2011

Ação	Execução Orçamentária	Total em R\$
APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL ANTIDROGAS	Liquidado (Favorecido)	0,00
	Pago	0,00
	RP Pago	253.192,60
	Total Pago	253.192,60
APOIO A PROJETOS DE INTERESSE DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	Liquidado (Favorecido)	14.269.798,20
	Pago	3.569.814,61
	RP Pago	5.104.944,75
	Total Pago	8.674.759,36
CAPACITAÇÃO DE AGENTES DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	Liquidado (Favorecido)	2.331.951,40
	Pago	1.687.585,65
	RP Pago	764.169,60
	Total Pago	2.451.755,25
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	Liquidado (Favorecido)	535.289,72
	Pago	293.691,82
	RP Pago	57.917,78
	Total Pago	351.609,60
NÃO INFORMADO	Liquidado (Favorecido)	0,00
	Pago	0,00
	RP Pago	49.340.641,52
	Total Pago	49.340.641,52
Total Liquidado (Favorecido)		17.137.039,32
Total Pago		5.551.092,08
Total RP Pago		55.520.866,25
	Total Pago	61.071.958,33

Fonte: SIAFI - SIGA Brasil - Elaboração CNM

Pode-se verificar na tabela acima que o maior dispêndio da União foi o pagamento de restos a pagar em uma ação genérica caracterizada como “Não Informado”, nela foram gastos R\$ 49 milhões dos R\$ 61 milhões aplicados.

Em 2012 o quadro não é diferente, os programas também estão divididos entre os dois órgãos, Presidência da República e Ministério da Justiça, e o total pago até o momento soma R\$ 6,4 milhões, sendo R\$ 6,1 de restos a pagar de anos anteriores.

Execução Orçamentária dos Programas de Drogas e Crack do OGU até maio de 2012

Órgão	Dados	Total	% sobre liquidado
MINISTERIO DA JUSTICA	Liquidado (Favorecido)	248.432,35	
	Pago	246.158,71	99,1%
	RP Pago	1.299.731,50	
	Total Pago	1.545.890,21	
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	Liquidado (Favorecido)	0	
	Pago	0,00	
	RP Pago	4.880.814,63	
	Total Pago	4.880.814,63	
Total Liquidado (Favorecido)		248.432,35	
Total Pago		246.158,71	
Total RP Pago		6.180.546,13	99,1%
	Total Pago	6.426.704,84	

Fonte: SIAFI - SIGA Brasil - Elaboração CNM

Neste ano são dois programas que estão vinculados à Política Nacional Antidrogas, o programa da “Gestão da Política Nacional sobre Drogas e a Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção, e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas, mas ambos com uma execução bastante tímida para a dimensão do problema em nosso País.

Execução Orçamentária do OGU das Ações dos Programas sobre Drogas até Maio de 2012

Programa	Dados	Total
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO,	Liquidado (Favorecido)	248.432,35
ATENÇÃO E REINserção SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGA	Pago	246.158,71
	RP Pago	0,00
	Total Pago	246.158,71
GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	Liquidado (Favorecido)	0
	Pago	0,00
	RP Pago	6.180.546,13
	Total pago	6.180.546,13
Total Liquidado (Favorecido)		248432,35
Total Pago		246158,71
Total RP Pago		6.180.546,13
	Total pago	6.426.704,84

Fonte: SIAFI - SIGA Brasil - Elaboração CNM

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a necessidade de atitudes e ações de enfrentamento devem ser tratadas de forma prioritária.

Percebe-se que muitas variáveis (ambientais, biológicas, psicológicas e sociais) atuam simultaneamente para influenciar qualquer pessoa vir a usar drogas e isto se deve à interação entre a droga, o indivíduo, a sociedade, e o os contextos sócio-econômicos e culturais.

Para atender a essas demandas é indispensável estruturar uma rede multidisciplinar de atenção ao usuário de drogas, onde essa interligue os serviços de educação, saúde, assistência social, reinserção profissional e segurança.

Diante disso a ação da CNM com o portal do Observatório do Crack foi mapear e disponibilizar ao cidadão informações sobre essa rede.

Atualmente podemos afirmar que esse mapeamento é uma referência, e acreditamos que socializar os serviços de saúde, assistência social e educação são passos na luta contra o uso e a circulação das drogas, vemos isso como uma contribuição na prevenção a drogadição e ao fortalecimento da rede.

Identificar os espaços de tratamento e acompanhamento como: Centros de Atenção Psicossocial – Caps, Centros de Referência de Assistência Social – Cras, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas, Núcleos de Apoio a Saúde da Família – Nasf, e disponibilizá-los a população de forma mais acessível é um compromisso da CNM.

Um diferencial para a CNM na luta contra a toxicodependência é a existência da rede de atenção ao dependente químico, acreditamos que uma estrutura biopsicossocial de atendimento é fundamental no enfrentamento das conseqüências geradas pelo consumo e circulação de drogas.

Sendo assim, o portal do Observatório do Crack apresenta-se de forma dinâmica, onde além das informações já citadas, conseguimos identificar experiências de sucesso, boas práticas municipais, e divulgá-las entre os Municípios brasileiros, promovendo uma troca de experiências benéfica para que haja expansão do conhecimento acerca do tema.

A CNM ressalta que esse conjunto de ações só pode se concretizar diante de uma mútua cooperação, estabelecendo responsabilidades entre os entes da federação: União, Estados e Municípios.

Referências Bibliográficas

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas*/Ministério da Saúde. 2. ed. rev. ampl.–Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

OMS. Organização Mundial de Saúde. *Manual de Orientação para Atenção ao Crack*.

ONU. *Relatório Anual Sobre Drogas*. 2009, 2010.

RIBEIRO, M; LARANJEIRA, R. (Org.). *O Tratamento do usuário de Crack*. São PAULO: Casa Leitura Médica, 2010.

Sites:

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/home>>. Acesso em: 09 de abr. 2012

Disponível em: <<http://www.fiemg.org.br>>. Acesso em: 04 de abr. 2012

Disponível em: <<http://www.uniad.org.br>>. Acesso em: 01 de mar. 2012

Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br/index.php>>. Acesso em: 21 de mar. 2012

Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>>. Acesso em: 21 de mar. 2012

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>>.

Acesso em: 23 de abr. 2012

Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/saude/>. Acesso em: 03 de mai. de 2012

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>>.

Acesso em: 08 de fev. de 2012

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/junho/creas-pop-para-a-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: Acesso em: 02 de mai. de 2012

Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=24355&janela>. Acesso em: 11 de abr. 2012

Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/especial/br/cracknempensar/conteudo,0,3755,Como_crackgenoorganismo.html>. Acesso em: 18 de abr. 2012

4

IRFS – Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos Municípios Brasileiros – Edição 2010

Um ano após a crise econômica mundial o conjunto dos Municípios brasileiros teve uma **performance negativa em duas das três áreas analisadas pelo IRFS – Fiscal, Gestão e Social** – em relação ao ano de 2009, de acordo com estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) voltado para calcular o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS). Nesta edição do IRFS, são apresentados os comparativos dos resultados entre 2002 e 2010 para que os gestores possam ter uma idéia não só da sua situação atual no do índice, mas também sua evolução (ou retrocesso) ao longo dos anos.

O IRFS é decomposto em três subíndices – fiscal, gestão e social, cada um deles medindo a na área por meio de distintos indicadores. O índice fiscal, por exemplo, reflete a evolução dos indicadores relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como nível de endividamento e gasto com pessoal, enquanto os demais buscam mostrar o cumprimento de **outras responsabilidades** de uma prefeitura, que – na avaliação da CNM e de inúmeros estudos científicos – passam por economizar recursos de manutenção da máquina administrativa e direcioná-los prioritariamente para investimentos em infra-estrutura, saúde e educação, além de atender bem e com qualidade a população local.

Na tabela 1, podemos verificar a evolução dos distintos indicadores que compuseram o cálculo do índice entre 2002 e 2010, do qual extraímos as seguintes conclusões:

Tabela 1

Brasil - Resultado Geral										
Indicadores		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Fiscal	Endividamento/RCL	8,04%	8,70%	8,12%	3,76%	5,75%	3,29%	0,81%	3,32%	3,29%
	Suficiência de Caixa/RCL	-0,65%	-1,74%	0,79%	4,31%	3,40%	4,83%	6,40%	9,82%	5,06%
	Gasto de Pessoal/RCL	43,98%	46,66%	44,19%	44,14%	45,78%	44,60%	45,66%	48,41%	48,53%
	Superavit Primário/RCL	1,60%	-0,63%	2,87%	4,33%	-0,45%	2,82%	3,43%	-1,17%	-1,45%
Gestão	Custeio da Máquina/RCL	22,93%	22,94%	22,64%	23,03%	24,14%	22,44%	22,43%	22,58%	21,90%
	Investimento/RCL	26,78%	9,90%	10,36%	8,78%	11,55%	10,31%	12,90%	9,21%	12,90%
	Custo do Legislativo/RCL	4,36%	4,66%	4,35%	4,23%	4,43%	3,90%	3,15%	3,61%	3,05%
	Custo per capita do Legislativo	R\$ 28,48	R\$ 31,36	R\$ 34,24	R\$ 37,20	R\$ 41,87	R\$ 51,56	R\$ 48,54	R\$ 58,09	R\$ 57,77
Social	Gasto Educação/RCL	30,74%	30,76%	29,62%	28,94%	30,17%	28,97%	27,66%	29,47%	29,85%
	Matriculas/população	17,45%	18,09%	15,06%	16,16%	17,66%	16,74%	15,70%	15,89%	15,48%
	Professores com Nível Universitário	15,20%	18,90%	23,00%	29,86%	56,36%	57,31%	59,23%	58,87%	62,19%
	Taxa de Abandono Escolar (Rede Municipal)	7,41%	7,13%	7,09%	7,16%	7,43%	4,30%	7,01%	3,22%	2,81%
	Gasto Próprio em Saúde/RCL (SUS)	18,50%	17,89%	17,02%	15,08%	19,14%	16,41%	15,97%	17,18%	17,60%
	Cobertura Vacinal	79,15%	75,56%	76,19%	73,94%	77,96%	80,69%	82,62%	84,46%	82,78%
	Mortalidade Infantil (taxa por mil)	20,41	19,64	18,25	18,44	17,34	17,42	15,80	15,19	13,92
	Média de Consultas Médicas por ano	2,04	1,97	1,95	1,95	1,64	2,00	2,59	2,03	1,33
Quantidade de Municípios		5.156	5.012	4.285	4.164	4.938	5.232	4.994	5.231	5.202

a) O **endividamento** médio dos Municípios tem permanecido bem abaixo do limite máximo da LRF, oscilando apenas entre 3% e 8% da Receita Corrente Líquida (RCL), e em 2010 teve uma pequena queda no período analisado para 3,29%. Tendo decaído 0,3 pontos percentuais em relação a 2009.

b) Os Municípios evoluíram de uma situação de **insuficiência de caixa** em 2002 e 2003, ou seja, suficiência negativa, que significa ter mais restos a pagar do que disponibilidades de caixa, para uma situação de **sobra de caixa** entre 2004 e 2010. Isso não significa que não haja Municípios ainda no vermelho, mas em média, eles possuem uma sobra de caixa de 5,06% da RCL.

c) O **gasto de pessoal** dos Municípios apresentou um aumento em 2010 em relação a 2009, atingindo em média o índice de 48,41% da RCL, um aumento de 0,12 pontos percentuais em relação a 2009, mas ainda está abaixo do limite máximo permitido pela LRF, que é de 60%.

d) O **resultado primário**, diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias dos Municípios, foi negativo no conjunto das prefeituras em 2010, depois de um elevado superávit em 2005 e um déficit em 2006. Agora em 2010 ocorre novamente um déficit orçamentário de 1,45%. É importante lembrar que só precisa fazer superávit primário o Município que tem dívida e juros a pagar, não sendo este o caso da maioria no Brasil.

e) O **custeio da máquina** administrativa teve uma pequena queda, mas ainda continua no mesmo patamar de 2009, com 21,90% da RCL em 2010.

f) A **taxa de investimento** teve um aumento significativo em 2010, passando para o mesmo percentual de 12,9% em 2008. O que pode ser explicado pela retomada da economia.

g) O **custo dos Legislativos** municipais em 2010 acumulou uma queda expressiva passando de 3,61% no ano de 2009 para 3,05% agora em 2010, representando um decréscimo de 0,56 pontos.

h) Os **gastos médios com educação** tiveram uma alta neste ano em relação a 2009, passando de 29,47% para 29,85%, subindo 0,38 pontos percentuais. Esses valores estão bem acima do que a constituição determina, que é aplicar 25% de suas receitas em educação.

i) Os gastos **próprios com saúde** cresceram na proporção da RCL em 2010. Em 2009, os Municípios gastaram em média 17,18%, e agora em 2010 passaram a gastar em média 17,60%.

Com base nesses indicadores, foram calculados os índices de responsabilidade. Todo índice acima de 0,500 representa uma situação melhor do que a média. Na tabela 2 verificamos a evolução dos índices dos Municípios de acordo com dois critérios diferentes:

1) extraindo a média de todos os Municípios que apresentaram relatórios e dados em cada ano;

2) extraindo a média daqueles que apresentaram dados em todos os anos analisados, o que representa quase 46% (2.554) dos Municípios brasileiros.

No primeiro caso, vemos que o IRFS de 2010 teve uma diminuição ficando em patamares de 2003, e no segundo caso em que nos detemos na amostra mais reduzida (porém mais consistente), o IRFS ficou muito próximo ao ano de 2004 (tabela 2).

Tabela 2 - Evolução dos índices entre 2002 e 2010 (escala de 0,000 a 1,000) de todos os municípios										
Índice	Nº de Mun.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Geral	5.562	0,510	0,475	0,485	0,486	0,501	0,497	0,507	0,490	0,479
Fiscal	5.562	0,501	0,478	0,504	0,515	0,497	0,513	0,514	0,492	0,501
Gestão	5.562	0,542	0,461	0,469	0,454	0,465	0,449	0,467	0,426	0,413
Social	5.562	0,488	0,486	0,482	0,490	0,541	0,529	0,540	0,553	0,522

Abaixo mostraremos graficamente os números apresentados na tabela 2.

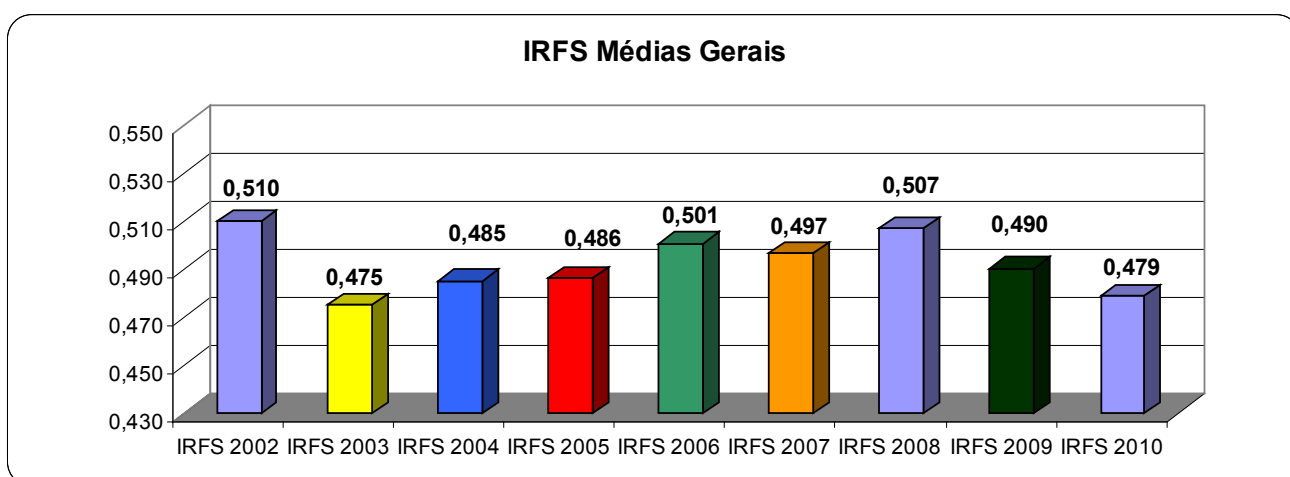


Figura 1 – Gráfico das médias do IRFS Geral, referente à amostra completa.

A vantagem da primeira amostra é que ela reúne um número maior de Municípios em cada ano para extrair uma média, mas sua composição é diferente em cada ano, o que não ocorre com a segunda, quando comparamos exatamente o mesmo grupo de Municípios todos os anos (tabela 3).

Tabela 3 - Evolução dos índices entre 2002 e 2010 (escala de 0,000 a 1,000) dos municípios da amostra										
Índice	Nº de Mun.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Geral	2.554	0,513	0,480	0,491	0,492	0,509	0,505	0,516	0,502	0,489
Fiscal	2.554	0,501	0,480	0,506	0,519	0,503	0,519	0,519	0,500	0,510
Gestão	2.554	0,546	0,467	0,477	0,461	0,551	0,463	0,482	0,444	0,427
Social	2.554	0,492	0,493	0,489	0,496	0,551	0,532	0,547	0,561	0,531

Os resultados do IRFS também podem ser analisados por vários ângulos, inclusive quanto ao desempenho individual dos Municípios. Por exemplo:

1. Quais os Municípios com as melhores classificações em 2010?
2. Quais os Municípios com as melhores médias entre 2002 e 2010?
3. Quais os Municípios que apresentaram os melhores avanços entre 2002 e 2010?

1. Os melhores IRFS de 2010

O Município catarinense de Bom Jardim da Serra apresentou o mais alto índice geral em 2010 (0,635). A seguir temos o Município gaúcho de Caseiros (0,628), os Municípios paulistas de Bilac (0,623) e Louveira (0,622) e o quinto colocado é o gaúcho de Pirapó.

Dentre os 30 primeiros Municípios colocados temos 15 gaúchos, 7 paulistas, 2 mineiros, 4 catarinenses, 1 goiano e 1 alagoano, que representaram as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Confederação Nacional de Municípios - CNM
Tabela 4 - Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - 2010

UF	Município	Índice Fiscal	Índice Gestão	Índice Social	Índice Geral	Ordem
SC	Bom Jardim da Serra	0,961	0,460	0,484	0,635	1
RS	Caseiros	0,768	0,521	0,595	0,628	2
SP	Bilac	0,662	0,557	0,649	0,623	3
SP	Louveira	0,804	0,506	0,555	0,622	4
RS	Pirapó	0,713	0,421	0,726	0,620	5
RS	Itatiba do Sul	0,739	0,489	0,619	0,615	6
RS	São José do Hortêncio	0,791	0,519	0,535	0,615	7
SP	Taiacu	0,696	0,458	0,676	0,610	8
RS	Pinhal	0,695	0,526	0,609	0,610	9
SC	Águas Mornas	0,621	0,568	0,632	0,607	10
MG	São Sebastião do Oeste	0,772	0,494	0,555	0,607	11
SP	Zacarias	0,762	0,437	0,621	0,607	12
SP	Lavinia	0,730	0,537	0,550	0,605	13
RS	Vila Flores	0,727	0,492	0,596	0,605	14
RS	Barra do Rio Azul	0,737	0,453	0,615	0,602	15
RS	Estação	0,722	0,533	0,551	0,602	16
MG	Jeceaba	0,720	0,559	0,521	0,600	17
AL	Barra de São Miguel	0,598	0,585	0,616	0,600	18
RS	Barra do Guarita	0,688	0,530	0,581	0,600	19
SC	Salto Veloso	0,693	0,504	0,585	0,594	20
SC	Ipira	0,533	0,499	0,748	0,594	21
GO	Santa Isabel	0,686	0,523	0,570	0,593	22
RS	Tupandi	0,683	0,492	0,603	0,593	23
SP	Jumirim	0,708	0,439	0,630	0,592	24
RS	Água Santa	0,649	0,536	0,593	0,592	25
RS	Entre-Ijuís	0,744	0,486	0,544	0,591	26
SP	Nova Canaã Paulista	0,622	0,512	0,639	0,591	27
RS	Alecrim	0,747	0,515	0,511	0,591	28
RS	Severiano de Almeida	0,603	0,536	0,631	0,590	29
RS	Humaitá	0,773	0,414	0,580	0,589	30

No mapa abaixo estão identificados os 100 primeiros colocados no IRFS, edição 2010, onde podemos visualizar a concentração espacial nas regiões Sul e Sudeste. Entretanto, podemos perceber também a distribuição de boas administrações municipais em outras regiões do Brasil.



Figura 2 – Mapa com distribuição dos 100 primeiros colocados no IRFS 2010.

1.1. Os melhores IRFS Fiscal de 2010

No quesito fiscal o Município catarinense de Bom Jardim da Serra aparece em 2010 com o maior índice (0,961). O segundo colocado é o paulista Louveira (0,804), seguido pelos Municípios gaúchos de São José do Hortêncio (0,791) e Humaitá (0,773) e o mineiro São Sebastião do Oeste de (0,772).

Dentre os 30 melhores classificados, os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo estão no topo da lista somando 21 Municípios, em Minas Gerais temos 3 representantes e os 6 restantes

estão divididos entre o Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Confederação Nacional de Municípios - CNM

Tabela 5 - Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - F 2010

UF	Município	IRFS - F	Ordem
SC	Bom Jardim da Serra	0,961	1
SP	Louveira	0,804	2
RS	São José do Hortêncio	0,791	3
RS	Humaitá	0,773	4
MG	São Sebastião do Oeste	0,772	5
RS	Caseiros	0,768	6
SP	Zacarias	0,762	7
ES	Presidente Kennedy	0,760	8
SP	São Sebastião	0,752	9
RS	Alecrim	0,747	10
RS	Entre-Ijuís	0,744	11
RS	Toropi	0,743	12
RS	Itatiba do Sul	0,739	13
MG	Muzambinho	0,738	14
RS	Barra do Rio Azul	0,737	15
RN	Caçara do Norte	0,736	16
SP	São José dos Campos	0,734	17
RS	Portão	0,734	18
SP	Lavínia	0,730	19
PR	São Jorge do Patrocínio	0,730	20
RS	Vila Flores	0,727	21
RS	Estação	0,722	22
MG	Jeceaba	0,720	23
RS	Estância Velha	0,718	24
RS	Nova Pádua	0,718	25
RS	Nova Prata	0,717	26
RS	Ibiaçá	0,715	27
RS	Pirapó	0,713	28
MA	Penalva	0,712	29
RJ	Barra do Pirai	0,710	30

Ao analisarmos os 100 primeiros colocados, nos surpreende a grande concentração de Municípios no Rio Grande do Sul. São 46 representantes gaúchos, seguidos de 23 paulistas, 6 mineiros e 5 catarinenses.

Ainda temos 4 Municípios Cariocas e Paranaenses, além de Municípios dos estados do Amapá, Bahia, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins. No mapa abaixo podemos ver a concentração nos estados do sul e sudeste na questão fiscal.

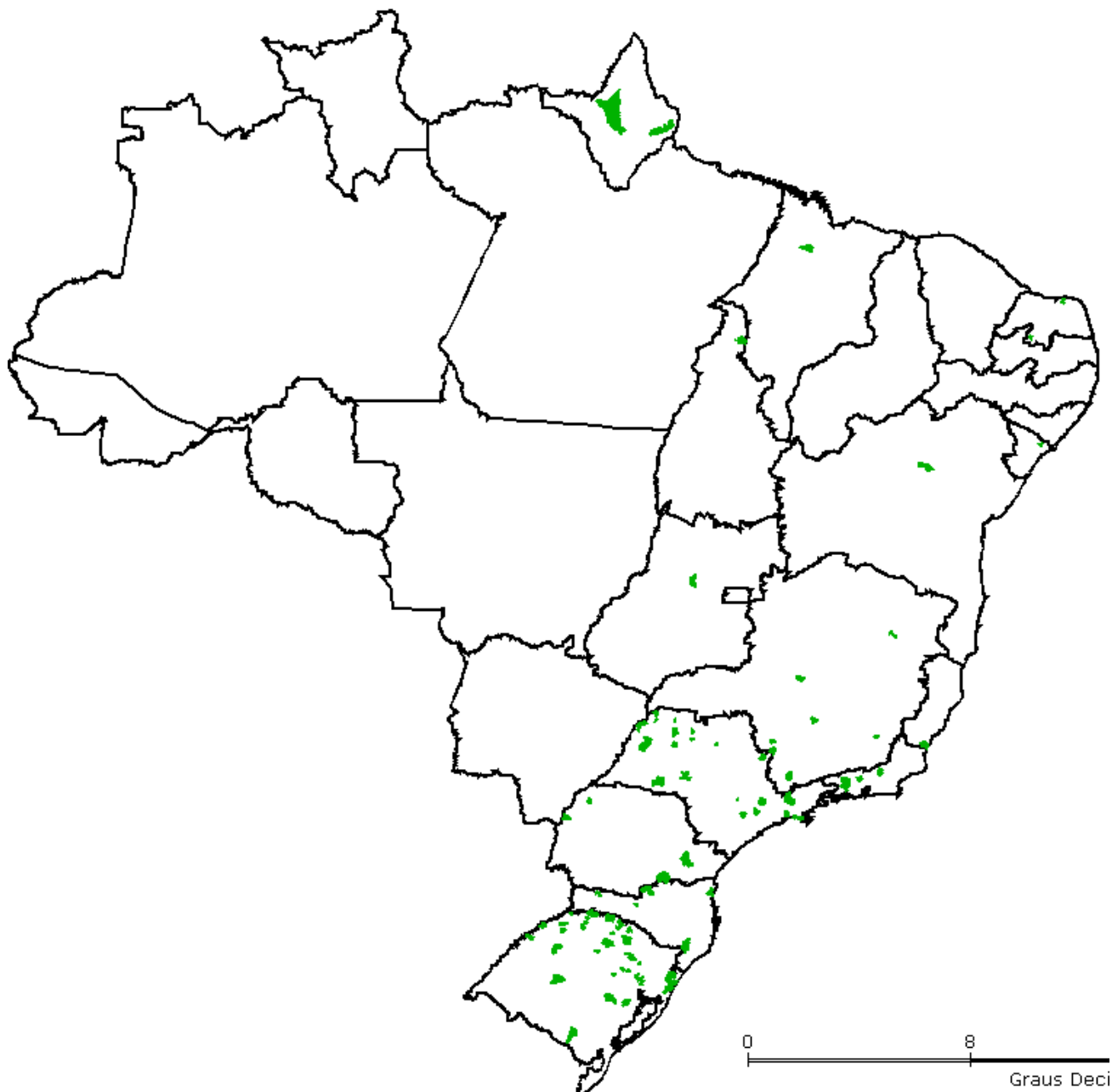


Figura 3 – Mapa com a distribuição dos 100 primeiros colocados no índice Fiscal.

1.2. Os melhores IRFS Gestão de 2010

No quesito gestão, Bela Vista do Maranhão (MA) lidera o com índice de 0,656. Em segundo está o Município de Coronel João Sá (BA) com 0,653, seguido por Formoso do Araguaia (TO), com 0,649 e o Município de Nhamundá (AM) com 0,641. Podemos notar que no índice de gestão há uma diversidade de Municípios de estados diferentes.

No índice de gestão a composição dos 30 melhores classificados é mais heterogênea. São 6 mineiros, 5 maranhenses, 5 gaúchos, 4 catarinenses, 3 paulistas, 3 roraimenses, e quatro estados com 1 Município cada, são eles: Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e Sergipe.

Confederação Nacional de Municípios - CNM

Tabela 6 - Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - G 2010

UF	Município	IRFS - G	Ordem
MA	Bela Vista do Maranhão	0,656	1
BA	Coronel João Sá	0,653	2
TO	Formoso do Araguaia	0,649	3
AM	Nhamundá	0,641	4
RS	Chувиска	0,635	5
MA	Amapá do Maranhão	0,630	6
MA	Timon	0,622	7
MT	Nova Guarita	0,621	8
AM	Caapiranga	0,616	9
GO	Nova Aurora	0,613	10
CE	Araripe	0,612	11
CE	Potiretama	0,611	12
AL	Porto de Pedras	0,609	13
RS	Arambaré	0,609	14
MA	São Félix de Balsas	0,605	15
PR	Jandaia do Sul	0,605	16
RS	Maratá	0,605	17
SC	São Pedro de Alcântara	0,598	18
MG	Nazareno	0,597	19
MT	Nova Xavantina	0,597	20
CE	Alto Santo	0,596	21
RS	Liberato Salzano	0,591	22
SC	Balneário Piçarras	0,590	23
MG	Bueno Brandão	0,590	24
MA	Turilândia	0,590	25
AM	Japurá	0,589	26
SP	Santópolis do Aquapeí	0,589	27
RS	Taquaruçu do Sul	0,588	28
AM	Tonantins	0,587	29
AL	Barra de São Miguel	0,585	30

No mapa abaixo vemos a distribuição dos 100 melhores classificados no IRFS Gestão e podemos notar a grande dispersão de Municípios que se destacam neste quesito pelo País.

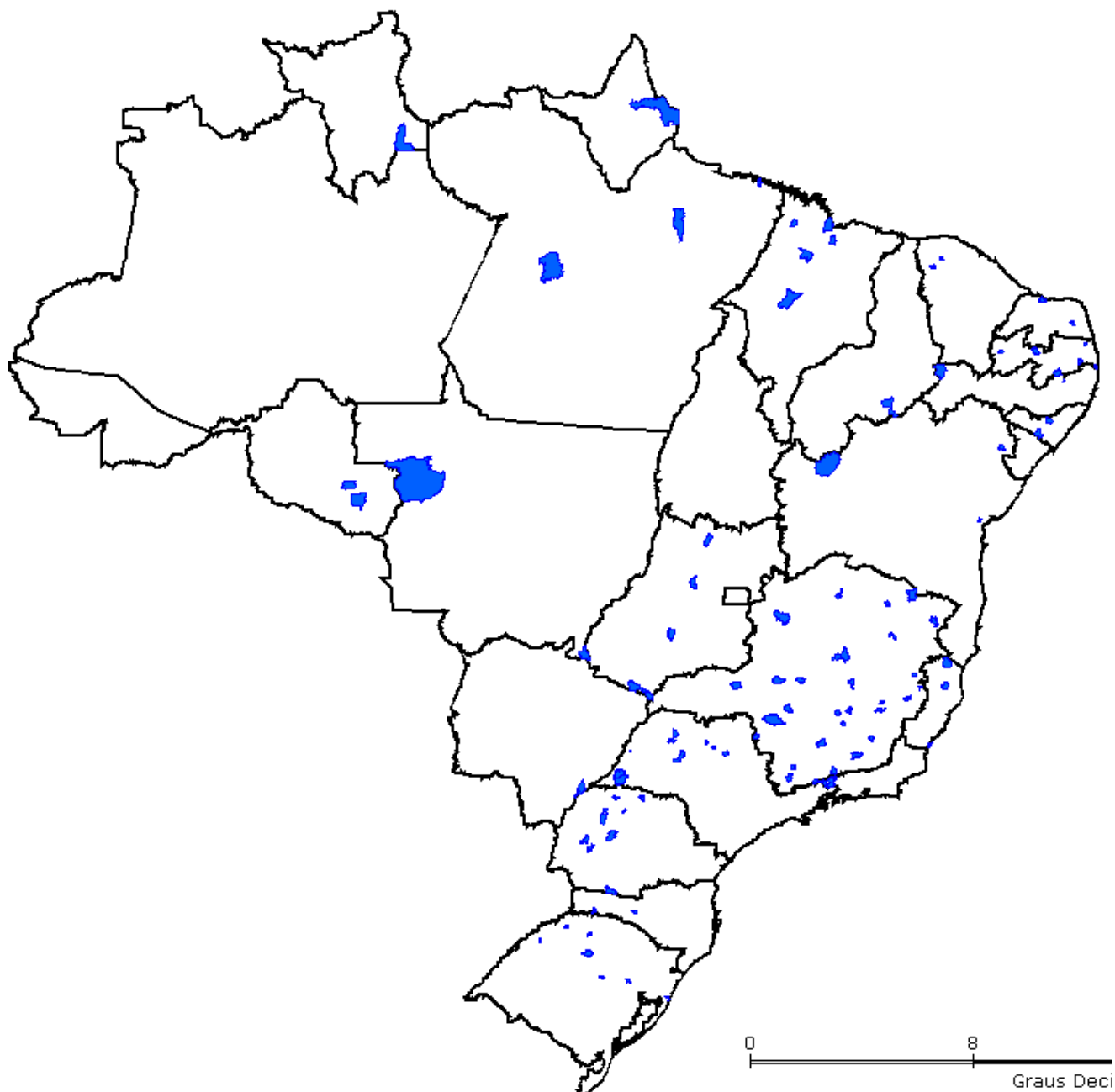


Figura 4 – Mapa com a distribuição dos 100 primeiros colocados no IRFS Gestão.

1.3. Os melhores IRFS Social de 2010

No quesito social, a liderança é do Município de Ipira (SC) que obteve excelentes resultados nos indicadores sociais com o índice de 0,748. Em segundo lugar está o Município de Santo Antônio de Posse (SP) com 0,734, em terceiro Pirapó (RS) com índice de 0,726, seguido por Catanduvas (PR) com 0,721, e o Município de Ipiranga do Norte (MT) com 0,717.

No índice Social temos 11 paulistas, 7 paranaenses, 3 mineiros, gaúchos e catarinenses, 2 goianos e 1 mato-grossense.

Confederação Nacional de Municípios - CNM

Tabela 7 - Relação dos 30 melhores classificados no IRFS - S 2010

UF	Município	IRFS - S	Ordem
SC	Ipira	0,748	1
SP	Santo Antônio de Posse	0,734	2
RS	Pirapó	0,726	3
PR	Catanduvas	0,721	4
MT	Ipiranga do Norte	0,717	5
MG	Iquatama	0,713	6
GO	Lagoa Santa	0,708	7
RS	Boa Vista do Ingra	0,704	8
MG	São Domingos das Dores	0,699	9
SP	Alvinlândia	0,698	10
PR	Nova Aliança do Ivaí	0,697	11
SP	Ribeirão do Sul	0,693	12
SP	Trabiju	0,690	13
PR	Indianópolis	0,686	14
PR	São Pedro do Paraná	0,685	15
SP	Brejo Alegre	0,681	16
PR	Cafeara	0,679	17
RS	Unistalda	0,678	18
GO	Ouro Verde de Goiás	0,678	19
SP	Sagres	0,677	20
PR	Porto Rico	0,677	21
SP	Taiacu	0,676	22
MG	Carvalhópolis	0,676	23
SP	Gavião Peixoto	0,675	24
SP	Lourdes	0,675	25
SP	Lupércio	0,675	26
PR	Flórida	0,674	27
SC	Bandeirante	0,673	28
SC	Rio Fortuna	0,672	29
SP	Tarabai	0,672	30

No mapa abaixo está demonstrada a localização dos 100 melhores classificados no índice social, onde é notável a grande concentração de Municípios paulistas neste quesito.

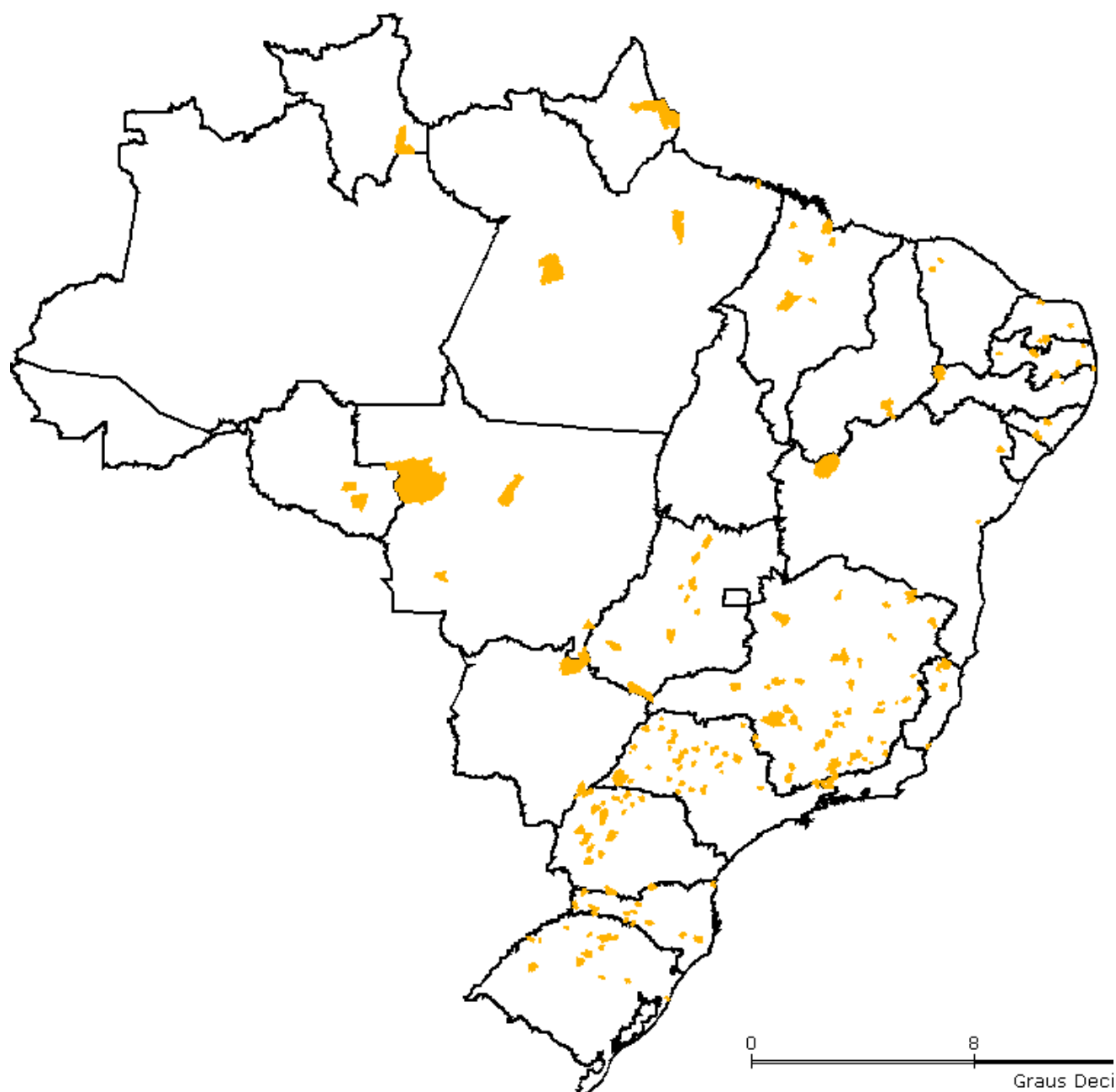


Figura 5 – Mapa com a distribuição dos 100 primeiros colocados no índice Social.

1.4. Os melhores 100 colocados no IRFS de 2010

Entre os 100 melhores classificados no índice geral, a maioria pertence ao Rio Grande do Sul (37), seguido de São Paulo (27). No quesito fiscal, a maioria é gaúcha (46). No índice de gestão a maioria é mineira (18). E no social, é paulista (26). Ou seja, uma boa posição no fiscal confere aos Municípios gaúchos o melhor posicionamento geral.

Curiosamente, os Municípios com melhor índice de gestão estão espalhados em vários estados, e não somente no eixo RS–SP, como ocorre no item fiscal-social. O índice de gestão mede a taxa de investimento, de gasto com custeio e de economia com o Legislativo municipal. Os Municí-

pios de Minas Gerais, Maranhão, Pará, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul estão entre os melhores avaliados nesses indicadores.

Tabela 8 - Distribuição regional dos 100 melhores classificados no IRFS em 2010

Geral		Fiscal		Gestão		Social	
Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun
AC	0	AC	0	AC	1	AC	0
AL	1	AL	0	AL	2	AL	0
AM	1	AM	1	AM	10	AM	0
AP	0	AP	2	AP	0	AP	0
BA	0	BA	1	BA	1	BA	0
CE	1	CE	0	CE	3	CE	0
ES	1	ES	1	ES	0	ES	1
GO	1	GO	1	GO	1	GO	6
MA	0	MA	1	MA	6	MA	1
MG	12	MG	6	MG	18	MG	20
MS	0	MS	0	MS	0	MS	1
MT	2	MT	0	MT	3	MT	3
PA	0	PA	0	PA	4	PA	0
PB	0	PB	0	PB	0	PB	0
PE	0	PE	0	PE	2	PE	0
PI	0	PI	0	PI	0	PI	0
PR	3	PR	4	PR	4	PR	17
RJ	0	RJ	4	RJ	1	RJ	0
RN	0	RN	2	RN	4	RN	2
RO	0	RO	0	RO	1	RO	0
RR	0	RR	0	RR	3	RR	0
RS	37	RS	46	RS	15	RS	7
SC	14	SC	5	SC	8	SC	16
SE	0	SE	2	SE	0	SE	0
SP	27	SP	23	SP	12	SP	26
TO	0	TO	1	TO	1	TO	0
Brasil	100	Brasil	100	Brasil	100	Brasil	100

2. As melhores médias entre 2002-2010

Na média de 2002-2010, os Municípios que se destacam são: Cerquilha (SP) como o primeiro, seguido por Tupandi (RS) e Alecrim (RS). Ou seja, mais do que se destacar em um ano em particular, esses Municípios se caracterizam por uma boa regularidade em sua e por um bom desempenho em geral em todas as áreas avaliadas pelo IRFS, o que é justamente o objetivo de uma gestão equilibrada. Podemos notar que os 30 melhores estão localizados somente nos estados do RS, SP, SC, MG e MT.

Na lista abaixo composta por 30 Municípios, encontramos nada menos do que 13 Municípios do Rio Grande do Sul, o que mostra não só o bom desempenho dos Municípios gaúchos, mas também sua responsabilidade em apresentar todos os anos os balanços exigidos pela LRF. Ou seja, os Municípios gaúchos são os que mais cumprem a exigência do artigo 51 da LRF, que determina a entrega dos balanços orçamentários e patrimoniais até o dia 30 de abril.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM

Tabela 09 - Relação dos 30 melhores IRFS com as maiores médias de 2002 a 2010

Município	UF	Índice Fiscal	Índice Gestão	Índice Social	Índice Geral	Ordem
Cerquinho/SP	SP	0,631	0,586	0,608	0,608	1
Tupandi/RS	RS	0,607	0,610	0,611	0,607	2
Alecrim/RS	RS	0,660	0,562	0,539	0,588	3
Coronel Barros/RS	RS	0,633	0,543	0,605	0,588	4
Caseiros/RS	RS	0,680	0,554	0,518	0,585	5
Dois Irmãos/RS	RS	0,594	0,613	0,536	0,582	6
São Bento do Sul/SC	SC	0,599	0,587	0,559	0,582	7
Arroio do Padre/RS	RS	0,595	0,568	0,586	0,581	8
Bady Bassitt/SP	SP	0,606	0,537	0,604	0,578	9
Sapiranga/RS	RS	0,599	0,599	0,535	0,578	10
Boa Vista do Sul/RS	RS	0,624	0,547	0,576	0,577	11
Pinhal/RS	RS	0,639	0,558	0,537	0,577	12
Nova Prata/RS	RS	0,648	0,550	0,527	0,576	13
Tarumã/SP	SP	0,584	0,523	0,632	0,576	14
Novo Horizonte/SC	SC	0,652	0,527	0,567	0,575	15
Videira/SC	SC	0,602	0,567	0,556	0,575	16
Três Coroas/RS	RS	0,588	0,607	0,519	0,574	17
Olimpio Noronha/MG	MG	0,622	0,544	0,567	0,574	18
São José dos Campos/SP	SP	0,671	0,496	0,563	0,574	19
Pareci Novo/RS	RS	0,598	0,546	0,587	0,574	20
Artur Noqueira/SP	SP	0,532	0,597	0,595	0,574	21
Valentim Gentil/SP	SP	0,599	0,572	0,551	0,574	22
Lucas do Rio Verde/MT	MT	0,576	0,570	0,581	0,574	23
São Roque/SP	SP	0,654	0,511	0,569	0,574	24
Jumirim/SP	SP	0,619	0,491	0,617	0,573	25
São Pedro de Alcântara/SC	SC	0,556	0,568	0,592	0,573	26
Timbó/SC	SC	0,579	0,585	0,553	0,572	27
Alpestre/RS	RS	0,657	0,545	0,522	0,571	28
Taiacu/SP	SP	0,646	0,461	0,640	0,571	29
Indaiatuba/SP	SP	0,635	0,531	0,553	0,570	30

3. Comparativo da evolução do IRFS entre as capitais

Se compararmos as capitais dos estados, podemos notar que Campo Grande (MS) se destaca no crescimento de seu índice no período – de 0,476 em 2002 para 0,507 em 2010 – um aumento de 6,7%. A outra capital com um crescimento expressivo foi Florianópolis (SC) com aumento de 3,6%, seguida por Belém (PA) com aumento de 3,3%. O pior desempenho foi de João Pessoa (PB) que decresceu 23,5% do seu índice no período.

As capitais com os maiores IRFS em 2010 são: Campo Grande (MS) que obteve 0,507, seguida de Teresina (PI) com 0,505 e Florianópolis (SC) com 0,498. Dentre as 26 capitais avaliadas com o IRFS em 2010, 24 ficaram com índice abaixo de 0,500 sendo João Pessoa (PB) a que obteve o pior desempenho com 0,364.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM

Tabela 10 - Relação das Capitais - Índice Geral 2002 e 2010

Estados	Capitais	IRFS 2002	IRFS 2010	2009/2010	Ordem 2009
MS	Campo Grande/MS	0,475	0,507	6,7%	1
SC	Florianópolis/SC	0,480	0,498	3,6%	2
PA	Belém/PA	0,450	0,465	3,3%	3
PI	Teresina/PI	0,505	0,506	0,2%	4
RJ	Rio de Janeiro/RJ	0,477	0,465	-2,5%	5
CE	Fortaleza/CE	0,478	0,461	-3,6%	6
MG	Belo Horizonte/MG	0,471	0,453	-4,0%	7
SP	São Paulo/SP	0,480	0,460	-4,2%	8
RN	Natal/RN	0,475	0,453	-4,6%	9
MA	São Luís/MA	0,471	0,449	-4,8%	10
RO	Porto Velho/RO	0,481	0,456	-5,2%	11
ES	Vitória/ES	0,490	0,460	-6,1%	12
RR	Boa Vista/RR	0,514	0,482	-6,3%	13
PE	Recife/PE	0,506	0,473	-6,4%	14
RS	Porto Alegre/RS	0,503	0,464	-7,9%	15
AL	Maceió/AL	0,466	0,425	-8,8%	16
SE	Aracajú/SE	0,439	0,397	-9,7%	17
MT	Cuiabá/MT	0,459	0,414	-9,9%	18
AM	Manaus/AM	0,471	0,422	-10,4%	19
GO	Goiânia/GO	0,491	0,435	-11,4%	20
TO	Palmas/TO	0,499	0,442	-11,4%	21
AC	Rio Branco/AC	0,467	0,410	-12,2%	22
BA	Salvador/BA	0,467	0,403	-13,7%	23
AP	Macapá/AP	0,484	0,410	-15,2%	24
PR	Curitiba/PR	0,470	0,392	-16,6%	25
PB	João Pessoa/PB	0,476	0,364	-23,5%	26

3.1. Comparativo entre as regiões

A melhor média geral está localizada nos Municípios da Região Sul (0,504) assim como índice Fiscal (0,523). Já no índice Social a Região Sul (0,545) e Sudeste (0,538) se destacam.

Tabela 11 - Comparativo do IRFS de 2010 por região geográfica

Região	Fiscal	Gestão	Social	IRFS 2008
Norte	0,492	0,418	0,475	0,462
Nordeste	0,477	0,366	0,493	0,445
Sul	0,523	0,443	0,545	0,504
Sudeste	0,517	0,440	0,538	0,498
Centro Oeste	0,498	0,421	0,522	0,480
Brasil	0,501	0,418	0,515	0,478

3.2. Médias por Estado da Federação

Nesta edição de 2010, o estado em que os Municípios obtiveram a melhor média geral foi Santa Catarina (0,525), seguido do Rio Grande do Sul (0,517), São Paulo (0,506) e Espírito Santo (0,504).

Tabela 12 - Médias por estado IRFS 2010

Estados	Fiscal	Gestão	Social	IRFS 2010
SC	0,534	0,467	0,574	0,525
RS	0,553	0,463	0,535	0,517
SP	0,520	0,436	0,561	0,506
ES	0,524	0,445	0,542	0,504
RO	0,520	0,478	0,491	0,496
MS	0,517	0,429	0,541	0,496
MG	0,507	0,441	0,536	0,495
MT	0,523	0,409	0,535	0,489
TO	0,505	0,408	0,518	0,477
RJ	0,519	0,431	0,480	0,477
CE	0,484	0,430	0,515	0,477
AM	0,508	0,466	0,449	0,474
PR	0,502	0,350	0,561	0,471
GO	0,508	0,364	0,539	0,470
RN	0,459	0,407	0,512	0,459
PI	0,486	0,379	0,499	0,455
AC	0,495	0,436	0,431	0,454
PB	0,453	0,394	0,499	0,449
AL	0,482	0,380	0,471	0,444
AP	0,509	0,388	0,428	0,442
SE	0,469	0,337	0,503	0,436
PE	0,445	0,398	0,464	0,436
BA	0,471	0,376	0,452	0,433
RR	0,420	0,434	0,434	0,429
PA	0,462	0,378	0,448	0,429
MA	0,458	0,340	0,487	0,428

3.3. Os maiores avanços no ranking entre 2002-2010

É válido destacar os Municípios que apresentaram os maiores avanços no do IRFS entre 2002 e 2010. A prefeitura de Itapemirim (ES) passou de um índice de 0,399 em 2002 para 0,526 em 2010, obtendo um crescimento de 31,9%. Em seguida aparece o Município de Pântano Grande (RS) com um aumento de 31,5%, e Pedro Osório (RS) que cresceu 30,9% no período.

Tabela 13 - Maiores avanços no IRFS de 2002 a 2010

Município	IRFS 2002	IRFS 2010	Crescimento
Itapemirim/ES	0,399	0,526	31,9%
Pantano Grande/RS	0,429	0,564	31,6%
Pedro Osório/RS	0,410	0,536	30,9%
Caracará/RR	0,348	0,455	30,7%
Mossâmedes/GO	0,386	0,500	29,4%
Herval/RS	0,428	0,552	29,1%
Neves Paulista/SP	0,454	0,581	27,9%
Itaverava/MG	0,340	0,433	27,3%
Pedro Canário/ES	0,405	0,515	27,2%
Hulha Negra/RS	0,431	0,547	27,0%
Jeceaba/MG	0,473	0,600	26,9%
Brasilândia/MS	0,442	0,554	25,6%
Campos Verdes/GO	0,393	0,493	25,4%
Claraval/MG	0,423	0,530	25,2%
Santa Rita de Ibitipoca/MG	0,404	0,506	25,2%
Ijaci/MG	0,439	0,549	24,9%
Bom Jardim da Serra/SC	0,510	0,635	24,5%
Rio do Sul/SC	0,450	0,553	22,9%
Carlos Chagas/MG	0,441	0,541	22,7%
São Francisco/SE	0,399	0,487	22,1%
Guaraíta/GO	0,402	0,491	21,9%
Louveira/SP	0,512	0,622	21,4%
Marilac/MG	0,423	0,514	21,4%
Quintana/SP	0,468	0,566	21,1%
Santa Bárbara/MG	0,442	0,534	20,9%
Pirenópolis/GO	0,401	0,484	20,6%
Mara Rosa/GO	0,430	0,518	20,5%
Boa Vista das Missões/RS	0,474	0,568	20,0%
Araporã/MG	0,422	0,504	19,6%
Caseiros/RS	0,527	0,628	19,3%

Conclusões gerais

O IRFS aponta que os Municípios em 2010 obtiveram uma queda de desempenho no IRFS em relação ao ano anterior. Das três áreas avaliadas, a social e a gestão caíram, porém a dimensão fiscal aumentou. Vale ressaltar que em 2010, segundo ano de mandato dos prefeitos, a recuperação da crise econômica mundial foi lenta e gradual, e conseqüentemente, as transferências federais para os Municípios também tiveram uma recuperação demorada.

No conjunto, os Municípios têm melhorado a arrecadação própria ao longo dos anos, fator que contribui para a melhora da administração dos recursos municipais e a melhora da provisão de serviços.

Contudo, mesmo com esse aperfeiçoamento, o desempenho relativamente pior do índice gestão em 2010 quando comparado a 2002, já aponta qual será o grande desafio dos Municípios: ampliar a capacidade de investimento até para superar o pico de 2002 e restabelecer o papel dos Municípios no investimento em infra-estrutura.

O esforço de vencer esse desafio será tanto maior quanto maiores as necessidades de contratação de pessoal para atender às crescentes responsabilidades nas áreas sociais, o que reduz o espaço fiscal em conjunto com as restrições de financiamento.

Nesse sentido, os Municípios devem aumentar a eficiência municipal. Por isso, a CNM desenvolveu o índice de Responsabilidade Fiscal e Social para contribuir com esse objetivo.

Glossário

O que é o IRFS?

A Confederação Nacional de Municípios criou o IRFS para compreender e estimular a melhoria das gestões municipais. Ele reflete, anualmente, o desempenho dos Municípios sob as óticas fiscal, social e de gestão.

Oferecendo à sociedade um parâmetro simples e ao mesmo tempo amplo de avaliação das administrações municipais, que não se restringe aos controles da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois abrange medidas de eficiência interna e de responsabilidade social.

Além dos indicadores fiscais, são comparados dados como o custeio da máquina, o esforço de investimento, o superávit primário e a nas áreas da saúde e educação.

Como é composto?

O IRFS é dividido em três subíndices (fiscal, social e de gestão), compostos por 16 índices específicos, calculados a partir de indicadores construídos com informações das prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a outros órgãos oficiais, como Datasus e Inep.

IRFS: Média do Índice Fiscal + Índice de Gestão + Índice Social

Índice fiscal = Médias (endividamento + suficiência de caixa + gasto com pessoal LRF ajustado + superávit primário)

Índice gestão = Médias (custeio da máquina + gasto com Legislativo + grau de investimento)

Índice social = Média de **Subíndice educação** + **Subíndice saúde**

Subíndice educação = Média de gasto com educação + matrículas da rede municipal + taxa de abandono da rede municipal + porcentagem de professores da rede municipal com curso superior

Subíndice saúde = Média de gasto com saúde líquido + taxa de mortalidade infantil + Cobertura vacinal + média de consultas médicas

Como é calculado?

Os índices refletem uma relação entre duas variáveis: o indicador dividido pela receita corrente líquida.

Como exemplos temos: gastos com pessoal, endividamento, suficiência de caixa, superávit primário, taxa de investimento, despesas de custeio, gastos com o legislativo municipal. Saúde e educação são mensurados como proporção da receita corrente líquida dos respectivos Municípios ou, em alguns casos, divididos pela população. Todos os indicadores fiscais foram calculados como prevê a LRF e as normas da STN.

Como o indicador é convertido em índice?

Como cada indicador reflete uma informação diferente, foi preciso adotar um critério de conversão para uma base comum que permitisse a comparação entre todos. Isso foi feito por meio de uma operação matemática que converte o indicador original em um índice entre 0 e 1. O índice 0,500 é sempre atribuído a uma média dos indicadores.

Nota Técnica

Para o cálculo do IRFS do ano de 2010 realizamos uma modificação na metodologia, pois a execução orçamentária dos Municípios nesse ano mostrou que houve um expressivo aumento das transferências de Capital de Convênios, sobretudo dos celebrados com a União. Em virtude disso, vários Municípios acabaram o ano de 2010 com uma receita extraordinária sem a devida despesa executada.

Para corrigir tal fato, somamos à Receita Corrente Líquida os valores das Transferências de Capital de Convênios e utilizamos esta nova receita para dividir alguns dos indicadores. Com isso, corrigimos essa distorção no cálculo dos indicadores. Tal medida não foi necessária nos anos anteriores devido à magnitude ser bem menor do que o efetivo em 2010.

Também corrigimos a média para cálculo dos índices nos indicadores de número de professores com nível universitário, que obteve um aumento significativo a partir de 2006.

Exclusões da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Para o cálculo do IRFS de 2010, excluimos 14 Municípios que apresentaram seus balanços e constavam na base de dados Finbra, mas que continham inconsistências relevantes não permitindo o cálculo do índice. Entre estas incorreções, podemos salientar as principais, que foram: gasto com pessoal zerado, outras despesas correntes zeradas, gastos na função saúde e educação zeradas e transferências de capital muito elevadas sem as devidas inscrições na despesa ou no passivo.

Adotamos uma regra sobre as Receitas de Capital, quando a receita era maior do que 50% da Receita Corrente Líquida, optamos por desconsiderá-la nos cálculos dos indicadores.

5

Impacto do aumento do Piso Nacional do Magistério

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira, 27 de fevereiro, o valor do novo piso salarial dos professores da rede pública brasileira. Para a jornada de 40 horas semanais, o valor de R\$ 1.451,00, corresponde a um reajuste de 22,22% sobre o valor do ano anterior. Para os profissionais que cumprem 20 horas, o piso será de R\$ 725,50.

Tabela 1 - Valor do piso

Carga horária	Valor do piso 2011 (R\$)	Valor do piso 2012 (R\$)
40 horas	R\$ 1.187,02	R\$ 1.451,00
30 horas	R\$ 890,27	R\$ 1.088,25
25 horas	R\$ 741,89	R\$ 906,88
20 horas	R\$ 593,51	R\$ 725,50

Fonte: CNM

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, lembra que a entidade realiza pesquisa sobre o piso há três anos. Em 2012 os cálculos foram feitos a partir de um novo estudo. As informações foram captadas entre agosto e novembro de 2011 e a amostra contém 2.039 Municípios brasileiros. “Nesta pesquisa, foram considerados os salários do magistério público referentes às diversas jornadas de trabalho dos profissionais com formação em nível médio e superior”, explica.

Para cumprir o novo Piso de 2012 os Municípios brasileiros terão um custo adicional de R\$ 1,6 bilhão por ano (ver demonstrativo na Tabela 2). Existem cerca de 1 milhão de funções docentes, entre professores com nível médio e nível superior nas redes municipais em todo país, conforme os dados do Censo Escolar de 2010.

Tabela 2 - Estimativa do custo adicional para cumprimento do novo valor do piso

Região	Tipo de contrato				Total
	20 horas	25 horas	30 horas	40 horas	
Centro Oeste	4.022.475	1.077.638	35.292.967	46.455.514	86.848.594
Nordeste	284.069.952	109.147.724	96.090.320	327.393.518	816.701.514
Norte	27.149.915	13.592.869	27.758.450	213.689.467	282.190.701
Sudeste	23.948.986	116.465.332	78.991.318	51.974.639	271.380.275
Sul	89.989.577	10.937.543	15.777.033	53.547.674	170.251.828
Total	429.180.906	251.221.106	253.910.087	693.060.812	1.627.372.911

Fonte: CNM

De acordo com a tabela acima, vê-se que a região que terá o maior impacto em suas finanças públicas será a Região Nordeste, uma vez que esta possui a menor média salarial e tem um número razoável de funções docentes. O menor valor para adequação à nova lei encontra-se no Centro Oeste, com um custo anual de R\$ 86,8 milhões.

Este impacto leva em conta o julgamento da constitucionalidade da lei pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao estabelecer que o piso apenas refere-se aos vencimentos iniciais.

A pesquisa da CNM aponta que os salários-base – sem vantagens – variaram entre R\$ 158,40 e R\$ 1.512,65 para professores com nível médio e jornada de 20 horas semanais. A variação para professores com nível médio e jornada de 40 horas é de R\$ 316,80 e R\$ 2.439,14. Para o caso de professores com nível superior, os salários foram de R\$ 237,60 até R\$ 1.894,25 para jornada de 20 horas, e de R\$ 475,20 a R\$ 3.752,69 para jornadas de 40 horas semanais.

No cálculo do impacto foram considerados ainda os valores das vantagens recebidas pelos professores, decorrentes das diversas gratificações e adicionais praticados na carreira do magistério. A pesquisa apontou as seguintes vantagens:

- Adicional por tempo de serviço (anuênio, quinquênio)
- Adicional por titulação (especialização, mestrado e doutorado)
- Gratificação de Regência de classe ou de atividade do magistério
- Gratificação de Função (supervisão, coordenação pedagógica, etc.)
- Gratificação de educação especial
- Gratificação de difícil acesso

Tais benefícios geram um custo de, em média, 21% adicional ao vencimento inicial (piso) de cada professor, elevando ainda mais o impacto financeiro total na folha de pagamento. Segue abaixo o quadro das médias regionais das vantagens em relação ao salário:

Tabela 3 - Média dos benefícios

Região	Benefício (em % do salário)
Centro Oeste	24,48
Nordeste	23,97
Norte	19,39
Sudeste	17,65
Sul	21,76
Total geral	21,00

O estudo considerou ainda outros custos trabalhistas, já que o impacto da lei é anual, o que resultou num custo anual sobre vencimento base de, aproximadamente, dezesseis vezes o vencimento mensal. A partir da amostra os dados foram classificados por região e por porte – tamanho –, considerando-se uma estratificação que tivesse relação com as suas características.

Contratação de novos professores decorrente da Lei do Piso

Para os Municípios a situação agrava-se pela necessidade de contratação de novos profissionais, decorrente do limite máximo de 2/3 da jornada para efetivo trabalho com os estudantes: são as horas atividades a que têm direito os professores. Além disso, os alunos também têm o direito, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de quatro horas diárias de atividades com seus professores.

A pesquisa revela que as horas atividades praticadas nos planos de carreira dos Municípios pesquisados variam em torno de 0 a 35% da jornada de trabalho do professor. Segue abaixo o quadro das médias por região:

Tabela 4 - Média das horas atividades

Região	Hora atividade (em % da jornada)
Centro Oeste	25,39
Nordeste	22,53
Norte	22,97
Sudeste	18,77
Sul	19,98
Total geral	20,83

A média desse percentual cresceu de 19,4%, em 2009, para 20,8%, em 2011, prova do esforço feito pelos entes responsáveis da educação. O impacto para adequação à Lei do Piso no que se refere às horas atividades gira em torno de R\$ 3,8 bilhões, o equivalente à contratação de 195 mil novos profissionais do magistério.

Tabela 5 - Estimativa de custo com as contratações para adequação das horas atividades

Região	Tipo de contrato				Total
	20 horas	25 horas	30 horas	40 horas	
Centro Oeste	11.770.909	1.104.811	62.403.540	87.648.374	162.927.635
Nordeste	445.006.330	192.833.971	160.782.738	506.420.629	1.305.043.669
Norte	38.271.517	21.600.695	35.508.918	289.874.361	385.255.490
Sudeste	239.085.266	591.023.734	403.908.246	226.323.962	1.460.341.209
Sul	295.712.273	18.448.341	29.767.665	138.759.599	482.687.877
Total	1.029.846.295	825.011.551	692.371.108	1.249.026.926	3.796.255.879

Na tabela 5, percebe-se que a região Sudeste sofre o maior impacto na folha de pagamento, com um gasto anual adicional de R\$ 1,46 bilhões, explicado pela grande quantidade de Municípios que ainda não praticam as horas atividades imposto pela Lei. Mais uma vez o Centro Oeste é a região que menos sofrerá, com uma despesa extra de R\$ 162,9 milhões por ano, muito por conta da sua média de horas atividades ser alta.

O maior esforço para o cumprimento da Lei do Piso está nas contratações adicionais para

manter a carga horária de trabalho em sala estipulada pela Lei. O estudo revela que o impacto financeiro anual da Lei do piso é de R\$ 5,4 bilhões, incorporando o pagamento do novo salário para os professores e o cumprimento da nova carga horária, expressa na mesma lei.

Tabela 6 - Estimativa do custo total da Lei do piso

Região	Tipo de contrato				Total
	20 horas	25 horas	30 horas	40 horas	
Centro Oeste	15.793.384	2.182.450	97.696.507	134.103.888	249.776.229
Nordeste	729.076.283	301.981.695	256.873.058	833.814.147	2.121.745.183
Norte	65.421.431	35.193.564	63.267.368	503.563.828	667.446.191
Sudeste	263.034.253	707.489.066	482.899.564	278.298.601	1.731.721.483
Sul	385.701.850	29.385.883	45.544.698	192.307.273	652.939.705
Total	1.459.027.201	1.076.232.658	946.281.195	1.942.087.737	5.423.628.790

Benefícios do Piso extensivo aos aposentados pelo Magistério

A Lei que regulamentou o Piso Nacional do Magistério estendeu estes benefícios aos aposentados e pensionistas de carreira. A CNM não dispõe de dados sobre a quantidade de pessoas que terão reajustes por causa desta determinação, a pesquisa estimou que o montante seria igual ao da ativa, ou seja, mais R\$ 1.6 bilhão.

Esforço dos Municípios

O estudo mostra que os Municípios estão comprometidos com o magistério, mas estão sacrificando suas finanças públicas. O aumento com a folha de pagamento afeta os investimentos de outras ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), dessa forma os recursos vinculados constitucionalmente à educação não podem ser exclusivos para despesas com pessoal. “O piso salarial é uma justa reivindicação dos professores, mas não pode causar desequilíbrio nas contas públicas”, lembra Ziulkoski.

Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) não estão sendo suficientes para o pagamento da folha do magistério. Em 2010, de acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), 5.396 Municípios investiram R\$ 31,7 bilhões na folha de pagamento do magistério, comprometendo 71,6% do Fundeb, apenas, na remuneração dos professores. Esse total investido representa 29,9% dos gastos totais com pessoal, que foi de R\$ 130,9 bilhões. Esses números revelam a grandeza do investimento com os profissionais do magistério que os gestores estão realizando nas contas públicas.

Além disso, a média de investimento na manutenção e desenvolvimento do ensino em 2010 foi de 28,5%, acima dos 25% definidos constitucionalmente.

“Sem a efetiva participação da União, os Municípios empenham, sozinhos, esforços para assegurar o cumprimento da Lei do piso, o que torna ainda mais evidente a necessidade da complementação do governo federal ao piso em 2012”, conclui o presidente da confederação.

6

Novos pisos salariais ameaçam a Saúde Pública

Aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara nesta última quarta-feira (11), os Projetos de Lei 4924/09 e 5979/09, que estabelecem pisos salariais para os profissionais de enfermagem e de fisioterapia/terapia ocupacional, respectivamente, com uma previsão de impacto financeiro superior a R\$ 21,4 bilhões ao ano para a manutenção somente desses profissionais.

O PL que trata dos benefícios aos profissionais da enfermagem além de estabelecer pisos salariais para enfermeiro (R\$ 4.650,00), técnico de enfermagem (R\$ 3.255,00) auxiliar de enfermagem e parteiras (R\$ 2.325,00), também promove a redução da carga horária semanal de 40 para 30 horas. Atualmente são quase 574 mil profissionais de enfermagem que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), com cerca de 36% vinculados a esfera municipal. Desta forma, tanto o estabelecimento de piso salarial como a redução da carga horária de trabalho, podem afetar a Administração Municipal.

Já o PL que trata das categorias de fisioterapia e de terapia ocupacional, as quais já possuem lei federal que ampara a carga horária reduzida em 30 horas semanais, estabelece o mesmo valor para o piso salarial, de R\$ 4.650,00 para as duas categorias. O SUS possui o registro de 54,5 mil profissionais atuando nessas áreas e isso causará um impacto financeiro de R\$ 2,2 bilhões ao ano, levando-se em consideração que a média do piso salarial praticado atualmente no país é de pouco mais de R\$ 1.800,00.

O Congresso precisa avaliar os parâmetros nacionais e os impactos dessas propostas

A CNM pesquisou os valores de pisos salariais praticados no país para essas categoriais e verificou que os valores propostos pelos projetos de lei estão acima dos parâmetros nacionais, conforme informações dos sindicatos dessas categorias. O Sindicato dos Fisioterapeutas e dos Terapeutas Ocupacionais de São Paulo divulgou em sua convenção coletiva o valor de R\$ 1.780,00 para as duas categorias. Já no estado do Rio de Janeiro o governo do Estado, por meio da Lei nº 6.163/12, estabeleceu o piso salarial para as categorias em R\$ 1.861,44 para o ano de 2012.

Em relação à enfermagem, a CNM verificou que apenas os Sindicatos de Enfermagem do Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe divulgaram a convenção coletiva com a definição de pisos salariais para as categorias de enfermagem. A média de piso salarial para o enfermeiro ficou em R\$ 1.815,00; para o técnico de enfermagem R\$ 982,00 e para o auxiliar de enfermagem R\$ 835,00. As parteiras

não possuem a definição de um piso salarial, sendo utilizado o salário mínimo (R\$ 622,00), como referência para a remuneração desses profissionais.

As propostas aprovadas na CSSF da Câmara trazem um aumento de 156% em relação à média dos valores básicos de referência para a remuneração desses profissionais, aumento que não se registra nos indicadores econômicos brasileiros. O valor apresenta um crescimento bem acima do crescimento econômico do país e dos valores de mercado de trabalho atuais e, devem ser considerados esses impactos financeiros tanto para a rede privada como a pública.

A CNM alerta aos parlamentares que um aumento nessa magnitude pode promover efeitos nocivos a essas categorias, como o desemprego na rede privada além do estímulo à precarização dos vínculos empregatícios.

Impacto na Saúde

A rede privada será a mais impactada com a aprovação das propostas. Segundo estimativa da CNM a rede privada de Saúde deverá arcará com R\$ 8,6 bilhões ao ano para o cumprimento dos pisos salariais. Um grande impacto será nas Santas Casas de Misericórdia e nos Hospitais Filantrópicos que atuam com o regime celetista para a contratação desses profissionais. Segundo a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicos, estes são responsáveis por 60% da rede privada de assistência à Saúde no SUS.

A Administração Pública também será afetada, uma vez que a carga horária de enfermagem passará a ser estabelecida em uma Lei Federal e que deverá ser atendida pelos Entes, forçando a contratação de novos profissionais para suprir o déficit da carga horária e, provavelmente, o estouro do limite legal de despesa com pessoal. Drama atualmente vivido e noticiado pela Capital Federal.

Caso os valores dos pisos salariais da enfermagem, dos fisioterapeutas e dos terapeutas ocupacionais, venham afetar a rede pública do SUS, o impacto financeiro para essas categorias profissionais será superior a R\$ 12,7 bilhões ao ano, levando-se em consideração os valores de pisos salariais praticados atualmente pelas entidades sindicais e, o vínculo por meio do regime jurídico único (estatutários). O que inviabiliza de imediato o Saúde da Família, os Núcleos de apoio à Saúde da Família (Nasf) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

A esfera pública mais afetada será, sem dúvida alguma, a municipal que é responsável pela contratação de 59% do total de profissionais cadastrados no Datasus. Só para os Municípios brasileiros a CNM estima que o impacto financeiro anual seja de quase R\$ 7,5 bilhões. E neste caso é importante destacar que ainda tramitam no Congresso os pedidos de pisos salariais para médicos, odontólogos, nutricionistas, cuidadores, farmacêuticos, etc. Caso o Congresso aprove essas pro-

postas de lei que podem gerar um impacto financeiro superior a R\$ 53 bilhões anuais, o SUS será inviabilizado.

Saúde da Família sofrerá impacto negativamente

A principal estratégia de reorganização da atenção básica de saúde, o Saúde da Família, por exemplo, será diretamente afetada, uma vez que estabelece a carga horária obrigatória de 40 horas semanais para todos os membros da equipe e possui um infimo incentivo federal de 6,7 ou 10 mil reais por equipe.

Em 2011, o descumprimento da carga horária pelos profissionais dessas equipes foi motivo de penalização de mais de dois mil e quinhentos Municípios, quando o Ministério da Saúde, mesmo conhecendo a dificuldade nacional para contratação e fixação do profissional médico, suspendeu dos incentivos federais do Saúde da Família.

São mais de 32 mil enfermeiros atuando no Saúde da Família e vinculados por mais de 5,3 mil Municípios brasileiros. Se o Congresso aprovar a proposta, o Ministério da Saúde deverá rever as regras da estratégia e os Municípios terão que contratar novos profissionais para suprir o déficit de horas semanais, que somente nesta situação serão necessários mais de 10,6 mil enfermeiros.

Outra medida urgente será o reajuste dos incentivos financeiros para a garantia da manutenção das equipes, caso contrário os Municípios serão obrigados a desabilitar várias equipes que em média custam aos cofres municipais mais de R\$ 28 mil mensais.

O Município de Nerópolis/GO, por exemplo, possui oito equipes de saúde da família, como média de manutenção de cada equipe em pouco mais de R\$ 25,2 mil mensais. Caso o piso da enfermagem seja aprovado, somente com a remuneração dos 8 enfermeiros e 12 técnicos de enfermagem dessas equipes, o impacto financeiro será de 26% ou seja, R\$ 52,3 mil reais a mais por mês. O que inviabilizará a manutenção dessas 8 equipes.

Posicionamento da entidade

A CNM teme que o estabelecimento de novos pisos salariais venha também a desrespeitar o §3º do art. 39 da Constituição brasileira, que deixa bem claro que os servidores públicos não fazem jus ao piso salarial definido para trabalhadores urbanos e rurais previsto no art. 7º, inciso V da Carta Magna.

Vale ressaltar que isso já acontece com o piso do magistério que afetou toda a Administração Pública e hoje deixa os Municípios em grandes dificuldades financeiras para cumprir os valores estabelecidos.

Há a intenção de fazer o mesmo com o piso dos agentes comunitário e de endemias que a partir da publicação da Emenda Constitucional nº 63, de 4 de fevereiro de 2010 e exigir da Administração Pública o cumprimento de piso salarial equivalente a dois salários mínimos. Somente para os agentes de saúde o impacto financeiro anual será de R\$ 3,4 bilhões ao ano, com base no salário mínimo de 2012 (R\$ 622) e isso já motiva vários Municípios a desabilitarem esse programa de demitirem os profissionais.

O Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, esclarece que não é contrário à luta e as conquistas trabalhistas, porém, possui o papel de defender o Municipalismo brasileiro, e invoca ao Congresso Nacional para que observe essas situações apresentadas pela CNM há mais de quatro anos, que avaliem os impactos dessas propostas, além de preservarem a autonomia constitucional conferida aos Municípios brasileiros em estabelecer seus quadros pessoal e de remuneração. “É necessário garantir nas propostas que os pisos salariais e a redução de carga horária não afetem a esfera pública”, afirma Ziulkoski.

7

Impacto do aumento do salário mínimo nas contas municipais

O Governo Federal adotou nos últimos anos uma política de aumento de renda via aumentos reais do salário mínimo. Esta política se mostrou bastante salutar à população, mas causa problemas de caixa às prefeituras brasileiras, por que pressiona fortemente as folhas de pagamentos principalmente em regiões do país aonde os Municípios têm baixa arrecadação e maior parte dos funcionários pagos pelo piso nacional.

O Governo Federal enviou ao congresso nacional a proposta de Orçamento para 2013 que inclui a previsão do salário mínimo de 2013. De acordo com a peça orçamentária encaminhada o salário mínimo no ano que vem terá um aumento de 7,9%, chegando ao valor de R\$ 667,75. Esse aumento provocará um impacto nas folhas de pagamento municipais de R\$ 1,7 bilhões em 2013. Desde 2003, a política de valorização do mínimo já acumula um impacto de R\$ 15,5 bilhões.

Simulação do impacto dos aumentos do salário mínimo nas folhas municipais com base na RAIS (em R\$ correntes):

Ano	Quantidade de servidores municipais			Reajuste do Salário Mínimo			Estimativa de Impacto com Encargos	
	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM	Antes	Depois	Aumento	Mensal	Anual **
2003	22.766	290.270	831.625	200,00	240,00	40,00	72.438.016	965.598.759
2004	24.964	337.018	707.143	240,00	260,00	20,00	32.808.925	437.342.968
2005	26.213	458.567	820.212	260,00	300,00	40,00	78.929.144	1.052.125.495
2006	28.976	514.914	936.284	300,00	350,00	50,00	112.132.159	1.494.721.682
2007	28.299	478.814	1.009.748	350,00	380,00	30,00	70.037.932	933.605.635
2008	24.384	442.769	1.002.767	380,00	415,00	35,00	79.826.460	1.064.086.715
2009	22.014	348.685	1.421.676	415,00	465,00	50,00	146.291.324	1.950.063.351
2010	21.862	351.322	1.422.233	465,00	510,00	45,00	131.829.081	1.757.281.647
2011	21.862	351.322	1.422.233	510,00	545,00	35,00	102.533.729	1.366.774.614
2012	21.862	351.322	1.422.233	545,00	622,13	77,13	237.430.870	2.849.170.438
2013	21.862	351.322	1.422.233	622,13	667,75	45,62	140.432.987	1.685.195.843
								15.555.967.146

* Como ainda não estão disponíveis os dados para o ano de 2011 e 2012, utilizou-se as quantidades do ano de 2010.

** Valor inclui o pagamento de 13º salário e de 1/3 de férias.

Como podemos ver na tabela acima, a cada ano quando o Governo Federal e o Congresso Nacional realizam esta política de aumento real do salário mínimo, os cofres municipais sofrem com consideráveis aumentos das respectivas folhas de pagamento, sem nenhuma possibilidade de intervenção do gestor municipal.

Metodologia

Para mensurar o impacto destes aumentos nas contas municipais, coletamos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e na base de dados da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego a quantidade de funcionários públicos municipais que recebem até 1 ½ salário mínimo em cada ano. Multiplicamos o total de funcionários em cada um dos anos, considerando as faixas de remuneração, pelo aumento do salário mínimo. A estimativa inclui os encargos que são pagos sobre o salário base, como o INSS patronal, FGTS, Salário Família, PIS , Sistema S, entre outros.

8

Cenário financeiro dos Municípios brasileiros em final de mandato

Introdução

No dia 10 de outubro de 2012, aproximadamente 1.500 prefeitos compareceram em Brasília para Mobilização Municipalista Permanente, organizada pela Confederação Nacional de Municípios – CNM.

As pautas principais foram: a queda na receita de transferências da União em razão tanto da fraca atividade econômica quanto da política de desoneração do Governo Federal; o enorme volume acumulado de restos a pagar da União devido a Municípios; a renúncia fiscal relativa a não resolução da Guerra Fiscal do ICMS; o impacto financeiro de legislações nacionais como a Lei do Piso do Magistério, os constantes aumentos do Salário Mínimo muito acima da inflação e do crescimento da receita; a omissão das demais esferas no financiamento da saúde; e o sub-financiamento dos programas federais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Neste evento foi aplicado um questionário onde o principal objetivo foi mensurar os principais problemas que as prefeituras vêm encontrando para fechar as contas no fim do mandato.

Resultados

Dos milhares de prefeitos que estavam no evento, 320 responderam ao questionário, onde os formulários sem identificação foram descartados. Formulário com 16 perguntas, abordando temas relacionados à crise financeira dos Municípios e eleições, os resultados são os seguintes:

Dos 320 pesquisados mais de 43% dizem que a situação financeira neste fim de mandato está ruim, 26,6% descrevem-na como péssima e apenas 5,3% relatam a situação financeira como boa.

1. Como está a situação financeira neste final de mandato?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Boa	17	5,3%
Média	78	24,4%
Ruim	140	43,8%
Péssima	85	26,6%
Total	320	100,0%

Despesa com pessoal e salários dos servidores

Dentre os pesquisados, 74,3% dizem que a despesa com pessoal já está no limite. Em 79 prefeituras, ou seja, 25,7% o gasto já ultrapassou o limite constitucional. Em média, 60,7% das prefeituras ultrapassaram o limite de gasto com pessoal.

2. Como está a despesa com pessoal?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
No limite	228	74,3%
Ultrapassou o limite	79	25,7%
Total	307	100,0%

Dos prefeitos que responderam à questão de número três, 256 (81,3%) disseram que o pagamento dos servidores está em dia.

A média de atraso dos salários dos servidores é 1,5 mês.

3. O pagamento de servidores está em dia?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	256	81,3%
Não	59	18,7%
Total	315	100,0%

Educação – Piso do magistério

Aproximadamente 89% dos prefeitos informaram que pagam o piso nacional do magistério para os professores em atividade.

Em média, as prefeituras estão com 78,2% do Fundeb comprometido na folha de pagamento da Educação.

4. Está pagando o piso nacional do magistério para os professores em atividade?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	280	88,9%
Não	35	11,1%
Total	315	100,0%

Recebemos a informação de que 55,6% dos Municípios pagam o piso nacional do magistério para os professores inativos.

6. Está pagando o piso nacional do magistério para os professores inativos?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	158	55,6%
Não	126	44,4%
Total	284	100,0%

Em mais de 68% dos Municípios pesquisados, o terço de hora/atividade disponível para o professor vem sendo cumprido.

7. Está cumprindo com o terço de hora/atividade disponível para o professor?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	209	68,3%
Não	97	31,7%
Total	306	100,0%

13º Salário, pagamento de fornecedores e Previdência

Na questão sobre o 13º salário, obtivemos resposta de 298 prefeitos, destes, 192 (64,4%) afirmam que pagarão os servidores ainda neste exercício.

Para que os gestores consigam controlar as contas públicas municipais algumas dívidas estão ficando em atraso, sendo assim, em 69% das prefeituras os fornecedores não estão recebendo em dia e a média de atraso destes pagamentos é de aproximadamente três meses.

9. Está pagando os fornecedores em dia?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	93	31,0%
Não	207	69,0%
Total	300	100,0%

Mais de 70% dos Municípios tem débitos com a previdência geral

10. Tem débitos com a Previdência Geral?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	211	70,1%
Não	90	29,9%
Total	301	100,0%

A forma de pagamento dos débitos com a Previdência Geral, é o Fundo de participação dos Municípios (FPM), com 41,2% das respostas.

10.1 Qual a forma de pagamento desses débitos:

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Por Guia	51	24,2%
Pelo FPM	87	41,2%
Ambos (FPM e Guia)	73	34,6%
Total	211	100,0%

Convênios e Restos a Pagar

A CNM vem alertando os prefeitos sobre problemas na execução e pagamento dos convênios com o Governo Federal, entretanto, mesmo em poder desta informação, 92% dos gestores informaram ter convênio.

11. Firmou convênios com o governo federal?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	275	92,0%
Não	24	8,0%
Total	299	100,0%

A ausência de pagamento dos convênios faz com que esses empenhos sejam inscritos em resto a pagar, postergando assim o pagamento para o próximo exercício. Dos pesquisados, 77% disseram que não recebem em dia os recursos dos convênios e os atrasos já ultrapassam 7 meses em média.

11.1 Os pagamentos desses convênios estão em dia?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	62	23,0%
Não	208	77,0%
Total	270	100,0%

Correlacionado à questão do atraso nos pagamentos dos convênios, estão os restos a pagar, e em mais de 72% dos pesquisados, há informação de obras em andamento, ou aquisição de equipamentos.

12. Tem obras em andamento ou equipamentos adquiridos na condição de restos a pagar?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	208	72,2%
Não	80	27,8%
Total	288	100,0%

Em algumas prefeituras não há condições financeiras de continuidade na execução das obras por falta de recursos federais, o que leva a paralisação das mesmas. Sendo assim, 59,1% dos pesquisados afirmam que possuem obras paralisadas por falta de repasses dos convênios.

13. Tem obras paralisadas por falta de pagamento de convênios?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	172	59,1%
Não	119	40,9%
Total	291	100,0%

Eleições 2012

Nas questões sobre as eleições, os objetivos concerniam em conhecer a próxima gestão municipal e se haverá apoio do prefeito em final de mandato.

Dos pesquisados, 53,4% tiveram companheiros políticos eleitos no pleito, número muito próximo dos que são oposição, 46,6%.

14. O(A) prefeito(a) eleito é seu companheiro(a) político(a)?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	155	53,4%
Não	135	46,6%
Total	290	100,0%

59,3% dos gestores atuais apóiam os prefeitos eleitos que tomarão posse no dia 1º de Janeiro de 2013.

14.1 Tem seu apoio?

Amostra: BR		
Legenda	Citações	%
Sim	159	59,3%
Não	109	40,7%
Total	268	100,0%

Conclusão

A pesquisa realizada durante Mobilização Municipalista Permanente veio corroborar com o alerta que a CNM fazendo, que a situação financeira dos Municípios está em crise e o Governo Federal permanece omissos quanto a essa questão. Mais de 43% dos prefeitos dizem que a situação financeira neste fim de mandato está ruim. Em mais de 74% dos Municípios as despesas com o pessoal já está no limite. Mais de 78% das prefeituras estão usando os 25% do Fundeb que era destinado às despesas administrativas para manter a folha de pagamento.

Outra questão abordada pela pesquisa e que possui uma relevante importância refere-se aos restos a pagar. 72,2% das prefeituras possuem obras ou adquiriram equipamentos que estão inscritos em restos a pagar, sendo que os prefeitos são proibidos de postergar dívidas para a próxima gestão.

9

As desonerações do IPI e da CIDE

Com a intenção de estimular a economia neste ano, após um fraco crescimento do PIB em 2011 (2,7%) e um crescimento esperado menor neste ano (1,9%)¹¹, o Governo Federal promoveu nova desoneração do IPI do setor de automóveis e da chamada linha branca, repetindo a estratégia de incentivo ao consumo utilizada em reação a crise econômica a partir de 2008. Mais uma vez os instrumentos de renúncia selecionados foram aqueles compartilhados com os demais entes da Federação, se concentrando, principalmente, no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que compõe o FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Além da desoneração do IPI, o governo decidiu zerar o valor da Contribuição da intervenção do domínio econômico (CIDE) combustíveis, de forma a evitar o aumento do preço dos combustíveis para a população e não pressionar a inflação, já que o combustível é insumo para a produção de quase todos os bens e serviços da economia. A CIDE é a única das contribuições criadas pelo Governo Federal que é compartilhada com Estados e Municípios, portanto esta alteração também afeta as finanças municipais.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estimou o impacto das últimas renúncias anunciadas, concluindo que a redução do IPI desde o final de 2011 irá impactar as transferências de FPM deste ano em R\$ 482 milhões. Quanto a CIDE, as reduções implementadas desde o último trimestre de 2010 acumulam até o segundo trimestre deste ano uma renúncia de R\$ 679 milhões. Esses impactos somam um prejuízo para as prefeituras brasileiras de R\$ 1,16 bilhões.

Desoneração do IPI

A última desoneração do IPI que teve impacto na arrecadação deste ano, foi para a linha branca e entrou em vigor em 1º de dezembro de 2011. O imposto para fogão passou de 4% para zero; geladeira, de 15% para 5%; máquina de lavar, de 20% para 10%; e máquina de lavar semi-automática (tanquinho), de 10% para zero. Durante quatro meses, a renúncia fiscal relativa a esses produtos foi de R\$ 361 milhões, segundo a Receita Federal.

Em março o Governo Federal prorrogou por mais três meses as reduções das alíquotas do IPI incidentes sobre a linha branca e incluiu novas desonerações para setores de móveis, laminados, papel de parede e luminárias. Com a mudança, estima-se uma renúncia adicional de R\$ 271

11 Informação do Relatório Focus do BCB (julho de 2012).

milhões para a linha branca. Já a desoneração para móveis e laminados implicará numa renúncia de R\$ 198 milhões, e com a do papel de parede e luminárias o governo deixará de arrecadar R\$ 20 milhões. Totalizando as desonerações entre o dia 26 de março até final junho, chegamos a uma renúncia de R\$ 489 milhões. Ver quadro abaixo.

Tabela de desoneração do IPI

DESCRIÇÃO	Alíquota Normal	Alíquota Temporária	Desoneração
	(%)	(%)	
Fogões de cozinha	4	Zero	R\$ 271 milhões de 26/03/2012 a 30/06/2012
Refrigeradores e congeladores	15	5	
Lavadoras de roupa (automáticas, semiautomáticas)	20	10	
Lavadoras de roupa (tanquinhos)	10	Zero	
Móveis	5	Zero	R\$ 198 milhões de 26/03/2012 até 30/06/2012
Laminados PET	15	Zero	R\$ 20 milhões de 26/03/2012 até 30/06/2012
Papel de parede	20	10	
Luminárias e lustres	15	5	

Fonte: Ministério da Fazenda

Recentemente o governo anunciou um novo conjunto de medidas voltadas ao incentivo fiscal do setor automotivo. Os carros de até 1.000 cilindradas terão a alíquota do IPI reduzida de 7% para zero, tanto para carros movidos a gasolina quanto a álcool. Os carros acima de 1.000 e até 2.000 cilindradas terão redução na alíquota de 13% para 6,5% para os veículos movidos à gasolina e de 11% para 5,5% para os movidos a álcool. Os veículos comerciais leves passaram de 4% para 1% em ambos os modos de abastecimento.

Redução de IPI automóveis

Cilindradas	Gasolina	Álcool/Flex
1.000	de 7% para zero	de 7% para zero
De 1.000 a 2.000	de 13% para 6,5%	de 11% para 5,5%
Comerciais leves	de 4% para 1%	de 4% para 1%

A previsão do Governo Federal é de que a renúncia fiscal, que se estenderá até o final de agosto, corresponda a R\$ 1,2 bilhões.

Todas as desonerações do IPI concedidas em 2012 (até o momento) implicam numa renúncia de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões. Como vemos na tabela abaixo, R\$ 632 milhões referem-se à linha branca, R\$ 1,2 bilhões aos automóveis e R\$ 218 milhões aos demais itens. Logo, o impacto total destas desonerações no FPM de 2012 é de uma queda de quase meio bilhão para o caixa das prefeituras.

Previsão do Governo Federal para o FPM total de 2012 (R\$ milhões)

Item	Valor
FPM 2012 - Avaliação 1º bimestre	73.838
Desoneração do IPI linha branca	632
Desoneração do IPI moveis / papel de parede e demais	218
Desoneração do IPI automoveis	1.200
Total da desoneração	2.050
Impacto no FPM (23,5%)	482
FPM 2012 considerando desonerações	73.356

Assim, de acordo com a última previsão do Governo Federal para o FPM 2012, realizada na Avaliação Orçamentária do 1º bimestre, o montante total seria de R\$ 73,83 bilhões. Com o impacto das desonerações, a previsão passa a ser de R\$ 73,35 bilhões.

A redução da CIDE – Combustíveis

Atualmente, 29% da arrecadação feita pela União é repassada aos Governos Estaduais, que, respectivamente, devem repassar 25% aos seus Municípios. Esta contribuição é constantemente utilizada para ajustar o nível de preços dos combustíveis ao consumidor. Como podemos ver na tabela abaixo foram cinco as alterações na alíquota da contribuição desde 2009. Como exemplo vemos as mudanças da alíquota referente a gasolina, que passou de R\$ 230 por metro cúbico em junho de 2009 para zero agora em junho de 2012.

Mês/Ano	Nº Decreto	Alíquota Gasolina (m³)
jun/09	6.875	230,00
fev/10	7.095	150,00
set/11	7.570	192,60
out/11	7.591	91,00
jun/12	7.764	0,00

A CNM estimou o impacto para as finanças municipais destas desonerações considerando o período desde o último trimestre de 2010 até 2º trimestre deste ano. Considerando como referência a alíquota que vigorava em 2009, o total que deveria ter sido repassado aos municípios seria de R\$ 1,28 bilhões, enquanto que efetivamente foram repassados apenas R\$ 669 milhões. Dessa forma, o impacto da renúncia realizada pelo Governo Federal para os municípios foi R\$ 679 milhões no período.

Impacto da redução da alíquota da CIDE			
Trimestre	Repasse Efetivo	Repasse estimado (Alíquota 06/2009)	Renúncia
4º - 2010	119.923.319,01	183.882.422,48	63.959.103,47
1º - 2011	119.958.472,48	183.936.324,46	63.977.851,99
2º - 2011	141.935.519,09	217.634.462,60	75.698.943,51
3º - 2011	148.097.702,52	227.083.143,87	78.985.441,35
4º - 2011	112.509.256,91	284.364.055,93	171.854.799,02
1º - 2012	73.390.253,23	185.491.848,83	112.101.595,60
2º - 2012	73.390.253,23	185.491.848,83	112.101.595,60
Total	669.281.457,47	1.284.001.684,53	678.679.330,53

10

Sinal vermelho – FPM já está em novo ciclo de redução

Prefeitos de todo o Brasil estão preocupados com o novo ciclo de redução que o FPM se encontra. Com a previsão para o último repasse de julho divulgada hoje pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) fica evidente que estamos diante de um período de recuo do Fundo que já é o maior desde a crise fiscal de 2009. Parte dessa redução é devida a concentração da restituição do IR no mês de julho, mas é evidente a mudança para uma tendência de recuo do Fundo. O Governo Federal acaba de divulgar (avaliação fiscal do 3º bimestre) redução de 3,4% em sua previsão para o FPM deste ano. Mesmo com a nova previsão, a CNM considera essa estimativa altamente otimista e fora da nova realidade econômica do País, desconsiderando, por exemplo, as novas desonerações concedidas para o IPI.

A previsão para o último decêndio de julho é de R\$ 1.011.835.000,00 em valores já descontados a retenção do FUNDEB. Em valores brutos, incluindo a retenção do FUNDEB, o montante é de R\$ 1.264.793.750,00.

Dessa forma, julho deve fechar com um repasse total de R\$ 3,85 bilhões, valor que é 17,78% menor em termos nominais que julho do ano passado. Em termos reais, é 21,51% menor. É o pior resultado do Fundo desde quando este iniciou sua recuperação da crise fiscal do ano de 2009 em janeiro de 2010. Veja abaixo comparativo em valores correntes no primeiro quadro e valores reais no segundo.

Repasse do FPM - Valor bruto e nominal

Bruto	2010	2011	2012	2012 / 2011
Janeiro	4.303.100.762	5.709.228.314	5.681.480.772	-0,49%
Fevereiro	4.623.032.838	6.150.856.588	6.872.614.090	11,73%
Março	3.434.248.300	4.015.404.114	4.667.636.657	16,24%
Abril	4.114.744.696	5.322.405.354	5.882.710.075	10,53%
Maiο	5.066.088.767	6.109.007.646	6.579.394.978	7,70%
Junho	4.396.720.593	5.513.809.736	5.614.519.661	1,83%
Julho *	3.233.077.892	4.690.464.548	3.856.348.221	-17,78%
Total	29.171.013.849	37.511.176.300	39.154.704.454	4,38%

* inclui previsão para 3º decêndio.

Repasse do FPM - Valor bruto e corrigido pelo IPCA

Bruto Real	2010	2011	2012	2012 / 2011
Janeiro	4.929.430.409	6.170.420.695	5.780.975.408	-6,31%
Fevereiro	5.254.941.049	6.594.964.060	6.961.640.584	5,56%
Março	3.883.471.141	4.271.581.002	4.718.192.102	10,46%
Abril	4.626.609.381	5.618.702.990	5.908.610.941	5,16%
Maiο	5.671.909.235	6.418.926.379	6.584.658.494	2,58%
Junho	4.922.495.694	5.784.855.939	5.614.519.661	-2,94%
Julho *	3.619.338.628	4.913.175.915	3.856.348.221	-21,51%
Total	32.908.195.537	39.772.626.980	39.424.945.410	-0,87%

* inclui previsão para 3º decêndio.

O valor acumulado no ano entre janeiro e julho já é menor, em termos reais, que o acumulado no mesmo período do ano passado. Isso indica que a previsão do Governo Federal, de inicialmente R\$ 73,8 bilhões e agora R\$ 70,6 bilhões, ainda está superestimada, a não ser que vejamos uma espetacular recuperação do fundo daqui para frente, o que não é o cenário que se desenha para os próximos meses do ano.

Estimativa de arrecadação do Governo Federal para 2012 (R\$ milhões correntes)					
Impostos	Realizado 2011	Decreto 7.680/12	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre
IPI	41.140	51.005	51.002	49.729	47.676
IR	231.299	263.049	263.204	261.670	252.986
Total (IPI +IR)	272.440	314.054	314.205	311.399	300.662
FPM (23,5%) *	65.674	73.803	73.838	73.179	70.655
Crescimento (%) em relação a 2011		12,4%	12,4%	11,4%	7,6%
Mudança na estimativa em relação a inicial (%)			0,05%	-0,8%	-4,3%

* Em 2011 é o valor realizado. Nos demais inclui estimativa do 1% adicional de dezembro.

Fonte: Ministério do Planejamento - Avaliação Bimestral e Secretaria de Tesouro Nacional - Receitas Tributárias.

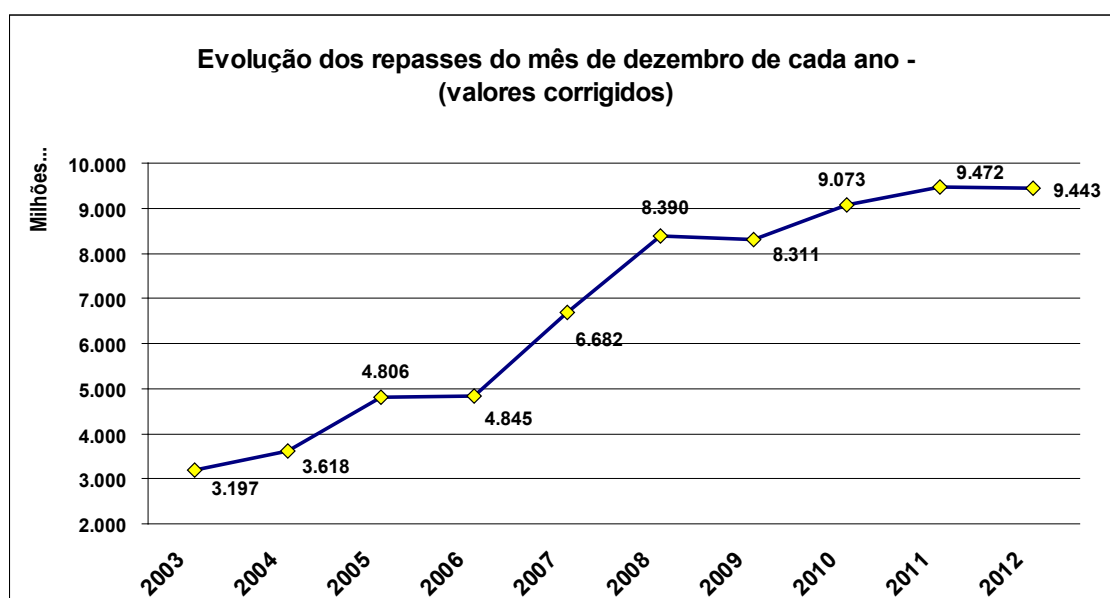
Como pode ser notado no gráfico abaixo, desde 2003, o FPM teve crescimento expressivo e constante até dezembro de 2008, quando inaugurou uma trajetória de queda encerrada apenas em janeiro de 2010. A partir de maio deste ano o Fundo novamente iniciou uma trajetória relevante de queda e se encontra no seu pior momento agora em julho.

11

FPM - Balanço do final do ano de 2012

Será creditado nesta sexta-feira, dia 28 de dezembro, nas contas das prefeituras brasileiras, o repasse do FPM referente ao 3º decêndio do mês de dezembro que será de **R\$ 1.674.296.619**, descontada a retenção do FUNDEB. Em valores brutos, incluindo a retenção do FUNDEB, o montante é de **R\$ 2.092.870.774**. Este repasse é 15,5% menor do que a previsão da Receita Federal realizada no início do mês. Será creditado também no dia de hoje, 27 de dezembro, repasse extra referente a depósito judicial no valor de R\$ 81.220.749, em valores brutos.

O FPM bruto em dezembro fechou com um total de R\$ 9,4 bilhões. Este valor é 0,32 % menor que o valor do mesmo período do ano passado em valores corrigidos pela inflação. Veja abaixo a evolução dos valores repassados em dezembro nos últimos anos.



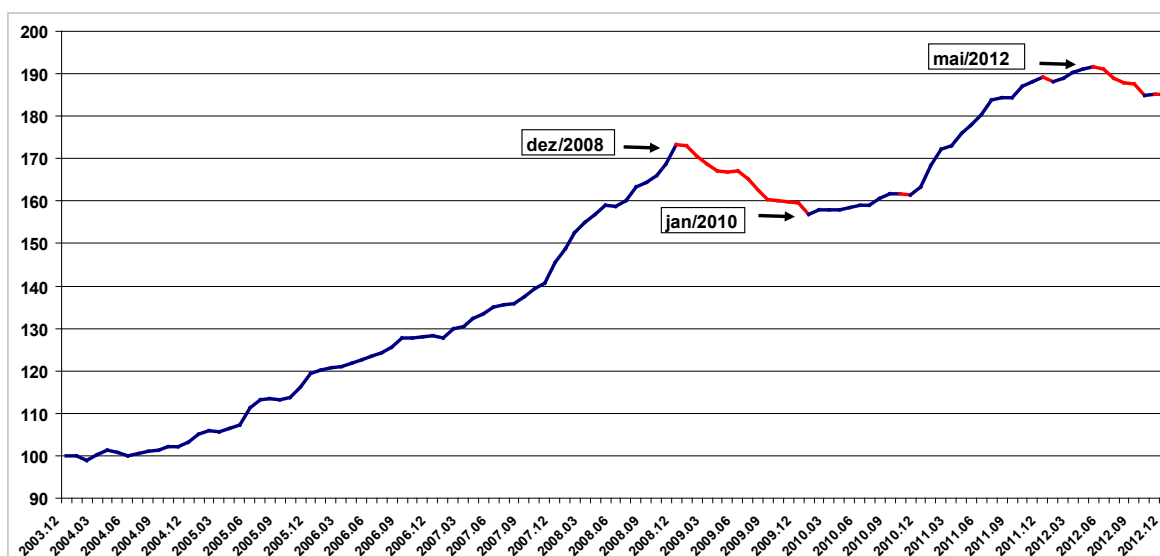
Levando em conta todos os repasses do ano, ao final de dezembro o FPM acumulou um total de, aproximadamente, R\$ 69,2 bi, valor 2,08 % menor que o acumulado do mesmo período de 2011 (valor real). Após ter caído dois anos consecutivos 2009 e 2010, – 4,4% e – 1,3%, respectivamente, o FPM que havia recuperado em 2011 o nível atingido em 2008, este ano andou de lado ficando ainda um pouco abaixo de 2011. Veja comparativo abaixo.

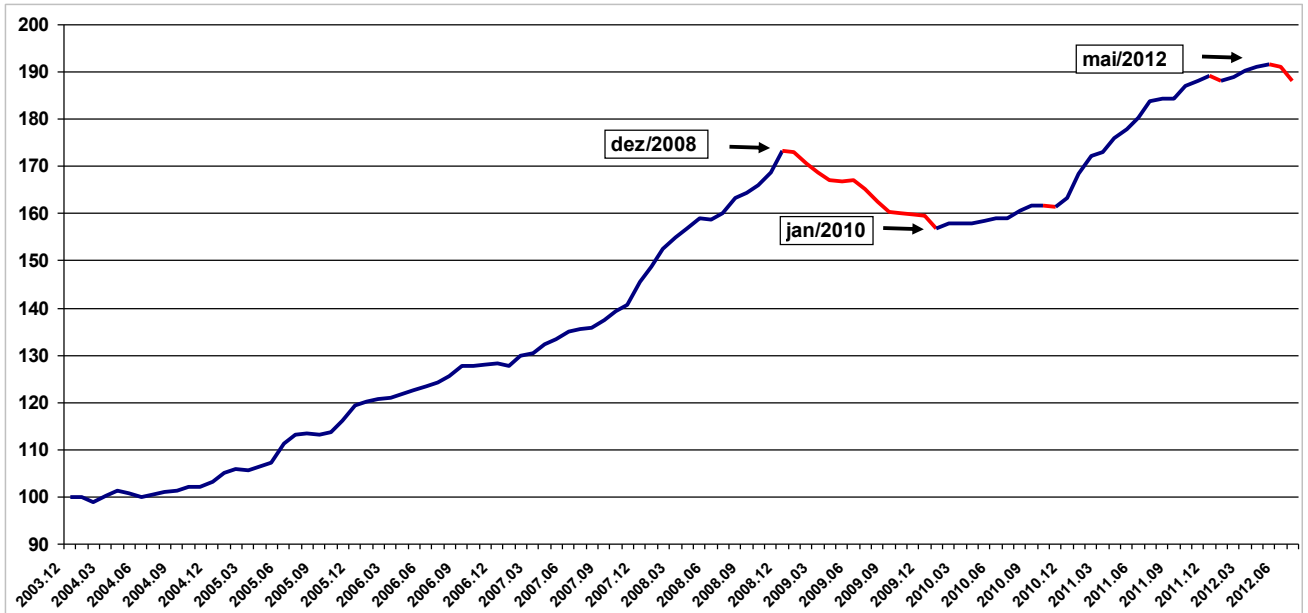
Repasse do FPM - Valor bruto e corrigido pelo IPCA

Mês	2010	2011	2012	2012 / 2011
Janeiro	5.058.926.953	6.332.518.157	5.932.842.110	-6,31%
Fevereiro	5.392.988.785	6.768.214.312	7.144.523.458	5,56%
Março	3.985.490.249	4.383.795.789	4.842.139.399	10,46%
Abril	4.748.150.793	5.766.306.782	6.063.830.640	5,16%
Mai	5.820.910.760	6.587.552.106	6.757.638.018	2,58%
Junho	5.051.810.063	5.936.824.583	5.762.013.557	-2,94%
Julho	3.714.418.953	5.042.245.452	4.284.455.933	-15,03%
Agosto	4.976.072.644	5.181.992.960	4.708.502.350	-9,14%
Setembro	4.135.252.210	4.115.138.500	4.096.520.243	-0,45%
Outubro	4.418.412.604	5.385.899.585	4.323.134.640	-19,73%
Novembro	5.253.035.900	5.660.972.155	5.808.575.148	2,61%
Dezembro	9.073.459.504	9.472.477.818	9.442.515.388	-0,32%
Total	61.628.929.418	70.633.938.199	69.166.690.882	-2,08%

Como fica evidente no gráfico abaixo, a queda do Fundo iniciada no segundo semestre deste ano fez com que o FPM regresse no final de 2012 ao mesmo nível de 2011, anulando a evolução que havia apresentado no primeiro semestre.

Crescimento do FPM desde 2003 – acumulado dos últimos 12 meses (corrigido IPCA)





Crescimento do FPM desde 2003 – acumulado nos últimos 12 meses -

12

Pesquisa sobre o pagamento do 13º Salário pelos municípios brasileiros em 2012

A Confederação Nacional de Municípios – CNM, realizou uma pesquisa com cerca de **60,5%** dos municípios brasileiros sobre o pagamento do 13º salário aos mais de cinco milhões e quatrocentos mil servidores que hoje integram o quadro municipal.

De acordo com estimativa realizada pela CNM, o pagamento do 13º salário aos funcionários municipais irá representar uma injeção adicional de recursos na economia de R\$ 10,1 bilhões neste mês. Esse montante irá ajudar no aquecimento da economia brasileira neste final de ano.

A legislação faculta o pagamento do 13º em uma ou duas parcelas. Em 2003, cerca de 50,8% (2.823) das prefeituras optavam pelo pagamento em parcela única e, como podemos observar na tabela abaixo, essa proporção vêm aumentando, sendo que na pesquisa deste ano 59,9% (3.336) optaram pelo pagamento em parcela única.

Forma de Pagamento do 13º Salário									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Parcela Única	50,8%	56,3%	62,9%	58,7%	59,8%	61,7%	63,3%	59,5%	59,9%
Parcelado	49,2%	43,7%	37,1%	41,3%	40,2%	38,3%	36,7%	40,5%	40,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Forma de Pagamento do 13º Salário									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Parcela Única	2.823	3.129	3.496	3.267	3.328	3.434	3.522	3.309	3.336
Parcelado	2.735	2.429	2.062	2.298	2.237	2.131	2.043	2.256	2.229
Total	5.558	5.558	5.558	5.565	5.565	5.565	5.565	5.565	5.565

Nº de municípios projetados para o total do país.

Os municípios que optarem pelo pagamento em parcela única tem até o dia 20 de dezembro para fazê-lo. Neste ano, dos que fizeram esta opção, 22,5% (1.254) já pagaram seus servidores, 69,7% (3.881) optaram pelo pagamento no dia 20/12, enquanto que 7,7% (430) declaram que terão dificuldades em honrar este compromisso. Este porcentual é maior desde 2006 e rompe com a tendência de queda dos últimos anos, o que pode ser explicado pelo grave crise financeira que está se abatendo nos municípios brasileiros neste final de mandato dos atuais prefeitos (as).

Pagamento em Parcela Única									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	8,0%	14,6%	18,3%	26,8%	14,7%	14,8%	14,9%	15,1%	22,5%
Vai pagar até 20 de dezembro	67,5%	75,3%	72,1%	70,3%	84,2%	80,4%	82,4%	83,2%	69,7%
Vai atrasar	24,5%	10,1%	9,6%	2,9%	1,1%	4,8%	2,8%	1,6%	7,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Forma de Pagamento do 13º Salário									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	445	811	1.017	1.491	818	822	827	842	1.254
Vai pagar até 20 de dezembro	3.752	4.185	4.007	3.912	4.686	4.477	4.585	4.632	3.881
Vai atrasar	1.362	561	534	161	61	266	153	91	430
Total	5.558	5.558	5.558	5.565	5.565	5.565	5.565	5.565	5.565

Nº de municípios projetados para o total do país.

Os municípios que optaram pelo pagamento em duas parcelas (40,1%) 2.256 municípios deveriam ter efetuado o pagamento da primeira parcela no último dia 30 de novembro. Um total de 96,2% (5.355) dos municípios pesquisados já pagou a primeira parcela, sendo que 3,3% (186) declararam que irão pagar até 20 de dezembro. Os outros 0,4% (25) afirmaram que estão sem condições de pagar o benefício, percentual esse que é menor ao verificado em 2011 e muito abaixo do constatado em 2003 (20,3%) 1.128 municípios. No quadro abaixo é apresentado como tem se dado o pagamento da primeira parcela desde 2003.

Pagamento parcelado - primeira parcela									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	46,2%	85,2%	90,7%	90,1%	92,1%	85,6%	83,1%	85,3%	96,2%
Vai pagar até 30 de novembro	33,5%	12,0%	7,5%	8,8%	7,5%	12,6%	15,1%	14,0%	3,3%
Vai atrasar	20,3%	2,8%	1,8%	1,1%	0,4%	1,8%	1,8%	0,7%	0,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Pagamento parcelado - primeira parcela									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	2.568	4.735	5.041	5.014	5.125	4.764	4.625	4.745	5.355
Vai pagar até 20 de dezembro	1.862	667	417	490	417	701	840	781	186
Vai atrasar	1.128	156	100	61	22	100	100	39	25
Total	5.558	5.558	5.558	5.565	5.565	5.565	5.565	5.565	5.565

Nº de municípios projetados para o total do país.

Por fim, em relação à segunda parcela, que tem prazo estabelecido para 20 de dezembro, 83,4% (4.641) declararam que irão pagar até a data, sendo que 13,3% já pagou. Os outros 3,3% disseram que não terão condições de honrar o prazo, percentual maior do verificado em 2011.

Pagamento parcelado - segunda parcela									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	1,1%	1,7%	7,0%	11,7%	3,9%	0,7%	1,1%	1,3%	13,3%
Vai pagar até 20 de dezembro	79,6%	90,1%	85,0%	85,4%	95,1%	95,5%	95,8%	97,5%	83,4%
Vai atrasar	19,3%	8,2%	8,0%	2,9%	1,0%	3,7%	3,1%	1,3%	3,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Pagamento parcelado - segunda parcela									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	61	94	389	651	217	40	59	70	738
Vai pagar até 20 de dezembro	4.424	5.008	4.724	4.753	5.292	5.317	5.332	5.426	4.641
Vai atrasar	1.073	456	445	161	53	208	174	70	186
Total	5.558	5.558	5.558	5.565	5.563	5.565	5.565	5.565	5.565

Nº de municípios projetados para o total do país.

Pesquisa sobre Pagamento do 13º Salário em 2012

Tabulação dos Resultados da Pesquisa

Desde 2003, a Confederação Nacional de Municípios faz uma pesquisa junto às prefeituras municipais de todo o país para diagnosticar a situação dos municípios brasileiros em relação à previsão de pagamento do 13º salário dos servidores municipais.

Metodologia

A pesquisa é feita por **manifestação espontânea**. Neste ano de 2012, foram consultados **60,5%** dos municípios brasileiros (3.368 cidades).

Procedimento:

- a) **Disponibilização de diferentes canais para o recebimento da informação:** Foram aceitas respostas por fax, e-mail, por correspondência e pela Internet, no sítio da Confederação Nacional de Municípios – www.cnm.org.br.
- b) **Equipe de suporte da CNM:** Assessoria Técnica e o Setor de Pesquisas da CNM foram disponibilizado para o suporte ao preenchimento dos formulários.
- c) **Contato telefônico nas regiões com menor índice de respostas:** os municípios que não responderam ao questionário ou as regiões com baixo número de respostas foram contatados por telefone para a obtenção dos dados.

Para evitar desvio de dados entre estados com maior ou menor quantidade de municípios, optou-se pela não definição de uma amostra estatística com um porcentual de municípios de cada estado.

O estudo apresenta o cenário real dos municípios pesquisados até o dia 17 de dezembro de 2012.

Como se trata de um levantamento de dados por manifestação espontânea, a CNM continua recebendo diariamente novas informações dos municípios brasileiros.

Coordenação:

Área de Estudos Técnicos e Setor de Pesquisas da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Período de coleta das informações:

Entre os dias 20 de novembro e 19 de dezembro de 2012.

Resultados da pesquisa 2012

O quadro abaixo informa a quantidade de municípios entrevistados por estado e o percentual de retorno da pesquisa. Neste ano, a amostragem foi bastante significativa (**60,5%**).

Tabela 1 - Distribuição dos resultados por estado da federação

UF	Estado	Municípios	Respostas	% Respostas
AC	Acre	22	11	50,0%
AL	Alagoas	102	42	41,2%
AM	Amazonas	62	19	30,6%
AP	Amapá	16	3	18,8%
BA	Bahia	417	149	35,7%
CE	Ceará	184	85	46,2%
ES	Espírito Santo	78	44	56,4%
GO	Goiás	246	150	61,0%
MA	Maranhão	217	57	26,3%
MG	Minas Gerais	853	525	61,5%
MS	Mato Grosso do Sul	78	40	51,3%
MT	Mato Grosso	141	76	53,9%
PA	Pará	143	49	34,3%
PB	Paraíba	223	94	42,2%
PE	Pernambuco	184	66	35,9%
PI	Piauí	224	74	33,0%
PR	Paraná	399	335	84,0%
RJ	Rio de Janeiro	92	60	65,2%
RN	Rio Grande do Norte	167	63	37,7%
RO	Rondônia	52	38	73,1%
RR	Roraima	15	5	33,3%
RS	Rio Grande do Sul	496	459	92,5%
SC	Santa Catarina	293	264	90,1%
SE	Sergipe	75	28	37,3%
SP	São Paulo	645	564	87,4%
TO	Tocantins	139	68	48,9%
BR	Brasil	5.563	3.368	60,5%

Resultado por questões

O 1% de aumento do Fundo de Participação dos Municípios será utilizado para pagamento do 13º salário do funcionalismo municipal?

Dos municípios pesquisados, **86,3%** utilizará os recursos provenientes do aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

O aumento de 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º Salário?		
Abrangência: BR	Municípios	%
Sim	2.908	86,3%
Não	460	13,7%
Total	3.368	100,0%

O salário do funcionalismo municipal está em dia?

A grande maioria dos municípios brasileiros (**95,5%**) está com os salários em dia.

O salário do funcionalismo municipal?		
Abrangência: BR	Municípios	%
Está em Dia	3.217	95,5%
Está Atrasado	151	4,5%
Total	3.368	100,0%

Qual o regime de trabalho dos servidores?

O regime de trabalho dos servidores municipais é na maioria estatutário (**62%**). Em alguns casos é misto – estatutário e celetista – (**14,3%**) e outra parte é celetista (**22,7%**).

Regime de trabalho dos Servidores?		
Abrangência: BR	Municípios	%
CLT	1.076	22,7%
Estatutário	2.944	62,0%
Ambos	677	14,3%
Outros	51	1,1%
Total	4.748	100,0%

Qual a forma de pagamento do 13º salário?

Na maior parte dos municípios (59,9%), o 13º salário será pago em uma única parcela.

Forma de Pagamento do 13º Salário?		
Abrangência: BR	Municípios	%
Parcelado	1.349	40,1%
Parcela Única	2.019	59,9%
Total	3.368	100,0%

Se o pagamento é feito em parcela única, quando é ou será pago?

Segundo as respostas, 69,7% dos municípios pretendem pagar até o dia 20 de dezembro. Outros 22,5% já efetuaram o pagamento e somente 7,7% deverão enfrentar dificuldades no pagamento do 13º ao seu funcionalismo.

Parcela Única		
Abrangência: BR	Municípios	%
Já pagou	455	22,5%
Vai pagar até 20 de dezembro	1.408	69,7%
Vai atrasar	156	7,7%
Total	2.019	100,0%

Se o 13º for pago em duas parcelas, a primeira já foi paga?

A grande maioria dos municípios (96,2%) já pagou a primeira parcela. Somente 0,4% terão dificuldade para honrar o compromisso.

Se parcelado - A primeira Parcela?		
Abrangência: BR	Municípios	%
Já pagou	1.298	96,2%
Vai pagar até 30 de novembro	45	3,3%
Vai atrasar	6	0,4%
Total	1.349	100,0%

Se o 13º for pago em duas parcelas, quando será paga a segunda?

Somente **3,3%** dos municípios enfrentarão problemas para cumprir o pagamento da segunda parcela, mas a grande maioria (**83,4%**) pagará no dia 20 de dezembro.

Se parcelado - A segunda Parcela?		
Abrangência: BR	Municípios	%
Já pagou	179	13,3%
Vai pagar até 20 de dezembro	1.125	83,4%
Vai atrasar	45	3,3%
Total	1.349	100,0%

A folha de pagamento do mês de dezembro irá atrasar?

A maioria dos municípios (**86,2%**) não irá atrasar o pagamento da folha referente ao mês de dezembro. No entanto, **13,8%** afirmaram que vão atrasar.

A folha de pagamento de dezembro?		
Abrangência: BR	Municípios	%
Será paga em dia	2.904	86,2%
Vai atrasar	464	13,8%
Total	3.368	100,0%

Comparação de 2003 a 2012

Forma de pagamento do 13º salário

A legislação faculta o pagamento do 13º em uma ou duas parcelas. Em 2003, cerca de **50,8%** das prefeituras optavam pelo pagamento em parcela única e, como podemos observar na tabela abaixo, essa proporção vem aumentando, sendo que na pesquisa deste ano **59,9%** optaram pelo pagamento em parcela única.

Forma de Pagamento do 13º Salário									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Parcela Única	50,8%	56,3%	62,9%	58,7%	59,8%	61,7%	63,3%	59,5%	59,9%
Parcelado	49,2%	43,7%	37,1%	41,3%	40,2%	38,3%	36,7%	40,5%	40,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

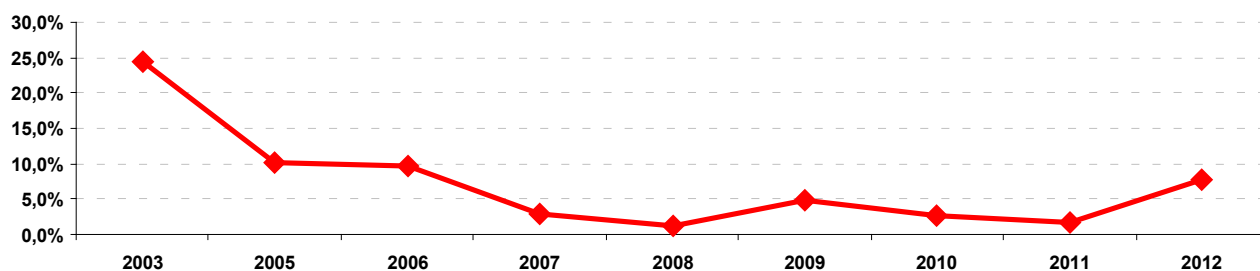
Pagamento em Parcela Única

Neste ano de 2011 houve um comportamento um pouco diferenciado do restante do período, pois **22,5%** dos municípios pesquisados já haviam pago a parcela única, enquanto que no ano anterior este porcentual chegou a **15,1%**.

No entanto, os percentuais daqueles que declararam que irão atrasar o pagamento do 13º aumentou para **7,7%**. Houve um aumento de 79% em relação ao ano passado, evidenciando os atuais problemas de caixa, os municípios estão tendo muitos problemas para honrar o pagamento do 13º aos seus servidores.

Pagamento em Parcela Única									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	8,0%	14,6%	18,3%	26,8%	14,7%	14,8%	14,9%	15,1%	22,5%
Vai pagar até 20 de dezembro	67,5%	75,3%	72,1%	70,3%	84,2%	80,4%	82,4%	83,2%	69,7%
Vai atrasar	24,5%	10,1%	9,6%	2,9%	1,1%	4,8%	2,8%	1,6%	7,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Pagamento em Parcela Única Se vai atrasar



Pagamento parcelado – Primeira parcela

A primeira parcela do 13º salário já foi paga em **96,2%** dos municípios pesquisados e apenas **0,4%** declararam que poderão atrasar o pagamento. Este percentual de atraso é menor de todo o período analisado, enquanto que em 2003 20,3% dos pesquisados declararam que iriam atrasar a primeira parcela.

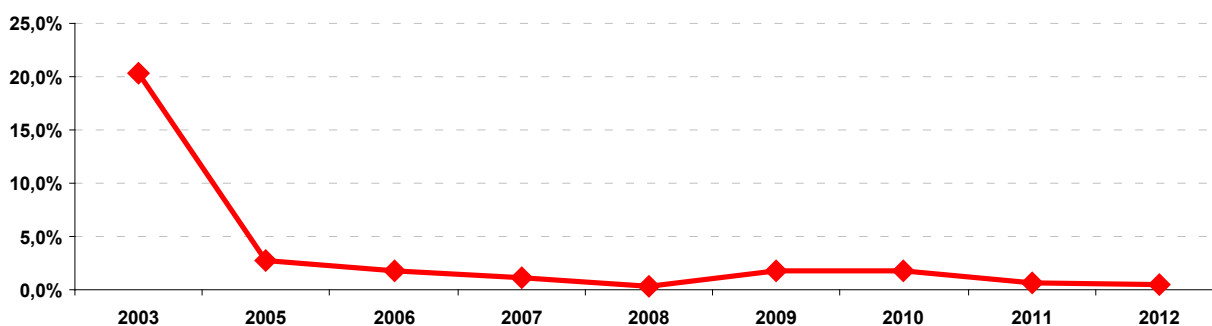
Pagamento parcelado - primeira parcela									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	46,2%	85,2%	90,7%	90,1%	92,1%	85,6%	83,1%	85,3%	96,2%
Vai pagar até 30 de novembro	33,5%	12,0%	7,5%	8,8%	7,5%	12,6%	15,1%	14,0%	3,3%
Vai atrasar	20,3%	2,8%	1,8%	1,1%	0,4%	1,8%	1,8%	0,7%	0,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Pagamento parcelado – Segunda parcela

A segunda parcela do 13º salário também evidencia a responsabilidade dos atuais prefeitos, pois somente cerca de 3,4% dos municípios pesquisados terá problemas com esse segundo pagamento.

Pagamento parcelado - segunda parcela									
	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Já pagou	1,1%	1,7%	7,0%	11,7%	3,9%	0,7%	1,1%	1,3%	13,3%
Vai pagar até 20 de dezembro	79,6%	90,1%	85,0%	85,4%	95,1%	95,5%	95,8%	97,5%	83,3%
Vai atrasar	19,3%	8,2%	8,0%	2,9%	1,0%	3,7%	3,1%	1,3%	3,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Pagamento Parcelado
A primeira parcela vai atrasar



13

Pesquisa sobre a Situação Financeira dos Municípios em final de mandato

Introdução

Em decorrência da surpresa dos dirigentes municipais com a atual dificuldade financeira vivida pelos Municípios brasileiros, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou um amplo estudo para identificar quais as principais causas do aperto fiscal que precede o encerramento do mandato das 5.563 prefeituras do País. As principais razões encontradas para o referido cenário são: a queda na receita de transferências da União em razão tanto da fraca atividade econômica quanto da política de desoneração do Governo Federal; o enorme volume acumulado de restos a pagar da União devido a municípios; a renúncia fiscal relativa a não resolução da Guerra Fiscal do ICMS; o impacto financeiro de legislações nacionais como a Lei do Piso do Magistério; os constantes aumentos do Salário Mínimo muito acima da inflação e do crescimento da receita; a omissão das demais esferas no financiamento da saúde; o sub-financiamento dos programas federais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

A difícil realidade financeira que se apresenta neste segundo semestre de 2012 é mais grave por ser este um ano de encerramento de mandato. Em período eleitoral e de encerramento do mandato, os Prefeitos, em decorrência da LRF e da legislação eleitoral, não podem realizar operações de crédito por antecipação da receita, editar ato que resulte no aumento da despesa com pessoal, receber novas transferências voluntárias, contratar operações de crédito caso a despesa total com pessoal exceda o limite fixado no primeiro quadrimestre do ano, contrair obrigação de despesa que não possa ser paga no exercício ou compensada por disponibilidade de caixa suficiente para o seu pagamento.

A queda da atividade econômica, principalmente a partir do segundo trimestre, prejudicou a receita dos tributos federais que servem de base para o FPM, fazendo com que este ano os Municípios enfrentem uma frustração de receita do FPM de R\$ 6,9 bilhões. A reação do Governo Federal, com a intenção de estimular a economia, agravou ainda mais a frustração de receita das Prefeituras porque promoveu nova desoneração do IPI, repetindo a estratégia de incentivo ao consumo utilizada em reação a crise econômica a partir de 2008. Essa política teve um custo de R\$ 1.458 bilhões para os cofres municipais em diminuição de repasses do FPM e de R\$ 155 milhões de redução do IPI-exportação distribuído aos municípios. O Executivo Federal também reduziu a CIDE-combustíveis, gerando uma perda de arrecadação para as prefeituras de R\$ 595 milhões.

Não bastassem as perdas com a arrecadação, os Municípios enfrentam um verdadeiro “calote” em relação aos convênios firmados com a União para a realização de investimentos. Acumulam-se hoje no orçamento da União sem pagamento, nada menos que R\$ 18,2 bilhões de restos a pagar devidos a Municípios. Como pesquisa da CNM apontou, em 45,2% dos casos são ações já iniciadas pelas Prefeituras. Ou seja, são empenhos realizados pelos Prefeitos já em execução que não podem ser cancelados. Nestes casos os administradores locais estão vendidos porque a legislação não permite que eles deixem estes restos a pagar para seu sucessor, o valor do problema é então de R\$ 8,2 bilhões.

Foram diversas as intervenções de legislações federais na administração municipal com grande impacto nas despesas deste ano. O maior custo estimado foi da Lei do Piso do Magistério, com impacto de R\$ 5,42 bilhões, seguido pelo aumento do salário mínimo que provocou aumento da folha de R\$ 2,6 bilhões.

Dessa forma, no cenário de 2012, o total da frustração de receita será de pelo menos R\$ 9,1 bilhões e o aumento das despesas junto com o não pagamento de convênios em execução impactará num total de R\$ 16,2 bilhões. Um rombo de R\$ 25,4 bilhões, que equivale a nada menos que 7 % de toda a receita corrente líquida dos municípios este ano, que deve chegar a R\$ 364 bilhões.

Algumas reivindicações antigas da Confederação poderiam ter servido para amenizar este cenário se tivessem sido implementadas pela esfera federal. Uma primeira seria a votação dos royalties do petróleo pela Câmara dos Deputados e sanção pela Presidência do projeto escolhido pelo Senado Federal que significaria R\$ 3,2 bilhões a mais, distribuído pelo FPM de 2012. Também deixaria os Municípios em situação fiscal muito mais confortável a resolução da Guerra Fiscal do ICMS, que hoje prejudica as receitas das prefeituras em R\$ R\$ 13,2 bilhões. A omissão das demais esferas no financiamento da saúde, que poderia ter sido plenamente resolvida na regulamentação da Emenda Constitucional 29, obrigará os municípios a colocarem na saúde R\$ 21,8 bilhões a mais do que a sua obrigação constitucional em 2012. Por fim, outra reivindicação antiga é o financiamento adequado dos programas federais, que hoje o sub-financiamento, como já indica pesquisa em andamento na CNM, implica num custo de manutenção para as prefeituras equivalente a 7,8% da RCI, em 2012 nada menos que R\$ 28,4 bilhões.

Para orientar a estratégia de ação da Entidade foi realizada pesquisa de opinião com todos os prefeitos do Brasil, onde ficou corroborada a dificuldade financeira e a angústia dos dirigentes municipais com o encerramento do mandato. Acompanhe o resultado na última seção da pesquisa.

Queda da atividade econômica e seus efeitos

A evolução da receita de tributos federais, sob impacto da crise econômica e das medidas de desoneração adotadas pelo governo central para enfrentá-la, indica que as transferências para estados e municípios encerrarão o ano de 2012 com um valor R\$ 17,4 bilhões abaixo do inicialmente projetado no Orçamento da União. O principal prejuízo será dos municípios, que perderão R\$ 9,1 bilhões, sendo R\$ 8,4 bilhões de FPM.

A crise econômica tem afetado a arrecadação da União e, portanto, as transferências para Estados e Municípios. A desaceleração econômica reduz o consumo, o volume de transações econômicas e, principalmente, os lucros das empresas, o que afeta todos os tributos de modo geral, mas especialmente o IPI e o Imposto de Renda, que compõem a base de cálculo dos fundos de participação.

A experiência com a crise fiscal de 2009 nos mostrou que para cada queda de 1% no PIB, as receitas sobre lucros tendem a cair 2% a 3%, enquanto em outros tributos essa variação oscila em torno de 1,5%. Ou seja, os tributos sobre lucros são sensivelmente mais atingidos pela crise do que os demais impostos, seja porque as empresas reduzem mesmo os lucros ou porque adotam medidas de planejamento tributário para reduzir o recolhimento de impostos sobre lucros. E, no caso do IR, mais de 40% de sua arrecadação provém justamente do imposto de renda das pessoas jurídicas, que é cobrado sobre o lucro das empresas.

As estimativas do Governo recentemente divulgadas para a arrecadação federal até o final de 2012 indicam queda geral das receitas partilhadas com Estados e Municípios. Em comparação com a lei orçamentária, por exemplo, as novas estimativas do governo indicam que receita de IR em 2012 ficará R\$ 22,1 bilhões abaixo do inicialmente projetado e a de IPI R\$ 3,7 bilhões a menos. Como pode ser observado na tabela seguinte, o FPM totalizaria cerca de R\$ 70,6 bilhões até o final do ano, valor este R\$ 6 bilhões inferior ao do Orçamento da União.

Contudo, considerando os indícios de que o Governo continua subestimando os efeitos da crise econômica sobre a receita do segundo semestre, a assessoria econômica da CNM refez as projeções. As projeções da CNM, reproduzindo no segundo semestre o mesmo comportamento do primeiro semestre, considerando ainda uma pequena melhora na situação econômica, apontam frustração de R\$ 31,1 bilhões de receitas de IR, R\$ 4,5 bilhões de IPI e R\$ 7 bilhões de CIDE. Portanto, o FPM tem projeção de um valor R\$ 8,4 bilhões menor que o inicialmente orçado e a CIDE de R\$ 504 milhões menor, que seriam destinados aos municípios. Se somarmos o efeito de queda no IPI-exportação, R\$ 111 milhões, a perda dos municípios se aproxima de R\$ 9 bilhões. Ou seja, os prefeitos podem encerrar o seu último ano de mandato com R\$ 9 bilhões a menos do que projetavam em seus orçamentos, se consideraram os números incluídos no Orçamento da União.

Projeções (em R\$ milhões)	LOA 2012	Nova Proj. Gov. Fed.	Proj. CNM	Proj. Gov. - LOA	Proj. CNM - LOA
Receitas primárias da União					
IPI	51.453	47.676	47.000	-3.777	-4.453
Imposto sobre a Renda	275.154	252.986	244.000	-22.168	-31.154
CIDE - Combustíveis	9.836	2.879	2.879	-6.956	-6.956
Transferências para Municípios					
FPM	76.753	70.656	68.385	-6.097	-8.368
IPI - Exportação	1.286	1.192	1.175	-94	-111
CIDE - Combustíveis	713	209	209	-504	-504

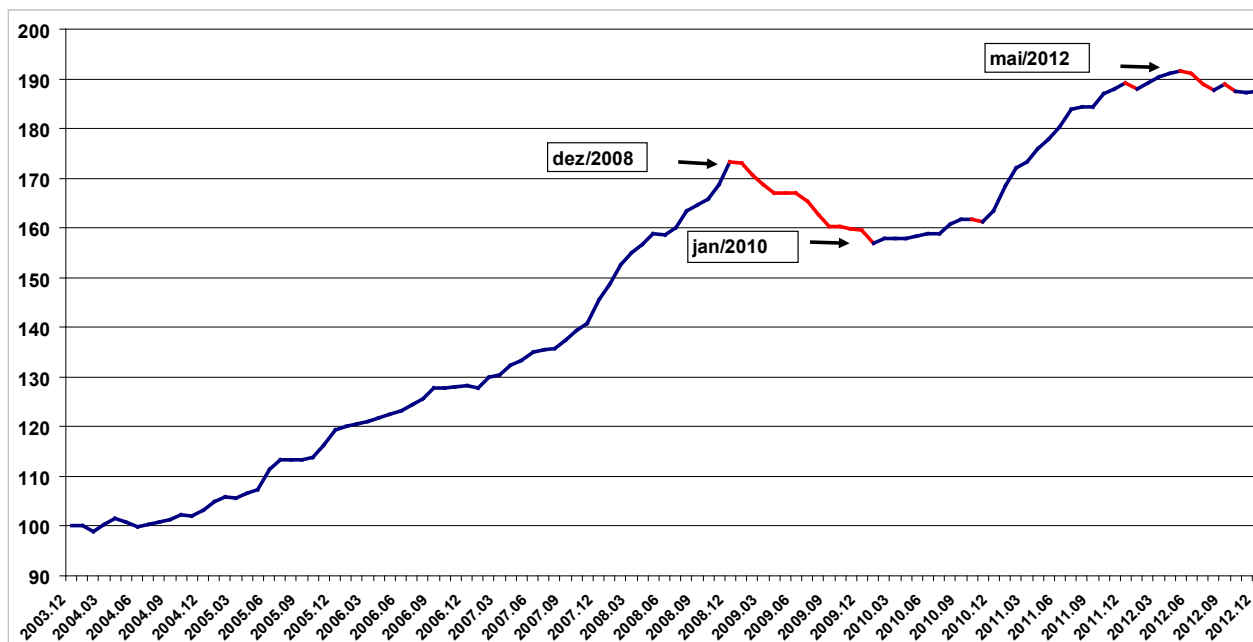
Com a intenção de estimular a economia neste ano, após um fraco crescimento do PIB em 2011 (2,7%) e um crescimento esperado menor neste ano (1,8%), o Governo Federal promoveu nova desoneração do IPI do setor de automóveis e da chamada linha branca, repetindo a estratégia de incentivo ao consumo utilizada em reação a crise econômica a partir de 2008. Mais uma vez os instrumentos de renúncia selecionados foram aqueles compartilhados com os demais entes da Federação, se concentrando, principalmente, no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que compõe o FPM – Fundo de Participação dos Municípios. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) calculou o impacto das últimas renúncias anunciadas, concluindo que a redução do IPI iniciada no final de 2011 irá impactar as transferências de FPM deste ano em R\$ 1,45 bilhões. Veja na tabela abaixo o valor da desoneração este ano de cada indústria favorecida.

Previsão do Governo Federal para o FPM total de 2012 (R\$ milhões)

Item	Valor
Desoneração do IPI linha branca	993
Desoneração do IPI moveis / papel de parede e demais	611
Desoneração do IPI automoveis	2.000
Desoneração do IPI de Bens de Capitais	1.000
Desoneração do IPI de Material de Construção	1.600
Total da desoneração	6.204
Impacto no FPM (23,5%)	1.458

Como pode ser notado no gráfico abaixo, que expressa a projeção da CNM para o resto do ano, desde 2003, o FPM teve crescimento expressivo e constante até dezembro de 2008, quando inaugurou uma trajetória de queda encerrada apenas em janeiro de 2010. A partir de maio deste ano o Fundo novamente iniciou uma trajetória relevante de queda e se encontra no seu pior momento agora em setembro.

Crescimento do FPM desde 2003 – acumulado nos últimos 12 meses



Além da desoneração do IPI, o Governo decidiu zerar o valor da Contribuição da intervenção do domínio econômico (CIDE) combustíveis, de forma a evitar o aumento do preço dos combustíveis para a população e não pressionar a inflação, já que o combustível é insumo para a produção de quase todos os bens e serviços da economia. A CIDE é a única das contribuições criadas pelo Governo Federal que é compartilhada com Estados e Municípios, portanto esta alteração também afeta as finanças municipais. Quanto a CIDE, as reduções implementadas desde o último trimestre de 2010 acumularam uma renúncia em 2012 de R\$ 595 milhões.

Ou seja, os três principais tributos federais partilhados com estados e municípios são, coincidentemente, os principais instrumentos de política econômica utilizados pelo governo para enfrentar a crise econômica. Dessa forma, é natural que estados e municípios dependentes de transferências federais tenham sua arrecadação fortemente afetada por essas decisões, além do impacto direto da crise sobre suas próprias receitas próprias.

Guerra Fiscal do ICMS

Levantamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) junto a 21 das 27 unidades da federação mostra que os benefícios fiscais do ICMS já ultrapassam os R\$ 50 bilhões ao ano, representando em média 15% da arrecadação do imposto. Os valores de renúncia foram extraídos de relatórios oficiais dos próprios estados incluídos como anexos às leis de diretrizes orçamentárias (LDO) de 2012.

Estes dados mostram que a guerra fiscal está destruindo as finanças estaduais e municipais. Não é admissível que os governadores sigam distribuindo tantas bondades com chapéu alheio, já que 25% da receita de ICMS pertencem constitucionalmente aos municípios.

A maior parte dos benefícios fiscais em vigor são inconstitucionais, pois foram instituídos sem aprovação por unanimidade no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), como prevê a Lei Complementar nº 24/1975. O próprio Supremo Tribunal Federal (STF) tem se manifestado pela inconstitucionalidade dos incentivos fiscais, mas os governadores continuam desafiando a Justiça ao revogar e reeditar leis concedendo as vantagens já declaradas ilegais.

Restos a pagar devidos aos Municípios pela União

Os restos a pagar constituem um montante expressivo no orçamento da União sem ser executado. Os municípios enfrentam problemas porque os recursos seguem um cronograma de execução político que os deixa em sérias dificuldades. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou um amplo levantamento de todos os restos a pagar do orçamento da União vigentes no exercício de 2012 que têm como favorecidos os Municípios brasileiros. O estudo abrangeu 61.715 processos de despesas (empenhos), que correspondem a um total de restos a pagar inscritos de R\$ 24.625.741.720. Deste total, R\$ 3,8 bilhões são restos a pagar processados e R\$ 20,8 bilhões são não processados. Até a data de hoje, 26% (R\$ 6.443.762.860) dos restos a pagar foram pagos, o que deixa em aberto um montante de R\$ 18,2 bilhões.

Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

Ano Emissão Empenho	RAP Inscrito	RAP Pago	RAP - Não Pago
2002	3.396.830	-	3.396.830
2003	15.903.339	80.257	15.823.082
2004	43.365.972	1.795.007	41.570.965
2005	69.826.679	3.801.946	66.024.732
2006	137.499.646	10.409.949	127.089.697
2007	981.162.886	128.365.806	852.797.080
2008	1.663.598.427	272.109.405	1.391.489.022
2009	4.132.891.692	921.875.687	3.211.016.005
2010	6.195.568.257	1.209.577.702	4.985.990.556
2011	11.382.527.991	3.895.747.101	7.486.780.890
Total	24.625.741.720	6.443.762.860	18.181.978.860

Pesquisa de sobre os desafios do fechamento do mandato

Pergunta	Sim	Não	Total
1 - Seu Município está com atraso no pagamento dos salários?	11,1%	88,9%	4.773
1.1 - Caso "SIM". Quantos meses de atraso?	Média	1,42	-
2 - Seu Município está com atraso no pagamento de fornecedores?	47,9%	52,1%	4.773
2.1 - Caso "SIM". Quantos meses de atraso?	Média	2,68	-
3 - Seu Município conseguiu implantar plenamente o Piso Nacional do Magistério, inclusive a obrigação de reservar 33,33% da carga horária de cada professor para horas-atividade?	81,0%	19,0%	4.773
4 - Os constantes aumentos do salário-mínimo e o novo piso do magistério provocaram o aumento do percentual da receita comprometida com gasto de pessoal de seu município?	80,3%	19,7%	4.773
5 - A tendência de queda nos repasses do FPM, que deve continuar pelo menos até o final do ano, deve impedir o devido fechamento das contas de seu mandato?	74,8%	25,2%	4.773
6 - Seu Município teve problemas durante o seu mandato com o recebimento de recursos relativos à execução de convênios com a União?	46,2%	53,8%	4.773
6.1 - Caso "SIM". A omissão da União nos convênios firmados obrigará o Município a deixar restos a pagar com empreiteiros / fornecedores a descoberto (sem os recursos correspondentes em caixa) para o próximo mandato?	65,1%	34,9%	2.204
7 - O Município deixará restos a pagar a descoberto no final do ano (sem os recursos correspondentes em caixa) devido ao cenário financeiro atual?	43,6%	56,4%	4.773

Fonte: CNM

14

Entenda a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais)

Estudos Técnicos (julho de 2012)

Introdução

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais é uma contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios, isto é, ela é uma contrapartida da empresa exploradora aos municípios, estados e União¹² pela exploração dos minerais. Foi estabelecida pela Constituição de 1988, na qual segue trecho abaixo:

Art. 20, § 1º – É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

De acordo com Enríquez (2007) o royalty mineral é um pagamento pelo uso de um bem que pertence ao Estado, ou seja, o mesmo é uma contraprestação, e não um tributo. Ademais, este deve estar em acordo com a disponibilidade (escassez) e renda proporcionada pelo minério a ser explorado.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) administra a CFEM, baixa as normas e exerce fiscalização sobre a arrecadação da CFEM. A Lei nº 8876, de 1994, o transformou em autarquia e o dispôs de tais funções. Assim é feita a cobrança da Compensação Financeira, que é devida por quem exerce atividade de mineração em decorrência da exploração ou extração de recursos minerais.

O fato gerador da Compensação Financeira é a saída por venda do produto mineral das

áreas da jazida, mina, salina ou outros depósitos minerais. E, ainda, a utilização, a transformação industrial do produto mineral ou mesmo o seu consumo por parte do minerador.

Esta Compensação Financeira é calculada sobre o valor do faturamento líquido (receita da comercialização menos custos e tributos) obtido por ocasião da venda do produto mineral. Ou seja, existe uma alta correlação entre o valor arrecadado pela CFEM e os preços de mercado dos minérios. As alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido para obtenção do valor da CFEM, variam de acordo com a substância mineral (ver abaixo) e são pagas mensalmente:

Alíquota	Substância
3%	minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio
2%	ferro, fertilizante, carvão, demais substâncias
1%	ouro
0,20%	pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonetos e metais nobres

A arrecadação da CFEM é distribuída da seguinte forma:

- 12% para a União (DNPM, IBAMA e MCT);
- 23% para o Estado onde for extraída a substância mineral;
- 65% para o município produtor.

Apesar de a Compensação ter sido criada em 1988, a mesma só foi instituída em 1989, pela Lei nº 7990. No entanto, apenas no ano de 1990 que a Lei nº 8001 definiu o conceito de receita líquida, as alíquotas e percentuais de distribuição. Em 1991 o Decreto nº 1 regulamentou o seu pagamento e as Portarias nº 6, de 1991 e de 1992, aprovaram medidas que concluíram o processo de cobrança. Logo, em 1992 a CFEM foi regulamentada e teve iniciada sua arrecadação.

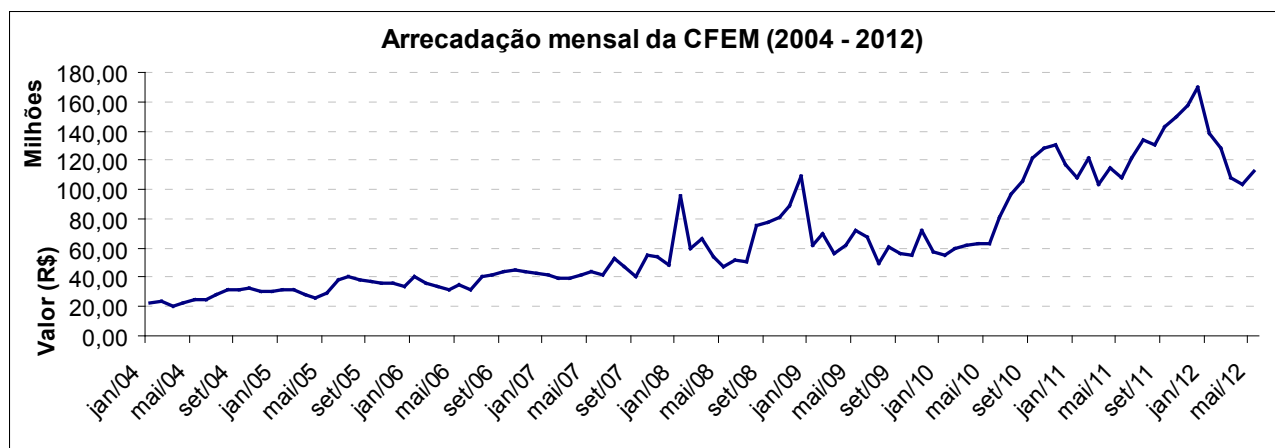
O Brasil é um dos poucos países que repassa os royalties para o município produtor. Sendo este aquele onde ocorre a extração da substância mineral. Caso a extração abranja mais de um município, é observada a proporcionalidade da produção efetivamente ocorrida em cada um deles. Assim, por ser o município o ente que fica com a maior parcela da Compensação, ele é a parte mais interessada na sua distribuição.

Os recursos da CFEM são creditados para os Estados e Municípios, em suas respectivas Contas de Movimento, específicas. Tais recursos não poderão ser aplicados em pagamento de dívida ou no quadro permanente de pessoal. As receitas devem ser aplicadas em projetos que direta ou indiretamente revertam em prol da comunidade local, na forma de melhoria da infra-estrutura, da qualidade ambiental, da saúde e educação.

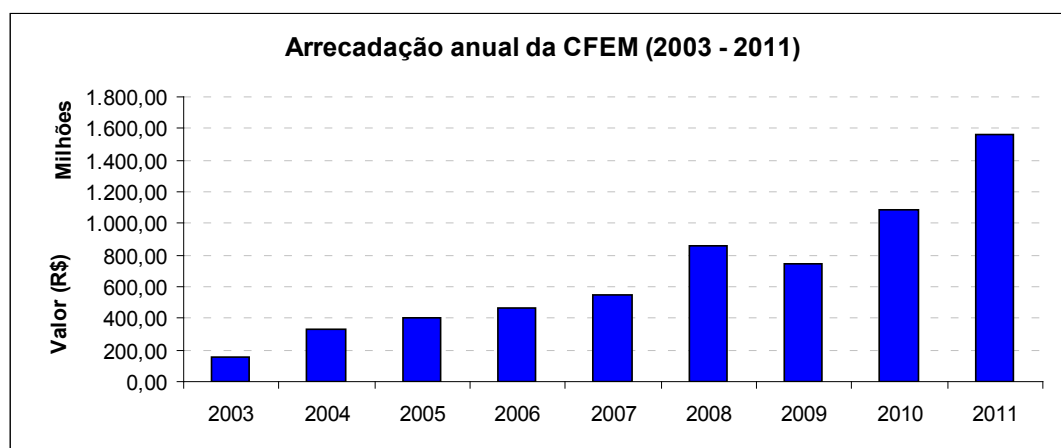
Conjuntura

O grupo de produtos que engloba os minérios é a categoria de produtos que mais exporta no Brasil, com um valor de R\$ 44,2 bilhões, o que correspondeu a 17,3% de todas as exportações do ano de 2011. Porém, esta categoria é muito sensível ao nível de atividades do mercado, o que leva a uma alta volatilidade na sua tributação (e compensação), assim como no seu investimento. Isto é, em anos de queda de preço, tanto a tributação/compensação quanto os investimentos na exploração de minerais caem.

Abaixo encontramos o contexto atual da arrecadação da CFEM nos últimos anos. Podemos ver que a arrecadação da Compensação vem aumentando desde 2004, muito por conta do aquecimento da economia global, que elevou os preços dos minérios, aumentando o valor das importações (faturamento). Porém, no ano presente há uma redução no valor das commodities, logo, queda de arrecadação da CFEM, devido à crise mundial.



Em valores anuais (e nominais), a arrecadação da CFEM entre os anos de 2003 e 2011, que eram, respectivamente, R\$ 156 milhões e 1560 mi, quase decuplicou (aumentou 897%) e nesse ano poderá ultrapassar a barreira dos R\$ 2 bi.



Na tabela abaixo, vemos os minerais que mais proporcionaram recursos para a CFEM em 2011, e para este ano (contabilizada até meados de junho):

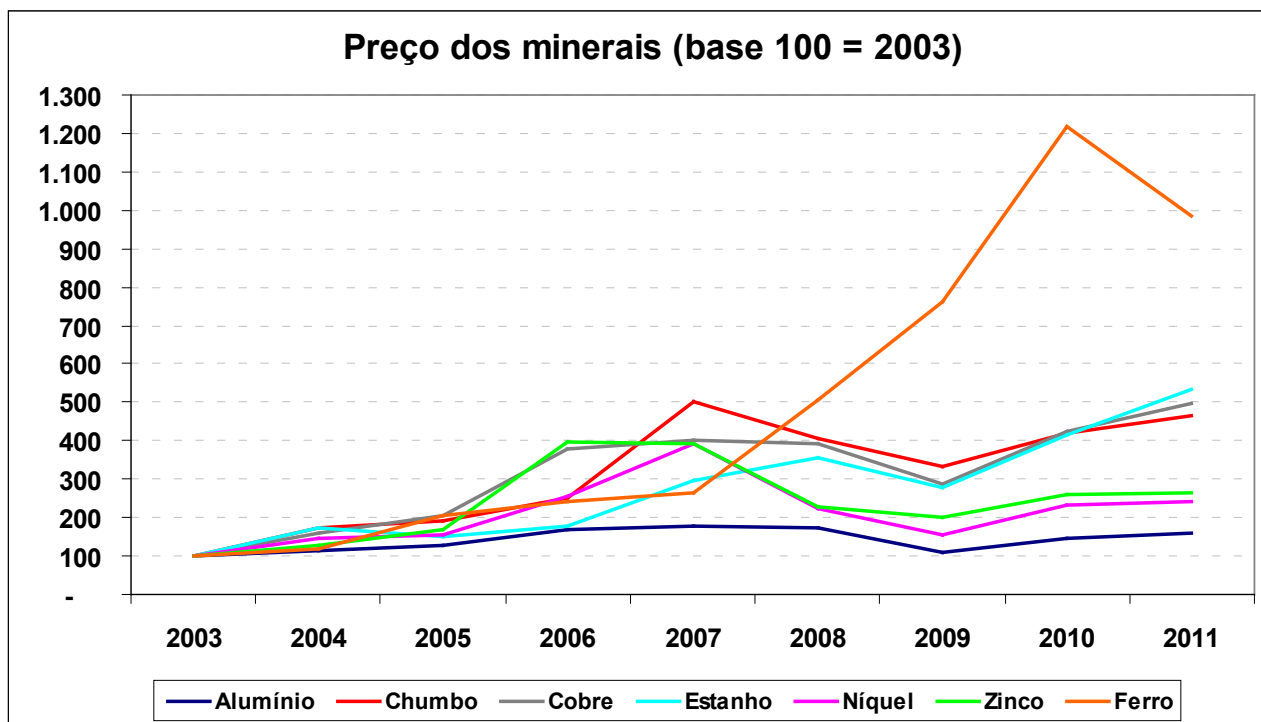
Ranking	2011		2012 (até jun)	
	Minério	Valor arrecadado (R\$)	Minério	Valor arrecadado (R\$)
1	FERRO	838.348.895,10	FERRO	285.833.376,96
2	MINÉRIO DE FERRO	268.807.483,05	MINÉRIO DE FERRO	105.759.141,85
3	GRANITO	45.869.314,92	GRANITO	15.434.036,23
4	COBRE	33.138.115,52	OURO	13.990.919,96
5	CALCÁRIO	32.691.119,67	CALCÁRIO	13.043.836,77
6	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	32.440.233,05	MINÉRIO DE COBRE	12.120.282,75
7	MINÉRIO DE COBRE	32.006.384,40	COBRE	11.927.269,72
8	OURO	26.905.656,63	MINÉRIO DE NÍQUEL	10.569.926,88
9	AREIA	20.022.740,36	AREIA	10.275.312,47
10	BAUXITA	17.242.288,03	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	10.225.992,70
	Total	1.347.472.230,73	Total	489.180.096,29

Até o momento atual, vemos que a única mudança na lista entre os últimos anos foi a classificação na lista dos minérios que mais arrecadam e o aparecimento do minério de Níquel, que entrou na lista entre os que mais contribuem na arrecadação. Apenas estes minérios são responsáveis por 82,8% e 86,3% da arrecadação em 2011 e 2012, respectivamente.

Desde 2006 foram impostas metas de receita para a CFEM. É importante dizer que em apenas dois anos (2006 e 2009) elas não foram alcançadas. Para este ano, a meta de receita é de R\$ 2,1 bilhões. Assim, ao calcularmos a parte destinada aos municípios, encontramos um valor de R\$ 1,3 bi.

Abaixo temos os preços dos principais minérios exportados desde 2003, assim como a representação gráfica de seu nível de preços, o qual enfatiza a valorização dos minérios, ao representar os valores na base 100 (2003).

	Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Valor (US\$/ton)	Alumínio	1.490,95	1.719,00	1.901,00	2.524,35	2.637,17	2.571,90	1.664,30	2.164,00	2.397,00
	Chumbo	514,22	882,00	978,84	1.288,41	2.577,98	2.088,76	1.717,92	2.147,00	2.401,00
	Cobre	1.778,41	2.863,00	3.676,00	6.719,45	7.115,93	6.954,13	5.148,61	7.534,00	8.820,00
	Estanho	4.888,57	8.481,00	7.385,00	8.764,77	14.520,03	17.467,66	13.551,48	20.387,00	26.094,00
	Níquel	9.458,86	13.821,00	14.778,00	24.233,31	37.202,60	21.096,63	14.643,31	21.798,00	22.887,00
	Zinco	826,95	1.048,00	1.381,00	3.273,55	3.240,66	1.873,69	1.653,50	2.160,00	2.192,00
	Ferro	13,82	16,39	28,11	33,45	36,63	69,98	105,25	168,53	136,46
	Base 100 = 2003	Alumínio	100	115,30	127,50	169,31	176,88	172,50	111,63	145,14
Chumbo		100	171,52	190,35	250,56	501,34	406,20	334,08	417,53	466,92
Cobre		100	160,99	206,70	377,83	400,13	391,03	289,51	423,64	495,95
Estanho		100	173,49	151,07	179,29	297,02	357,32	277,21	417,03	533,78
Níquel		100	146,12	156,23	256,20	393,31	223,04	154,81	230,45	241,96
Zinco		100	126,73	167,00	395,86	391,88	226,58	199,95	261,20	265,07
Ferro		100	118,60	203,40	242,04	265,05	506,37	761,58	1.219,46	987,41



Dessa forma, podemos ver que a partir de 2003 todos os minérios mostrados acima tiveram uma valorização. No caso do ferro, estanho, cobre e chumbo, o aumento do preço foi substancial (maior do que 350%). Sendo que o ferro teve o seu preço elevado em quase 10 vezes.

Este aumento no preço dos minérios também explica o aumento no valor da arrecadação, já que (como foi mencionado acima), a mesma é função das receitas e custos de exploração dos minérios. Entre os eles, o minério com maior valor arrecadado, portanto, mais importante, é o ferro, o qual tem uma análise mais aprofundada abaixo.

Ferro

O ferro merece uma atenção especial, pois, além de ser o minério com maior arrecadação da CFEM, é a commodity mais exportada do Brasil. Nos anos 2011 e 2012, respectivamente, este minério acumulou 70,9% e 66,3% da arrecadação da CFEM. Isso ajuda a explicar o enorme crescimento da CFEM nos últimos anos, já que o ferro, assim como a última, aumentou seu valor em 10 vezes nos últimos 8 anos.

De acordo com o DNPM, em 2010 a produção mundial de minério de ferro foi de cerca de 2,4 bilhões de toneladas, sendo que a produção brasileira representou 15,5% da produção mundial, atrás apenas de China (37,5%) e Austrália (17,5%). Os estados de Minas Gerais (69,9%) e Pará (27,2%) foram os principais estados produtores brasileiros. Ressaltamos que nesse ano não importamos nada do referido metal.

Municípios e comparação da CFEM com FPM

A lista que compõe os municípios produtores do Brasil em 2012 é extensa e inclui 2.207 municípios. Entre eles, os 30 maiores produtores desse ano (em valor explorado) estão na tabela abaixo. Vale ressaltar que apenas estes são responsáveis por 78,3% da arrecadação do ano presente. Portanto, o valor de 78,3% da CFEM se concentra nesses 30 municípios.

Ranking	Arrecadador (Município)	UF	Recolhimento (R\$)	Recolhimento (%)
1	PARAUPEBAS	PA	128.262.189,48	21,7%
2	NOVA LIMA	MG	44.635.651,06	7,6%
3	MARIANA	MG	37.177.440,73	6,3%
4	ITABIRA	MG	35.355.643,83	6,0%
5	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	MG	32.384.817,60	5,5%
6	CONGONHAS	MG	24.364.753,56	4,1%
7	ITABIRITO	MG	22.644.661,27	3,8%
8	BRUMADINHO	MG	19.541.396,27	3,3%
9	OURO PRETO	MG	12.267.405,50	2,1%
10	ITATIAIUÇU	MG	9.142.423,58	1,5%
11	CANAÃ DOS CARAJÁS	PA	12.097.704,40	2,0%
12	PARACATU	MG	6.395.993,48	1,1%
13	ALTO HORIZONTE	GO	10.027.086,23	1,7%
14	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	AP	6.465.111,08	1,1%
15	SABARÁ	MG	4.076.724,31	0,7%
16	BARÃO DE COCAIS	MG	6.169.169,39	1,0%
17	SANTA BÁRBARA	MG	4.399.243,66	0,7%
18	ITAGIBÁ	BA	5.055.126,85	0,9%
19	PARAGOMINAS	PA	7.146.720,08	1,2%
20	ORIXIMINÁ	PA	5.603.526,11	0,9%
21	BARRO ALTO	GO	3.910.329,58	0,7%
22	MINAÇU	GO	3.161.606,64	0,5%
23	JACOBINA	BA	1.984.104,82	0,3%
24	CATALÃO	GO	3.574.265,50	0,6%
25	CRIXÁS	GO	1.801.397,68	0,3%
26	JURUTI	PA	4.270.159,44	0,7%
27	ARAXÁ	MG	2.913.598,12	0,5%
28	MATEUS LEME	MG	2.037.959,74	0,3%
29	CORUMBÁ	MS	2.685.124,78	0,5%
30	IPIXUNA DO PARÁ	PA	2.593.832,36	0,4%
Sub-total			462.145.167,13	78,3%
Restante dos municípios			128.296.845,28	21,7%
Total			590.442.012,41	100,0%

De acordo com a tabela, percebemos que as UF's que mais possuem grandes produtores (top 30) são: MG, com 15 municípios; PA com 6; GO com 5; BA com 2; AP com 1; e, MS com 1.

Para o ano de 2011, listamos os valores arrecadados por UF. A lista abaixo não muda substancialmente em relação à classificação acima, onde chama atenção o estado do PA, MG, GO, MS e AP (igualmente à tabela anterior). Apenas o estado de Minas se apropria de 50,7% de toda a arrecadação da CFEM, e, em seguida, vem o Pará, com 29,7%. Os demais estados ficam com os 20% restantes da CFEM.

UF	Recolhimento (R\$)	Recolhimento (%)
MG	788.829.424	50,7%
PA	462.408.808	29,7%
GO	57.515.955	3,7%
MS	29.569.960	1,9%
AP	17.364.711	1,1%
BA	34.024.944	2,2%
SE	14.733.190	0,9%
SP	62.691.415	4,0%
AM	4.417.622	0,3%
RJ	12.369.219	0,8%
SC	12.279.686	0,8%
PR	10.467.525	0,7%
RS	11.987.063	0,8%
RO	2.910.915	0,2%
DF	2.148.827	0,1%
MT	6.716.611	0,4%
PB	3.123.524	0,2%
PE	5.031.597	0,3%
MA	2.562.312	0,2%
ES	7.077.972	0,5%
TO	2.085.303	0,1%
CE	2.419.574	0,2%
AL	1.194.882	0,1%
RN	1.341.503	0,1%
PI	880.826	0,1%
RR	84.676	0,0%
AC	0	0,0%
Total	1.556.238.043	100,0%

Para se ter uma melhor idéia sobre a dimensão da CFEM, lembramos que a parte da Compensação que cabe aos municípios no ano de 2011 e 2012 (até junho), respectivamente, é de R\$ 1,0 bilhão e 383,7 milhões.

Assim, a fatia da CFEM referente aos municípios foi equivalente a 2% e 1,7% do FPM dos seus anos de referência. Isto é, o repasse da CFEM gira em torno de 50 a 70% de um decêndio de FPM¹³. Porém, se atentarmos para o fato de que esta Compensação se concentra em poucos municípios, vemos que as conseqüências da mudança serão quase que irrelevantes para a grande maioria dos municípios. Logo, o real impacto da mudança na legislação se dará nos municípios produtores, principalmente, os de ferro.

Assim, a CFEM é um instrumento que pode ser utilizado para sanar alguns dos problemas sócio-econômicos causados pela exploração mineral. Problemas esses que ocorrem por falta de um conjunto de mecanismos e fatores institucionais que não suportam a sociedade que vive nos municípios produtores. Por isso a responsabilidade da CNM em se atentar a qualquer mudança ins-

titucional a respeito da Compensação que atinge os municípios mineradores do Brasil.

Problemas e sugestões da/para a CFEM

O trabalho de Enríquez (2007) realizou visitas aos 15 maiores municípios de base mineradoras do Brasil e buscou verificar o uso da renda mineral por estes. De acordo com o estudo, os grandes produtores têm uma grande dependência em relação à receita¹⁴ (40%) e empregos (47%) proporcionados pela atividade mineratória. Já a CFEM nesses municípios correspondem, em média, a 16% das receitas municipais, com uma maior dependência para os da região norte e nordeste. Esses números refletem as situações de vulnerabilidade que passam vários municípios, e subestimam as conjunturas graves de outros, que sofrem com os prestes esgotamentos de suas jazidas.

Apesar de a lei especificar o destino da CFEM, não existem instrumentos capazes de verificar a aplicação dos recursos financeiros advindos da Compensação. Dessa forma, o estudo acima encontrou que em apenas dois casos existe um plano formalmente regulamentado sobre o uso da CFEM. Nos demais, a receita com essa arrecadação é usada em diversas áreas, e muitas vezes são diluídas no caixa da prefeitura. É importante salientar que há uma demanda social (principalmente, de ambientalistas) e das empresas produtoras, que percebem uma má aplicação da CFEM, para uma regulamentação do uso.

Enríquez (2007) sintetizou os principais problemas da CFEM, de forma a apontar um diagnóstico e soluções para uma futura reforma (regulamentação) da Compensação.

- Alíquota – alguns produtos ligados ao potássio, sofrem dupla interpretação quanto a aplicação de sua alíquota. Já que mais de 90% deste minério é destinado à produção de fertilizantes, que possui uma alíquota diferente.
- Receita líquida – conceito a ser melhor definido, já que os custos apontados pela lei não são exatamente descritos.
- Uso – além da falta de fiscalização, não está claro na lei onde deve ser a aplicação efetiva.
- Fiscalização – compensação é cobrada das empresas legais, porém as informais não repassam nenhum valor para os entes.

Dessa forma, há um descontentamento social a respeito do uso da CFEM, que vem sendo aplicada à revelia em muitos municípios e estados, que incorrem no problema do “caixa único”, empregando sua renda, inclusive, com despesas pessoais.

Outra questão, verificada por Enríquez, que chama atenção à causa municipalista é que nos

municípios mineradores a demanda social pelo cuidado ao meio ambiente é maior. Prova disso é que nestes, há mais conselhos ambientais ativos, áreas protegidas, legislações e órgãos referentes ao meio ambiente. Esse fato corrobora a idéia de que existe um impacto positivo gerado pela mineração, o qual ultrapassa o aumento nas receitas públicas, PIB ou outros indicadores econômicos, e que tange ao despertar da sociedade para a ecologia, assim como melhoras na educação proporcionadas pelas necessidades da atividade mineratória.

Conclusão

O presente estudo vem no momento em que se discute a questão do *royalties*, que poderá reformular a alíquota de cobrança da CFEM, visando facilitar e aumentar a sua arrecadação. Contudo, o cenário ainda está indefinido e não existe uma posição concreta a respeito do projeto de lei da CFEM.

Lembrando que no atual cenário de crise, é provável que o preço da tonelada de ferro caia. Pois, além do desaquecimento da economia chinesa, nossa principal importadora, temos uma provável queda na taxa de crescimento da economia doméstica. Sendo este o nosso mais importante minério, este arrefecimento levaria a uma queda na arrecadação da CFEM, que para compensar os municípios que contam com sua receita, levaria à luta pelo aumento da alíquota. O resultado desse imbróglio seria uma elevação nos ânimos em torno da legislação que rege a CFEM.

Apesar de a mudança na Compensação ter reflexo em poucos municípios, a CNM, como defensora destes, está atenta a mais um debate que interfere diretamente na provisão de recursos municipais, assim como na produtividade das empresas exploradoras. Além disso, os fatores referentes à equidade distributiva têm motivado a discussão sobre uma partilha mais justa da arrecadação da CFEM.

Notas metodológicas

Algumas das informações acima foram retiradas do (a):

- Site oficial da CFEM (<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=60>)
- Enríquez, M. A. **Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira.** Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2007.

15

A importância da nova lei de redistribuição dos royalties de petróleo - Discussões STF

1.1 – ASPECTOS HISTÓRICOS

Os royalties de petróleo foram instituídos pela Lei nº. 20.004, de 1953, que criou a Petrobras. No início, esses correspondiam a uma alíquota de 5% sobre o valor do petróleo extraído em terra. Não havia exploração de petróleo em mar. Nessa fase inicial, os royalties eram transferidos para os Estados, que deviam repassar 20% para os Municípios.

Em 1969, quando se descobriu petróleo em mar, o governo federal passou a se apropriar sozinho dos royalties referentes à extração na plataforma continental. Assim, os royalties de terra ficavam com os Estados e os Municípios, e os de mar, somente com a União.

Essa situação se prolongou até o final de 1985, quando a Lei nº. 7.453 criou uma regra de repartição dos royalties de mar com Estados e Municípios. Da alíquota de 5%, apenas 1% permaneceu com o governo federal, 3% foram destinados a Estados e Municípios confrontantes aos poços de petróleo e **1% foi destinado, pela primeira vez, para todos os Municípios e Estados do País**, via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE), respectivamente. Este era o chamado Fundo Especial: 80% para o FPM e 20% para o FPE.

Em 1989, a Lei nº 7.990 reduziu a fatia do Fundo Especial pela metade, ou seja, para 0,5% (ou 10% dos royalties de mar), remanejando os 0,5% restantes para os Municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Nesse momento, essas mudanças não chamavam muito a atenção, porque o valor dos royalties era insignificante. Em 1997, entretanto, o governo aprovou a Lei nº 9.478, chamada Lei do Petróleo, que ampliou a alíquota dos royalties de 5% para até 10% e criou a participação especial equivalente a até 40% da receita líquida de cada campo.

Em 2007, a descoberta de reservas gigantescas de petróleo na área do pré-sal aliada ao forte aumento do preço do petróleo – fato aliás que persiste nos últimos anos – tornou premente a necessidade de se debater a distribuição dos royalties e da participação especial no contexto da Federação.

As regras estabelecidas na Lei nº 9.478 de 1997, distribuem aos Estados e Municípios confrontantes cerca de 60% dos royalties e 50% da participação especial. À União, cabem 30% dos royalties e os outros 50% da participação especial. Para todos os demais Estados e Municípios, são destinados menos de 10% dos royalties e nada da participação especial. Trata-se de uma distribuição visivelmente injusta.

A perpetuação do quadro atual torna-se ainda mais grave diante de dois fatos. O primeiro é que a maior parte da produção tende a ocorrer a dezenas ou mesmo centenas de quilômetros da costa. Torna-se, assim, cada vez mais tênue a relação entre a produção e a confrontação com o Município ou o Estado. Em segundo lugar, **o volume de recursos envolvidos é grande e crescente, este ano deve chegar a R\$ 31,2 bilhões, segundo previsão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP divulgada em março de 2013. A ANP também informa que, no final desta década, apenas as áreas já contratadas estarão gerando royalties e participação especial próximos a R\$ 70 bilhões ao ano.**

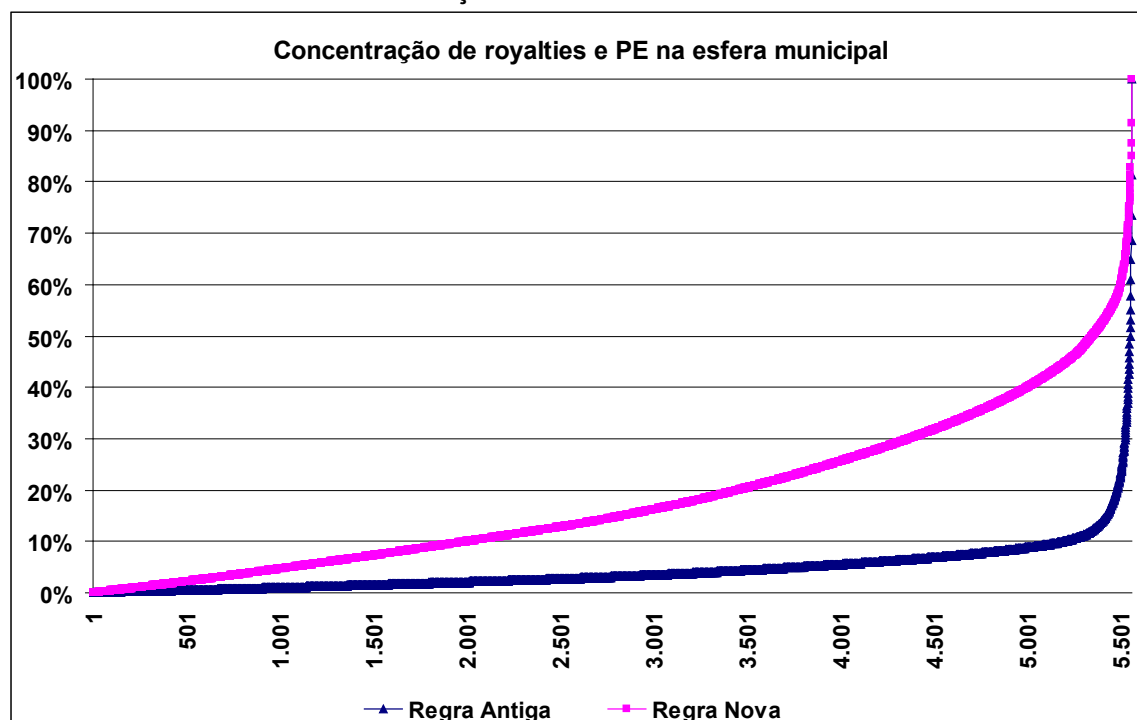
A sociedade brasileira, por seus representantes legítimos (Congresso Nacional), já demonstrou que não aceita tamanha injustiça, na qual Estados e Municípios ditos “produtores” junto com a União concentram 97% dos recursos distribuídos, enquanto que todos os demais entes da Federação ficam com apenas 3%.

Dentre os Entes sub-nacionais apenas 2 governos estaduais (ES e RJ) e 30 Municípios concentram 83% dos recursos. Como apontado pela ANP, até 2022, dos contratos já realizados até agora, será distribuído mais de R\$ 0,5 trilhão de reais. **Destacando-se que, sem a vigência e eficácia plena da Lei nº 12.734/2012, apenas os Entes confrontantes receberão R\$ 306 bilhões, enquanto que o restante do País receberá apenas R\$ 24,5 bilhões.**

No mesmo comparativo até 2022, **a Lei nº 12.734/2012** – que passamos a discorrer agora -, com muito mais equilíbrio, **continuará, na prática, distribuindo fatia maior para Entes confrontantes**, cujos poucos beneficiados receberão R\$ 154,4 bilhões, enquanto que a fatia de todos os demais Entes será R\$ 216,7 bilhões. A participação dos Entes sub-nacionais aumenta em detrimento da União, que reduz de 40% do total dos recursos para 33% com a nova Lei.

No gráfico abaixo, podemos ver o grau de concentração de recursos na esfera municipal promovido pela regra anterior à nova Lei em discussão (linha inferior do gráfico). Observa-se que na regra atual apenas os 0,36% dos Municípios brasileiros que mais recebem recursos concentram 60% das receitas distribuídas. Na nova regra estabelecida pela Lei nº 12.734/2012 (linha superior do gráfico), continua ocorrendo grande concentração em favor de Municípios confrontantes, mas num grau menor, evidenciado pela curva mais suave. Nessa regra, 10% dos Municípios que mais recebem concentram 60% dos recursos. Lembrando que na regra anterior, apenas 0,34% dos Municípios brasileiros concentravam essa proporção.

GRÁFICO 1 – CONCENTRAÇÃO DE ROYALTIES E PE NA ESFERA MUNICIPAL:



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da ANP (<http://www.anp.gov.br/?pg=9080>).

Na tabela a seguir, temos os valores distribuídos à dezena de Municípios que mais receberam recursos em 2012. Neste ano, **apenas 11 Municípios foram beneficiados com 50% dos recursos distribuídos de royalties e participação especial (PE) para todos os entes locais.**

O Município de Campos dos Goytacazes/RJ, por exemplo, recebeu 17,6% da fatia municipal, cerca de R\$ 1,4 bilhões. Sendo que, em 2012, obteve uma arrecadação com todas as demais receitas de apenas R\$ 705 milhões. Ou seja, todas as demais fontes de recursos do Município somam apenas a metade do valor recebido por e participação especial.

TABELA 1 – Royalties e PE distribuídos em 2012, Municípios que mais recebem:

Royalties e PE distribuído em 2012, municípios que mais recebem:

Município	Valor recebido	% acumulado
Campos dos Goytacazes/RJ	1.381.640.537	17,6%
Macaé/RJ	566.350.926	24,8%
Rio das Ostras/RJ	355.594.736	29,3%
Cabo Frio/RJ	336.521.622	33,6%
Presidente Kennedy/ES	264.013.121	36,9%
São João da Barra/RJ	229.412.571	39,9%
Rio de Janeiro/RJ	224.963.603	42,7%
Itapemirim/ES	173.549.937	44,9%
Casimiro de Abreu/RJ	129.248.911	46,6%
Maricá/RJ	123.037.943	48,1%
Niterói/RJ	121.665.921	49,7%
Demais Municípios	3.956.732.215	100,0%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP

R\$ 1

Os dados acima revelam uma concentração da riqueza nacional que não passou despercebida pela sociedade brasileira que prontamente exigiu de seus representantes (Congresso Nacional) a construção de uma saída para esse quadro iníquo.

Verifica-se assim que a mudança nos percentuais de distribuição de e participação especial atende a essa nova realidade da exploração de petróleo no nosso País, além de acabar com privilégios que não encontram guarida em nossa Carta Federal.

1.2 – O CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA LEI 12.734/12 E SEUS REAIS IMPACTOS NOS ENTES FEDERADOS

O grau de indignação com as regras estabelecidas na Lei nº 9478/1997 já levou as Casas do Legislativo e o Congresso Nacional a aprovarem, por cinco vezes, novas regras de distribuição.

A primeira aprovação foi na votação da chamada “Emenda Ibsen”, na Câmara dos Deputados, quando da aprovação do PL nº 5.938, de 2009, que veio para o Senado numerado como PLC nº 16, de 2010.

A segunda vez, foi no Senado Federal, quando na votação do PLC nº 7, de 2010, foi aprovada a chamada “Emenda Pedro Simon”, que mantinha, em linhas gerais, o conteúdo da “Emenda Ibsen”:

preservava-se a parcela da União e o restante seria dividido entre Estados e Municípios, segundo os critérios do FPE e FPM, respectivamente. A “Emenda Pedro Simon” estabelecia ainda que a União compensaria os entes produtores por perda de arrecadação. O PLC nº 7, de 2010, transformou-se na Lei nº 12.351, de dezembro de 2010, com o veto do Presidente Lula sobre a “Emenda Pedro Simon”.

As demais votações do Legislativo federal por uma nova regra ocorreram na aprovação da Lei 12.734/2012. Primeiramente, no Senado, seguida por aprovação sem alterações na Câmara dos Deputados e finalmente na derrubada dos vetos da Presidente Dilma pelo Congresso Nacional. Esta lei nasceu de um amplo acordo envolvendo representantes do governo federal, os presidentes da Câmara e do Senado, líderes partidários e representação da sociedade civil. Este acordo foi construído para evitar a apreciação do veto que o ex-presidente Lula realizou à chamada “Emenda Pedro Simon”.

Trata-se de uma legislação que procurou resolver problemas do primeiro projeto aprovado e vetado em 2010, Emenda Simon, que erroneamente distribuía todo o recurso de forma igualitária, não estabelecendo o tratamento diferenciado que o art. 20 da Constituição garante aos Entes confrontantes.

Após ouvir todas as partes – União, confrontantes e não-confrontantes –, e considerando a forte receptividade da Emenda Ibsen/Pedro Simon no Congresso Nacional, entendeu-se que a proposta deveria satisfazer os seguintes princípios:

I) as regras de distribuição das receitas de petróleo em vigor são inadequadas devido ao desperdício fiscal gerado pela alta concentração dos recursos;

II) as regras têm de ser alteradas para campos já licitados e em produção. Se as novas regras somente forem aplicadas para campos ainda a serem licitados, quase a totalidade dos recursos que serão distribuídos na próxima década continuaria com a concentração absurda estabelecida pela legislação atual, já que a receita de novos campos demorará esse tempo para gerar. **De acordo com o Plano Decenal de Energia (PDE) 2020, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia, até 2020, da produção prevista de 6 milhões de barris/dia, nada menos que 5,7 milhões de barris/dia serão provenientes de campos concedidos.** O restante, em sua grande maioria, deve vir das áreas cedidas onerosamente para a Petrobras, nos termos da Lei nº 12.276, de 2010;

III) Estados e Municípios produtores não podem sofrer quedas substanciais de receitas, de forma a comprometer sua saúde financeira. A partir desse princípio, foi incorporada uma longa regra de transição para os novos padrões de distribuição. **A nova Lei garante a compensação prevista na Constituição Federal aos Estados e Municípios confrontantes e afetados, ao estipular percentuais dos royalties e da participação especial exclusivamente para estes Entes. Estes**

percentuais garantirão uma receita estimada de R\$ 11,7 bilhões em 2013 e R\$ 13,6 bilhões em 2014, de acordo com as projeções da ANP. Inclusive, os recursos transferidos aos Entes confrontantes aumentarão anualmente.

Para o acordo gerador da Lei 12.734, a União abdicou de 1/3 de suas receitas de e reduziu inicialmente oito pontos percentuais de sua parcela na participação especial. Ou seja, a participação da União cairá dos atuais 50% para 42%, a fim de permitir que o fundo especial, destinado aos Estados e Municípios não-confrontantes, aufera recursos significativos no primeiro ano. Gradativamente, contudo, à medida que o fundo especial passe a arrecadar mais devido ao crescimento da produção, a parcela da União na participação especial irá gradativamente aumentar até atingir 46% em 2016.

Nas tabelas abaixo, apresentamos a regra de transição na qual os percentuais são progressivamente alterados nos próximos anos tanto para a distribuição de quanto da participação especial.

TABELA 2 – ROYALTIES – REGRA DE TRANSIÇÃO:

Royalties	2012 *	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
União	30,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Total Confrontação/Af.	61,25%	38,00%	36,00%	34,00%	32,00%	29,00%	27,00%	26,00%	26,00%
Estados confrontantes	26,25%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Municípios confrontantes	26,25%	15,00%	13,00%	11,00%	9,00%	7,00%	5,00%	4,00%	4,00%
Municípios afetados	8,75%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Fundo especial	8,75%	42,00%	44,00%	46,00%	48,00%	51,00%	53,00%	54,00%	54,00%
FPM	7,00%	21,00%	22,00%	23,00%	24,00%	25,50%	26,50%	27,00%	27,00%
FPE	1,75%	21,00%	22,00%	23,00%	24,00%	25,50%	26,50%	27,00%	27,00%

* Percentuais de distribuição da legislação anterior (Lei 9.478 de 1997)

Fonte: Lei nº 12.734 de 2012

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO ESPECIAL – REGRA DE TRANSIÇÃO:

Part. Especial Nova	2012 *	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
União	50,00%	43,00%	44,00%	45,00%	46,00%	46,00%	46,00%	46,00%	46,00%
Total Confrontação/Af.	50,00%	37,00%	34,00%	31,00%	29,00%	27,00%	25,00%	24,00%	24,00%
Estados confrontantes	40,00%	32,00%	29,00%	26,00%	24,00%	22,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Municípios confrontantes	10,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	4,00%	4,00%
Municípios afetados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundo especial	0,00%	20,00%	22,00%	24,00%	25,00%	27,00%	29,00%	30,00%	30,00%
FPM	0,00%	10,00%	11,00%	12,00%	12,50%	13,50%	14,50%	15,00%	15,00%
FPE	0,00%	10,00%	11,00%	12,00%	12,50%	13,50%	14,50%	15,00%	15,00%

* Percentuais de distribuição da legislação anterior (Lei 9.478 de 1997)

Fonte: Lei nº 12.734 de 2012

Pela nova regra, os governos estaduais receberão mais recursos no próximo ano do que re-

ceberam em 2012. As exceções são o governo do Rio de Janeiro (RJ), que terá redução de 15% no primeiro ano, e o governo do Espírito Santo (ES) com redução de 21%. **De acordo com as projeções de aumento de produção, em 2015, tanto o RJ quanto ES já estarão recebendo mais do que atualmente.**

Os resultados da nova regra para os próximos anos de acordo com as projeções da ANP são apresentados na tabela seguinte. **Veja que os percentuais definidos garantem uma transição adequada para os Entes confrontantes, sendo que a redução da participação para estes Entes é contrabalançada pelo aumento de produção previsto ao longo dos próximos anos, garantindo assim um patamar de receita até mesmo crescente.**

TABELA 4 – PROJEÇÃO DE ARRECADAÇÃO COM ROYALTIES E PE:

Lei nº 12.734 de 2012	R\$ (milhões)								
Royalties+PE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	30.144	31.200	38.900	47.500	56.500	56.600	62.600	64.700	66.000
União	12.208	9.736	12.484	15.850	19.256	19.484	20.996	21.208	21.130
Total Confrontação/Af.	16.683	11.704	13.612	15.388	17.162	15.786	16.250	16.186	16.550
Estados confrontantes	10.088	8.064	9.544	11.024	12.524	11.948	12.520	12.940	13.200
Municípios confrontantes	5.342	3.160	3.489	3.701	3.861	3.334	3.130	2.588	2.640
Municípios afetados	1.253	480	579	663	777	504	600	658	710
Fundo especial	1.253	9.760	12.804	16.262	20.082	21.330	25.354	27.306	28.320
FPM	1.002	4.880	6.402	8.131	10.041	10.665	12.677	13.653	14.160
FPE	251	4.880	6.402	8.131	10.041	10.665	12.677	13.653	14.160

OBS: Projeções da ANP apresentadas em fevereiro de 2013.

1.3 – DO REAL IMPACTO DA LEI Nº 12.734/12 NO RIO DE JANEIRO

O caso do Rio de Janeiro aparece com mais força na grande mídia e por essa razão será aqui tratado com o objetivo de demonstrar o real impacto das alterações trazidas pela Lei 12.734/12 nas finanças deste Estado.

A regra de transição elaborada garante uma mudança plenamente confortável para ser administrada pelo Rio de Janeiro. Isso porque o tamanho da variação prevista na receita de e PE é pequena em relação ao orçamento do Estado, sendo que variações de maior dimensão são recorrentes em se tratando de receitas de e PE de petróleo.

Em 2009, por exemplo, a receita de royalties e PE do Estado caiu 27%, quase o dobro do que a queda prevista pela mudança estabelecida pela Lei 12.734/2012 (15%), de acordo com os dados da receita fiscal do Governo do Estado do Rio de Janeiro nos últimos 12 anos. Veja a tabela a seguir.

TABELA 5 – ARRECADAÇÃO FISCAL DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO

Arrecadação fiscal do Governo do Rio de Janeiro:

(R\$ milhões)

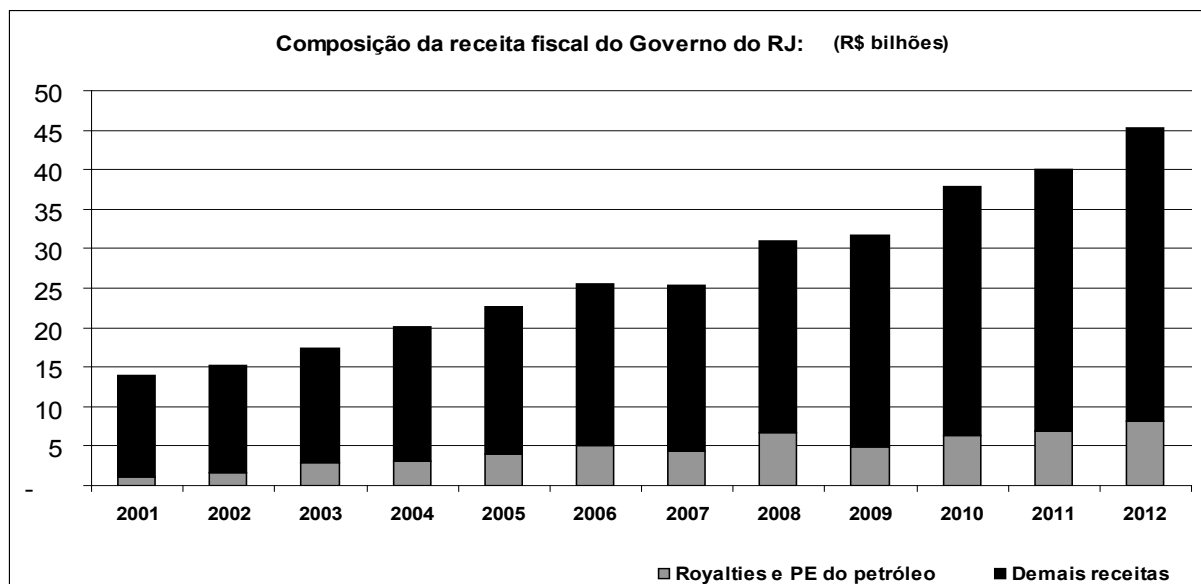
item	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita total (exclusive patrimonial)	14.020	15.277	17.322	20.062	22.635	25.517	25.288	30.972	31.684	37.919	40.063	45.365
Arrecadação tributária própria	7.514	9.183	10.098	11.469	11.846	13.080	13.947	15.556	16.944	19.960	22.261	24.180
ICMS - cota estado	6.931	7.702	8.322	9.694	9.922	10.878	11.564	12.935	13.580	16.095	18.032	19.396
IPVA - cota estado	297	336	360	404	450	492	513	536	605	562	619	697
Outros Impostos	76	883	1.139	1.055	1.100	1.271	1.366	1.517	1.574	1.956	2.043	2.313
Taxas	211	262	277	316	375	438	504	567	1.186	1.347	1.567	1.774
Receita de contribuições	1.570	592	406	904	862	869	876	858	905	1.040	1.177	1.313
Receita agropecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita industrial	65	47	47	51	48	54	54	63	64	71	85	30
Receita de serviços	1.590	1.668	1.992	1.965	2.361	2.545	2.532	3.067	2.796	3.072	909	363
Transferências correntes	2.780	3.287	4.575	5.378	6.779	8.133	7.521	10.904	9.483	11.528	12.693	13.964
Royalties e PE do petróleo *	1.144	1.667	2.869	3.086	4.018	5.101	4.362	6.717	4.885	6.407	6.949	8.232
Demais transferência correntes	1.635	1.619	1.706	2.291	2.761	3.033	3.159	4.187	4.598	5.121	5.743	5.732
Receita de capital	500	501	206	294	738	836	358	524	1.491	2.247	2.939	5.515
relação royalties e PE / receita total	8,2%	10,9%	16,6%	15,4%	17,8%	20,0%	17,2%	21,7%	15,4%	16,9%	17,3%	18,1%

Fonte: Sefaz RJ.

* Dados da ANP.

Fica evidente que, avaliando os dados acima, o peso maior da receita de nas receitas totais do Estado é recente e constantemente sofre inflexões. **Como a receita de royalties está diretamente ligada ao valor do barril de petróleo e à taxa de câmbio, trata-se de uma receita volátil, fato que sempre obrigou o orçamento estadual a ter boa flexibilidade para se adaptar à receita.** Veja a evolução do peso das receitas de royalties e PE no orçamento do Estado a seguir.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA FISCAL DO RJ (ROYALTIES E RECEITAS AFERIDAS)



Como a redução esperada na receita de do Estado é de 15%, queda próxima à ocorrida em 2007, por exemplo, e o peso dos atualmente é de 18% da receita fiscal, **o impacto da mudança na regra de distribuição na receita total do RJ será de redução de 2,7%**. Considerando o crescimento natural das demais receitas é certo que a receita total do Estado será maior no próximo ano apesar das mudanças nos e PE.

Assim, percebe-se pelos dados acima que as finanças e o futuro do Estado do Rio de Janeiro não estarão inviabilizados com a Lei 12.734/12.

Ante todo o exposto, verifica-se que o **advento da Lei nº 12.734/12 imprime não um novo modelo, mas sim uma alteração de percentuais**, dividindo de forma mais igualitária os e a participação especial e atendendo plenamente, por isso, ao princípio da proporcionalidade e em última análise ao próprio Federalismo como forma de Estado.

1.4 – DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE COMO PARÂMETRO INTERPRETATIVO

Os dados apresentados demonstram claramente que a redação final aprovada pelo Congresso Nacional e posteriormente promulgada pela Presidência da República está coadunada com os critérios de proporcionalidade. Com efeito, **ao contrário da regra anterior, em que praticamente a totalidade dos recursos estava concentrada nos Estados e Municípios confrontantes, esta nova distribuição atende a dois requisitos: respeita a igualdade constitucional ao estabelecer critérios objetivos de repartição da participação, originariamente cabível a União; e respeita a proporcionalidade, pois, com equilíbrio e prudência, contempla de forma proporcional Estados e Municípios confrontantes assegurando uma compensação financeira especial nos termos do §1º do art. 20 da Constituição Federal.**

Contudo, este tratamento ainda diferenciado para Estados e Municípios confrontantes não se mostra excludente e exclusivista, mas a partir de uma lógica intermediária oportuniza se compatibilizar uma distribuição das riquezas petrolíferas para toda a sociedade brasileira, sem olvidar a compensação financeira pela exploração do recurso natural.

É mister ressaltar que **a nova legislação**, de acordo com os dados econômicos objetivamente lançados no presente documento – todos com respaldo e fontes oficiais – **respeita a proporcionalidade, mantendo pertinência com a melhor hermenêutica concretizadora da Constituição.**

Nesse sentido, a nova legislação reduz a níveis aceitáveis a parcela dos chamados “produtores” (nomenclatura esta imprecisa e fomentadora de possíveis equívocos no quadro geral em que se trava toda a discussão, visto que os Estados e Municípios nada produzem, já que, na verdade, trata-se de um bem de titularidade da União explorado por concessionárias que procederão ao pagamento dos *royalties*).

A lógica da proporcionalidade, que no caso em apreço permite a obtenção de soluções mais alinhadas com os ditames constitucionais, preconiza exatamente que os direitos fundamentais e a própria Constituição sejam realizados na maior medida possível.

Brasília, 10 de abril de 2013.

Área de Estudos Técnicos/Área Jurídica
Confederação Nacional de Municípios – CNM

16

Considerações sobre a derrubada do veto presidencial a Lei dos Royalties

A Confederação Nacional de Municípios lamenta a decisão da Presidenta da República de vetar a regra de transição escolhida pelo Congresso Nacional para um novo e justo critério de uso do recurso público proveniente de exploração do petróleo no Brasil.

Este veto retrocede o processo decisório a 2010, quando a proposta encaminhada pelo Executivo Federal junto com o novo marco regulatório do pré-sal foi rejeitada pela sociedade e pela ampla maioria das duas casas legislativas federais, por manter esse recurso concentrado e sem regra de uso, ainda mais quando imaginamos que passará dos atuais R\$ 30 bilhões ao ano para R\$ 70 bilhões em uma década. A sociedade já demonstrou que não aceita tamanha injustiça, onde Estados e Municípios ditos confrontantes junto com a União concentram cerca de 97% dos recursos distribuídos, enquanto que todos os demais entes da Federação ficam com 3%.

A CNM se preocupa porque continuando todo este recurso a ser distribuído pela regra atual, forma que distribuirá ainda mais de meio trilhão de reais nos próximos anos, na esfera municipal, por exemplo, o recurso fica impedido de ir para a Educação e Saúde. Nos próximos 10 anos não há previsão de um volume significativo de recurso gerado pelo regime de partilha e distribuído pela regra sancionada. Da forma como decidiu o Governo o Brasil terá de esperar mais de uma década para poder realizar investimentos em Educação.

O veto significa distribuir até o final da década R\$ 201 bi para 2 Estados e 30 Municípios e R\$ 17 bi para todo o Brasil, enquanto que a regra encaminhada pelo Congresso, muito mais equilibrada, distribuiria R\$ 105 bi para 2 estados e 30 municípios e R\$ 140 bi para todo o Brasil.

O grau de indignação com as regras atuais já levou as Casas do Legislativo a aprovarem no lugar da proposta de Executivo, por duas vezes, nova regra de distribuição. A primeira foi a votação da Emenda Ibsen, na Câmara dos Deputados. A segunda vez foi no Senado Federal, quando, na votação da chamada Emenda Pedro Simon, que mantinha, em linhas gerais, o conteúdo da Emenda Ibsen. O Projeto hoje vetado foi fruto de um grande acordo realizado no Senado Federal e buscou viabilizar uma proposta equilibrada que viesse a tratar dos vícios que levaram ao veto da proposta

encaminhada pelo Congresso em 2010. A nova regra foi desenhada para que garantisse a segurança jurídica.

O País vive hoje uma ascendência em relação à exploração de petróleo, principalmente por conta da descoberta das reservas da camada pré-sal. Com isso, minimizam-se as perdas e o número de Municípios perdedores, sem abrir mão de uma forma de distribuição mais eqüitativa de uma renda que pertence, por princípio, a todo o povo brasileiro.

Com a nova regra do Congresso os Municípios brasileiros em 2013 receberão de Royalties, pelo critério de participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o valor equivalente a 6,61% do FPM, com um crescimento de 398% em relação ao distribuído em 2012. Pela regra vigente, o valor do Fundo Especial não chega a representar 1,5% do FPM. É importante ressaltar ainda que a regra aprovada no Senado prevê um crescimento acelerado destes valores ao longo dos próximos anos, uma vez que estabelece uma participação progressiva do Fundo Especial (distribuído pelo FPM) na repartição desse precioso recurso. Esse crescimento pode ser observado na tabela abaixo, pela qual, em 2015, o total distribuído deverá corresponder a 7,86% do FPM.

Comparativo das projeções de Royalties e do FPM (em R\$ milhões)

Projeções	2010	2011	2012	2013	2014	2015
FPM (STN e PLOA/PPA ajustado)	53.279	65.674	67.915	74.707	82.336	90.561
FEP - Municípios	644	909	992	4.941	5.969	7.122
FEP em % do FPM	1,21%	1,38%	1,46%	6,61%	7,25%	7,86%

Pela nova regra, os Estados receberão mais recursos no próximo ano do que receberam em 2011. A única exceção é o Rio de Janeiro, que terá redução de apenas 4% de sua enorme receita e, de acordo com as projeções de aumento de produção, em 2015 o Rio já estará recebendo mais do que atualmente. A nova regra beneficiará 5.440 municípios já em 2013. Apenas 123 municípios do Brasil perderão recursos no próximo ano em relação ao que receberam em 2011. No Rio de Janeiro 59% dos municípios receberão mais do que em 2011, percentual que no Espírito Santo é de 53,8%.

O projeto aprovado pelo Congresso Nacional garante a compensação prevista na Constituição Federal aos Estados e Municípios confrontantes e afetados, ao estipular percentuais dos royalties e da participação especial exclusivamente para estes entes. Estes percentuais garantirão uma receita estimada de R\$ 11,9 bilhões em 2013.

A proposta também garante mais recurso para a Educação. Isso porque atualmente os recursos dos Royalties não podem ser investidos em Educação. O projeto aprovado pelo Congresso abre a possibilidade de investir esses recursos na Educação. O art. 3º do projeto possibilita investimentos

não só em educação, mas em outras áreas prioritárias como saúde, segurança e infraestrutura. Um veto ao projeto representará na prática menos recursos para Educação.

Por fim, não há quebra de contratos com as mudanças propostas, as empresas que exploram petróleo têm contrato com a Agência Nacional de Petróleo – ANP, no qual está previsto o pagamento de Royalties. Os percentuais contratados continuam os mesmos com a nova lei. Isso não muda. O que muda é forma de distribuição destes recursos entre a União, Estados e Municípios. Isto já aconteceu quatro vezes desde o início da exploração! Entretanto, todas as alterações anteriores provocaram concentração de recursos e essa promove uma distribuição justa com todos os entes.

17

Avaliação do projeto alternativo do Dep. Carlos Zaratini (PT/SP) sobre royalties

Até o final deste ano, é grande a possibilidade de votação pela Câmara dos Deputados da proposta que trata da distribuição dos *royalties* de petróleo. No cenário político atual, tanto as lideranças da Câmara quanto o governo federal sinalizam que pretendem, por fim, encaminhar essa regulamentação. Para o Executivo federal, essa legislação é imprescindível para a realização de novas licitações de exploração do petróleo no país.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) prevê que serão duas as propostas que se confrontarão no plenário da Câmara: a proposta aprovada pelo Senado Federal apoiada e elaborada em conjunto com a CNM (PL 2565/2011) e a proposta de parecer informalmente apresentada pelo Deputado Carlos Zaratini.

O presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, lembra que os mais de 5.500 Municípios do país aguardam, desde o ano passado, a votação da Câmara ao projeto já aprovado pelo Senado no dia 19 de outubro. E cita o acordo que foi firmado no gabinete do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em reunião com a presença do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), de líderes de todos os partidos no Congresso, de dirigentes da CNM e de prefeitos, na qual ficou estabelecida a votação imediata da proposta por ambas as Casas. O Senado cumpriu o compromisso. Já a Câmara, que pelo acordo deveria apreciar a matéria na semana seguinte à votação do Senado, somente agora dá sinais de que efetivamente votará a matéria.

É preciso toda a atenção dos prefeitos, porque a proposta construída na Câmara (Dep. Zaratini) apresenta alguns retrocessos em relação ao texto do Senado e retira recursos importantes para os Municípios principalmente nos próximos 4 anos.

A proposta do Senado

Caso prevaleça a proposta original do Senado no PL 2565/2011, os Municípios brasileiros em 2013 receberão de *Royalties*, pelo critério de participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o valor equivalente a 6,61% do FPM, com um crescimento de 398% em relação ao distribuído em 2012.

Pela regra vigente, o valor do Fundo Especial não chega a representar 1,5% do FPM. É importante ressaltar ainda que a regra aprovada no Senado prevê um crescimento acelerado destes valores ao longo dos próximos anos, uma vez que estabelece uma participação progressiva do Fundo Especial (distribuído pelo FPM) na repartição desse precioso recurso. Esse crescimento pode ser observado na tabela abaixo, pela qual, em 2015, o total distribuído deverá corresponder a 7,86% do FPM.

Comparativo das projeções de Royalties e do FPM (em R\$ milhões)

Projeções	2010	2011	2012	2013	2014	2015
FPM (STN e PLOA/PPA ajustado)	53.279	65.674	67.915	74.707	82.336	90.561
FEP - Municípios	644	909	992	4.941	5.969	7.122
FEP em % do FPM	1,21%	1,38%	1,46%	6,61%	7,25%	7,86%

Porque a proposta do parecer do Dep. Carlos Zarattini não é boa para os Municípios?

Os prefeitos apoiam o texto do projeto aprovado no Senado e não concordam com as alterações sugeridas pelo Deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que provavelmente será o relator do projeto no plenário da Câmara. O Deputado cria mais uma regra de transição, estabelecendo um fundo de compensação para Estados e Municípios confrontantes garantindo a receita de 2011 corrigida pela variação do preço do barril de petróleo.

A CNM considera o parecer do Deputado um retrocesso em relação ao projeto aprovado pelo Senado Federal no ano passado, porque a nova proposta aumenta o repasse para apenas 222 Municípios, enquanto outros 5.341 perdem recursos em relação à proposta aprovada pelo Senado. Esses 222 Municípios beneficiados em detrimento dos demais são todos ditos confrontantes e afetados.

Além de reduzir para os próximos anos o percentual destinado ao FPM, o que mais preocupa a CNM é a inclusão no Substitutivo da garantia de receita, para os Estados e Municípios confrontantes e Municípios afetados, equivalente à receita de 2011 corrigida pela variação do preço do barril de petróleo em reais. A inclusão desta regra significa uma redução do valor destinado ao FPM de R\$ 2,4 bilhões dos montantes a serem distribuídos em 2013. Em relação à proposta do Senado, apenas nos próximos 5 anos, o texto do relator implicará redução de R\$ 9,4 bilhões para os Municípios.

Comparativo do projeto aprovado pelo Senado com a minuta de relatório apresentada pelo Dep. Carlos Zarattini (R\$ milhões)

Royalties+PE	2013			2014			2015		
	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.	Proj. Senado	Rel. Dep. Carlos Zarattini	Dif.
Total	31.653	31.653	-	35.141	35.141	-	39.923	39.923	-
União	9.897	9.742	(155)	10.873	10.713	(160)	12.666	12.479	(187)
Total Confrontação/Af.	11.873	18.476	6.603	12.330	19.083	6.753	13.012	18.912	5.900
Estados confrontantes	8.192	10.150	1.958	8.470	10.160	1.690	9.108	10.157	1.049
Municípios confrontantes (*)	3.197	6.874	3.677	3.287	7.296	4.009	3.268	7.184	3.916
Municípios afetados	484	1.452	967	574	1.628	1.054	636	1.570	934
Fundo especial	9.883	3.435	(6.448)	11.938	5.345	(6.593)	14.245	8.533	(5.712)
FPM	4.941	1.718	(3.224)	5.969	2.672	(3.296)	7.122	4.266	(2.856)
FPE	4.941	1.718	(3.224)	5.969	2.672	(3.296)	7.122	4.266	(2.856)

(*) inclui municípios de estados confrontantes que recebem pelo ICMS

OBS: Para Dep. Zarattini - variação de preço utilizada foi o crescimento do preço de referência médio nos campos de Marlin Sul e Roncador entre março 2011 e março 2012

Brasília, outubro de 2012.

18

Mapeamento dos restos a pagar da União inscritos em 2012 e relativos a transferências a Municípios

Os restos a pagar constituem um montante expressivo no orçamento da União sem ser executado. Os municípios enfrentam problemas porque os recursos seguem um cronograma de execução político que os deixa em sérias dificuldades. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou um amplo levantamento de todos os restos a pagar do orçamento da União vigentes no exercício de 2012 que têm como favorecidos os Municípios brasileiros. O estudo abrangeu 61.715 processos de despesas (empenhos), que correspondem a um total de restos a pagar inscritos de R\$ 24.625.741.720. Deste total, R\$ 3,8 bilhões são restos a pagar processados e R\$ 20,8 bilhões são não processados. Até o final de abril deste ano, apenas 16,8% (R\$ 619.824.404) dos restos a pagar processados foram pagos, enquanto que 11,2% (R\$ 2.332.959.477) dos não processados foram pagos. (ver conceitos no glossário ao final).

Acumulam-se sem execução restos a pagar inscritos desde 2003. Acompanhe os valores a baixo (*em anexo também são apresentados estes valores por órgão superior e por unidade da federação*).

Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

Ano Emissão Empenho	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios	RP Inscrito
2002	-	3.396.830	-	3.396.830
2003	-	15.903.339	-	15.903.339
2004	-	43.365.972	-	43.365.972
2005	-	69.826.679	-	69.826.679
2006	-	135.859.620	1.640.026	137.499.646
2007	-	693.746.720	287.416.166	981.162.886
2008	-	733.731.354	929.867.073	1.663.598.427
2009	-	1.066.265.391	3.066.626.301	4.132.891.692
2010	-	672.741.046	5.522.827.212	6.195.568.257
2011	10.963.288.628	419.239.363	-	11.382.527.991
Total	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778	24.625.741.720

Nestes valores, como veremos, estão inclusas obras e aquisições de equipamentos que já foram realizadas e entregues e cujos pagamentos estão pendentes por força da inadimplência da União.

Considerando o número de empenhos como referência, do total de 61.715 processos de despesa (empenhos) inscritos em restos a pagar em que os beneficiários são municípios, 12.763 (20,7%) são processados, 24.004 (38,9%) são não processados do ano de 2011 e 25.501 (41,3%) são não processados de exercícios anteriores.

Nº de empenhos inscritos em restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios

Ano Emissão Empenho	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios	RP Inscrito
2002	4	-	-	4
2003	215	-	-	215
2004	422	-	-	422
2005	466	-	-	466
2006	1.011	-	3	1.014
2007	2.234	-	974	3.164
2008	2.722	-	2.618	5.185
2009	3.782	-	8.744	12.281
2010	1.549	-	13.162	14.673
2011	358	24.004	-	24.291
Total	12.763	24.004	25.501	61.715

Preocupada com o risco de cancelamento dos restos a pagar não processados, a CNM também promoveu uma ampla pesquisa junto às prefeituras de todo o País para avaliar a real situação dos processos de despesas relativos a estes recursos. Foram avaliados 10.948 dos 49.505 empenhos de restos a pagar não processados e foi identificado que eles se dividem da seguinte maneira:

Tipo	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Aquisição de Equipamento	208.000.365	6,4%	919	8,4%
Obra	2.678.597.410	82,8%	8.749	79,9%
Subtotal (obra + equipamento)	2.886.597.776	89,3%	9.668	88,3%
Custeio	30.349.625	0,9%	95	0,9%
Não identificado	316.535.777	9,8%	1.185	10,8%
Total geral	3.233.483.177	100,0%	10.948	100,0%

Como retratado acima, a pesquisa identificou que a grande maioria das despesas (79,9%) são relativas à realização de obras nas localidades brasileiras, as quais respondem por 82,8,% dos recursos não repassados e inscritos. Processos relativos à aquisição de equipamentos respondem por 8,4% do total e representam 6,4% dos recursos. Já as transferências relativas a despesas de custeio somam apenas 0,9% e correspondem a mesmo percentual do montante. Por fim, 10,8% dos empenhos pesquisados não foram identificados pelas prefeituras.

A CNM também pesquisou o andamento efetivo nos municípios dos processos de despesa relativos a obras e aquisição de equipamentos. Dos empenhos identificados por estes tipos de despesa, 56,8% são referentes a despesas já licitadas e contratadas, que somam a 55,4% dos recursos correspondentes. Valores correspondentes nas tabelas abaixo.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Contratada	1.597.863.848	55,4%	5.490	56,8%
Não contratada	1.288.733.927	44,6%	4.178	43,2%
Total	2.886.597.776	100,0%	9.668	100,0%

Etapa	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Contratada	30.785.192	86.461.542	338.252.354	507.517.447	634.847.314	1.597.863.848
Não contratada	4.781.384	15.853.564	102.340.955	419.888.151	745.869.873	1.288.733.927
Total	35.566.575	102.315.106	440.593.309	927.405.598	1.380.717.187	2.886.597.776

Dos R\$ 1,6 bilhões já contratados, como vemos na tabela abaixo, 73,1% já tiveram sua execução iniciada. Este percentual de recursos corresponde a 77% dos empenhos nesta situação.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Iniciada	1.168.704.219	73,1%	4.226	77,0%
Não iniciada	429.159.629	26,9%	1.264	23,0%
Total	1.597.863.848	100,0%	5.490	100,0%

Etapa	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Iniciada	19.501.857	80.774.586	318.600.131	327.504.318	422.323.328	1.168.704.219
Não iniciada	11.283.334	5.686.956	19.652.223	180.013.129	212.523.986	429.159.629
Total	30.785.192	86.461.542	338.252.354	507.517.447	634.847.314	1.597.863.848

A Confederação Nacional de Municípios também questionou aos governantes municipais sobre os investimentos já iniciados, constatando que 79,8% já tiveram pelo menos uma medição por parte de um representante do Governo Federal.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Medida	933.157.471	79,8%	3.533	83,6%
Não medida	235.546.748	20,2%	693	16,4%
Total	1.168.704.219	100,0%	4.226	100,0%

Etapa	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Medida	13.465.852	73.336.471	294.717.777	240.717.796	310.919.576	933.157.471
Não medida	6.036.006	7.438.115	23.882.354	86.786.522	111.403.751	235.546.748
Total	19.501.857	80.774.586	318.600.131	327.504.318	422.323.328	1.168.704.219

Por fim, 16,5% dos investimentos já iniciados já estão concluídos, que correspondem a 23,2% dos processos de despesas iniciados. Veja tabulação abaixo.

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Concluída	192.345.625	16,5%	982	23,2%
Não concluída	976.358.595	83,5%	3.244	76,8%
Total	1.168.704.219	100,0%	4.226	100,0%

Etapa	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Concluída	2.844.561	13.169.703	60.880.812	52.572.877	62.877.670	192.345.625
Não concluída	16.657.296	67.604.882	257.719.319	274.931.440	359.445.657	976.358.595
Total	19.501.857	80.774.586	318.600.131	327.504.318	422.323.328	1.168.704.219

Em resumo o que concluímos é que 6,7% dos investimentos inclusos em restos a pagar não processados já estão concluídos, bem como 40,5% tratam-se de ações já iniciados e mais da metade, 55,4%, são ações já e contratados. Veja quadro resumo abaixo.

Etapas		RAP inscrito	%
Obra e Aquisição	Contratada 55,4%	Iniciada 40,5%	Concluída 192.345.625 6,7%
			Não concluída 976.358.595 33,8%
		Não iniciada 429.159.629 14,9%	
	Não contratada 1.288.733.927 44,6%		
	Total 2.886.597.776 100,0%		

Obras Concluídas

A CNM também pesquisou mais a fundo parte das obras concluídas para descobrir se houve algum pagamento por parte do Governo Federal e qual o principal motivo para o não pagamento, além de solicitar uma foto do investimento. Foram catalogadas com fotos cerca de 200 nesta situação (veja dois exemplos no anexo).

As obras selecionadas foram relativas a empenhos dos anos de 2008, 2009 e 2010. Como resultado, os prefeitos informaram que em 55,3% dos casos, a prefeitura recebeu parcialmente o recurso do convênio e nos demais 44,7% não recebeu nada.

Recurso	2008	2009	2010	Total	%
Recebeu nada	1.925.498	5.682.281	12.137.546	19.745.325	44,7%
Recebeu parcialmente	2.966.418	12.588.863	8.825.764	24.381.045	55,3%
Total	4.891.916	18.271.144	20.963.310	44.126.371	100,0%

Também foi pesquisado qual foi o motivo para o não envio do recurso por parte da União. O principal problema apontado foi a retenção injustificada pelo Órgão do Governo Federal, correspondente a 83,8% dos recursos. A falta de aferição pela Caixa Econômica Federal ou órgão competente é a responsável por 15,5% dos recursos não transferidos e finalmente a falta de documentação por parte do município corresponde a 0,7%.

Problema	2008	2009	2010	Total	%
Faltou aferição	384.358	2.333.402	4.115.624	6.833.383	15,5%
Faltou comprovação pelo Município		215.665	100.000	315.665	0,7%
Verba retida pelo Governo Federal	4.507.558	15.722.078	16.747.687	36.977.323	83,8%
Total	4.891.916	18.271.144	20.963.310	44.126.371	100,0%

Glossário:

Empenho: é o ato emanado da autoridade competente que sinaliza que determinada despesa será executada. É, portanto, uma espécie de promessa de execução.

Liquidação: consiste no ato mediante o qual a autoridade competente assume a obrigação efetiva de pagamento.

Restos a pagar: correspondem às despesas que foram empenhadas e/ou liquidadas em um determinado ano, porém não chegaram a ser pagas até o final dele.

Restos a pagar processados: são as despesas que já foram empenhadas e liquidadas, entretanto, o ano terminou antes de ocorrer o pagamento. Este é o restos a pagar autêntico.

Restos a pagar não processados: são as despesas que já foram empenhadas, mas não liquidadas nem pagas no ano e são transferidas para o período seguinte.

ANEXO:**Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:**

UF	RP Inscrito	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios
AC	170.597.472	64.810.983	44.318.722	61.467.767
AL	791.121.289	277.168.908	174.420.259	339.532.123
AM	392.335.110	180.613.824	65.140.735	146.580.551
AP	165.770.048	43.239.602	34.975.776	87.554.671
BA	1.884.657.432	979.441.852	296.729.027	608.486.553
CE	1.465.993.365	592.738.927	337.106.068	536.148.370
ES	464.653.037	231.080.341	64.405.460	169.167.236
GO	974.421.134	398.492.797	158.124.498	417.803.839
MA	1.184.595.243	537.817.309	251.419.003	395.358.932
MG	2.143.744.456	1.051.266.837	311.241.294	781.236.325
MS	536.795.320	204.287.155	83.111.761	249.396.404
MT	728.620.859	210.644.394	150.363.851	367.612.614
PA	1.020.730.014	562.386.117	195.357.627	262.986.270
PB	872.856.691	346.062.596	242.567.551	284.226.544
PE	1.205.632.704	490.894.484	221.828.560	492.909.659
PI	503.029.355	256.994.995	104.721.694	141.312.666
PR	1.058.258.454	484.854.297	133.746.266	439.657.890
RJ	1.374.495.659	695.983.007	113.389.493	565.123.159
RN	574.156.141	245.713.569	102.350.320	226.092.252
RO	379.154.887	147.056.039	75.172.762	156.926.086
RR	292.230.885	83.045.502	48.353.713	160.831.670
RS	1.458.032.472	687.274.615	159.437.955	611.319.902
SC	1.041.073.139	465.431.505	141.682.763	433.958.871
SE	324.105.964	112.224.783	63.486.018	148.395.163
SP	3.317.407.436	1.481.167.886	234.514.407	1.601.725.144
TO	301.273.154	132.596.306	46.110.732	122.566.116
Total	24.625.741.720	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778

Restos a pagar vigêntes no exercício de 2012 com favorecimento a Municípios:

Órgão (Orçamentário)	RP Inscrito	RP Não-Proc Inscrito	RP Proc Inscrito	RP Não-Proc Insc. Outros Exercícios
ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	66.435	21.704	44.731	-
JUSTICA DO TRABALHO	162.574	159.402	2.440	732
JUSTICA ELEITORAL	236.980	229.643	273	7.063
JUSTICA FEDERAL	158.129	155.231	-	2.897
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	84.944	84.944	-	-
MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	584.718.606	420.895.717	83.040.113	80.782.776
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	224.762.394	52.874.866	54.298.926	117.588.602
MINISTERIO DA CULTURA	316.513.237	263.228.483	9.855.369	43.429.385
MINISTERIO DA DEFESA	238.360.806	105.910.462	71.212	132.379.132
MINISTERIO DA EDUCACAO	3.301.812.309	2.737.962.948	516.953.964	46.895.398
MINISTERIO DA FAZENDA	195.700	190.626	4.076	998
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.702.282.522	516.742.636	430.390.592	755.149.295
MINISTERIO DA JUSTICA	42.332.365	26.671.301	3.676.369	11.984.695
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	23.279.881	17.666.979	-	5.612.902
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	304.117	210.980	84.234	8.904
MINISTERIO DA SAUDE	5.360.633.513	1.893.895.969	2.209.179.063	1.257.558.481
MINISTERIO DAS CIDADES	7.527.581.223	2.983.816.786	175.767.355	4.367.997.082
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	53.528	16.128	-	37.400
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	3.961	2.816	1.145	-
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	21.251.201	-	3.699.201	17.552.000
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	89.068.875	11.645.539	24.125.635	53.297.701
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	358.328.158	231.515.632	11.169.996	115.642.530
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	86.594.329	74.586.591	5.700.633	6.307.105
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTER	15.884.240	3.320.000	200.000	12.364.240
MINISTERIO DO ESPORTE	1.281.142.778	528.387.760	216.838.798	535.916.220
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	10.021.181	8.365.403	478.100	1.177.678
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	138.532	137.693	840	-
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	159.124.127	143.573.785	346.729	15.203.612
MINISTERIO DO TURISMO	2.900.834.936	748.113.679	25.654.990	2.127.066.267
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	220.266.450	104.552.980	13.091.569	102.621.900
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	14.150	14.150	-	-
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	159.529.540	88.337.795	69.399.962	1.791.783
Total geral	24.625.741.720	10.963.288.628	3.854.076.313	9.808.376.778

Exemplos de Obras inscritas em Restos a Pagar Não Processados e já prontas mas ainda pendentes de pagamento por parte do Governo Federal:

Bocaina do Sul/SC

XV MARCHA 15 a 17 de maio de 2012
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

CNM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS



Empenho: 2008.NE.175004.00001.008744
Órgão: MINISTERIO DAS CIDADES
Ano: 2008
Recebimento: Recebeu parcialmente
Problema: Verba não liberada

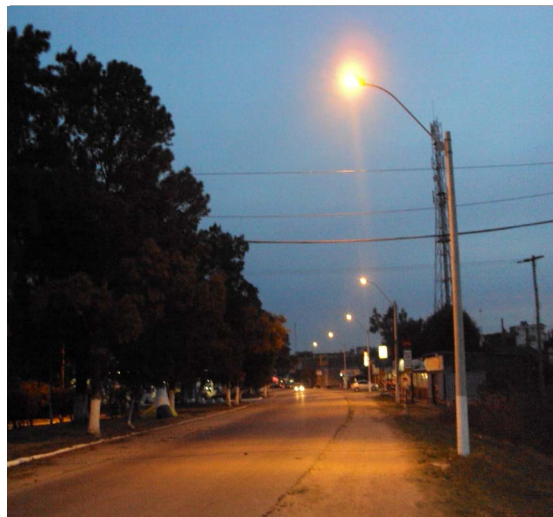
Descrição da Obra:
Obras de infra-estrutura



18

Empenho: 2008.NE.540007.00001.003864
Órgão: MINISTERIO DO TURISMO
Ano: 2008
Recebimento: Recebeu parcialmente
Problema: Verba não liberada

Descrição da Obra:
Iluminação Pública



19

Pesquisa sobre o andamento das despesas referentes aos restos a pagar da União não processados com possibilidade de terem sido cancelados pela STN em 31 de julho de 2012

É surpreendente o resultado da pesquisa que a CNM realizou nos últimos dias sobre os restos a pagar da União do ano de 2010 devidos a municípios, inscritos e não processados que poderiam estar bloqueados pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN). Constatou-se que apenas 15,9% das obras e aquisições de equipamentos, nesta situação, não estão iniciadas e medidas e por isso podem estar canceladas pela STN. O volume de recurso correspondente seria de R\$ 99,3 milhões.

Mesmo com uma parte não medida, as despesas já iniciadas pelas prefeituras chegam a 88,7% do total. São 1.793 empenhos direcionados a todo o País que somam o montante de R\$ 487.708.472. Caso estes empenhos estejam cancelados, os prefeitos terão de arcar com toda a despesa das obras, sem contar com o prometido recurso federal depois de ardoroso e oneroso processo burocrático para obter o convênio. Esta possibilidade coloca em risco de descrédito generalizado a política pública federal de interesse local e por essa razão a Confederação Nacional de Municípios realizou este levantamento junto as prefeituras. Foram enviadas a CNM inclusive fotos das obras iniciadas que estão formando cadastro para ser apresentado ao Governo Federal.

A CNM também enviou ofício a STN solicitando a relação de empenhos cancelados para avaliar se não houve desrespeito legal com os municípios brasileiros por inoperância da máquina federal em aferir devidamente a real situação das obras em questão.

Os restos a pagar do ano de 2010 inscritos como não processados e ainda não liquidados que estavam bloqueados pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN) aguardando que as unidades gestoras responsáveis providenciassem o desbloqueio das ações que foram iniciadas até 30 de junho, podem estar hoje cancelados. Isso porque a data para desbloqueio foi até 31 de julho. Conforme o Decreto 7.654, de 2011.

Não estão sujeitos a cancelamentos restos a pagar relativos a despesas do Programa de

Aceleração do Crescimento (Pac), do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, desde que financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Preocupada com o cancelamento, a CNM promoveu uma ampla pesquisa junto às prefeituras de todo o País para avaliar a real situação dos processos de despesas relativos a estes recursos. Foram avaliados todos os empenhos nesta situação, sendo que não conseguimos pesquisar junto as prefeituras apenas 198 empenhos e 470 empenhos não foram identificados com os dados disponíveis nos SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).

Como retratado na tabela abaixo, a pesquisa identificou que a grande maioria das despesas (73,7%) são relativas à realização de obras nas localidades brasileiras, as quais respondem por 73,8% dos recursos não repassados e inscritos. Processos relativos à aquisição de equipamentos respondem por 0,7% do total e representam 0,3% dos recursos. Já as transferências relativas a despesas de custeio somam 1,1% e correspondem 0,8% do montante analisado.

RAP de 2010 com possibilidade de cancelamento por tipo de despesa

Tipo	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Aquisição de Equipamento	2.652.553	0,3%	18	0,7%
Obra	561.378.782	73,8%	2.004	73,7%
Subtotal (obra + equipamento)	564.031.335	74,2%	2.022	74,3%
Custeio	6.058.441	0,8%	30	1,1%
Não identificado	133.307.327	17,5%	470	17,3%
Não pesquisado	56.860.847	7,5%	198	7,3%
Total geral	760.257.949	100,0%	2.720	100,0%

A CNM também pesquisou o andamento efetivo nos municípios dos processos de despesa relativos a obras e aquisição de equipamentos. Dos empenhos identificados por estes tipos de despesa, 92,2% são referentes a despesas já licitadas e contratadas, que somam a 92,5% dos recursos correspondentes. Veja tabela abaixo.

Obras e aquisições de equipamentos:

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Contratada	521.494.251	92,5%	1.864	92,2%
Não contratada	42.537.084	7,5%	158	7,8%
Total	564.031.335	100,0%	2.022	100,0%

Dos R\$ 521,5 milhões já contratados, como vemos na tabela abaixo, 96,2% já tiveram sua

execução iniciada. Este percentual de recursos corresponde a 93,5% dos empenhos nesta situação.

Obras e aquisições de equipamentos contratadas:

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Iniciada	487.708.472	93,5%	1.793	96,2%
Não iniciada	33.785.780	6,5%	71	3,8%
Total	521.494.251	100,0%	1.864	100,0%

A Confederação Nacional de Municípios também questionou aos governantes municipais sobre os investimentos já iniciados, constatando que 94,8% já tiveram pelo menos uma medição por parte de um representante do Governo Federal.

Obras e aquisições de equipamentos iniciadas:

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Medida	464.689.317	95,3%	1.700	94,8%
Não medida	23.019.154	4,7%	93	5,2%
Total	487.708.472	100,0%	1.793	100,0%

Por fim, 23,5% dos investimentos já iniciados estão conclusos, que correspondem a 13,8% dos processos de despesas iniciados. Veja tabulação abaixo.

Obras e aquisições de equipamentos iniciadas:

Etapa	RP Inscrito	%	Nº Empenhos	%
Concluída	67.264.668	13,8%	421	23,5%
Não concluída	420.443.803	86,2%	1.372	76,5%
Total	487.708.472	100,0%	1.793	100,0%

Em resumo o que concluímos é que 11,9% dos investimentos inclusos em restos a pagar não processados de 2010 e com cancelamento previsto pelo Decreto 7.654, de 2011, estão fisicamente terminados, bem como 86,5% tratam de ações já iniciadas e quase a totalidade, 92,5%, são ações licitadas e contratadas. Veja quadro resumo abaixo.

Etapas			RAP inscrito	%	
Obra e Aquisição	Contratada 92,5%	Iniciada 86,5%	Concluída	67.264.668	11,9%
			Não concluída	420.443.803	74,5%
			Não iniciada	33.785.780	6,0%
	Não contratada		42.537.084	7,5%	
	Total		564.031.335	100,0%	

20

Série Eleições Municipais - Candidatos a reeleição

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) investigou nas candidaturas a prefeito destas próximas eleições municipais o número de candidatos que já passaram pelo executivo municipal nos anos de 1996, 2000 e 2004.

Apesar do número de prefeitos que estão no seu primeiro mandato concorrerem a reeleição ter diminuído nesta eleição em relação a eleição de 2008, muitos candidatos já foram prefeitos em mandatos anteriores. Para investigar isso a CNM cruzou os dados dos prefeitos eleitos nos anos de 1996, 2000 e 2004 com os candidatos registrados no TSE para a eleição de 2012.

Os prefeitos no ano de 1996 que concorrem a um novo mandato em 2012, são 793, presentes em todas as Unidades da Federação, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Número de candidatos a prefeito que eram prefeitos em 1996

UF	Nº prefeitos atuais	Era prefeito em 1996	%	UF	Nº prefeitos atuais	Era prefeito em 1996	%
AC	22	2	9,1%	PB	223	33	14,8%
AL	102	22	21,6%	PE	184	31	16,8%
AM	62	9	14,5%	PI	224	32	14,3%
AP	16	2	12,5%	PR	399	66	16,5%
BA	417	69	16,5%	RJ	92	22	23,9%
CE	184	26	14,1%	RN	167	25	15,0%
ES	78	13	16,7%	RO	52	1	1,9%
GO	246	30	12,2%	RR	15	1	6,7%
MA	217	14	6,5%	RS	496	70	14,1%
MG	853	138	16,2%	SC	293	36	12,3%
MS	78	10	12,8%	SE	75	10	13,3%
MT	141	7	5,0%	SP	645	90	14,0%
PA	143	22	15,4%	TO	139	12	8,6%
				Total	5.563	793	14,3%

Fonte: Candidatos registrados no TSE - Elaboração CNM

Em números absolutos Minas Gerais é o estado que tem o maior número de candidatos, em termos proporcionais o Rio de Janeiro é o que tem o maior percentual de candidatos que concorrem a este novo mandato (23,9%).

Do mandato de 2000 a 2004, são ao todo 1.431 candidatos que já foram prefeitos e que tentam agora um novo mandato nestas novas eleições. Chama a atenção o número de candidatos no Es-

tado da Bahia (116) e em Minas Gerais (225), 27,8% e 26,4% respectivamente. Em termos proporcionais o Estado do Rio de Janeiro é o que tem o maior percentual com 37%.

Tabela 2 – Número de candidatos a prefeito que eram prefeitos em 2000

UF	Nº prefeitos atuais	Era prefeito em 2000	%	UF	Nº prefeitos atuais	Era prefeito em 2000	%
AC	22	6	27,3%	PB	223	50	22,4%
AL	102	33	32,4%	PE	184	54	29,3%
AM	62	22	35,5%	PI	224	47	21,0%
AP	16	3	18,8%	PR	399	106	26,6%
BA	417	116	27,8%	RJ	92	34	37,0%
CE	184	43	23,4%	RN	167	41	24,6%
ES	78	22	28,2%	RO	52	4	7,7%
GO	246	64	26,0%	RR	15	1	6,7%
MA	217	30	13,8%	RS	496	128	25,8%
MG	853	225	26,4%	SC	293	69	23,5%
MS	78	19	24,4%	SE	75	24	32,0%
MT	141	22	15,6%	SP	645	201	31,2%
PA	143	35	24,5%	TO	139	32	23,0%
				Total	5.563	1.431	25,7%

Fonte: Candidatos registrados no TSE - Elaboração CNM

Do mandato de 2005 a 2008, temos 1.075 prefeitos que exerciam seus mandatos e que agora tentam voltar ao poder nestas próximas eleições.

Tabela 3 – Número de candidatos a prefeito que eram prefeitos em 2005

UF	Nº prefeitos atuais	Era prefeito em 2005	%	UF	Nº prefeitos atuais	Era prefeito em 2005	%
AC	22	2	9,1%	PB	223	34	15,2%
AL	102	20	19,6%	PE	184	35	19,0%
AM	62	18	29,0%	PI	224	30	13,4%
AP	16	0	0,0%	PR	399	62	15,5%
BA	417	77	18,5%	RJ	92	21	22,8%
CE	184	27	14,7%	RN	167	23	13,8%
ES	78	25	32,1%	RO	52	6	11,5%
GO	246	44	17,9%	RR	15	1	6,7%
MA	217	31	14,3%	RS	496	94	19,0%
MG	853	207	24,3%	SC	293	61	20,8%
MS	78	15	19,2%	SE	75	16	21,3%
MT	141	19	13,5%	SP	645	148	22,9%
PA	143	35	24,5%	TO	139	24	17,3%
				Total	5.563	1.075	19,3%

Fonte: Candidatos registrados no TSE - Elaboração CNM

Minas Gerais em termos absolutos continua sendo o estado que tem o maior número de ex-prefeitos candidatos com 207, em termos proporcionais o maior percentual é o do Estado do Espírito Santo com 32,1%.

Metodologia:

A CNM buscou os resultados das eleições municipais dos anos de 1996, 2000 e 2004 junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e fez alterações nos prefeitos que faleceram, foram cassados e ou renunciaram.

Com estas bases de dados, confrontamos nome a nome os prefeitos eleitos em cada um destes mandatos com a relação dos candidatos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nesta eleição de 2012 do dia 20 de julho. Por critério desconsideramos as candidaturas com situação indeferida, falecimento e renuncia.

21

Série Eleições Municipais - Candidatos que foram prefeitos

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) dando seguimento a seus Estudos sobre as eleições municipais de 2012, apresenta a intenção dos prefeitos de 1º mandato a concorrer a reeleição.

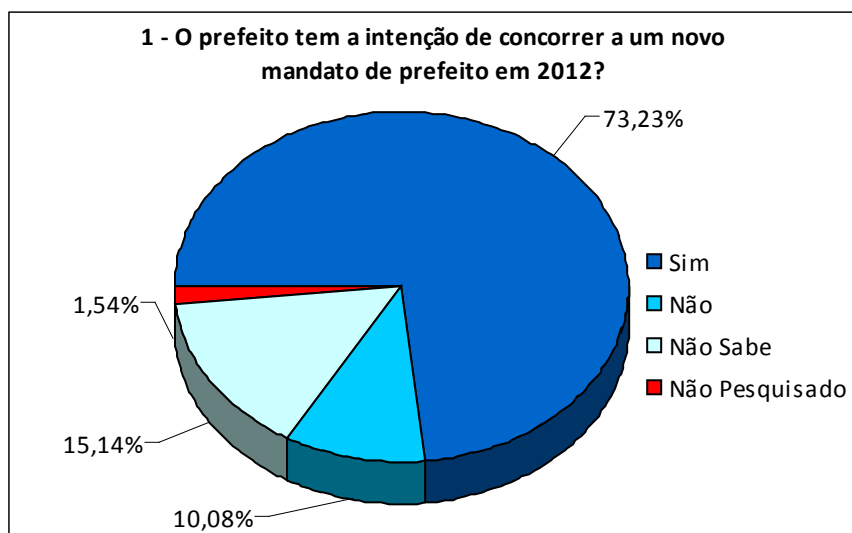
Nas eleições municipais anteriores, a quantidade de prefeitos que se candidataram a reeleição foram, em 2000 de 62%, em 2004 de 63,3% e em 2008 de 76,9%, demonstrando que mais da metade dos prefeitos que podem se candidatar acabam optando por isso. No quadro abaixo vemos estas quantidades em cada um dos anos.

Eleições municipais: comparação histórica

Ano	Nº Prefeitos que podem disputar reeleição	Nº Prefeitos que tentam reeleição	% tentativa
2000	5.558	3.448	62,0%
2004	3.556	2.251	63,3%
2008	4.368	3.361	76,9%

Dos 5.563 municípios brasileiros em 3.302 (59,35%) os atuais prefeitos podem concorrer a um novo mandato, destes até o mês de Março, 2.418 (73,13%) já decidiram concorrer, 500 (15,14%) não concorrerão e 333 (10,88%) ainda estão indecisos. Em 51 municípios a CNM não conseguiu o contato.

Amostra: BR		
Legenda	Citação	%
Sim	2.418	73,23%
Não	333	10,08%
Não Sabe	500	15,14%
Não Pesquisado	51	1,54%
Total	3.302	100,00%



A análise por estado indica que esta proporção nacional se repete na maioria em várias unidades da federação a média de atuais prefeitos que pretende concorrer fica em torno de 70%, o Estado com o maior número proporcional é o de Rondônia aonde dos 36 municípios, 32 já decidiram concorrer e somente 2 já indicaram que não participarão do pleito. No Amapá dos 7 municípios aonde pode haver a reeleição, 6 já decidiram concorrer e somente 1 disse não.

O Estado de Minas Gerais que tem o maior número de Municípios que pode haver reeleição (457), em 319 (69,8%) os atuais prefeitos concorrerão, 53 (11,6%) já disseram não e em 81 (17,73%) ainda estão indecisos. Outro Estado que tem grande número de municípios, São Paulo, pode haver reeleição em 350, destes em 278 (79,43%) os atuais prefeitos irão ao pleito, em 27 (7,71%) não irão e em 45 (12,86%) ainda estão indecisos.

Na região Nordeste cabe destacar a Bahia com seus 264 municípios aonde pode haver reeleição, 202 (76,52%) os atuais prefeitos concorrerão, em 27 não vão concorrer e em 30 ainda estão indecisos, outro estado do nordeste que chama a atenção é o Maranhão, aonde dos 131 municípios aonde podem haver reeleição, 103 (78,6%) já decidiram concorrer. 12 disseram que não e em 9 ainda estão indecisos.

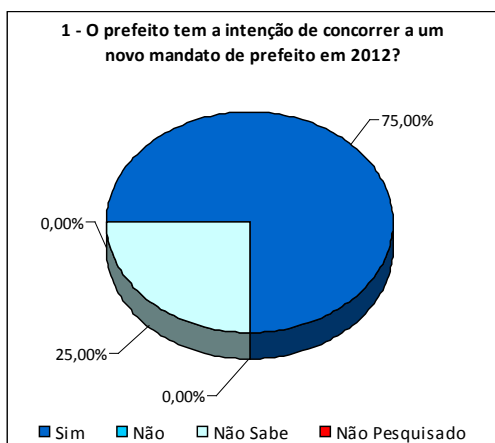
Na região Sudeste no Rio de Janeiro, dos 63 municípios em que pode haver reeleição, 39 (61,6%) irão a reeleição, 9 (14,9%) decidiram não ir, e em 11 (17,4%) ainda estão indecisos.

Nos três estados do sul o Paraná é o que tem o maior percentual de candidatos a reeleição 166 (75,8%) dos 219 possíveis, em Santa Catarina são 137 (69,19%) dos 198 e no Rio Grande do Sul são 182 (60,0%) dos 303 que podem ter reeleição.

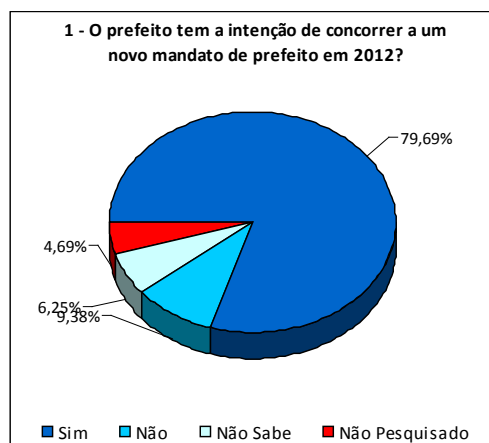
UF	Nº de prefeitos atuais (A)	Nº de prefeitos que podem concorrer a reeleição (B)	(B/A)	Nº de prefeitos que vão concorrer (C)	% Tentativa (C/B)	Nº de prefeitos que não vão concorrer (D)	% Desistência (D/B)	Nº de prefeitos indecisos (E)	% de indecisos (E/B)	Nº de não pesquisados (F)	% Não pesquisado (F/B)
AC	22	12	54,55%	9	75,0%	-	0,0%	3	25,0%	-	0,00%
AL	102	64	62,75%	51	79,7%	6	9,4%	4	6,3%	3	4,69%
AM	62	40	64,52%	29	72,5%	4	10,0%	7	17,5%	-	0,00%
AP	16	7	43,75%	6	85,7%	1	14,3%	-	0,0%	-	0,00%
BA	417	264	63,31%	202	76,5%	27	10,2%	30	11,4%	5	1,89%
CE	184	103	55,98%	75	72,8%	8	7,8%	17	16,5%	3	2,91%
ES	78	47	60,26%	35	74,5%	3	6,4%	9	19,1%	-	0,00%
GO	246	163	66,26%	121	74,2%	13	8,0%	27	16,6%	2	1,23%
MA	217	131	60,37%	103	78,6%	12	9,2%	9	6,9%	7	5,34%
MG	853	457	53,58%	319	69,8%	53	11,6%	81	17,7%	4	0,88%
MS	78	43	55,13%	35	81,4%	3	7,0%	5	11,6%	-	0,00%
MT	141	105	74,47%	73	69,5%	9	8,6%	23	21,9%	-	0,00%
PA	143	89	62,24%	75	84,3%	4	4,5%	3	3,4%	7	7,87%
PB	223	118	52,91%	94	79,7%	16	13,6%	8	6,8%	-	0,00%
PE	184	102	55,43%	80	78,4%	7	6,9%	15	14,7%	-	0,00%
PI	224	144	64,29%	100	69,4%	17	11,8%	19	13,2%	8	5,56%
PR	399	219	54,89%	166	75,8%	26	11,9%	27	12,3%	-	0,00%
RJ	92	63	68,48%	39	61,9%	9	14,3%	11	17,5%	4	6,35%
RN	167	95	56,89%	71	74,7%	9	9,5%	13	13,7%	2	2,11%
RO	52	36	69,23%	32	88,9%	2	5,6%	2	5,6%	-	0,00%
RR	15	9	60,00%	5	55,6%	1	11,1%	-	0,0%	3	33,33%
RS	496	303	61,09%	182	60,1%	35	11,6%	86	28,4%	-	0,00%
SC	293	198	67,58%	137	69,2%	23	11,6%	37	18,7%	1	0,51%
SE	75	48	64,00%	34	70,8%	5	10,4%	8	16,7%	1	2,08%
SP	645	350	54,26%	278	79,4%	27	7,7%	45	12,9%	-	0,00%
TO	139	92	66,19%	67	72,8%	13	14,1%	11	12,0%	1	1,09%
BR	5.563	3.302	59,4%	2.418	73,2%	333	13,8%	500	20,7%	51	1,5%

Fonte: CNM – Elaboração própria

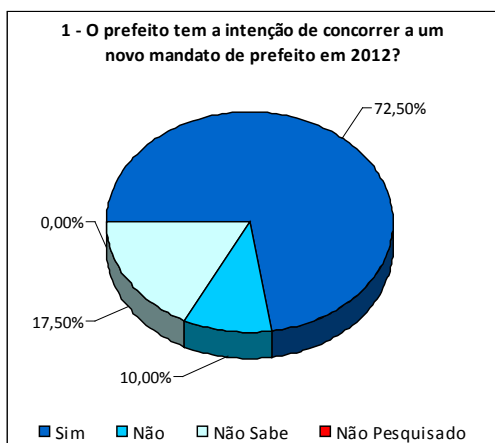
Acre



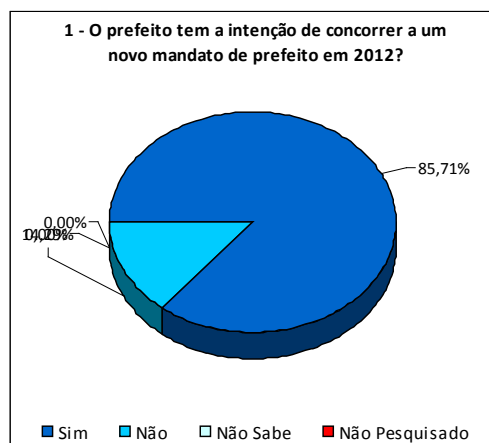
Alagoas



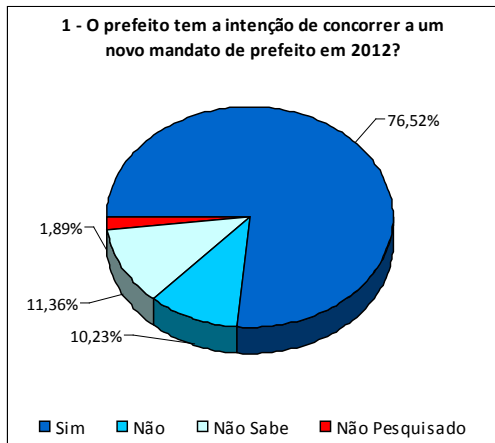
Amazonas



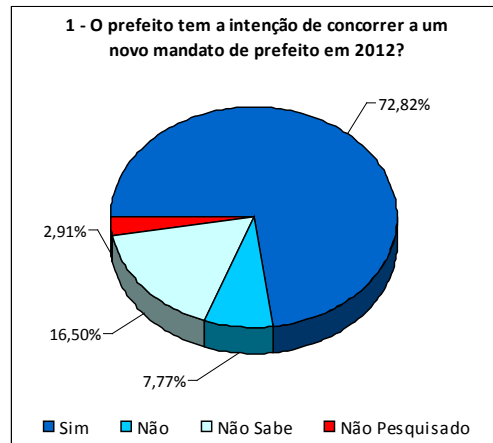
Amapá



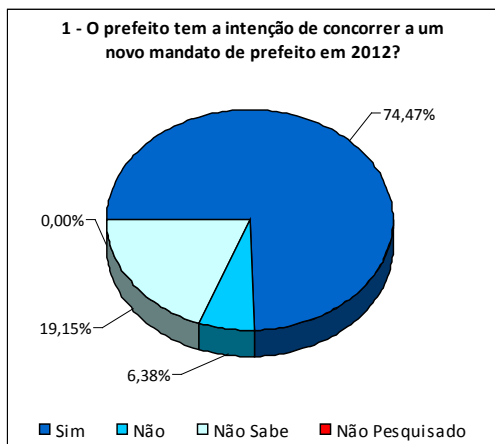
Bahia



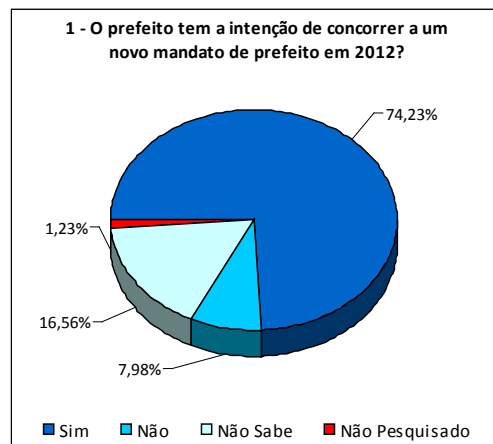
Ceará



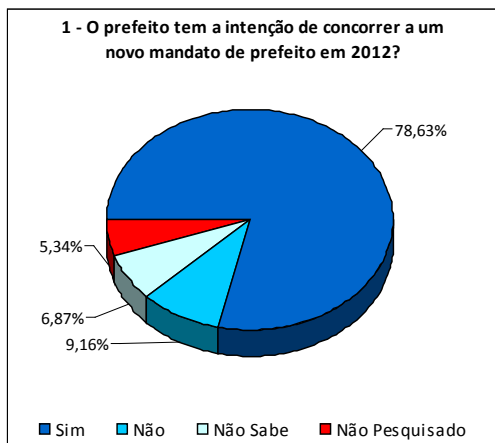
Espírito Santo



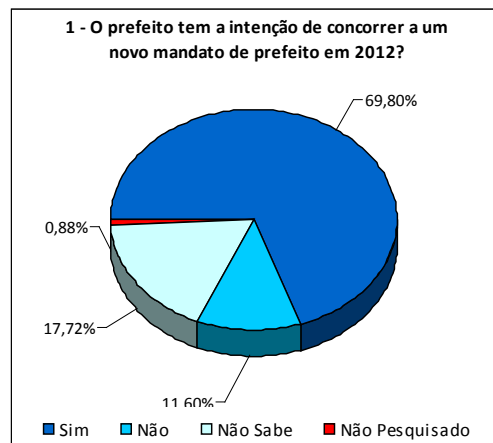
Goiás



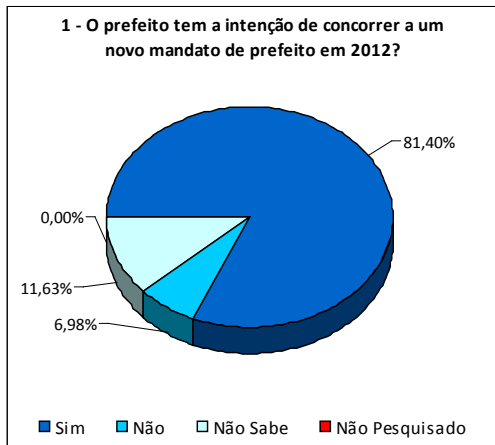
Maranhão



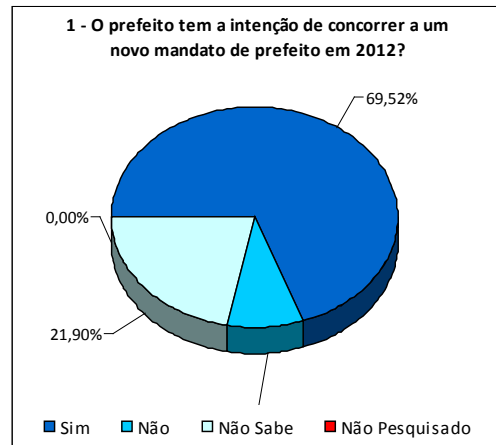
Minas Gerais



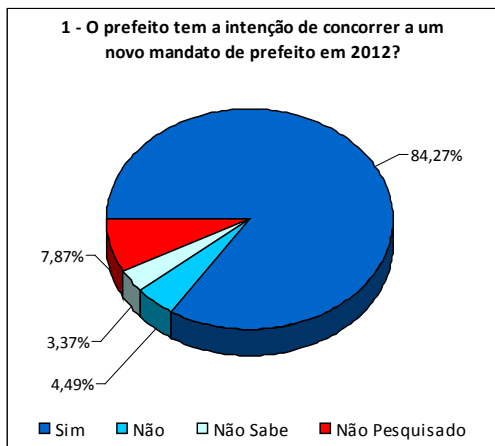
Mato Grosso do Sul



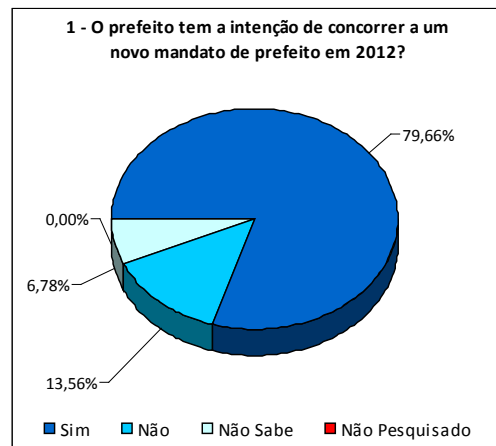
Mato Grosso



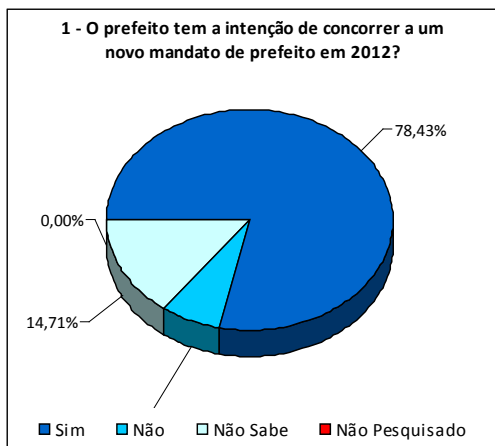
Pará



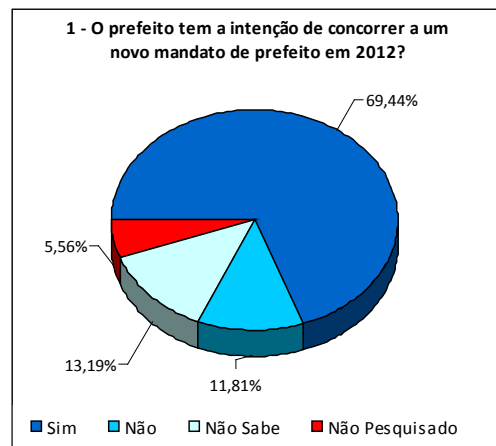
Paraíba



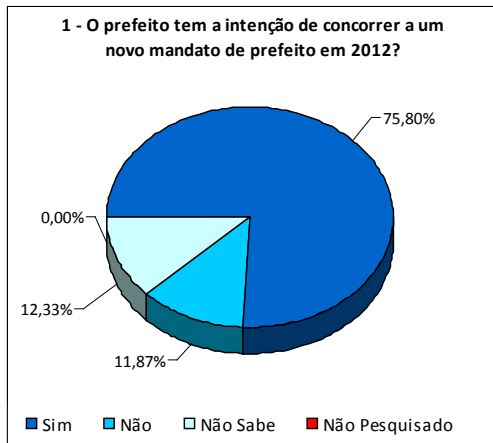
Pernambuco



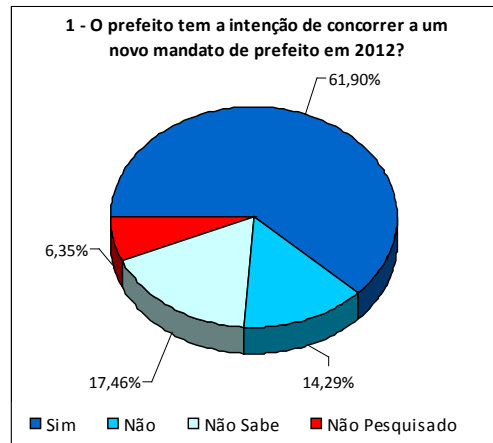
Piauí



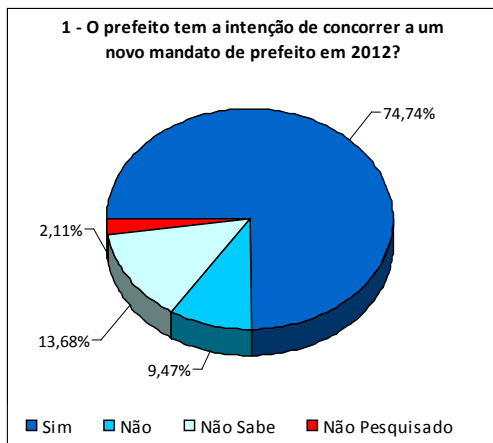
Paraná



Rio de Janeiro



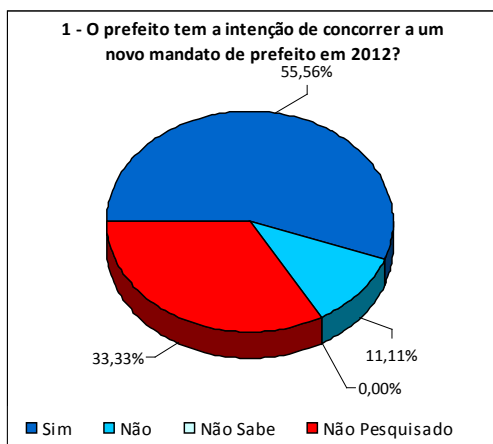
Rio Grande do Norte



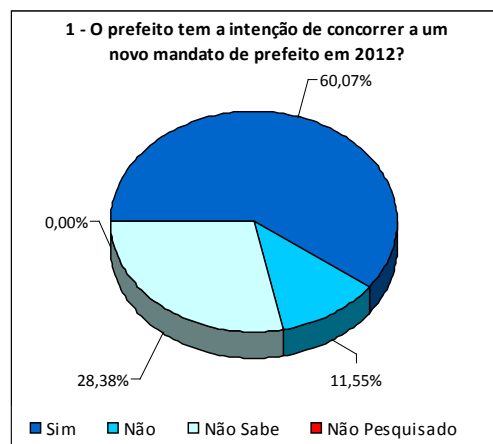
Rondônia



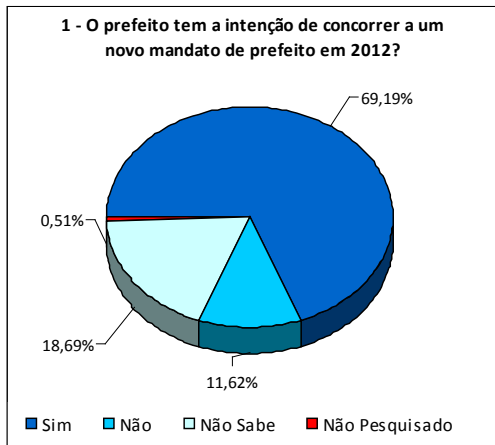
Roraima



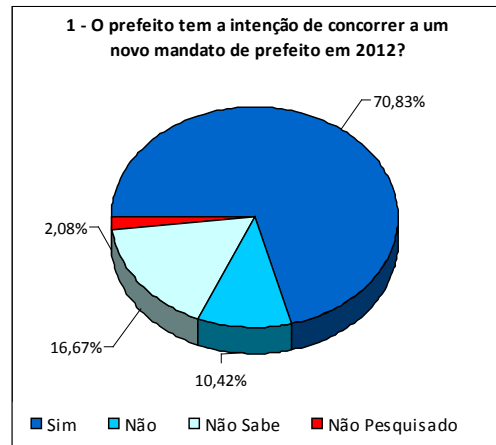
Rio Grande do Sul



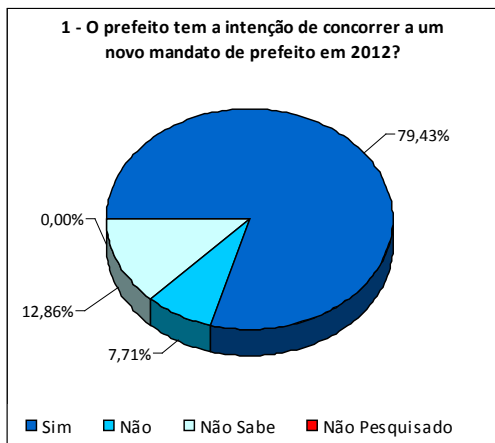
Santa Catarina



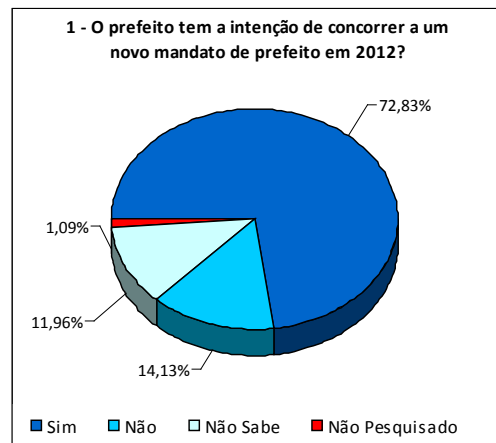
Sergipe



São Paulo



Tocantins



Análise por Partido Político

Distribuindo estas intenções de candidaturas por partido político temos que o PMDB que é o partido com o maior número de prefeitos do País (1.181) destes 660 (55,9%) podem concorrer e concorrerão efetivamente 461 (69,8%), ainda estão indecisos 112 (17%) e já desistiram de concorrer 81 (12,3%) e 8 não foram contatados.

O segundo partido com o maior número de prefeitos o PSDB (735) em 391 pode haver a reeleição, destes 288 (73,7%) já decidiram concorrer, 43 (11,0%) desistiram de concorrer e 56 (14,3%) ainda estão indecisos, em 4 não conseguimos o contato.

Comparativo por Partido Político											
Partido	Nº de prefeitos atuais (A)	Nº de prefeitos que podem concorrer (B)	% (B/A)	Nº de prefeitos que pretendem concorrer (C)	% (C/B)	Nº de prefeitos que não concorrerão (D)	% (D/B)	Nº de prefeitos indecisos (E)	% (E/B)	Nº de prefeitos não pesquisados (F)	% (F/B)
DEM	393	233	59,3%	160	68,7%	27	11,6%	43	18,5%	3	1,3%
PCB	1	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
PCdoB	39	27	69,2%	21	77,8%	1	3,7%	5	18,5%	-	0,0%
PDT	334	195	58,4%	143	73,3%	16	8,2%	31	15,9%	5	2,6%
PHS	9	5	55,6%	3	60,0%	1	20,0%	1	20,0%	-	0,0%
PMDB	1.181	660	55,9%	461	69,8%	81	12,3%	112	17,0%	6	0,9%
PMN	32	22	68,8%	20	90,9%	-	0,0%	2	9,1%	-	0,0%
PP	515	296	57,5%	206	69,6%	34	11,5%	49	16,6%	7	2,4%
PPL	4	4	100,0%	2	50,0%	1	25,0%	1	25,0%	-	0,0%
PPS	118	75	63,6%	58	77,3%	6	8,0%	10	13,3%	1	1,3%
PR	360	196	54,4%	147	75,0%	22	11,2%	22	11,2%	5	2,6%
PRB	57	32	56,1%	25	78,1%	-	0,0%	7	21,9%	-	0,0%
PRP	18	13	72,2%	8	61,5%	1	7,7%	4	30,8%	-	0,0%
PRTB	11	8	72,7%	7	87,5%	1	12,5%	-	0,0%	-	0,0%
PSB	343	220	64,1%	177	80,5%	17	7,7%	25	11,4%	1	0,5%
PSC	62	46	74,2%	31	67,4%	7	15,2%	8	17,4%	-	0,0%
PSD	272	229	84,2%	177	77,3%	15	6,6%	35	15,3%	2	0,9%
PSDB	735	391	53,2%	288	73,7%	43	11,0%	56	14,3%	4	1,0%
PSDC	7	6	85,7%	5	83,3%	-	0,0%	1	16,7%	-	0,0%
PSL	15	11	73,3%	7	63,6%	1	9,1%	2	18,2%	1	9,1%
PT	563	354	62,9%	275	77,7%	30	8,5%	42	11,9%	7	2,0%
PTB	380	203	53,4%	144	70,9%	22	10,8%	30	14,8%	7	3,4%
PTC	12	10	83,3%	7	70,0%	1	10,0%	2	20,0%	-	0,0%
PTdoB	5	4	80,0%	3	75,0%	1	25,0%	-	0,0%	-	0,0%
PTN	13	7	53,8%	5	71,4%	1	14,3%	1	14,3%	-	0,0%
PV	81	55	67,9%	38	69,1%	4	7,3%	11	20,0%	2	3,6%
Sem Partido	3	-	0,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.563	3.302	59,4%	2.418	73,2%	333	13,8%	500	20,7%	51	1,5%

O Partido dos Trabalhadores (PT) que tem a terceira maior quantidade de prefeitos (563), destes em 354 (62,9%) pode haver a reeleição, já se decidiram concorrer 275 (77,7%), desistiram de concorrer 30 (8,5%) e ainda estão indecisos 42 (11,9%), não conseguimos contato com 7 prefeitos.

O Partido Progressista (PP) que tem a quarta maior quantidade de prefeitos 515, em 296 (57,5%) haverá a possibilidade de reeleição, destes 206 (69,6%) pretendem concorrer, 34 (11,5%) já desistiram e 49 (16,5%) ainda estão indecisos.

O novo partido PSD tem hoje 272 prefeitos, destes em 229 (84,2%) pode haver a reeleição, em 177 (77,3%) os atuais prefeitos concorrerão, 15 (6,6%) já desistiram e 35 (15,3%) ainda estão indecisos.

Nos demais partidos a situação está descrita na tabela acima, o que podemos afirmar com base na nossa pesquisa é que a reeleição é uma tendência cada vez mais forte nas eleições municipais, os prefeitos de primeiro mandato em sua maioria se candidatam a mais quatro anos de gestão para consolidar seus projetos de governo.

22

Série Eleições Municipais - Estudo sobre os resultados das eleições municipais em 2012

Neste ano de 2012 teremos mais uma eleição geral para a esfera municipal, todas as atenções do país estarão voltadas para o resultado das urnas que apresentará os novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores que comandarão suas localidades pelos próximos quatro anos. Com isso teremos uma nova correlação de forças políticas que certamente influenciarão as eleições majoritárias de 2014. Com a intenção de contribuir para uma visão mais ampla do processo democrático que se aproxima, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresenta através deste estudo, como está hoje o quadro partidário no País e em cada estado e como foi o resultado das urnas na eleição de 2008.

Faremos a análise somente dos cargos de prefeitos, em um próximo estudo avaliaremos os vice-prefeitos e vereadores.

O resultado das eleições em 2008

O resultado final das eleições de 2008, mostrou que o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi o grande vencedor com a eleição de 1.199 prefeitos (21,6%), seguido do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira com 789 eleitos (14,2%) e em terceiro o PT – Partido dos Trabalhadores com 553 (9,9%), mas muito próximo destes números estava o PP – Partido Progressista com 549 (9,9%) e o DEM – Democratas com 500 (9,0%). Podemos notar uma correlação de forças interessantes nestas últimas eleições, pois os partidos da base de sustentação de Governo Federal foram majoritárias, mas os partidos de oposição também tiveram um bom número de eleitos.

Tabela 1 – Distribuição do número de eleitos por partido – resultado final em 2008

Partidos	Eleitos 2008	Partidos	Eleitos 2008
DEM - Democratas	500	PSB - Partido Socialista Brasileiro	310
PCB - Partido Comunista Brasileiro		PSC - Partido Social Cristão	56
PCdoB - Partido Comunista do Brasil	41	PSD - Partido Social Democrático	
PCO - Partido da Causa Operária		PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira	789
PDT - Partido Democrático Trabalhista	354	PSDC - Partido Social Democrata Cristão	8
PHS - Partido Humanista da Solidariedade	13	PSL - Partido Social Liberal	15
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	1199	PSOL - Partido Socialismo e Liberdade	
PMN - Partido da Mobilização Nacional	40	PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	
PP - Partido Progressista	549	PT - Partido dos Trabalhadores	553
PPL - Partido Pátria Livre		PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	415
PPS - Partido Popular Socialista	135	PTC - Partido Trabalhista Cristão	13
PR - Partido da República	388	PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil	8
PRB - Partido Republicano Brasileiro	54	PTN - Partido Trabalhista Nacional	17
PRP - Partido Republicano Progressista	17	PV - Partido Verde	78
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	11	Sem Partido	
		Total	5.563

Fonte: TSE – Elaboração CNM

O quadro partidário para a eleição de 2012

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu uma ampla consulta em todos os municípios do país para saber os atuais partidos políticos dos prefeitos até janeiro de 2012, com isso apresentamos um mapa bastante realista da força e do peso de cada partido para as eleições de outubro deste ano.

Muita coisa mudou desde o resultado das eleições em 2008, houveram mudanças no comando das prefeituras em diversos municípios em virtude dos mais variados motivos, desde a cassação do prefeito eleito até o falecimento ou renúncia. Em breve divulgaremos em outro estudo os motivos pelas mudanças de prefeitos, e também houve a troca de partido de alguns gestores e um fenômeno novo que foi a criação de um novo partido político o PSD – Partido Social Democrático.

Vemos na tabela abaixo que a maioria dos partidos perderam força para este novo pleito, o PMDB que tinha 1.199 prefeitos agora conta com 1.177, o PSDB que tinha 789 hoje conta com 736, o PT que elegeu 553 agora possui 564 prefeitos, sendo um dos poucos partidos que obteve crescimento no período, o PP que elegeu 549 hoje esta com 514, o o DEM que havia elegido 500 hoje está com 395 prefeitos. Já o novo partido o PSD hoje em dia conta com 270 prefeitos pelo país.

Tabela 2 – Distribuição do número de prefeitos por partido – em janeiro de 2012

Partidos	Pref. Atual	Partidos	Pref. Atual
DEM - Democratas	395	PSB - Partido Socialista Brasileiro	338
PCB - Partido Comunista Brasileiro	1	PSC - Partido Social Cristão	63
PCdoB - Partido Comunista do Brasil	39	PSD - Partido Social Democrático	270
PCO - Partido da Causa Operária		PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira	736
PDT - Partido Democrático Trabalhista	337	PSDC - Partido Social Democrata Cristão	7
PHS - Partido Humanista da Solidariedade	10	PSL - Partido Social Liberal	14
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	1177	PSOL - Partido Socialismo e Liberdade	
PMN - Partido da Mobilização Nacional	33	PT - Partido dos Trabalhadores	564
PP - Partido Progressista	514	PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	383
PPL - Partido Pátria Livre	4	PTC - Partido Trabalhista Cristão	12
PPS - Partido Popular Socialista	116	PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil	5
PR - Partido da República	360	PTN - Partido Trabalhista Nacional	13
PRB - Partido Republicano Brasileiro	56	PV - Partido Verde	82
PRP - Partido Republicano Progressista	18	Sem Partido	4
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	12	Total	5.563

Fonte: CNM – Elaboração própria

Em uma análise mais detalhada sobre estas mudanças partidárias podemos notar que dentre os grandes partidos o PSD retirou mais prefeitos do DEM que caiu 21%, o PSDB teve uma queda de 6,7%, o PP caiu 6,4%, o PTB caiu 7,7% e o PDT caiu 4,8%, dentre os partidos menores o PHS, o PMN, o PT do B, o PSL, o PTN, entre outros perderam eleitos.

Já o PT obteve um crescimento de 2%, o PV também cresceu 5,1% e o PSB cresceu 9%, dentre os menores partidos o que obteve o maior crescimento foi o PSC com 12,1%.

Comparativo do número de prefeitos eleitos em 2008 e atuais por partido político

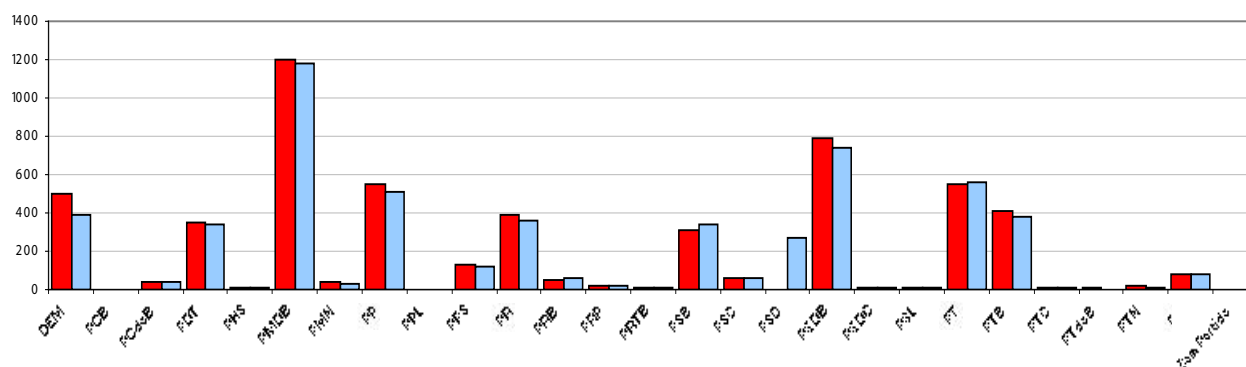


Tabela 3 – Comparativo entre os eleitos em 2008 e a situação atual por partido

Partidos	Eleitos 2008	Pref. Atual	%
DEM - Democratas	500	395	-21,0%
PCB - Partido Comunista Brasileiro		1	
PCdoB - Partido Comunista do Brasil	41	39	-4,9%
PCO - Partido da Causa Operária			
PDT - Partido Democrático Trabalhista	354	337	-4,8%
PHS - Partido Humanista da Solidariedade	13	10	-23,1%
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro	1199	1177	-1,8%
PMN - Partido da Mobilização Nacional	40	33	-17,5%
PP - Partido Progressista	549	514	-6,4%
PPL - Partido Pátria Livre		4	
PPS - Partido Popular Socialista	135	116	-14,1%
PR - Partido da República	388	360	-7,2%
PRB - Partido Republicano Brasileiro	54	56	3,7%
PRP - Partido Republicano Progressista	17	18	5,9%
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	11	12	9,1%
PSB - Partido Socialista Brasileiro	310	338	9,0%
PSC - Partido Social Cristão	56	63	12,5%
PSD - Partido Social Democrático		270	
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira	789	736	-6,7%
PSDC - Partido Social Democrata Cristão	8	7	-12,5%
PSL - Partido Social Liberal	15	14	-6,7%
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade			
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado			
PT - Partido dos Trabalhadores	553	564	2,0%
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro	415	383	-7,7%
PTC - Partido Trabalhista Cristão	13	12	-7,7%
PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil	8	5	-37,5%
PTN - Partido Trabalhista Nacional	17	13	-23,5%
PV - Partido Verde	78	82	5,1%
Sem Partido		4	
Total	5.563	5.563	100,0%

Fonte: TSE e CNM – Elaboração própria

Conclusões

Neste pleito estarão em disputa, 136,5 milhões de votos, o PMDB continua sendo o partido com o maior número de prefeitos governando os municípios. Em poucos estados há uma maioria de prefeitos do partido do governador, mas os números indicam que isso não é predominante atualmente. Outra conclusão é que neste mandato houve bastante troca de partidos evidenciando a pouca fidelidade partidária no Brasil e o fato novo desta eleição é o PSD, que já nasce com uma força a ser considerada.

23

Pesquisa da CNM mostra que 383 prefeitos já perderam o mandato

De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), dos 5.563 prefeitos eleitos há quatro anos, 383 não estão mais no exercício do mandato, dos quais 210 foram cassados, sendo 48 deles por supostas infrações à legislação eleitoral. O segundo principal motivo para a troca de prefeito é a morte, o que ocorreu em 56 municípios do país, sendo 8 vezes por assassinato ou suicídio.

O levantamento da CNM quantifica o número de prefeitos afastados e os motivos por trás disso, registrando desde os casos de troca por acordo partidário até os decorrentes de falecimento. A pesquisa foi realizada em duas etapas: num primeiro momento, cruzaram-se dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das federações regionais de municípios e da própria CNM com o objetivo de detectar onde houve mudança de prefeito desde 2009; num segundo momento, os municípios foram contatados individualmente pelos pesquisadores com o objetivo de esclarecer os motivos.

As cassações por infração à lei eleitoral representam 22,8% dos casos de afastamento dos prefeitos, os atos de improbidade administrativa, 36,6%, e os demais casos de cassação, 39%.

De acordo com o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a quantidade de prefeitos cassados em comparação à de governadores mostra que a Justiça trata os municípios de modo desigual. “Não estamos defendendo prefeito que comete infração ou crime, mas apenas mostrando como a lei só é aplicada sobre os municípios, quando deveria ser igual para todos”, disse o presidente, destacando a importância de discutir medidas preventivas com os atuais gestores para dirimir os riscos de cassação, principalmente neste ano de eleições municipais.

No caso dos crimes eleitorais, os casos mais comuns detectados pela Justiça eleitoral são: tentativa de comprar voto, enquadrado no artigo 299 da Lei 4.737/1965; uso de materiais e serviços custeados pelo governo na campanha, o que segundo a Lei 9.504/1997 (inciso II do artigo 73) é definido com conduta vedada; e irregularidade na propaganda eleitoral, incurso no artigo 41 A da Lei 9.504/1997.

Além disso, o prefeito também pode ser cassado por crime de responsabilidade (4,76%), infração político-administrativa (17,62%), atos de improbidade administrativa (36,67%) e crime comum (2,86%).

Motivos da troca de prefeitos do atual mandato (2009-2012)		
Motivo / Detalhe	Citação	%
Acordo entre partidos	9	2,35%
Cassação de Mandato	210	54,83%
Crime de Responsabilidade	10	4,76%
Crime Comum	6	2,86%
Infração Político Administrativa	37	17,62%
Infração a Legislação Eleitoral	48	22,86%
Ato de Improbidade Administrativo	77	36,67%
Não Sabe	30	14,29%
Concorrer ou Assumir a Outro Cargo	29	7,57%
Governador	7	24,14%
Vice-Governador	3	10,34%
Deputado Estadual	6	20,69%
Deputado Federal	2	6,90%
Secretário	3	10,34%
Senador	1	3,45%
Chefe da Casa Civil	1	3,45%
Afastamento por Doença	18	4,70%
Temporário	9	50,00%
Definitivo	9	50,00%
Falecimento do Prefeito Anterior	56	14,62%
Acidente de Automóvel	9	16,07%
Morte Natural (Doenças, Morte, Enfarte, e	38	67,86%
Assassinato ou Suicídio	8	14,29%
Outro	61	15,93%
Renuncia	21	34,43%
Outro	38	62,30%
Total de trocas	383	100,00%

Das unidades da federação, Minas Gerais e o Piauí apresentam o maior número absoluto de prefeitos cassados (29), seguido por Paraná (14) e Ceará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (12). Proporcionalmente, entretanto, no Acre é que ocorre a maior incidência de cassações – um sexto dos prefeitos do estado perdeu o mandato por alguma irregularidade ou crime.

Detalhamento dos motivos pela cassação dos prefeitos do atual mandato por estado							
UF	Ato de Improbidade Administrativa	Crime Comum	Crime de Responsabilidade	Infração a Legislação Eleitoral	Infração Político Administrativa	Não Sabe	Totais
AC	3						3
AL	4	1		2	1	1	9
AM	2			2	3		7
BA	5			3	1		9
CE	3		1	1	2	5	12
ES	3			1	1		5
GO						1	1
MA	1		1	1	1	2	6
MG	10	1	1	8	4	5	29
MS				1			1
MT	3			4	4		11
PA	2			4	1		7
PB			1	1		2	4
PE			1		1		2
PI	10	1		6	6	6	29
PR	9			3	1	1	14
RJ	1			1	2		4
RN	2		1	2	1	1	7
RO	1				1		2
RR		1					1
RS	5			3		4	12
SC	5		1	3	2	1	12
SE	3	1				1	5
SP	1	1	1	1	4	2	10
TO	4		2	1	1		8
Total	77	6	10	48	37	32	210

24

Mapeamento das alterações dos números de vereadores nas Câmaras Municipais em razão da EC 58/2008

A alteração do número de vereadores pelas Câmaras Municipais vem sofrendo nos últimos anos um amplo debate que inclusive chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF) quando do julgamento do RE 197.917 (Caso Mira Estrela).

Antes desse julgamento do STF, em março de 2003, vinha prevalecendo o entendimento de que, dentro de faixas delimitadas pela Constituição, a fixação do número de vereadores dependia apenas de lei orgânica do Município. O STF adotou posição diversa: a escolha deste número não está limitada apenas à faixa constitucional. Deve haver correspondência matemática efetiva entre a população e o número escolhido pelo legislador municipal. Embora a decisão tenha se referido apenas ao Município de Mira Estrela (SP), acabou norteando a Resolução 21.702 adotada pelo TSE que impôs, em todo o Brasil, a adequação no número de cadeiras das Câmaras Municipais.

Essa decisão do TSE, exarada em 02/04/2003, por unanimidade, ratificou o entendimento do STF, no Recurso Extraordinário acima referido, e estendeu para todo o País a determinação de que os Municípios com menos de um milhão de habitantes teriam de seguir a cota mínima de nove vereadores e a máxima de 21. Na prática, os ministros do STF e do TSE apenas regulamentaram o artigo 29 da Constituição, que relacionava a quantidade de vagas nas Câmaras Municipais ao número de habitantes das cidades, obedecida a seguinte proporcionalidade:

Tabela 1 – Determinação do número de vereadores de acordo com a população (2003)

Nº de habitantes	Nº de vereadores
até 47.619	9
de 47.620 até 95.238	10
de 95.239 até 142.857	11
de 142.858 até 190.476	12
de 190.477 até 238.095	13
de 238.096 até 285.714	14
de 285.715 até 333.333	15
de 333.334 até 380.952	16
de 380.953 até 428.571	17
de 428.572 até 476.190	18
de 476.191 até 523.809	19
de 523.810 até 571.428	20
de 571.429 até 1.000.000	21
de 1.000.001 até 1.121.952	33
de 1.121.953 até 1.243.903	34
de 1.243.904 até 1.365.854	35
de 1.365.855 até 1.487.805	36
de 1.487.806 até 1.609.756	37
de 1.609.757 até 1.731.707	38
de 1.731.708 até 1.853.658	39
de 1.853.659 até 1.975.609	40
de 1.975.610 até 4.999.999	41
de 5.000.000 até 5.119.047	42
de 5.119.048 até 5.238.094	43
de 5.238.095 até 5.357.141	44
de 5.357.142 até 5.476.188	45
de 5.476.189 até 5.595.235	46
de 5.595.236 até 5.714.282	47
de 5.714.283 até 5.833.329	48
de 5.833.330 até 5.952.376	49
de 5.952.377 até 6.071.423	50
de 6.071.424 até 6.190.470	51
de 6.190.471 até 6.309.517	52
de 6.309.518 até 6.428.564	53
de 6.428.565 até 6.547.611	54
Acima de 6.547.612	55

Com o advento da EC 58, promulgada em setembro de 2008, desaparece a locução “proporcionalidade”, entrando em cena limites máximos para que os legislativos locais fixem o número de vereadores. Na prática, alguns Municípios podem mudar o número de vereadores eleitos de acordo com a sua população corrente. Tais limites trazidos pela alteração constitucional estão expostos na Tabela 2 abaixo (página 6).

É importante chamar atenção que esta mesma Emenda também alterou os limites de recursos para as Câmaras. Assim, este possível aumento no número de cadeiras pode não ser efetivado devido às restrições orçamentárias que as Câmaras têm. De qualquer forma, este processo preocupa a Confederação Nacional de Municípios (CNM), pois a alteração da lei orgânica, com a introdução destes novos vereadores, pode levar a um elevado gasto de recursos públicos.

Cabe ressaltar, entretanto, que segundo o posicionamento do TSE, em resposta à consulta do Deputado Federal Gonzaga Patriota, a alteração do número de vereadores nas Câmaras não é matéria que modifique o processo eleitoral, logo, não precisa observar o princípio da anualidade trazido pelo art. 16 da CF.

Segundo o Tribunal, que assentou na Resolução nº. 22.556/2007, **a alteração do número de vereadores pelas Câmaras poderia ser feita até o prazo final das convenções partidárias**, o que pelo calendário eleitoral nestas eleições municipais, foi até o dia **30 de junho de 2012**. Assim, o número de vereadores nas Câmaras não poderá sofrer mais alterações por conta desse entendimento do TSE.

A base da população é calculada pelo IBGE, a qual a mais recente foi divulgada no último dia 31 de agosto de 2011. Então esta população estimada foi considerada para a definição do número de cadeiras de vereadores. Cada município do país teve a oportunidade de propor alterações na sua lei orgânica municipal para aumentar ou diminuir suas cadeiras de vereadores, respeitando a EC 58.

A CNM verificou o número máximo de vereadores que cada Município brasileiro pode ter de acordo com a população publicada pelo IBGE e perguntou para cada Município se este iria alterar a sua lei orgânica. Assim, as informações prestadas serviram para que a CNM estimasse o número adicional de vereadores e chamasse atenção aos Municípios sobre a potencial mudança, colocando em discussão o efeito de tal modificação nas leis orgânicas.

Metodologia da pesquisa

A CNM aplicou um questionário diretamente aos Municípios brasileiros que poderiam modificar sua lei orgânica sobre o número de vereadores, isto é, verificamos quais são os Municípios que, de acordo com a divulgação da população de 2011 (IBGE), podem e pretendem aumentar o número de vereadores.

Objetivos da pesquisa

Fazer um levantamento dos Municípios que desejam elevar o número de vereadores para as próximas eleições. Com isso, buscamos verificar o efeito no âmbito nacional do número adicional de vereadores na contabilidade municipal em relação à última eleição (2008).

Desenvolvimento da pesquisa

Procedimento:

a) Disponibilidade de diferentes canais para o recebimento da informação: Os questionários foram aplicados por meio de contato telefônico com os presidentes das Câmara Legislativa Municipal; vereadores ou colaboradores da mesma. Além disso, foram aceitas respostas por fax, e-mail, correspondência e pela Internet, no sítio da CNM – www.cnm.org.br.

b) Equipe de suporte da CNM: Estudos Técnicos e Setor de Pesquisas (Central de Atendimento aos Municípios) da CNM foram disponibilizados para o suporte ao preenchimento dos formulários.

Coordenação: Área de Estudos Técnicos da CNM.

Período de coleta das informações: Entre os dias 21 de setembro de 2011 e 29 de junho de 2012.

Amostra

O artigo 29 da Constituição e a EC 58 estabelecem o número máximo de vereadores por Município. Dessa forma, todos os Municípios poderiam alterar o número de vereadores para menos. A CNM entende que tal mudança é improvável, portanto pesquisou apenas os casos em que os Municípios poderiam aumentar o número de cadeiras em relação ao valor atual. A amostra pesquisada alcançou 98,6% do total, o que representa quase a totalidade dos municípios que poderiam alterar, em um intervalo de confiança de 95%, a margem de erro desta amostra é de no máximo 1,5% para mais ou para menos.

Foram contatados todos os 2.153 Municípios que podiam aumentar o número de vereadores (ou que já modificaram) para as próximas eleições. Porém, dos 2.153 que foram contatados 2.125 (98,6%) responderam ao questionário, o que torna esta amostra bastante significativa, pois Muni-

cípios de todos os portes (tamanhos)¹⁵ e Estados contribuíram com a coleta de informações, o que tornou a amostra bastante heterogênea (tabela abaixo) e significativa.

Tabela 2 – Distribuição da amostra da pesquisa por Estado:

UF	Municípios Pesquisados	Alterou		Em 2008 era	Passa a ser	Limite		Pretende alterar
		Sim	Não			Sim	Não	
AC	12	7	5	114	133	7	-	-
AL	52	39	13	491	591	39	-	-
AM	48	32	16	467	572	32	-	-
AP	6	6	-	62	86	6	-	-
BA	226	184	42	2.152	2.704	183	1	2
CE	130	119	11	1.251	1.642	118	1	-
ES	43	32	11	430	526	32	-	-
GO	62	53	9	594	786	53	-	-
MA	119	99	20	1.101	1.434	99	-	-
MG	236	173	63	2.272	2.826	172	1	-
MS	38	31	7	361	460	31	-	-
MT	48	29	19	456	556	29	-	-
PA	109	77	32	1.061	1.331	77	-	1
PB	54	46	8	514	652	46	-	-
PE	125	104	21	1.221	1.521	104	-	-
PI	36	32	4	332	430	32	-	-
PR	121	52	69	1.196	1.376	52	-	-
RJ	62	42	20	659	817	42	-	-
RN	29	21	8	285	366	21	-	-
RO	25	15	10	239	284	15	-	-
RR	5	3	2	50	61	3	-	-
RS	122	74	48	1.217	1.491	74	-	-
SC	85	45	40	825	973	45	-	-
SE	34	32	2	323	419	32	-	-
SP	284	180	104	2.933	3.596	180	-	-
TO	14	8	6	132	161	8	-	-
BR	2.125	1.535	590	20.738	25.794	1.532	3	3

15 Neste caso, o porte adotado foi o referente à Emenda 58 / 2009, que classifica os Municípios em faixas populacionais, e de acordo com essas, pode eleger certo número de candidatos.

Tabela 3 – Determinação do número de vereadores em acordo com a população e distribuição da amostra da pesquisa (por faixa de população)

População: De	População: Até	Vereadores	Municípios Que Podem Ter Mudanças	Municípios Pesquisados	%
-	15.000	9	1	1	100,0%
15.001	30.000	11	1.096	1.082	98,7%
30.001	50.000	13	460	459	99,8%
50.001	80.000	15	247	244	98,8%
80.001	120.000	17	139	136	97,8%
120.001	160.000	19	50	49	98,0%
160.001	300.000	21	88	85	96,6%
300.001	450.000	23	34	34	100,0%
450.001	600.000	25	13	12	92,3%
600.001	750.000	27	8	8	100,0%
750.001	900.000	29	6	5	83,3%
900.001	1.050.000	31	3	2	66,7%
1.050.001	1.200.000	33	-	-	-
1.200.001	1.350.000	35	1	1	100,0%
1.350.001	1.500.000	37	2	2	100,0%
1.500.001	1.800.000	39	2	2	100,0%
1.800.001	2.400.000	41	1	1	100,0%
2.400.001	3.000.000	43	2	2	100,0%
3.000.001	4.000.000	45	-	-	-
4.000.001	5.000.000	47	-	-	-
5.000.001	6.000.000	49	-	-	-
6.000.001	7.000.000	51	-	-	-
7.000.001	8.000.000	53	-	-	-
8.000.001	-	55	-	-	-
Total			2.153	2.125	98,7%

Tabela 4 – Número de vereadores: eleitos em 2008; estimativa do número de cadeiras em 2010; e, o número de cadeiras com a população de 2011 (por Estado)

Estimativa do número de vereadores com a população estimada de 2011					
UF	Vereadores 2008 (A) - Eleitos	Vereadores 2010 (B)	Vereadores 2011 (C)	Crescimento em relação a 2008	Crescimento em relação a 2010
AC	204	238	244	16,7%	19,6%
AL	938	1.100	1.104	17,3%	17,7%
AM	592	730	746	23,3%	26,0%
AP	151	176	176	16,6%	16,6%
BA	3.858	4.591	4.603	19,0%	19,3%
CE	1.729	2.164	2.176	25,2%	25,9%
ES	742	900	902	21,3%	21,6%
GO	2.273	2.522	2.532	11,0%	11,4%
MA	1.992	2.385	2.401	19,7%	20,5%
MG	7.853	8.687	8.701	10,6%	10,8%
MS	712	838	840	17,7%	18,0%
MT	1.273	1.439	1.453	13,0%	14,1%
PA	1.361	1.807	1.811	32,8%	33,1%
PB	2.024	2.191	2.195	8,3%	8,4%
PE	1.747	2.188	2.198	25,2%	25,8%
PI	2.015	2.135	2.135	6,0%	6,0%
PR	3.692	4.119	4.135	11,6%	12,0%
RJ	999	1.344	1.362	34,5%	36,3%
RN	1.500	1.639	1.639	9,3%	9,3%
RO	482	568	568	17,8%	17,8%
RR	139	149	155	7,2%	11,5%
RS	4.584	5.048	5.052	10,1%	10,2%
SC	2.691	3.003	3.011	11,6%	11,9%
SE	692	799	801	15,5%	15,8%
SP	6.248	7.493	7.515	19,9%	20,3%
TO	1.257	1.309	1.309	4,1%	4,1%
TOTAL	51.748	59.562	59.764	15,1%	15,5%

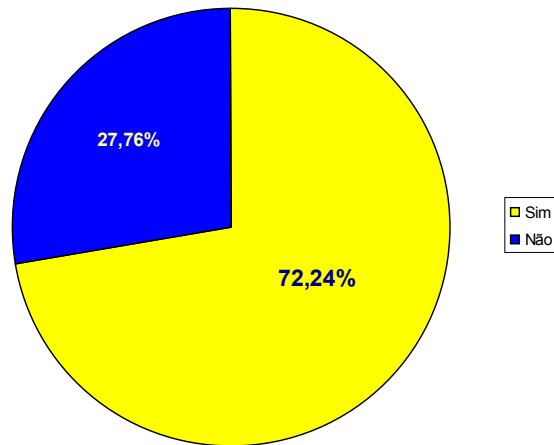
Questões formuladas

1 – A Câmara modificou a Lei Orgânica Municipal aumentando ou diminuindo o número de vereadores para a próxima eleição, em virtude da divulgação da população deste ano (atualizada pelo IBGE)?

De acordo com a pesquisa, entre os 2.125 Municípios pesquisados, vemos que 1.535, ou, 72,24% mudaram a Lei Orgânica Municipal (LOM) alterando o número de vereadores para as próximas eleições.

Amostra: BR		
Legenda	Citação	%
Sim	1.535	72,24%
Não	590	27,76%
Total	2.125	100,00%

Modificou a Lei Orgânica do Município?

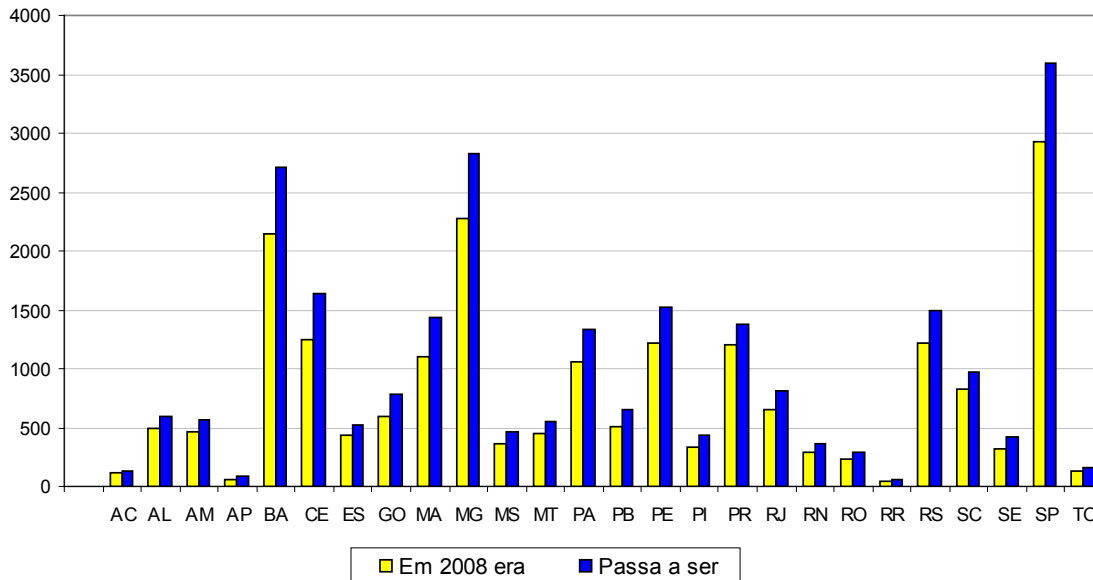


2 – Qual o número de cadeiras para vereadores que a Câmara estipulou?



Foram criadas então 5.070 cadeiras novas de vereadores no Brasil.

Número de Vereadores por Estado



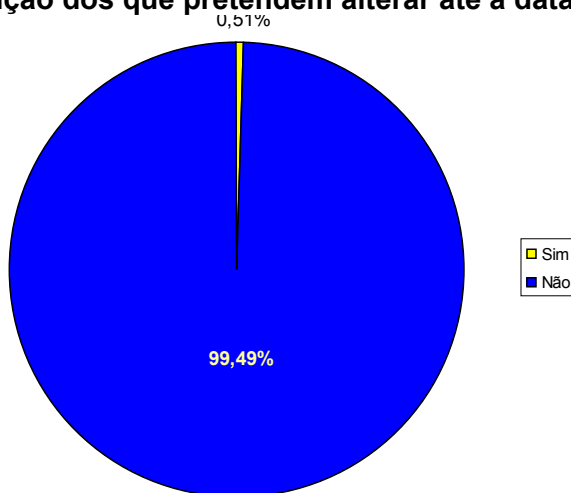
De acordo com a Tabela 4, vemos que em 2008 foram eleitos 51.748 vereadores. Para essas eleições, de acordo com a população divulgada pelo IBGE poderiam ser eleitos até 59.764 vereadores.

Dentre os Municípios pesquisados (os que podem aumentar o número de vereadores), em 2008 foram eleitos 20.738 vereadores. Para o ano de 2012, foi confirmada a eleição de 25.794 vereadores, ou seja, 24,4% vereadores adicionais. Pelo gráfico acima, percebemos que todos os Estados aumentaram o número de vereadores para estas eleições.

3 – Caso o Município não tenha modificado a Lei, pretende alterar o número de vereadores para as próximas eleições?

Amostra: BR		
Legenda	Citação	%
Sim	3	0,51%
Não	587	99,49%
Total	590	100,00%

Distribuição dos que pretendem alterar até a data limite



Em resumo temos a seguinte situação:

Quadro resumo	Quantidade
Nº de Municípios que podem alterar	2.125
Nº de Municípios que já alteraram	1.535
Nº de Municípios que não alteraram	590
Nº de Municípios que alteraram até o limite	1.291
Nº de Municípios que alteraram abaixo do limite	244
Nº de Municípios que ainda pretendem alterar	3
Nº de cadeiras criadas	5.070

Nota: Três câmaras de vereadores ainda estão com suas leis de alteração em tramitação e ainda pretendem alterar, no entendimento da CNM estas alterações não terão validade para esta eleição municipal.

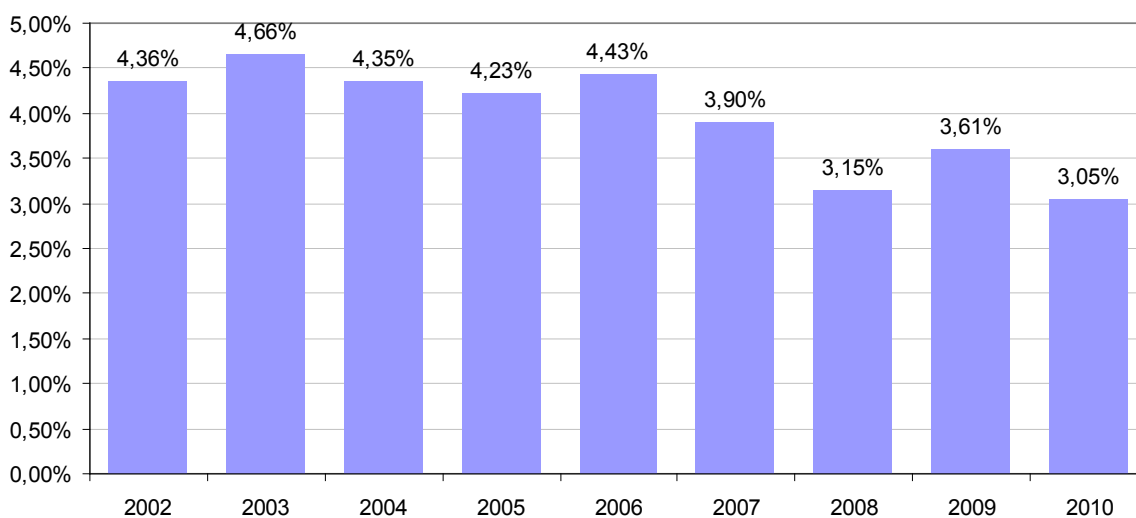
O financiamento do poder legislativo local

O art. 29 – A da Constituição Federal regulamenta o financiamento máximo do Poder Legislativo Municipal, de acordo com uma tabela com a proporção do orçamento municipal em relação ao tamanho da população do município.

Financiamento das Camaras de Vereadores		
De	Até	%
-	100.000	7,0%
100.001	300.000	6,0%
300.001	500.000	5,0%
500.001	3.000.000	4,5%
3.000.001	8.000.000	4,0%
8.000.001	15.000.000	3,5%

Em relação à receita corrente líquida dos municípios, o gasto com o legislativo municipal fica em torno de 3%, e deve ocorrer um aumento deste gasto em razão do aumento do número de cadeiras de vereadores.

% do gasto médio do poder legislativo municipal em proporção da RCL



Anexo – Análise das Constituições Estaduais sobre a definição dos subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários e Vereadores.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO AMAZONAS

ART. 124. Os subsídios do Prefeito, do Vice -Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal (Artigo 124 com a redação dada pela EC nº 36, D.Of. de 16.12.99)

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO CEARÁ

Art. 33. A remuneração de Vereador às Câmaras Municipais do Interior do Estado do Ceará, será fixada pelas próprias Câmaras Municipais, em cada Legislatura, para a subsequente, podendo ser com base na remuneração do Prefeito ou na receita orçamentária efetivamente arrecadada, não podendo exceder, para cada Vereador, 30% (trinta por cento) do que perceber o Prefeito Municipal, e/ou ultrapassar para todos os Vereadores do Município a 4% (quatro por cento) de sua receita orçamentária, em nenhum dos casos ultrapassará a 25% (vinte e cinco por cento) do que perceber a qualquer título o Deputado Estadual.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO GOIÁS

Art. 68. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, inciso XI, 39, § 4º, 150, inciso II, 153, inciso III, e 153, § 2º, inciso I, da Constituição da República. – Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MARANHÃO

Art. 153 – A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada em cada legislatura para a subsequente, na forma da Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

Art. 19 – O subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais será fixado pela Câmara Municipal, observados os limites da arrecadação municipal estabelecidos na Lei Orgânica e o disposto na Constituição Federal. Parágrafo único. O subsídio dos Vereadores será fixado

pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal e os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica.”
“Art. 20 – Para a composição das Câmaras Municipais serão observados, respectivamente, os limites máximos previstos nas Alíneas do Inciso IV do Art. 29 da Constituição Federal. (NR)”

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Art. 179 – A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Vereador será fixada, em cada legislatura, para a subsequente, pela Câmara Municipal.

Parágrafo único – Na hipótese de a Câmara Municipal deixar de exercer a competência de que trata este artigo, ficarão mantidos, na legislatura subsequente, os critérios de remuneração vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior, admitida apenas a atualização dos valores.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARÁ

Art. 69. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DA PARAÍBA

Art. 10. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, nesta Constituição e os seguintes preceitos:

V – remuneração do Prefeito, do Vice – Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, observados os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ

Art. 16, VI – subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, II, 153, III e 153, §2º, I, da Constituição Federal;

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PIAUÍ

*Art. 21, V – subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Art. 28, V – subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, §2º, I;

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 11 – A remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, em data anterior à realização das eleições para os respectivos cargos, observado o que dispõe a Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE RONDÔNIA

Art. 110 – A Lei Orgânica de cada Município será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição. § 1º – A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, observados os limites da Constituição Federal.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Art 11, VI – subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o disposto no art. 29, V, da Constituição Federal;

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SERGIPE

Art. 13. O Município reger-se-á por lei orgânica própria, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, nesta Constituição e os seguintes preceitos:

VI – remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal, antes das eleições para o mandato seguinte, proporcional ao eleitorado do Município e à sua arrecadação, observado o disposto na Constituição da República, e ainda:



SCRS 505, Bloco C Lote 01 - 3º andar • Brasília • DF • CEP 70350-530 • Tel.: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008

www.cnm.org.br